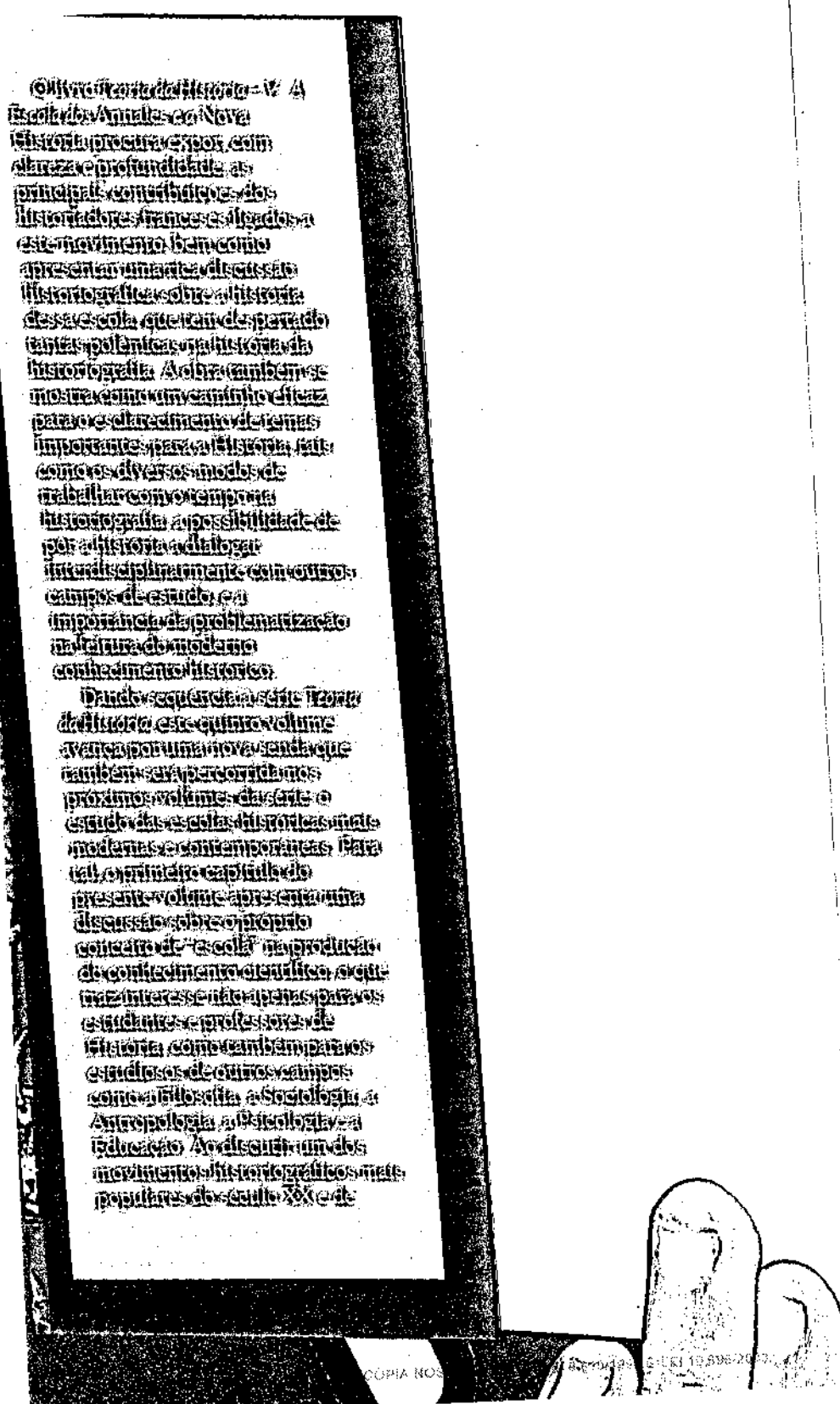
JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

TEORIA DA HISTÓRIA

Volume V

A Escola dos *Annales* e a *Nova História*

EDITORA VOZES


O livro Escrita da História – V. 4
Escrita da História: Novas Perspectivas para o Estudo da Escrita da História

RAFAEL S. LAPUENTE
NOV/11
MAIL/PAOLA

Teoria da História

V. A Escola dos *Annales* e a *Nova História*

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, José D'Assunção
Teoria da História / José D'Assunção Barros. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

Conteúdo V: A Escola dos *Annales* e a *Nova História*
Bibliografia
ISBN 978-85-326-4402-2

1. História – Filosofia 2. História – Teoria
3. Historiografia I. Título.

12-07203 CDD-901

Índices para catálogo sistemático:
1. Conteúdo : 5. A Escola dos Annales e a Nova História 901
2. História : Filosofia e teoria 901

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

José D'Assunção Barros

Teoria da História

V. A Escola dos *Annales* e a *Nova História*

EDITORA VOZES

Petrópolis

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

© 2012, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Diretor editorial
Frei Antônio Moser

Editores
Aline dos Santos Carneiro
José Maria da Silva
Lídio Peretti
Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo
João Batista Kreuch

Editoração: Elaine Mayworm
Projeto gráfico: Alex M. da Silva
Capa: Omar Santos

ISBN 978-85-326-4402-2

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Sumário

Apresentação, 7

I. Escolas, 13

II. Os *Annales*: suas lutas e convergências, 40

1 Os *Annales*: entre mitos e realidades, 40

2 Alguns debates historiográficos sobre os *Annales*, 53

3 O Historicismo, antes dos *Annales*, 61

4 Oposições "radicais" e "interativas" dos *Annales*, 76

5 Os *Annales* e as Ciências Sociais: contra a História Historizante, 89

III. Os *Annales* e seu programa, 102

1 Expansões externas e internas: a interdisciplinaridade e os campos históricos, 102

2 A História-problema, 109

3 "Expansão das fontes históricas" e cientificidade, 140

4 O coletivo, o estrutural e o espaço, 149

5 O tempo: novas possibilidades, 152

6 Presente e passado: uma alteridade interativa, 182

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

7 História Total: uma encruzilhada entre dois modelos, 191
8 O que não está no programa dos *Annales*, 194
IV. A escola: seus velhos e novos mestres, 207
1 Os *Annales*: suas fases e descontinuidades internas, 207
2 Fases ou gerações? – Definição de critérios para historiar o movimento dos *Annales*, 214
3 Marc Bloch e Lucien Febvre: Primeira Geração dos *Annales*, 220
4 Fernand Braudel: liderança da Segunda Geração dos *Annales*, 256
5 Ernest Labrousse: a emergência da História Serial e da História Quantitativa, 282
6 Terceira geração dos *Annales*, ou uma nova *Nouvelle Histoire*?, 303
7 História das Mentalidades: um campo de projeção para os terceiros *Annales*, 328
8 À guisa de conclusão, 354
Referências, 363
Fontes citadas, 365
Bibliografia citada, 387
Índice onomástico, 397
Índice remissivo, 405

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Apresentação

Nos próximos volumes da série *Teoria da História* abordaremos algumas escolas, correntes e tendências mais recentes na história da historiografia ocidental. Rigorosamente falando, algumas delas nem são tão recentes assim, pois já remontam há mais de oitenta anos, como é o caso da primeira geração da Escola dos *Annales* ou das contribuições iniciais da Escola de Frankfurt[1]. Outras, como a Micro-história Italiana, ou como a Escola Inglesa do materialismo histórico, têm seus primórdios nos anos de 1970 e 1960, que já praticamente prefiguram uma nova época. A discussão sobre a Pós-modernidade, que também abordaremos, mergulha-nos diretamente nesta nova época, ou mesmo em um novo tipo de sociedade (globalizada, digital, pluri-identitária, reconfigurada politicamente em um mundo no qual se desarticulou a antiga bipolarização que fora tão típica da Guerra Fria).

1. A Escola de Frankfurt não constituía um grupo de historiadores, e sim de filósofos, sociólogos e psicólogos; sua influência na historiografia contemporânea foi contudo profunda, e historiadores vários conservam em seus acordes teóricos a influência dos frankfurtianos. Esta escola será abordada no vol. VI desta série.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Assumindo o ônus de atravessar duas ou mais épocas bem diferenciadas, nosso recorte contextual corresponderá, nos volumes desta segunda parte da série *Teoria da História*, ao vasto e mutante período que vai do século XX à primeira década do século XXI. De alguma maneira, podemos entender este largo período historiográfico como regido por um grande movimento que ainda prossegue, e que se caracteriza por aspectos que incluem uma incorporação crescente de tipos de fontes históricas, ainda longe de estar concluída, assim como uma expansão de diálogos interdisciplinares que ainda não cessaram de trazer novidades para as práticas historiográficas. Este movimento da historiografia rumo à complexidade, à diversificação sempre crescente de fontes, à ampliação interdisciplinar, entre outros aspectos, traz uma coloração própria ao período que abordaremos, apesar da multiplicidade das experiências que examinaremos.

As contribuições historiográficas que analisaremos nestes três próximos volumes, por outro lado, estão muito longe de abranger uma parte mesmo que significativa da enorme variedade de contribuições historiográficas que afloraram no último século. Mas fizemos algumas escolhas. Quisemos discorrer sobre algumas das contribuições que mais influenciaram ou têm influenciado a historiografia brasileira, e foi este critério que orientou nossas escolhas para este estudo sobre a historiografia europeia do século XX[2]. É inquestionável, por exemplo, que uma enorme influência foi exercida em

2. Não será o caso, neste livro, de examinarmos a historiografia brasileira, que apenas aparecerá nas partes de comentários sobre a assimilação das contribuições da historiografia internacional pelos nossos historiadores. Para o futuro, planejamos a elaboração de uma obra sobre a história da historiografia brasileira.

PUC-RIO - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

nossa historiografia pela Escola dos *Annales* (discutiremos oportunamente a possibilidade ou não de falar nesta contribuição como uma "escola"). As sucessivas ondas historiográficas que se associaram ou que querem se ver associadas aos *Annales*, como a dos historiadores ligados à *Nouvelle Histoire*, constituíram ou ainda constituem influências importantes para inúmeros de nossos historiadores, e não podemos esquecer que "missões francesas" de intelectuais estiveram fisicamente presentes entre nós, na primeira metade do século XX, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de cursos de graduação em Ciências Sociais e Humanas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estes vínculos se conservaram, e continuaram a se fortalecer posteriormente[3].

---

3. Esse foi o caso de Fernand Braudel, o maior nome da segunda geração dos *Annales*, que esteve no Brasil na década de 1930 para lecionar na USP (e que mais tarde, em 1947, retornaria por um período menor). Da mesma missão que trouxe Fernand Braudel participaram os cientistas sociais Roger Bastide e Lévi-Strauss, que estiveram no Brasil entre 1935 e 1939. Deve-se atentar para o fato de que estes pesquisadores ainda eram muito jovens quando estiveram no Brasil, e que ninguém podia imaginar, na época, que concretizariam posteriormente uma trajetória intelectual de tal magnitude. Mas também é inegável que um vínculo foi desde então estabelecido. O historiador mexicano Aguirre Rojas, ao ressaltar a interação privilegiada entre os *Annales* e o Brasil, registra no ano de 1950 um artigo da *Revista Brasileira de História* da USP com peso de editorial ("O nosso programa"), no qual Eurípedes Simões de Paula, que foi diretor da revista e chegou a ser auxiliar docente do próprio Braudel, reafirma as relações diretas da *Revista de História* com os *Annales* (ROJAS, 2000e: 13). Quanto ao Rio de Janeiro, na mesma época em que a missão francesa se estabelecia na USP, a Universidade do Rio de Janeiro receberia como colaborador Henri Hauser, um dos membros do comitê-diretor dos *Annales*. Estes dados são apenas alguns índices para a história da receptividade dos *Annales* no Brasil. Mais informações podem ser encontradas em um artigo de Jean-Paul Lefebvre sobre os professores franceses que estiveram em missões universitárias no Brasil entre 1934 e 1944 (LEFEBVRE, s.d.), e em um artigo de Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado sobre "a origem da colaboração universitária franco-brasileira" (CAPELATO & PRADO, 1989). Em relação à expressão "missão francesa", que foi oficial no período, Fernando Novais assim se posiciona criticamente em uma entrevista

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Outra influência óbvia, e mesmo incontornável, é a dos novos marxismos, ou das correntes e escolas contemporâneas do materialismo histórico. Gramsci, Lukács, Althusser, Bakhtin, e a própria Escola de Frankfurt, que abordaremos no volume VI, constituem um universo de autores que estão bem presentes em nossa harmonia historiográfica. Edward Thompson, e a escola inglesa do marxismo como um todo, destaca-se como uma influência visível nos quadros curriculares e na bibliografia que os nossos professores universitários de História costumam recomendar aos seus alunos, e por isso a Escola Inglesa oferecerá um caminho temático a ser percorrido em um dos próximos volumes. Entre nós, a influência da Micro-história Italiana também é assumida por variados historiadores, e outros tantos admitem a repercussão da influência de Michel Foucault em seus acordes teóricos[4]. Há também os que são acusados de serem pós-modernos. Escolhemos discorrer sobre estas várias contribui-

para a revista *Estudos Avançados*: "A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação" (NOVAIS, 1994: 1).

4. Um livro-fonte interessante para estudar a recepção das contribuições internacionais no Brasil é a coletânea de entrevistas com historiadores brasileiros realizada por José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego (2002). Convidados a falarem sobre seus trabalhos, processos de formação e influências recebidas, entre outros itens, podemos perceber nos "acordes teóricos" destes historiadores a presença de autores como Edward Thompson, Carlo Ginzburg, Michel Foucault, e também dos *Annales* e da Nova História como um todo. Seria interessante uma pesquisa sistemática envolvendo um conjunto maior de historiadores, inclusive incluindo também nomes menos conhecidos, o que ainda está por se fazer. Outras fontes importantes para o estudo desta recepção de autores internacionais em nossa historiografia seriam os materiais curriculares, os programas de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras, os projetos de pesquisa apresentados para instituições governamentais financiadoras, fora a própria análise mais sistemática da produção historiográfica brasileira com vistas à percepção dessas influências e diálogos com a historiografia internacional.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

ções, e sobre as polêmicas que elas instigaram, como caminhos privilegiados para entender as fases mais recentes da modernidade historiográfica.

Poderíamos evocar e eleger para estudo, com igual propriedade, outros tantos autores e linhas de influência. Em alguns casos, só não o fizemos porque já falamos nesses autores nos outros volumes desta série. Por exemplo, tem crescido muito, nas últimas décadas, o diálogo com autores alemães cujas historiografias se desdobram de uma versão mais moderna do historicismo, como Jörn Rüsen e Reinhard Koselleck. Max Weber, ou mais propriamente a tradição hermenêutico-weberiana, é desde sempre uma influência que não cessa de repercutir entre nossos historiadores. Do lado francês têm sido reatualizadas as interações com Paul Ricoeur nas discussões sobre escrita da história e sobre a memória. Nos volumes anteriores já foram abordados, todavia, estes mesmos autores, e por isso não os retomaremos diretamente, apesar dos intensos diálogos que a historiografia brasileira e a de outras partes do mundo têm estabelecido com eles. Nossas escolhas temáticas nestes próximos três volumes, enfim, foram constituídas um pouco pela importância que as contribuições das quais iremos falar tiveram para a nossa historiografia, e um pouco para evitar repetições.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

I | Escolas

A expressão "escola histórica" aparecerá com certa frequência neste livro e nos próximos volumes desta série – uma vez que, dentre algumas das linhas e contribuições historiográficas do século XX que decidimos examinar, algumas têm sido, adequada ou indevidamente, chamadas de "escolas". Fala-se em uma "Escola dos *Annales*", em uma "Escola de Frankfurt", em uma "Escola Inglesa do Marxismo", e podemos também evocar uma "Escola Micro-historiográfica Italiana". Os historiadores, obviamente, não se definem apenas pelo pertencimento a escolas, e muitos deles não pertencem de fato a escola alguma. Há também muitas outras formas de identidade que se fazem presentes na historiografia contemporânea. Já discorremos suficientemente sobre os "paradigmas historiográficos" – dos quais o Materialismo Histórico, o Historicismo ou o Positivismo se configuram como bons exemplos – e tivemos oportunidade de falar também em "campos históricos" ou em modalidades historiográficas (história política, história cultural, história econômica, entre inúmeras outras). Os conceitos de "escola", "paradigma"

PERGAMUS: BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

e "campo histórico", entre outros conceitos e noções como a de "corrente historiográfica" e "linhas de pesquisa", ajudam a conferir uma identidade mais precisa aos diversos historiadores. Já vimos também que as identidades historiográficas têm sido assumidas cada vez mais de forma complexa, e foi por isso que, no volume anterior desta série, introduzimos o conceito de "acorde teórico" (ou "acorde historiográfico"), um conceito que permite evocarmos identidades complexas, formadas de muitos elementos e linhas de influência (BARROS, 2011d: 9-63). De todo modo, ao lado desta diversidade de categorias com as quais lidaremos neste volume, para boa parte dos grupos identitários que examinaremos a literatura historiográfica tem empregado a palavra "escola".

Convém, por isso, retomar a discussão que iniciamos no primeiro volume desta série. O que é uma "escola"? "Escola", quando a palavra é aplicada não a um prédio escolar ou a uma instituição de ensino, constitui uma categoria que se relaciona a uma espécie de corrente de pensamento ou de práticas relativas a determinado campo de saber ou de ação humana. A palavra "escola", com esse sentido, aplica-se aos mais diversos campos de atividades. Os músicos que tocam determinado instrumento como o violão ou o piano, por exemplo, podem formar escolas cuja característica principal é determinada pelo modo de dedilhar o instrumento. Os praticantes de uma arte marcial podem formar suas próprias escolas, com base em suas distintas maneiras de se conduzir em luta ou de agirem filosófica ou eticamente, mesmo que todos os praticantes da arte marcial em questão possuam um repertório de golpes em comum. Nas comunidades científi-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

cas – entre os físicos e químicos, por exemplo – ou em ofícios como o dos arquitetos e cirurgiões plásticos, podem surgir escolas.

O que caracteriza uma escola, conforme veremos, é um certo programa de ação, uma determinada identidade que se forma, um campo de escolhas (teóricas, metodológicas, temáticas, éticas, associativas, geradoras de inclusão e exclusão) que permite ao praticante do campo sintonizar-se com outros que a ele se assemelham nas mesmas escolhas. A escola, ao envolver de uma maneira ou de outra uma *práxis*, permite ser pensada em analogia com outras noções, como a de "partido político" ou de "movimento artístico". Assim como os participantes de uma escola, os membros de um partido político não precisam ou não podem ser iguais (ou mesmo semelhantes) na maior parte dos aspectos – mas todos se orientam por certos princípios em comum, ou compartilham uma espécie de programa básico com o qual a totalidade dos participantes da escola concorda. E não é só isso. Os membros de uma escola ou de um partido costumam atuar juntos, e podem se reconhecer reciprocamente quando são contemporâneos (pois devemos lembrar que um partido ou uma escola pode atravessar largos períodos de tempo, e envolver também gerações não contemporâneas). Ou seja, existe certo jogo de identidades que se harmoniza a partir do pertencimento a uma escola ou partido. Também não é incomum que os praticantes dos vários campos de saber, de práticas profissionais ou de atividades lúdico-artísticas, ao olharem para o seu passado e perceberem afinidades e núcleos de identidade diferenciados entre aqueles que os an-

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.753/2003.

tecederam, reclassifiquem alguns de seus ancestrais como pertencentes a uma mesma escola, mesmo que estes não se vissem assim em sua própria época. Dito de outra maneira, um olhar retrospectivo dos praticantes de um campo para sua própria história pode produzir novas leituras sobre as identidades pregressas.

Eventualmente, as escolas envolvem proposições éticas (são propositivas em relação aos modos de comportamento em referência a determinadas questões pertinentes ao campo), o que não acontece habitualmente com os paradigmas, que se concentram em uma determinada maneira de "ver" as coisas (teorias) ou de "fazer" as coisas (metodologia)[5]. Ou seja, na configuração de uma escola pode existir um certo programa de ação envolvido (ou, em certos casos, de inação, o que também consiste em uma decisão relativa ao campo ético). Desse modo, enquanto um paradigma teórico se refere a determinado modo de ver as coisas, sem implicar necessariamente a exigência de que aqueles que sintonizem com o paradigma se comportem de certa maneira diante de

5. A adoção de *práxis* como um princípio fundamental para o "Marxismo" – que não deve ser aqui tratado como sinônimo de Materialismo Histórico, conforme vimos no vol. III desta série (BARROS, 2011c: 15-17) – cria uma situação especial. A práxis, que remete etimologicamente ao "agir" (da mesma maneira que a teoria remete etimologicamente ao "ver" ou "contemplar"), é neste caso elevada a um princípio paradigmático. A teoria, nas proposições marxianas (de Karl Marx) imbrica-se à práxis (ao agir consciente). De todo modo, para Marx e Engels alcançarem resultados concretos, precisaram trabalhar não apenas com o universo teórico paradigmático que estavam fundando, mas também fundar ligas internacionais de trabalhadores e comunistas, articular-se a partidos. Estas ações nos aproximam da noção de escola. Podemos dizer que os fundadores do paradigma do Materialismo Histórico também organizaram uma escola marxista, embora as coisas geralmente não sejam colocadas nestes termos. Sobre as noções de teoria, práxis e poiésis, cf. o vol. III da série *Teoria da História* (BARROS, 2011c: 130-143).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

certo aspecto ou determinada situação típica, a escola tende a propor um modo de agir. Por exemplo, um autor pode sintonizar com o Materialismo Histórico, que nesta obra estamos entendendo como um paradigma teórico, mas isto não implica que este autor precise assumir posições definidas em relação ao stalinismo, ou aos ditames de determinado partido comunista, ou a qualquer outro aspecto que se queira tomar como exemplo. Mas já uma escola sintonizada com o paradigma do Materialismo Histórico pode implicar em alguma posição ser assumida em relação a questões como estas. Ou, da mesma forma, a escola pode apoiar a total liberdade dos seus membros para se posicionarem diante de certa questão ética ou política, o que também é uma orientação sobre o agir. Isso pode ser um ponto de pauta para a escola (o agir ou o não agir no tocante a certo aspecto), o que não ocorre com o paradigma (uma determinada postura ética não é ponto de pauta para um paradigma – que na verdade não possui pontos de pauta, e, sim, constitui um ambiente teórico que se forma em torno de determinadas questões e princípios fundamentais).

Com relação a isto, a antiga filosofia grega nos oferece interessantes exemplos relacionados às suas escolas. Embora estas escolas propusessem novos paradigmas (novas maneiras de ver as coisas), um elemento essencial de sua identidade era a proposição de determinado modo de agir sobre as coisas[6]. Escolas filosóficas como a dos pitagóricos, cínicos,

6. Não queremos dizer aqui que as teorias, ao introduzir estes ou aqueles "modos de ver as coisas", não interfiram diretamente no mundo, gerando ações e transformando a vida à sua volta. Buscamos apenas mostrar que começamos a adentrar o âmbito das escolas ou de outros tipos de grupos quando são colocados em pauta, pelo programa do grupo, um certo modo de agir – um agir pessoal de cada um de seus membros.

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

céticos, epicuristas ou estoicos propunham, rigorosamente falando, certa maneira de estar no mundo, de se comportar diante da vida, de suspender ou de afirmar juízos de valor. Esses pontos programáticos, que não são típicos dos paradigmas, não impedem, contudo, que escolas filosóficas como estas também se superponham a determinados paradigmas (a inclusão ou a superposição da escola a um paradigma definido pode ser um de seus pontos programáticos, entre outros). Os estoicos, cínicos e epicuristas ligavam-se a uma configuração que implicava simultaneamente uma "visão de mundo" (um paradigma teórico) e um "modo de estar no mundo" (um estilo de vida, um padrão de comportamento, um posicionamento político, um dialeto próprio para a intercomunicação de seus membros etc.). Para retomar a própria nomenclatura dos gregos, podemos dizer que escolas como essas não implicam apenas *theoria*, mas também uma *práxis*.

A questão da possibilidade de relacionamento da escola com a teoria, e da sua distinção em relação ao paradigma, requer esclarecimentos. Um paradigma teórico, torna-se tautológico dizer, diz respeito a uma visão teórica específica. Já uma escola *pode ou não* apresentar como um de seus itens programáticos a adoção de certo modelo teórico (vale dizer, a inserção em determinado paradigma teórico), ou o desenvolvimento de um viés teórico específico. Há escolas que, na complexidade de aspectos que a definem (seu programa), incluem elementos teóricos, e há escolas que nada trazem em termos de implicações teóricas para a construção de sua identidade, deixando seus membros livres no que concerne

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.644/2003

às suas escolhas teóricas. Ilustração do primeiro caso pode ser dada pela Escola de Frankfurt – escola marxista que, à sua perspectiva específica do materialismo histórico, agrega outras influências teóricas, como a de Freud. Há inclusive um vocabulário conceitual mínimo que atravessa a produção bibliográfica dos diversos membros desta escola, para além das escolhas e desenvolvimentos conceituais que singularizam cada autor. Já a Escola dos *Annales* é o caso típico da escola que não inclui aspectos teóricos em seu programa[7].

As escolas também desenvolvem eventualmente uma forma específica de sociabilidade científica. Os intelectuais sintonizados com um paradigma podem trocar livremente informações e discutir eventualmente suas ideias em congressos ou simpósios – e isto é sempre uma ação espontânea de cada intelectual-pesquisador interessado em expor suas

7. Autores diversos já discorreram amplamente sobre a ausência de uma teorização, ou de um padrão teórico único, que contribuísse para a coesão identitária dos *Annales* (cf. FONTANA, 1982: 204, e ARÓSTEGUI, 2006: 147, entre outros). Daí que os vários historiadores dos *Annales* eram livres para se inserir neste ou naquele paradigma, para importar livremente aportes teóricos de outras disciplinas, e assim por diante. Os *Annales*, dessa maneira, podem ser tudo, menos um paradigma teórico. Não havia mesmo um grande interesse, senão de uns poucos annalistas, em discutir questões teóricas – e, quando o fizeram, falaram em seus próprios nomes, e se pronunciando a partir de vieses específicos, tal como foi o caso de Bloch (1941-1942) e Morazé (1967). Jacques Le Goff, historiador da terceira geração dos *Annales* (que se autodenominou *Nouvelle Histoire*), também chama a atenção para este aspecto em um prefácio-manifesto para a obra coletiva *A História Nova* (1978), no qual reconhece que "os historiadores da história nova, insistindo, com razão, na multiplicidade das abordagens, não deixaram de negligenciar a preocupação com a esfera teórica" (LE GOFF, 2011: 170). Sintoma da ausência de uma unidade teórica mínima é a liberdade com a qual os annalistas discorreram sobre a cientificidade ou não da História. Para Bloch, a história é "ciência dos homens no tempo"; para Febvre, é uma "forma de conhecimento cientificamente conduzido"; para outros, a História não é ciência. Outra evidência é a adesão dispersa dos annalistas a este ou àquele paradigma ou combinação de influências paradigmáticas.

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

próprias descobertas ou em discutir as ideias de outros que sintonizam com o seu ambiente teórico –, mas as escolas não raro fazem como os partidos políticos, possuem uma agenda bem-definida e discutem seus pontos e encaminhamentos em reuniões específicas. Isso não é uma regra, mas ocorre amiúde. A Escola de Frankfurt – uma escola contemporânea de filósofos, sociólogos e psicólogos que tinha como base o Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt – colocava em pauta as tarefas intelectuais que seriam assumidas pelos seus membros. As reuniões não eram casuais e livres, mas um mecanismo de funcionamento da própria escola. Às vezes a produção intelectual dos membros dessa escola era solicitada para atender a determinados objetivos. Assim, como a escola formava-se a partir de uma perspectiva transdisciplinar, alguns de seus autores eram convidados a assumir a tarefa de sintetizar a obra e as contribuições de pensadores considerados basilares pela escola, como Marx, Hegel, Freud, entre outros. O livro de Herbert Marcuse (1898-1979) sobre Hegel – *Razão e revolução: Hegel e o advento da Teoria Social* (1941) – deve ser compreendido a partir deste prisma. Essa forma de sociabilidade científica, que é típica das escolas (mas não dos paradigmas), indica uma distinção fundamental entre as duas categorias. O paradigma constitui um ambiente teórico, mas a escola conforma um grupo. Nos casos em que a escola possui uma faceta institucional, como foi marcante na Escola de Frankfurt, pode ocorrer mesmo uma divisão de trabalho intelectual ou prático entre os membros da escola, bem como a formação de territórios de reflexão aos quais se dedicam os diversos membros da escola

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

dentro do campo temático maior que conforma seu universo programático. As reflexões de Theodor Adorno (1903-1969) sobre a música, entre outros campos de seu interesse, ou os trabalhos de Erich Fromm (1900-1980) relacionados à psicologia social, podem ser compreendidos sob o prisma de um programa a ser cumprido por esta escola, que tinha entre seus itens programáticos a transdisciplinaridade (diálogo sistemático entre várias disciplinas).

O exemplo da escola de Frankfurt remete a outro aspecto: certa escola pode, eventualmente, incluir uma perspectiva trans ou interdisciplinar entre seus pontos programáticos. A escola filosófica dos pitagóricos, que se reunia na antiga cidade grega de Crotona e que era também uma seita secreta de caráter místico/religioso, apresentava como ponto programático importante a mútua interação entre matemática e música. Os pitagóricos agruparam-se inicialmente em torno de Pitágoras[8], fundador da escola e seu primeiro líder, o que nos leva a um ponto importante a ser discutido com respeito às escolas, que é o da liderança. Com frequência uma escola apresenta líderes – não necessariamente um só líder, como no caso dos pitagóricos no momento de sua formação, mas

8. Pitágoras (c. 570-500 a.C.) é uma das figuras mais enigmáticas da antiga filosofia grega, e há poucas informações comprovadas sobre sua vida pessoal. Nasceu e viveu na ilha de Samos até os 40 anos, quando se mudou para Crotona e fundou a escola pitagórica. A escola conseguiu difundir sua influência por diversas colônias gregas e, ao que se sabe, acabou por atrair contra si uma revolta popular, como resistência ao seu caráter hermético e reação ao aristocratismo que nela estava implícito. Registram-se contribuições importantes de Pitágoras para a filosofia, para a matemática e para a música, como o famoso teorema sobre o triângulo retângulo (Teorema de Pitágoras) e a descoberta da série harmônica, no que concerne à teoria musical. O fundamento central de sua filosofia é a ideia de que o número é o princípio de todas as coisas. A própria música, campo de interesse fundamental para os pitagóricos, era considerada a "harmonia dos números".

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

eventualmente nomes que trazem coesão ao grupo e mesmo influenciam seus rumos. A Escola dos *Annales* apresentou em sua primeira geração a liderança de Bloch e Febvre; na segunda direção esteve sob a liderança maior de Braudel; nas terceira e quarta gerações, se apoiarmos a hipótese de que a escola teve uma continuidade no grupo da *Nouvelle Histoire*, esta liderança partilhou-se em muitos nomes. Quanto ao paradigma, não há sentido, neste caso, em falar em líderes. Ranke não era líder do paradigma historicista, mas pode ser discutida a sua posição como um dos líderes da Escola Histórica Alemã. Uma escola tende a implicar uma hierarquia de posições, ao menos implícita. Os membros de uma escola costumam reconhecer a posição mais central de alguns de seus nomes, mesmo que não explicitem isso, o que confere a esses nomes certas oportunidades de poder. Os historiadores franceses Gabriel Monod (1844-1912) e Ernest Lavisse (1842-1922), na época de predomínio francês da escola histórica dos metódicos, e também Fernand Braudel (1902-1985), líder da segunda geração dos *Annales*, acumularam poderes quase absolutos nos limites de suas escolas[9]. Para isso ocorrer, e nem sempre este é o caso, é preciso que a escola apresente uma base institucional efetiva (ligação com instituições concretas, como universidades ou um instituto próprio, gerência de uma revista ou outros meios de comunicação, detenção de acesso a cargos institucionais ou universitários).

O caso da "escola pitagórica" da antiga filosofia grega, anteriormente citada, remete a outro aspecto que é impor-

9. Sobre o prestígio e poder de Braudel na segunda geração dos *Annales*, cf. o artigo "Le habits neuf du Président Braudel", de François Dosse (1986).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tante considerar. Neste caso, temos uma escola que coincidia com uma seita, o que não é comum. Os pitagóricos apresentavam como pontos programáticos o distanciamento em relação à população e o caráter sigiloso, mais do que isso – *secreto* – de seus conhecimentos. Os membros não podiam divulgar segredos do grupo, supostamente sob pena de banimento ou mesmo morte. Distintamente deste caso, uma escola não é habitualmente uma seita, mas sim uma associação livre. A escola tende a apresentar aberturas para fora, e liberdades de movimento em seu ambiente interno. Geralmente, as escolas têm por item programático implícito a divulgação de seus trabalhos e do conhecimento por elas elaborado (no caso das escolas científicas). O espírito de seita não costuma ser apresentado como item de uma escola, ainda que não seja impossível ocorrer a reconfiguração de uma escola em seita, da mesma maneira que pode ocorrer a uma teoria se transformar em dogma ou que ela se enrijeça em doutrina[10].

Vale ainda lembrar algo mais nesta comparação entre os conceitos de "paradigma" e "escola" (que não são conceitos mutuamente excludentes, é sempre bom frisar, visto que um paradigma pode conter algumas escolas, e outras escolas podem incluir diálogos com vários paradigmas). Referimo-nos à ideia de "lugar". Os paradigmas não estão em nenhum lugar específico, pois são ambientes teóricos que se produzem nos vários campos de saber a partir de certos sistemas que são tomados como modelos, de princípios que são reconhecidos

10. Sobre a teoria que deteriora em dogma, cf. o capítulo "Liberdade teórica" do vol. I da série *Teoria da História* (BARROS, 2011a: 253-265).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

como caminhos úteis ou interessantes para serem seguidos ou reconstruídos, e também a partir das próprias obras dos autores que vão se inserindo ou se sintonizando com os paradigmas de uma maneira ou de outra. Já as escolas podem de fato estar em um lugar, o qual pode ser mesmo físico.

Platão (428-348 a.C.), para criar sua escola filosófica, encontrou um lugar físico para erguer sua Academia, e também Aristóteles (384-322 a.C.) encontrou um lugar para seu Liceu[11]. De igual maneira, a criação de um instituto em uma universidade, com sede própria, pode ensejar as circunstâncias para o florescimento de uma escola, como foi o caso da Escola de Frankfurt. Para trazer uma base institucional à Escola dos *Annales*, Lucien Febvre (1878-1956), que já instituíra com Marc Bloch (1886-1944) a *Revista dos Annales*, procurou ligar este movimento à Sexta Seção da École Pratique des Hautes Études, seção dedicada à História, nesta instituição de ensino e pesquisa, que foi fundada em 1947 pelo próprio Lucien Febvre e por ele dirigida até a sua morte, em 1956.

O lugar físico, todavia, não é um pré-requisito para a existência de uma escola. Os filósofos sofistas, todos estrangeiros (metecos) que transitavam nas antigas cidades gregas do século V a.C., constituíram sua escola filosófica – ou seu movimento, se preferirmos esta designação para este caso – de forma itinerante. Percorriam as diversas cidades gregas e

11. A Academia de Platão encontrou sua localização, em 387 a.C., em um ginásio situado nos jardins de um subúrbio de Atenas (o local se referia ao herói *Academus*). O Liceu de Aristóteles foi fundado em 335 a.C. Hoje em dia estas duas palavras – academias e liceus – difundiram-se para designar lugares de ensino e produção de saber. A palavra liceu tendeu a se referir a escolas de ensino secundário. A palavra academia tendeu a indicar locais onde não apenas o saber é ensinado, mas também produzido.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ofereciam seu ofício filosófico à educação de jovens da classe dirigente que tivessem a ambição de alcançar sucesso na classe política. Esta escola filosófica tinha como item programático a postura ética de que a retórica, bem-conduzida, podia trazer sucesso a qualquer argumento. Ao mesmo tempo, sofistas como Protágoras[12] instituíram a prática de aceitar pagamento pelos seus ensinamentos, um agir que se constituiu em ruptura em relação à postura ética dos filósofos até então. Os sofistas organizavam-se, desse modo, em torno de um núcleo de saber (a arte da argumentação) e de um princípio ético, o de que esta arte retórica podia ser utilizada para finalidades diversas, inclusive com vistas à constituição da filosofia como ofício. Górgias (c. 485-380 a.C.), um dos sofistas da Grécia Antiga, era famoso por construir raciocínios irrefutáveis para apoiar opiniões distanciadas do chamado bom-senso ou dos valores comumente aceitos[13]. Sua

12. Protágoras (483-410 a.C.) foi o primeiro sofista a aceitar pagamento em troca de seu conhecimento e habilidade retórica, e é o autor da célebre frase "o homem é a medida de todas as coisas". Com esta frase, Protágoras institui o relativismo como um item programático da escola dos sofistas, se é que podemos chamar assim a este grupo ou movimento. Em Atenas, o prestígio social de Protágoras – um meteco nascido em Abdera – pode ser avaliado pela amizade pessoal que gozou junto a Péricles, um dos nomes políticos mais importantes da Atenas Clássica. A certa altura de sua vida, contudo, atraiu contra si as hostilidades dos atenienses por ter proferido a afirmação sofística de que "não se pode afirmar que os deuses existem nem que não existem", e teve de se transferir para a Sicília.

13. Górgias (c. 485-380 a.C.) atuou como sofista na Grécia Antiga e foi mestre na arte dos paradoxos (expressão surgida a partir de sua própria prática), desenvolvendo concomitantemente um lendário poder de persuasão que lhe permitia cativar grandes plateias. Em suas obras escritas, esmerava-se em demonstrar sua habilidade para sustentar posições argumentativas absurdas. Costumava também demonstrar suas habilidades retóricas, e exercer a prática sofística, em grandes apresentações nas quais se dispunha a ouvir questões colocadas pela plateia sobre qualquer assunto para, em seguida, respondê-las sem nenhuma preparação anterior. Um dos principais ouvintes de Górgias, Antístenes, depois fundaria a escola dos cínicos. Ou-

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

escola apoiava-se no item programático que assegurava aos praticantes da filosofia o direito de se valer de sua habilidade retórica para finalidades diversas, sem grandes impedimentos morais[14]. A escola, aqui, amparava-se essencialmente em certo "modo de agir" (uma ética).

Uma escola, conforme pudemos ver até aqui, deve ser compreendida a partir de seus itens programáticos. A História, assim como outros campos de saber, também produziu as suas escolas. Pelo menos desde a segunda metade do século XVIII podemos falar de escolas historiográficas, e principalmente nos séculos XIX e XX. Não se trata de uma regra – e acredito mesmo que isto vá ocorrer cada vez menos no futuro –, mas com alguma frequência as escolas historiográficas foram batizadas com base nos nomes de cidades ou países de origem de seus membros, ou dos lugares em que estes atuaram[15]. Na Escócia do século XVIII, por exemplo,

---

tro de seus discípulos célebres foi Isócrates. Das obras de Górgias, conservaram-se o *Encômio de Helena* e a *Defesa de Palemedes*, além de outros escritos que nos chegaram incompletos, como o famoso tratado *Sobre a não existência*. No *Encômio*, assim se expressa a respeito do poder das palavras, princípio-chave da escola sofística: "Assim como diferentes drogas trazem à tona os diferentes humores do corpo –, alguns interrompendo uma doença, outros a vida – o mesmo ocorre com as palavras: algumas causam dor, outras alegria, algumas provocam o medo, algumas instilam em seus ouvintes a ousadia, outras tornam a alma muda e enfeitiçada com crenças más" (GÓRGIAS, 2001: 30-33).

14. Os sofistas sustentavam que a moralidade ou imoralidade de uma ação não poderia ser julgada fora de seu contexto cultural. Com isso, afrontavam a ideia de que o Bem existiria de forma absoluta, e ressaltavam que os valores habitualmente associados ao agir humano dependiam de convenções. A virtude, de igual maneira, não era nata, e poderia ser ensinada, além de depender de pontos de vista.

15. Na Era Digital – na qual se afirmaram a comunicação instantânea a partir da internet, uma globalização cada vez mais abrangente e uma enorme facilidade de transportes em diversos níveis, e também na qual os quadros do nacionalismo têm sua importância matizada – as escolas possivelmente tenderão a se libertarem de quadros nacionais. É possível também que esta forma de identidade teórica perca

PUC RS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

foi atuante um grupo de historiadores que ficou conhecido como Escola Escocesa e que tinha como principais nomes os de Adam Ferguson, John Millar e David Hume[16].

Na Alemanha, por ocasião da formação do paradigma historicista, floresceu uma escola historiográfica que logo ficaria conhecida como Escola Alemã. Entre os historiadores ligados a esta escola, que praticamente atravessa o século XIX, teremos nomes como os de Ranke, Niebuhr e Droysen[17]. Mas aqui há um ponto importante. Leopold von

sua importância perante outras identidades que se afirmam nas sociedades contemporâneas.

16. David Hume (1711-1776), filósofo que foi autor de uma alentada *História da Grã-Bretanha* (1754-1762), ficou ainda mais conhecido por suas obras filosóficas, a partir das quais se tornou um dos grandes nomes da filosofia empirista inglesa (ao lado de John Locke e George Berkeley). Sobre Hume, cf. comentários no vol. I da série *Teoria da História* (BARROS, 2011a: 75-76). Adam Ferguson (1723-1816) escreveu um *Ensaio sobre a história da sociedade civil* (1767) e uma *História do progresso e da rescisão da República Romana* (1783), além de obras filosóficas como os *Princípios da moral e da ciência política* (1783). Em relação a John Millar (1735-1801), sua obra histórica de maior destaque foi o *Panorama histórico sobre o governo inglês* (1787). Na Economia, Millar foi discípulo de Adam Smith (1723-1790), e, aliás, a Economia Política Clássica também é uma nota presente no acorde teórico de Adam Ferguson. Este aspecto é interessante. Nada impede que um autor seja associado a duas escolas, em dois campos distintos de saber. Quando examinamos a obra de John Millar de um ponto de vista da história da historiografia, emerge com clareza sua pertença à Escola Escocesa da historiografia, que se apoiava em uma concepção naturalista da História. Quando examinamos este mesmo autor sob o ponto de vista da história da economia, tendemos a confirmar sua pertença à escola britânica clássica da Economia Política. Os historiadores da Escola Escocesa, e também alguns dos nascentes economistas da escola da Economia Política que mais tarde ficaria conhecida como "clássica", também apresentam em seus acordes teóricos uma conexão política com os Whigs (partido liberal britânico). Sobre John Millar, vale ainda lembrar que foi um dos primeiros historiadores a utilizar o conceito de "luta de classes", que mais tarde também seria adotado pelos historiadores franceses da Restauração (Guizot, Thierry, entre outros), e que daí chegaria a Karl Marx, que o elegeu como um dos conceitos centrais de sua perspectiva historiográfica.

17. Sobre Ranke e Droysen, leia os capítulos correspondentes a estes historiadores no volume IV da série *Teoria da História* (BARROS, 2011d: 69-128).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Ranke (1795-1886) e os historiadores de sua geração perceberam essa ligação, o que autoriza a falar neles como uma escola a partir da própria percepção que estes historiadores tinham de si mesmos. Johann Gustav Droysen (1808-1884), contudo, não queria se identificar com Ranke, historiador a quem dispensava severas críticas, apesar da base comum que ambos tinham no paradigma historicista. Por isso, em *Historik* (1858), Droysen se refere a Ranke e a outros historiadores a ele ligados como pertencentes a uma certa Escola de Göttingen, à qual trata como "uma escola do final do século XVIII, que ora está findando" (DROYSEN, 2009: 30). Mesmo adotando a perspectiva de Droysen, este juízo não foi inteiramente correto, uma vez que ainda perduraram por muito tempo a influência mais direta de Ranke e a identificação de gerações seguintes com este historiador. Na verdade, até mesmo ocorreu certo renascimento rankeano, em alguns setores historiográficos, na primeira metade do século XX. É difícil datar o fim da Escola de Göttingen como Droysen propôs. E a ironia maior é que, apesar da preocupação de Droysen em demarcar sua distância em relação a Ranke e a outros historiadores da primeira leva do historicismo alemão, a história da historiografia tendeu a agrupar em uma Escola Alemã tanto os rankeanos como os historiadores alemães mais relativistas que começam a surgir na segunda metade do século XIX, entre os quais o próprio Gustav Droysen. Max Weber (1864-1920), por exemplo, embora também demarque com clareza seu próprio distanciamento em relação ao realismo rankeano, não se constrange em se referir à "escola histórica à qual também pertencemos"

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2003

(WEBER, 2006: 121). E a maioria dos historiógrafos preferiu também agrupar sob a designação de uma única escola esse grande movimento da historiografia alemã que se modificou no decorrer de um século e até se desdobrou em duas perspectivas distintas, a do realismo rankeano e a do relativismo à maneira de Droysen e de outros historiadores e filósofos da história que empreendem uma crítica à perspectiva rankeana.

O exemplo nos mostra que uma escola histórica não corresponde necessariamente à maneira como os historiadores a ela referidos se reconheciam reciprocamente em sua própria época, embora isso possa sem dúvida ocorrer, até mesmo com certa frequência. As gerações seguintes de estudiosos deste campo de saber em questão, e outras que depois virão, podem reorganizar o quadro historiográfico e agrupar em escolas historiadores e filósofos que, a si mesmos, não se viam ou resistiriam à ideia de se ver como pertencentes a uma mesma escola. Um nível de reconhecimento recíproco, certamente, costuma ocorrer entre os historiadores que terminam por ser agrupados em uma escola. E há casos, que não são poucos, em que a escola histórica é uma construção da própria época em que floresceu, com a conivência daqueles que se colocavam como seus membros, trabalhando mesmo para a construção dessa identidade. Mas a criação da escola *a posteriori* também não é incomum, como já foi ressaltado anteriormente.

De qualquer maneira, há um certo sentimento de pertença que pode se estabelecer entre grupos e setores de historiadores de uma mesma época, e mesmo entre historiadores de

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

gerações distintas (a escola, como dissemos, pode atravessar o tempo, sem se deixar confinar a um grupo de historiadores contemporâneos). Quando ocorre esse sentimento de pertença, e os historiadores que deste sentimento partilham começam a trabalhar juntos de alguma maneira, ou a se reconhecerem como grupo que se confronta a outros grupos, apresenta-se aqui uma circunstância favorável ao surgimento de uma escola, ou à posterior classificação deste grupo como escola, mesmo que os historiadores ligados ao grupo não tenham empregado para si mesmos essa designação.

Quase sempre, há outros elementos que favorecem a identidade de escola em relação a um grupo de historiadores ou de outros tipos de estudiosos e profissionais. Um desses elementos é a existência de meios de difusão e propagação de ideias que possam ser identificados com o grupo. As "revistas científicas", por exemplo, constituem excelente elemento de difusão que pode favorecer uma identidade de escola. Existem revistas de história desde que Ranke fundou, em 1831, o *Historisch-Politische Zeitschrift*, a pedido do governo prussiano, para o qual trabalhava. Não necessariamente vinculadas a uma escola, mas apresentando esta possibilidade, as revistas mostraram ser excelentes meios de fortalecimento de identidade para grupos de historiadores, e ótimos instrumentos para a divulgação dos trabalhos do grupo. A Escola Metódica, que reunia historiadores franceses que intermesclavam a contribuição positivista e um certo viés relacionado à corrente realista do historicismo alemão, tinha sua própria revista: a *Revue Historik*[18]. Quando os historiadores dos *An-*

18. Leia sobre esta revista no vol. I desta série (BARROS, 2011: 167).

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

nales quiseram formar um grupo que claramente se contrapunha à escola metódica, elegendo-a como o seu "outro" que precisava ser combatido, fundaram a *Revista dos Annales*, que acabou dando o nome à sua própria escola, se assim quisermos categorizar este movimento ou grupo de historiadores.

A escolha de um "outro" para a consolidação da identidade de uma escola é bastante frequente. Este "outro" pode ser uma escola que é construída como rival, ou pode ser uma prática já difundida no meio profissional ou no campo de saber – prática esta que a escola pretende confrontar, ou com a qual busca romper. Os *Annales* não elegeram como seu "outro" apenas a Escola Metódica, mas também procuraram a seu tempo construir a imagem de que se opunham a toda uma historiografia tradicional, diante da qual podiam se apresentar como uma *Nova História*[19]. No interior do paradigma do Materialismo Histórico, sem questionar seus limites e parâmetros fundamentais, a Escola Inglesa de Edward Thompson, Christopher Hill e Hobsbawm elegeu como seus "outros" alguns setores do próprio ambiente marxista, como, por exemplo, a corrente mais linear do Materialismo Histórico, mais afeita a um determinismo econômico enrijecido e

19. A importância do "outro" para a Escola dos *Annales* parece confirmada em um sintomático texto de Braudel (1978) – texto, aliás, no qual o antigo líder da segunda geração dos historiadores da Escola dos *Annales* deixa escapar a queixa de ter sido substituído na direção do movimento, no ano de 1969, por uma nova geração de historiadores franceses. Diz ele: "Meus sucessores tiveram uma tarefa mais difícil do que a minha porque os *Annales*, queiram ou não, entraram no *establishment*, converteram-se em um poder, estão tranquilos, não têm mais inimigos. E isso gera problemas [...] É difícil ser herético e ser inovador quando, subitamente, converte-se em algum sentido ortodoxo" (BRAUDEL, 1978c: 251). Em relação ao "outro" em Febvre, é sintomático que, em alguns dos títulos de seus artigos polêmicos, essa referência seja explícita, como no artigo "A história deles e a nossa" (1938), republicado nos *Combates pela História* (1953: 276-283).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

de via única, ou como as propostas althusserianas de um materialismo teórico mesclado ao estruturalismo francês. Sua bandeira era a da renovação do Materialismo Histórico, seu programa incluía uma maior atenção temática às questões históricas relacionadas à cultura, e ainda itens teóricos como a redefinição do conceito de "classe social" a partir da experiência histórica que a produz e da consideração da instância da cultura.

Para a Escola Inglesa do Materialismo Histórico, a redefinição de conceitos como o de classe social, a crítica ao determinismo linear, assim como a atenção temática às instâncias culturais, entre outros aspectos, constituem itens programáticos que orientam a linha de ação dessa escola, assim como foram itens programáticos importantes para os *Annales* a interdisciplinaridade e a crítica à história política tradicional.

O "programa", como vemos, é fundamental para a constituição de uma "escola". Não precisa ser um programa publicado, ou mesmo explicitado, mas deve estar presente, pois é essencialmente um programa o que define uma escola. Não é raro que este programa apareça explicitado sob a forma de manifestos, de editoriais de revista, ou de artigos nos quais se busca estabelecer uma polêmica em relação às posições contrárias, tal como ocorreu com alguns dos textos publicados pelo historiador annalista Lucien Febvre no livro *Combates pela História* (1953). Outras vezes o programa aparece implícito em artigos e textos críticos, tal como ocorre com os textos de Edward Thompson publicados em *Miséria da teoria – Ou um planetário de erros* (1978). Nesta obra, embora Thompson a dirija abertamente contra Althusser (materia-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

lista histórico ligado a uma outra corrente do paradigma), seu maior objetivo é o de encaminhar um programa. Alguns dos artigos reunidos e publicados por Hobsbawm em *Sobre História* (1997) também se prestam a este fim.

Conforme vemos, e já buscando uma síntese, "escola" é um conceito que se refere à adoção de um "programa" em comum, à criação de certos meios de intercomunicação e de difusão externa das ideias e trabalhos dos seus membros, ao esforço de reconhecimento recíproco entre os participantes da escola, à formação de um grupo e de uma identidade própria. A escola implica certo empenho coletivo (autores em isolamento intelectual, ou que constroem sua identidade em termos de uma contribuição extremamente específica, não formam ou não se integram, e nem querem se integrar, a nenhuma escola). O programa de uma escola, além disso, não se constitui necessariamente de aspectos teóricos (embora também possa incluí-los), e pode abarcar itens diversos, como certas alternativas metodológicas, determinadas posturas éticas, escolhas temáticas prioritárias, atuação mais efetiva no interior de modalidades específicas que estão incluídas no campo de saber em questão (para a História, por exemplo, temos inúmeros campos históricos, como a história cultural, a história política, a história das ideias, entre tantos outros). Estes aspectos, de naturezas distintas, podem fornecer elementos identitários para os autores que se incluem ou querem se incluir em uma escola, e constituir itens do programa desta escola (um programa, tal como já ressaltamos, não necessariamente explicitado ou tornado público, embora diversas vezes isso ocorra). Pode se dar ainda que os

UFCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

membros de uma escola persigam objetivos institucionais ou políticos, que fundem institutos (como foi o caso da Escola de Frankfurt) ou que almejem ocupar posições no universo institucional dominante, como foi o caso dos primeiros historiadores dos *Annales* ao elegerem como inimigos institucionais os historiadores franceses da Escola Metódica. Esta escolha de quem ocupará o papel do "outro", como vimos, também costuma ser comum em escolas.

Os elementos acima sintetizados ajudam a compreender o que é uma escola. Ocorre que, inadvertidamente, muitos confundem "escolas" com "paradigmas", ou com "linhas metodológicas", ou ainda com "campos históricos". Devemos ter clareza sobre o que significa cada uma dessas categorias para não empreendermos comparações indevidas e para não gerarmos problemas difíceis de resolver. Não podemos comparar uma laranja com um legume, e muito menos com um automóvel, como se eles pertencessem à mesma categoria de objetos. Podemos compará-los, sim, se cercarmos esta comparação com os devidos alertas de que estamos lidando com objetos de naturezas distintas. No caso das categorias de análise com as quais estamos lidando, há problemas adicionais, pois ao opor certa escola histórica a determinado paradigma, ou ao contrapor este paradigma a um campo histórico específico, deixamos de perceber que os membros desta ou daquela escola podem partilhar das ideias e/ou dos paradigmas ou atuar nos campos históricos que, indevidamente, estão sendo abordados como compartimentos não comunicantes entre si.

PIORSBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Suponhamos a afirmação: "No decorrer do século XX, a historiografia ocidental assistiu ao apogeu de alguns de seus grandes paradigmas: os *Annales*, o Quantitativismo, o Materialismo Histórico, a História Cultural". Uma afirmação equivocada como esta mistura quatro categorias, que não se colocam necessariamente em oposição umas às outras. Os *Annales* devem ser entendidos como "escola", "movimento", ou, se não considerarmos adequados estes conceitos, como grupo de historiadores. Os historiadores dos *Annales* não constituíam um paradigma teórico, nem mesmo um paradigma metodológico único. Já o Materialismo Histórico é, de fato, um paradigma teórico (muitos o abordam também como um paradigma teórico-metodológico, se considerarmos seu método de representar a realidade a partir da dialética e das contradições). O quantitativismo é uma tendência metodológica. E a história cultural constitui um campo histórico.

Estes quatro exemplos não configuram fenômenos ou experiências da mesma natureza. Quando os comparamos indevidamente, ou criamos um esquema que os situa em oposição, produzimos mais problemas do que os resolvemos. Ao se criar uma oposição entre o paradigma do Materialismo Histórico e a modalidade da história das mentalidades, não se sabe mais o que fazer com a magnífica contribuição historiográfica de Michel Vovelle (n. 1933), um historiador marxista que trabalhava com o campo histórico das mentalidades, e que de resto era filiado à escola histórica dos *Annales* (ou da *Nouvelle Histoire*)[20]. Se acreditarmos que História

20. No prefácio para a obra coletiva *A Nova História* (1978), Jacques Le Goff evoca o caso de Guy Bois, historiador simultaneamente marxista e filiado à Escola dos *An-*

FUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Cultural e Materialismo Histórico são ambos *paradigmas*, e ainda por cima antagônicos, teremos dificuldade de conectar a obra de Edward Thompson (1924-1993), historiador marxista, com um dos campos históricos com os quais seus trabalhos mais sintonizam: a História Cultural (além da História Social, é claro). O campo histórico da História Cultural não é de modo algum incompatível com o paradigma do Materialismo Histórico, e um historiador marxista pode se dedicar tanto à História Cultural como à História Econômica, assim como a qualquer outro campo histórico, inclusive a história das mentalidades. De igual maneira, se pensarmos no Quantitativismo e no Materialismo Histórico como campos separados no interior da mesma categoria (como "paradigmas", tal como propôs a afirmação anterior), teremos dificuldades consideráveis em localizar adequadamente a contribuição de Ernst Labrousse (1895-1988), historiador marxista ligado à Escola dos *Annales*, que trabalhava com o campo histórico da História Econômica, e que instituiu mais sistematicamente a linha metodológica relacionada ao Quantitativismo.

Precisamos desenvolver muita clareza relativamente ao significado de cada uma destas categorias (escola, paradigma, campo histórico, linha metodológica). Por isso, recomendamos a releitura do primeiro volume desta série (*Teoria da História* – princípios e conceitos fundamentais). Um paradigma refere-se, conforme já foi ressaltado, às instâncias teóricas que são assumidas pelos praticantes de determina-

nales (LE GOFF, 2011: 164), à qual identidade podemos acrescentar o trânsito mais habitual pela modalidade da História Econômica.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

do campo de saber (isto é, à maneira como estes praticantes "veem" seu campo de saber)[21]. Uma escola é essencialmente um grupo definido por aspectos identitários de naturezas diversas, conforme já foi discutido. Um campo histórico é uma modalidade historiográfica com a qual uma pesquisa pode se interconectar (lembrando que uma mesma pesquisa pode se interconectar com vários campos históricos ao mesmo tempo). Uma linha metodológica refere-se aos métodos e procedimentos, à maneira de "fazer", empregados por um historiador ou outro profissional para produzir seu trabalho.

Nos próximos livros desta série abordaremos algumas linhas historiográficas importantes, sejam elas escolas, campos históricos ou correntes teóricas. Não trataremos mais dos paradigmas, a não ser lateralmente, pois já fizemos isto nos volumes II e III desta série, embora possamos falar mais detidamente de correntes específicas que se achem inscritas no interior de um paradigma, e tampouco abordaremos linhas metodológicas, pois dedicaremos outra série a este estudo, que seria o da Metodologia da História. Mas poderemos falar de escolas que se inscreveram dentro de certos paradigmas, como a Escola de Frankfurt ou a Escola Inglesa, que se inseriram dentro do paradigma do Materialismo Histórico. E poderemos falar da Escola dos *Annales* (ou do movimento dos *Annales*, se preferirmos) – uma escola que transcende os paradigmas e que possuiu em seus quadros historiadores ligados a paradigmas ou combinações paradigmáticas distintas. No caso da Escola Micro-historiográfica Italiana, assumimos uma

21. Também poderíamos falar em paradigmas metodológicos, mas não será o caso neste livro.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

certa ambiguidade. A Micro-história não é uma escola, mas sim um campo histórico, definido por certa abordagem da História. Mas é também fato que um determinado grupo de historiadores italianos formou algo que pode ser muito bem considerado uma escola, ao fundarem uma revista (os *Quaderni Storici*), ao adotarem uma perspectiva em comum (a micro-história), ao trabalharem em conjunto, e ao construírem uma identidade na qual todos se reconhecem. Desse modo, é possível falar na Escola Micro-historiográfica Italiana, sem deixar de tomar a precaução de esclarecer que a micro-história, no sentido mais amplo, é na verdade um campo histórico, aberto a todos os historiadores que tenham optado por esta abordagem que oportunamente esclareceremos.

O problema mais complexo é o do Pós-modernismo. Os pós-modernos, e teremos uma grande dificuldade em definir quem são, não constituem uma escola, não desenvolveram uma contribuição teórica unidirecionada a ponto de ser legítimo dizer que constituem um "paradigma", não configuram um "campo histórico", e suas contribuições não giram em torno de uma mesma "linha metodológica". Preferiremos dizer que o Pós-modernismo é uma corrente, no interior da História e de outros campos de saber, que pode tocar setores relacionados a distintas escolas, paradigmas e campos históricos. Há autores que consideram o Pós-modernismo como um grande paradigma que se opõe ao paradigma moderno. Traremos esta discussão à baila no momento oportuno, mas não optaremos por enxergar o atual panorama historiográfico desta maneira. Em nossas reflexões anteriores, decidimos utilizar a expressão "paradigma" para visualizar as diversas cor-

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

rentes que se organizaram no interior da matriz disciplinar da História. O Pós-modernismo, ou pelo menos certos setores que parecem se afirmar no interior do pós-modernismo historiográfico, propõe modificações na própria matriz disciplinar da História ao afrontar aspectos como a "intenção de verdade" da historiografia e romper, em alguns casos, a fronteira entre história e ficção. Estará propondo o pós-modernismo uma nova matriz disciplinar para a História? Ainda é cedo para dizer isso. Por ora, trataremos esta linha historiográfica como uma "corrente", expressão mais desimpedida, abrangente, e capaz de melhor assimilar ambiguidades.

Iniciaremos nossa caminhada, neste volume, por um exame da Escola dos *Annales*. Muitos têm contestado a utilização dessa categoria – "escola" – para este grupo de historiadores. Alguns preferem falar em um "movimento" dos *Annales*. Assumiremos a expressão Escola dos *Annales* sem maiores problemas, pois a mesma já se difundiu consideravelmente, considerando ainda que os historiadores dos *Annales* apresentaram efetivamente certo programa de ação, constituíram um meio de divulgação para suas ideias (a *Revista dos Annales*), reconheceram-se reciprocamente como grupo. Desse modo, o uso da categoria "escola" não prejudica a compreensão deste importante movimento historiográfico. A palavra "movimento", que contorna discussões que polemizam em torno da utilização da categoria "escola" para este caso, também será empregada, alternativamente.

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.639/2003

II Os *Annales*: suas lutas e convergências

1 Os *Annales*: entre mitos e realidades

A Escola dos *Annales*, em alguns países como o Brasil, alcançou quase a posição de um mito, no sentido popular desta expressão. Os historiadores dessa escola estenderam sobre a historiografia brasileira uma influência só comparável a algumas correntes do Materialismo Histórico, e, mais recentemente, à Micro-história Italiana. Muitos dos livros produzidos pelos historiadores dos *Annales* tornaram-se sucessos de vendagem entre os leitores brasileiros. No ambiente de estudantes e profissionais de História, alguns dos maiores nomes do movimento dos *Annales* deixaram muitos admiradores, e mesmo seguidores. Essa projeção dos historiadores dos *Annales*, de um lado, ocorreu porque sua contribuição historiográfica foi inovadora e importante para as demandas de nosso tempo; de outra parte, ela também se deveu à enorme capacidade que esses mesmos historiadores revelaram para cultivar sua própria imagem e a de seu movimento. Por isso,

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

falar em "mito", para os *Annales*, também nos permite tocar em um segundo sentido desta expressão. Um mito também é construído – às vezes de forma espontânea, outras vezes meticulosamente –, e com frequência opomos a palavra mito à ideia de realidade, no sentido de que as coisas podem ter se passado de outra maneira. Neste livro, discorreremos sobre a contribuição efetiva dos *Annales* para a historiografia, apresentando-a como uma contribuição real, inquestionável nos dias de hoje. Mas também abordaremos a história deste movimento recuperando as discussões que trazem à baila a construção de uma imagem e a percepção de uma luta conscientemente travada pelos historiadores dos *Annales* para que sua escola ocupasse um lugar de destaque na historiografia.

Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) são os dois grandes fundadores da Escola dos *Annales*; Fernand Braudel (1902-1985), o grande arquiteto que consolida o movimento e que o estrutura como uma instituição definitiva, na geração seguinte. Inúmeros outros personagens, aos quais voltaremos oportunamente, fazem parte desta história que atravessa todo o século passado, uma vez que a herança dos *Annales* foi posteriormente reivindicada por historiadores franceses que deram continuidade ao projeto de publicação da célebre *Revista dos Annales*, que foi desde 1929 o grande meio e instrumento de divulgação do grupo, existindo até os dias de hoje[22]. Nomes como o de Pierre Chaunu, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Le

22. Para uma síntese sobre a fundação e fase inicial da *Revista dos Annales*, cf. Müller, 1994: XXI-XXIV, e Leuilliot, 1978. Em relação aos artigos da *Revista*, existem duas grandes coletâneas, publicadas pela Editora A. Colin: Arnould, 1953 e Tenenti, 1972.

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.654 2003

Roy Ladurie, Marc Ferro, Philippe Ariès e Michel Vovelle indicam apenas algumas das várias figuras historiográficas que são associadas à herança de Bloch, Febvre, Braudel e Ernst Labrousse, embora também abundem as análises que se empenham em mostrar que este novo grupo de historiadores franceses – que assumiu desde os anos de 1970 o epíteto de *Nouvelle Histoire* – mais estaria em relação de ruptura com os projetos iniciais dos primeiros *Annales*, do que em continuidade com os mesmos[23].

Em relação a Bloch e a Febvre, suas relações em vida foram permeadas por ambiguidades: eles passaram à história da historiografia com a imagem de dois espíritos unidos por um inabalável objetivo comum, mas as relações pessoais entre os dois nem sempre foram tão fraternas como as que aparecem em algumas sínteses sobre o movimento, particularmente as que assumem o ponto de vista do "mito fundador" construído por alguns dos próprios historiadores dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*[24]. De todo modo, Marc Bloch e Lucien Febvre foram companheiros no grande projeto que encaminharam juntos: a consolidação de um novo grupo historiográfico, e de uma nova contribuição para a historiografia europeia[25]. Após a morte prematura de Marc Bloch

23. A mais conhecida destas análises é a apresentada em *História em migalhas*, de François Dosse (1987). O modelo contrário, da continuidade entre os *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, está representado pela obra *Escola dos Annales* (1990), de Peter Burke.

24. Para uma síntese sobre as divergências entre Bloch e Febvre, cf. Dumoulin, 2000: 152-158. De resto, é preciso ressaltar que, tal como descreve Carol Fink em seu livro *Marc Bloch: uma vida na história* (1989), toda a década de 1930 é eivada de tensões entre os dois fundadores dos *Annales*, até culminar na decisiva ruptura na primavera de 1941. Sobre esta, cf. tb. Mastrogregori, 1989.

25. As trajetórias de Marc Bloch e Lucien Febvre contrastam bastante, e o que as une é seu fortuito encontro como professores na Universidade de Estrasburgo (en-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

nas mãos de nazistas, em 1944, Lucien Febvre publicou um generoso memorial sobre o companheiro de projetos historiográficos[26].

Independente das oscilações nas relações pessoais de Bloch e Febvre, ou dos lances biográficos pertinentes à trajetória individual de cada um destes grandes historiadores, a parceria entre os dois fundadores do movimento dos *Annales* tornou-se efetivamente uma incontornável imagem de força na história da historiografia contemporânea. Essa rara sintonia produziu-se precisamente porque os dois historiadores encontraram um "programa" em comum, ainda que as perspectivas historiográficas e teóricas de Marc Bloch e Lucien Febvre fossem algo diferenciadas – Bloch iniciando exemplarmente uma tendência a se concentrar quase que exclusivamente na típica análise histórica dos grupos sociais e estruturas coletivas, que logo seria a tendência dominante nos *Annales*, e Febvre incluindo, em seu modo historiográfico de ver as coisas, uma inovadora atenção ao papel social dos in-

---

tre 1920 e 1923) e o projeto de renovação historiográfica que animou com igual intensidade a ambos os historiadores. Marc Bloch teve uma vida bem mais árdua, que se encerrou prematuramente. Como judeu, como intelectual de centro-esquerda e como espírito politicamente engajado, sofreu a perseguição nazista no período de ocupação alemã da França, e logo entrou para a Resistência Francesa, até que foi preso pelos nazistas e torturado até a morte em junho de 1944 (FINK, 1989: 260-323). Lucien Febvre, que na primeira juventude flertara discretamente com um socialismo inspirado em Jean Jaurès, logo tendeu para uma posição apolítica na qual sempre permaneceu, o que facilitou sua decisão de se acomodar durante a ocupação alemã (DUMOULIN, 2000: 41-43). Há mesmo estudiosos que o acusam de colaboracionismo (BURRIN, 1995: 322-328), o que é ponto de polêmica, já que se pronunciaram em sua defesa historiadores da *Nouvelle Histoire* que reivindicam a herança dos *Annales*.

26. O texto "Lembranças de uma grande história: Marc Bloch e Estrasburgo" foi publicado, posteriormente, em *Combates pela História* (FEBVRE, 1953: 391-407).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

divíduos, mas não mais à maneira da antiga historiografia dos "grandes homens", e sim antecipando uma perspectiva sobre o indivíduo que retornaria nos anos de 1980[27]. Destarte, apesar das diferenças pessoais e epistemológicas, e apoiados em um programa que conseguiram conceber e construir em conjunto – e que mais tarde continuou a ser elaborado pelos demais historiadores que se agregaram à escola – Bloch e Febvre conseguiram dar início a um movimento que terminou por se tornar um dos mais instigantes fenômenos da historiografia moderna[28].

---

27. Em uma resenha sobre o recém-publicado livro *A sociedade feudal*, de Marc Bloch (1939-1940), Febvre insere, ao lado de elogios mais superficiais à obra, uma crítica bastante reveladora sobre a "ausência do indivíduo" (do ser humano específico) na obra de Bloch, dando a entender que seu parceiro no programa historiográfico dos *Annales* recaíra em um "sociologismo abstrato". Sobre isso, cf. Dumoulin, 2000: 16, e Fontana, 2000: 270. De resto, um exame das obras de Febvre sobre Lutero e Rabelais revela mais claramente esta faceta historiográfica específica de Febvre, mais influenciada pelo historicismo da corrente de Dilthey, enquanto no acorde teórico de Bloch percebem-se as nítidas influências de um sistema de conceituação que remete ao positivismo durkheimiano. Pode-se dizer que os *Annales* surgiram do entrechoque de dois ambientes teóricos distintos, mas que encontraram seu entrelace em uma perspectiva interdisciplinar partilhada pelos dois historiadores. Além de um "programa de ação" em comum. É interessante notar ainda que, ao longo de toda a sua trajetória, a Escola dos *Annales* guardou um espaço para os diferentes posicionamentos teóricos de seus membros.

28. O historiador mexicano Aguirre Rojas utiliza duas belas imagens ao se referir à trajetória dos *Annales* desde a época em que Bloch e Febvre eram dois professores pouco conhecidos, que se encontraram na universidade periférica de Estrasburgo e resolveram fundar uma revista historiográfica inovadora, até o momento em que a Escola dos *Annales* já se havia tornado um movimento dominante na França e em algumas partes do mundo: "Sua história, desde o pequeno e excepcional laboratório de ideias que foi a Universidade de Estrasburgo, até o momento de sua atual configuração como nebulosa hegemônica dentro da cultura oficial da França (no campo das ciências humanas), foi traçada e repetida inúmeras vezes. Sabemos, então, o que foi essa corrente historiográfica desde a sua primeira fase, no período entre guerras, quando os primeiros *Annales* foram lidos marginalmente na França por uma minoria (não contavam mais que 500 os subscritores regulares)" (ROJAS, 2000d: 29-30).

PODER/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Outro ponto nodal no conjunto de estratégias e de gestos que foram bem-sucedidos em consolidar os *Annales* como movimento historiográfico renovador – além do "programa" que oportunamente discutiremos – foi a constituição de um meio eficaz para difusão das ideias do grupo. Já mencionamos, na introdução deste livro, que isto é particularmente importante para a consolidação das escolas. As antigas escolas filosóficas gregas podiam se dar ao luxo de uma difusão de ideias baseada na oralidade. No mundo moderno, um mundo complexo, letrado e superpovoado – mundo este que também é o dos saberes profissionalizados, no qual a própria cultura tornou-se um dos mais atraentes produtos de consumo –, possuir um meio de divulgação é fundamental para as escolas voluntariamente formadas por grupos de intelectuais. Uma revista, com frequência, é um poderoso meio de divulgação para uma escola. Os *Annales* são um exemplo claro disso. Em 1929 é fundada a *Revista dos Annales*, que mudou de nome algumas vezes, mas quase sempre conservando a palavra "*annales*" em sua designação. A importância que a ela e à sua continuidade era atribuída por Lucien Febvre pode ser surpreendida logo no princípio de um texto-manifesto que ele escreve em 1946, dezessete anos depois da publicação do primeiro número revista:

> Desde 1929, a publicação dos *Annales* jamais foi interrompida. / Nem um ano sequer, quaisquer que fossem as dificuldades que se abatiam sobre a França e o mundo, os *Annales* renunciaram à sua dupla tarefa científica e educacional. / Os *Annales* continuam. Num clima novo, com fórmulas novas.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

> E com um novo título. [...] (FEBVRE. *Contra o vento: Manifesto dos Novos Annales*, 1946).

A história dos *Annales* praticamente se superpõe à história da produção e recepção da *Revista dos Annales*. Depois de uma fase inicial que conheceu muitas dificuldades e oscilações, os *Annales* consolidariam sua expansão e conseguiriam fazer triunfar seu projeto no período do pós-guerra, já sem a presença da Marc Bloch, que apenas conheceu sua fase mais árdua de luta. A *Revista dos Annales* finalmente conquista um número mais significativo de leitores e começa desde então a impactar o meio acadêmico[29], ao mesmo tempo em que o grupo de historiadores e cientistas sociais a ela vinculados encontra seu lugar – um lugar físico, institucional – com a fundação de uma sexta seção dedicada à História na École Pratique de Hautes Etudes[30]. Este momento é decerto "refundador". Quase tão importante como ter uma revista foi a conquista, no ano de 1946, deste lugar concreto, que multiplica os meios de difusão para o grupo dos *Annales*. Assim se expressa Jacques Le Goff (n. 1924), um dos herdeiros do movimento, sobre aquele acontecimento refundador que recolocaria os *Annales* em uma nova fase:

> Tratava-se de fundar, ao lado da velha Sorbonne e mais ou menos contra seu ensino magisterial, um ensino fundamentado na pesquisa, na prática eru-

29. No princípio, a *Revista dos Annales* conseguiu assegurar apenas entre 300 e 360 assinantes (FONTANA, 2000: 269). A eclosão da Segunda Guerra Mundial, e mais ainda a ocupação nazista da França, dificultaram também a sobrevivência da revista, que, no entanto, seguiu adiante. Depois da guerra, a revista encontrará finalmente as circunstâncias para sua projeção.

30. Sobre a fundação da VI Seção da École de Hautes Etudes, cf. Le Goff e Waschtel, 1996.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> dita ou experimental, no sistema germânico dos seminários [...] Essa seção, cujo programa – interdisciplinar, aberto ao mundo inteiro, baseado na pesquisa e na investigação coletiva – é o dos *Annales*, e no qual a história desempenha um papel inspirador e propedêutico. Acontecimento capital para a *História Nova*, que, a partir de então, é transmitida pelo ensino, pela pesquisa e pela discussão – ao lado de disciplinas irmãs – e acaba dando origem a uma instituição" (LE GOFF, prefácio para *A Nova História*, 1978)[31].

Uma segunda instituição, que complementará a École des Hautes Études, foi a Maison des Sciences de l'Homme (1962). Com estas duas instituições, controladas pelos historiadores dos *Annales*, as bases materiais e institucionais do grupo estavam lançadas. Havia uma revista e instituições concretas que poderiam assegurar os objetivos tanto de difusão de ideias como de formação de novos quadros de historiadores; havia ainda um sistema annalista de ensino que faria dos *Annales* uma escola, no sentido mais estrito do termo, e cargos institucionais que agora passavam a se afirmar como oportunidades de poder[32]. O movimento dos

31. Le Goff, 2011: 143. Este fragmento foi extraído do texto que serve de prefácio à obra coletiva dos historiadores da *Nouvelle Histoire* (1978). A este prefácio-manifesto ainda voltaremos outras vezes neste livro, por ele ser um dos documentos-chave para compreender a terceira geração dos historiadores que se identificam como pertencentes aos *Annales*.

32. Essa trajetória de uma escola herética e marginal, que criticava a historiografia da época, mas era oficialmente ignorada pelas instituições francesas, a um movimento que se tornou literalmente dominante no universo historiográfico francês, uma escola "oficial e reconhecida", é avaliada pelo próprio Fernand Braudel em sua última entrevista. Nesta, ele também assume o designativo "Escola dos *Annales*" em referência ao movimento que liderara durante tanto tempo (BRAUDEL, 1985).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Annales – ou a "Escola dos *Annales*", conforme a designação mais utilizada – tornar-se-ia, com o tempo, um dos símbolos maiores de toda uma nova historiografia, a tal ponto que se costuma empregar também a designação *Nova História* extensivamente às duas primeiras gerações dos *Annales*, embora a expressão *Nouvelle Histoire* tenha se tornado a marca registrada mais específica da geração de historiadores franceses que, a partir dos anos de 1970, assume a direção da mesma revista que havia sido fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch[33].

É preciso lembrar, certamente, que os anseios por uma nova historiografia, mais adequada à Modernidade trazida pelo século XX, não foram exclusivos de Bloch, Febvre ou dos novos annalistas, e que as demandas por uma renovação historiográfica já estavam no ar e iam sendo encaminhadas também por diversos outros grupos de historiadores, na Europa e nas Américas. No Brasil, é impressionante verificarmos que Gilberto Freyre antecipa, com a sociologia histórica que produziria *Casa grande e senzala* (1933), muitos dos itens programáticos que ficariam mais tarde associados aos *Annales*[34].

33. Na verdade, a expressão "Nova História", em distintas línguas, foi também utilizada por outras escolas históricas e movimentos que queriam evocar a ideia de que a historiografia que traziam, o seu programa, eram novos em relação a uma historiografia tradicional. Já estava de fato no ar esta ideia – esta demanda por algo novo, ou que ao menos se apresentasse como novo, que celebrasse o rompimento e a novidade. Os historiadores americanos do norte, por exemplo, lançaram sua própria escola da "New History". A dos *Annales*, contudo, depois de muitas dificuldades, ganhou o mundo.

34. Peter Burke analisa a interação entre "Gilberto Freyre e a História Nova" em um artigo de 1997 para a revista *Tempo Social* (n. 9, 2, outubro de 1997). Entre as afinidades de Freyre em relação às novas tendências, podemos citar a atenção dispensada à cultura material, inclusive às habitações, cujas fachadas, segundo Freyre, poderiam em muitos casos indicar "um gênero de vida em seus mais íntimos pormeno-

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Nos Estados Unidos da América, à mesma época em que os *Annales* iniciavam a expansão de sua influência historiográfica, os historiadores presentistas propunham, eles mesmos, a sua "New History"[35]. Na Alemanha, o Historicismo, ou ao menos um dos seus desdobramentos mais significativos, renovava-se radicalmente e já divergia do realismo mais conservador dos primeiros tempos. Quanto aos novos marxismos, que então iniciavam sua própria aventura de expansão em termos de realizações historiográficas, asseguraram uma contribuição igualmente impressionante, da qual falaremos em outra parte desta série (volume VI).

Outro aspecto que se torna oportuno remarcar, antes de empreendermos nossa pequena viagem para compreender

res; todo um tipo de civilização" (FREYRE, 1979: 315). A alimentação, e mesmo a obsessão de Freyre pelos regimes alimentares, segundo as palavras de Burke, constituem outra contribuição, particularmente rica em exemplos na obra *Sobrados e mucambos* (FREYRE, 1936: 140). A história do cotidiano, a família, o sexo, são outros dos temas de interesse de Freyre que antecipam tendências historiográficas posteriores. Há mesmo, segundo sugere Burke, a menção a expressões que podem ser associadas ao conceito de "mentalidades" (FREYRE, 1937: 219). Gilberto Freyre utiliza ainda noções, como a de "social total", que apresentam surpreendente afinidade com outras utilizadas pelos *Annales*, como a "*histoire* total" (1975: 22), e, no entender de Peter Burke, "o livro de Freyre [*Casa grande e senzala*] é braudeliano antes de Braudel em sua preocupação com os desenvolvimentos de longa duração" (BURKE, 1997: 6). Braudel de fato teve uma recepção entusiasmada à publicação de *Casa grande e senzala*, expressando isso em um artigo para os *Annales* (BRAUDEL, 1943). Estes elogios precedem a conclusão de *O mediterrâneo* por Braudel (tese defendida em 1947).

35. A "New History" americana, inclusive, precedeu cronologicamente o marco fundador que os *Annales* costumam evocar por referência à revista do movimento. James Harvey Robinson (1863-1936), um historiador que começara a atuar na Universidade da Pensilvânia e depois na Universidade de Colúmbia, em 1919 decidiu juntar-se a outros professores universitários para fundar a New School for Social Research. Em seus escritos e palestras, inclusive anteriores à fundação da New School, Robinson já chamava a atenção para a necessidade de ultrapassagem dos estreitos limites da história política tradicional. Era acompanhado no mesmo projeto por Charles Beard (1874-1948) e Harry Elmer Barnes (1889-1968).

PUC/RS. BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

esta escola e seus pressupostos fundamentais, refere-se à desigual recepção dos *Annales* em diversas partes da Europa e das Américas. Nos países nos quais a influência da historiografia francesa foi exemplar e particularmente poderosa, como no Brasil, tendemos a aceitar com muita facilidade a versão triunfalista e universal de que os *Annales* cumpriram uma inabalável caminhada, desde a época em que constituíam um movimento ainda marginal, até conquistarem por inteiro e de forma definitiva o mundo historiográfico, dentro e fora da França. Na verdade, em algumas nações historiográficas – como a Itália, a Espanha, Portugal, Suíça e Brasil –, a influência dos *Annales* fez-se sentir desde cedo, ou pelo menos desde a segunda geração do movimento, e realmente alcançou um impressionante nível de repercussão que terminou por marcar profundamente a historiografia desses países[36]. Mas em outros países, como Inglaterra, Holanda, Alemanha, Áustria e Estados Unidos, a influência dos *Annales* foi pequena, e mesmo quase desconsiderada durante as duas primeiras fases do movimento.

36. Na Itália, a repercussão do movimento desde o princípio foi deveras impressionante. Aguirre Rojas faz notar que, dos 500 leitores que fizeram assinaturas regulares da *Revista dos Annales* em sua primeira fase, cerca de 100 destes leitores eram italianos (ROJAS, 2000d: 31). Em um contexto no qual os *Annales* ainda eram marginais e minoritários em seu próprio país, este quantitativo de 20% de leitores italianos é impressionante. É também interessante notar que, na segunda fase dos *Annales*, a Itália prossegue como um notável campo para a repercussão dos *Annales*. Fernand Braudel registra um depoimento sobre isso: "O acaso quis que meus livros e artigos fossem mais lidos na Itália do que na França. Não sei bem por que razão. Mas desde sua fundação, em 1929, os *Annales*, revista de Marc Bloch e Lucien Febvre, a qual eu viria dirigir muito mais tarde, têm sido acolhidos na Itália com maior simpatia e inteligência do que em qualquer outro lugar" (BRAUDEL, 1982) [apud MASTROGREGORI, 2011: 418-419]. Sobre a repercussão dos *Annales* na historiografia italiana, cf. Aliberti, 1979: 381-398. Sobre o impacto dos *Annales* nos países mediterrâneos – com destaque para a Itália e a Espanha –, cf. tb. Aymard, 1978: 53-67.

UFGRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Quando olhamos o mapa da recepção dos *Annales* especificamente na Europa, e o comparamos com o mapa da recepção do Materialismo Histórico neste mesmo continente, ficamos com a impressão muito forte de que acabou ocorrendo uma certa divisão de trabalho entre os *Annales* e o Materialismo Histórico, em termos de conduzir a introdução e o desenvolvimento de uma nova historiografia no Ocidente Europeu. Em países como a Alemanha, a Áustria, a Hungria (e também a Rússia poderia ser aí incluída já desde fins do século XIX), o Materialismo Histórico foi muito forte mesmo antes do início do século, e segue com força na primeira metade do século XX, produzindo uma historiografia extraordinariamente nova; em contrapartida, os *Annales* não conseguem estender qualquer influência mais significativa para estes países. Já nas nações mediterrâneas, esta relação inverte-se surpreendentemente. Veremos aqui uma quase ausente ou muito discreta contribuição do Materialismo Histórico para abrir os caminhos de uma nova historiografia, ao passo que não é difícil perceber nestes mesmos países uma extraordinária contribuição dos *Annales* ou de uma nova historiografia sob sua influência[37]. Aguirre Rojas desenvolveu a mais brilhante exposição desta tese, procurando agregar-lhe mais elementos de complexidade (2000d: 36-44)[38]. De todo modo, à parte as diferenças da recepção dos

37. "Assim como na França a figura de Paul Lafargue aparece como um oásis no deserto, assim também Antonio Labriola e, logo depois, Antonio Gramsci representam, dentro do meio intelectual italiano, as exceções isoladas que confirmam a regra, à medida que ambas testemunham, igualmente, o minoritário e escasso papel do verdadeiro marxismo no seio desta Itália tragicamente pré-fascista" (ROJAS, 2000d: 42).

38. Para Aguirre Rojas, as duas Europas, a setentrional e a mediterrânea, inscrevem-se em distintas "sensibilidades culturais de longa duração" (ROJAS, 2000c: 64),

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Annales no espaço historiográfico europeu, pode-se dizer que o movimento dos *Annales* abriu inquestionavelmente um novo capítulo na história da historiografia, quer desenhemos suas realizações com cores mais vivas ou com tonalidades mais discretas.

Neste volume, examinaremos as contribuições centrais da Escola dos *Annales*, o contexto em que elas se estabeleceram, as linhas de força contra as quais esta escola se confrontou ou a partir de cujas alianças se fortaleceu. Examinaremos também o "programa" da Escola dos *Annales*: as ideias-força e os itens programáticos que trouxeram uma identidade ao grupo, ou ajudaram a forjá-la. Vamos nos aproximar também das contribuições mais específicas de alguns dos principais historiadores da escola, sobretudo as contribuições de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Começaremos por resumir, ou antes indicar, os grandes debates e questões que têm motivado diversos autores a escrever mais e mais textos sobre esta escola que se

apresentando como fronteira a velha linha do limes romano. A Europa do Norte fora a dos povos germânicos descritas por Tácito, da Reforma Luterana no início da Modernidade, do desenvolvimento do Marxismo no século XIX, prosseguindo com uma vigorosa historiografia findada no Materialismo Histórico nas décadas que precedem a Segunda Guerra. A Europa Mediterrânea, em contrapartida, fora a do mundo romano original, do Catolicismo na Idade Média e além, da maior projeção do Anarquismo em detrimento do Marxismo no século XIX, e, por fim, de um ambiente que favoreceu a projeção historiográfica dos *Annales* (ROJAS, 2000d: 44). Nesta Europa do Sul, só mais tardiamente, depois da Segunda Guerra, desenvolve-se mais consistentemente um marxismo mediterrânico. Rojas arrisca sugerir, também, uma distinção entre o marxismo mediterrânico e o marxismo setentrional: "Marxismo mais imediato em suas elaborações e muito menos analítico que seu homólogo do Norte, o marxismo das zonas mediterrânicas é mais ligeiro e expositivo em sua estruturação, mais floreado na explicação e mais abundante e reiterativo no tratamento das questões (ROJAS, 2000c: 65).

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tornou um dos temas preferidos da "história da historiografia" em nosso país.

2 Alguns debates historiográficos sobre os *Annales*

O movimento dos *Annales* – ao lado do Materialismo Histórico e das contribuições da Hermenêutica Historicista – constitui certamente uma das influências mais impactantes e duradouras sobre a historiografia ocidental[39]. O impacto dos *Annales* sobre a historiografia ocidental como um todo, e sobre a historiografia brasileira em particular, não deixa de ser produzido por uma parte efetiva de contribuições substanciais e extremamente inovadoras para a historiografia, e também por uma parte não menos significativa de recepção favorável do "mito" construído pelos primeiros líderes do movimento em sua ascensão ao domínio do território ins-

39. As fontes diretas para o estudo da história do movimento dos *Annales*, para além da própria produção historiográfica dos historiadores do grupo, bastante vasta e diversificada, incluem também manifestos produzidos nos editoriais da *Revista dos Annales*, e textos autorreflexivos produzidos individualmente por historiadores do grupo. Entre estes, teremos desde os textos que apresentam coletâneas do movimento – como a "Apresentação" de Jacques Le Goff e Pierre Nora para os três volumes de *Faire de l'histoire* (1974) ou os dois prefácios de Le Goff para a obra coletiva e o dicionário *A Nova História* (1978; 1988) – até ensaios, depoimentos e manifestos produzidos por membros destacados do grupo, como Marc Bloch (*Apologie pour l'Histoire*, 1941-1942), Lucien Febvre (*Combats pour l'histoire*, 1953), Fernand Braudel (*Personal Testimony*, 1972), Le Roy Ladurie (*Território do historiador*, 1973), Pierre Chaunu (*História: ciência social*, 1974), Burguière (*Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*, 1979), Bernard Lepetit (*Histoire et Sciences Sociales: um tournant critique?*, 1988). A oposição aos *Annales* também se encontra bem-representada, em textos como o ensaio de François Dosse contra a terceira geração dos *Annales* (*A história em migalhas*, 1987).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

titucional. Em função desta dupla característica – contribuição efetivamente inovadora e "mito da inovação" –, algumas ambiguidades iniciais merecem ser pontuadas. Os *Annales* representaram a *Nova História* contra uma "Velha História", tal como postularam os primeiros fundadores do movimento, e também os seus refundadores? Se representaram uma *Nova História*, foram eles os únicos setores da historiografia que puderam se autoperceber como uma *Nova História*? E quanto aos setores estigmatizados pelos primeiros annalistas como uma "Velha História", estavam todos mergulhados, em sua inteireza, em uma "velha história" totalmente retrógrada e inadaptada aos novos tempos? Estas perguntas podem ser colocadas provocativamente a respeito dos *Annales*, e algumas delas se expressam em ambiguidades relacionadas à própria designação do movimento[40].

Frequentemente, quase como um sinônimo para a contribuição dos *Annales* ou para o tipo de historiografia que se

40. Neste texto utilizaremos indistintamente as palavras "movimento" e "escola". A expressão "Escola dos *Annales*" já teve seu uso consolidado. Discute-se muito se os *Annales* constituem mesmo uma "escola", ou se seriam preferíveis expressões alternativas como "movimento", "grupo", "círculo", ou mesmo se existe uma unidade efetiva no conjunto dos historiadores que se agruparam em torno da *Revista dos Annales*. De todo modo, há uma identidade em comum que envolve os principais historiadores deste universo historiográfico, além de uma revista como meio de difusão para o grupo. Por fim, é perceptível um programa, pelo menos comum às primeiras duas gerações de historiadores dos *Annales*. Discutiremos, oportunamente, alguns dos itens deste programa que se expressam nas obras dos annalistas. De resto, os historiadores das três ou quatro gerações que se agruparam em torno da *Revista dos Annales* sempre tenderam a se enxergar como um grupo que atravessa décadas. Se é ou não efetivamente uma "escola", mesmo eles discutem a expressão. Peter Burke chama a atenção para as hesitações de Marc Ferro, historiador da terceira geração dos *Annales*: "Num debate internacional sobre a Escola dos *Annales*, em Stuttgart, em 1985, Marc Ferro negou vigorosamente a existência de uma escola. Enquanto isso, constantemente empregava a palavra *nous*" (BURKE, 1991: 11).

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

pretende que este movimento tenha inaugurado, é empregada a expressão *Nova História* em seu sentido ampliado, o que inclui tanto a Escola dos *Annales* propriamente dita como a corrente à qual, a partir dos anos de 1970, muitos se referem também como *Nouvelle Histoire*, mas agora em sentido mais restrito[41]. Por outro lado, uma vez que os mais recentes historiadores da *Nouvelle Histoire* muito habitualmente reivindicam uma herança historiográfica que remete às duas primeiras gerações dos *Annales*, não é raro o uso da expressão "Escola dos *Annales*" de modo a abarcar as diversas gerações de historiadores que têm como referência a *Revista dos Annales*, sendo este o uso que lhe empresta Peter Burke em seu ensaio de 1990 intitulado "A Escola dos *Annales*".

Outra ambiguidade relativa aos *Annales* se expressa na utilização de periodizações distintas sobre o movimento. François Dosse estabelece uma ruptura em 1968 entre os *Annales* e o que seria chamado, em sentido estrito, de *Nouvelle Histoire* (1987). Iggers, em *Novas direções na historiografia europeia* (1971), prefere enfatizar uma ruptura que teria ocorrido em 1945, separando a "história tendencialmente qualitativa" dos primeiros tempos dos *Annales* e a "história conjuntural quantitativa" que passaria a predominar em seguida, particularmente no período sob a égide de Fernand Braudel e de Ernst Labrousse.

É igualmente complexo o estudo sobre as influências que os *Annales* teriam recebido de outros movimentos e correntes,

41. Para dar um exemplo, o uso ampliado da expressão *Nouvelle Histoire* é encaminhado por José Carlos Reis em seu ensaio "O surgimento da Escola dos *Annales* e seu programa", incluído na coletânea de textos deste autor sobre *A Escola dos Annales* (2000).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

seja se considerarmos o estudo relativo à influência de autores vários nos historiadores dos *Annales*, seja se nos voltarmos para os estudos que se relacionam à identificação de correntes e aportes teóricos que teriam influenciado e permitido a constituição dos *Annales* como movimento bem-estruturado e triunfante na historiografia francesa. Para dar um exemplo, o diálogo e o contraste dos *Annales* com o Materialismo Histórico têm suscitado reflexões diversas, havendo aquelas que buscam resgatar as influências do Marxismo para a visão histórica estruturante dos *Annales* (BURGUIÈRE, 1971) – outras que procuram pontuar mais claramente as diferenças, e ainda as que buscam entrever uma relação mais complexa entre estes dois importantes campos de contribuições historiográficas, como é o caso de Aguirre Rojas nos ensaios de *Os Annales e a historiografia francesa* (2000).

De igual maneira, há uma tendência em se enfatizar as inovações dos *Annales*, particularmente por oposição a todo um paradigma historiográfico que já havia sido inaugurado desde o século XVIII. Mas isto não exclui também aqueles que, como Gemelli em seu artigo de 1987 sobre *Os Annales no segundo pós-guerra* – procuram enxergar a influência da racionalidade iluminista como a grande vertente de influência nos *Annales*. Há mesmo os que – com vistas a criar um contraste em relação a algumas das correntes que surgem no ambiente da Pós-modernidade, esmeram-se em mostrar que há um grande e único paradigma Iluminista, que inclui não apenas os *Annales* como também o Materialismo Histórico, dando a perceber que entre estas duas contribuições historiográficas haveria mais semelhan-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ças que diferenças. Este é o caso, por exemplo, do ensaio de apresentação de Ciro Flamarion Cardoso ao livro *Domínios da história*, que procura dicotomizar a grande produção historiográfica ocidental em termos de dois grandes "paradigmas rivais" (1986).

Os *Annales* constituem um paradigma, como propõem Gemelli (1987) ou Stoianovitch (1976) em seus ensaios? Estão imersos no conjunto de variações e contribuições atinentes a um paradigma mais amplo, como propõe Ciro Flamarion Cardoso ao integrar a Escola dos *Annales* ao que seria um moderno paradigma iluminista? Existiria apenas um único paradigma dos *Annales*, ou mais de um, como propôs Jacques Revel em um artigo escrito em 1979 para a própria *Revista dos Annales*, com o título "Os paradigmas dos *Annales*"? Ou será que, ao invés de um "paradigma" ou conjunto integrado de paradigmas, os *Annales* constituem um movimento ou escola, tal como sugerem François Dosse e Peter Burke em perspectivas bem-diferenciadas um do outro? Se é uma escola, até que ponto existem inovações suficientemente decisivas para que se possa atribuir à Escola dos *Annales* uma contribuição transformadora para a historiografia ocidental, tal como propõe José Carlos Reis (1994: 19-31) em suas análises sobre as inovadoras contribuições que emergem da instituição pelos *Annales* de um novo tempo histórico? Por outro lado, se os *Annales* constituíram uma escola ou um movimento, quais os seus limites temporais: teriam se esgotado nas duas primeiras gerações, ou prosseguem pelas gerações posteriores de historiadores franceses que reivindicam a herança de Bloch, Febvre e Braudel?

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Há ainda uma série de outras polêmicas que emergem deste fascinante movimento que apresenta como figuras de proa nomes como o de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Até que ponto existe uma ruptura entre a Escola dos *Annales* propriamente dita e a chamada *Nouvelle Histoire* que continua a se afirmar nas últimas décadas do século XX? Os historiadores ligados à *Nouvelle Histoire* são herdeiros dos *Annales* – tal como propõe Peter Burke em seu livro *A Escola dos* Annales – *A Revolução Francesa da Historiografia* (1990) – ou inversamente, tal como propõe François Dosse, há muito mais uma ruptura entre a Escola dos *Annales* e esta outra corrente, que também tem seu principal lugar de ação na célebre Revista dos *Annales*, e que a partir das últimas décadas do século XX tende a desenvolver o que foi por alguns chamado de "Uma história em migalhas" (DOSSE, 1987)?

Estas perguntas, que não poderão ser respondidas todas no espaço que teremos para este livro, permitem que vislumbremos a complexidade que envolve a temática das contribuições historiográficas proporcionadas pela Escola dos *Annales*. Para além do importante diálogo bibliográfico que já existe em torno dos *Annales*, é fundamental considerar, antes de tudo, as fontes que revelam diretamente o pensamento dos historiadores dos *Annales*. Afirmam-se aqui obras já clássicas, como *A apologia da História*, de Marc Bloch, os *Combates pela História*, de Febvre (1965), os ensaios de Fernand Braudel incluídos na obra *A escrita da história* (1969), o ensaio *Território do historiador*, de Ladurie (1973), o livro *História, ciência social* de Pierre Chaunu (1974), os ensaios reunidos por François Furet em 1982 sobre a rubrica *A ofi-*

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

cina da história, ou ainda as grandes coletâneas coordenadas por historiadores da *Nouvelle Histoire*, como Jacques Le Goff e Pierre Nora, entre os quais a coletânea *Faire de l'Histoire* (1974) ou a coletânea *Nouvelle Histoire* (1978).

Finalmente, a própria atuação de cada historiador ligado aos *Annales*, no exercício de sua prática e elaboração de estudos históricos específicos, deixa entrever novas nuances. Obras como *Os Reis Taumaturgos* (1924), de Marc Bloch, o *Rabelais* de Lucien Febvre (1942), *A crise da economia francesa no Antigo Regime* de Labrousse (1944), *O mediterrâneo*, de Fernand Braudel (1966), ou *Sevilha e o Atlântico*, de Pierre Chaunu (1959), tornam-se aqui páginas privilegiadas para a identificação de um novo e complexo padrão historiográfico que iria deixar seus traços definitivos na história da historiografia.

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos *Annales* precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de sua época – particularmente daquela historiografia que apodaram de "História Historizante" ou de "História Eventual" – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo[42]. Os

42. A expressão "história historizante" – que se aproxima de "história factual", conforme nota n. 49 – surge com François Simiand (1903), em sua crítica contra o modelo de historiografia apresentado pelo manual de Seignobos (1901). A expressão aparecerá diversas vezes nos textos combativos de Lucien Febvre. Um destes artigos, publicado em 1947 e depois incorporado à coletânea *Combates pela História* (FEBVRE, 1953: 114-118), traz o título "Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante". Marc Bloch também se empenha em identificar o

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Annales, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais[43]. Esta será uma questão essencial para a

grupo dos "historiadores historizantes", ao qual ele e os *Annales* como um todo se opõem: "Entretanto, outros pesquisadores tomaram, no mesmo momento, atitude bem diferente. Não conseguindo inserir a História nos quadros do legalismo físico, particularmente preocupados, além disso, em razão de sua formação inicial, com as dificuldades, as dúvidas, os frequentes recomeços da crítica documental, colheram nessas constatações, antes de tudo, uma lição de humildade desiludida. A disciplina à qual consagravam seus talentos não lhes pareceu, no fim das contas, capaz, nem no presente nem no futuro, de muitas perspectivas de progresso. Inclinaram-se a ver nela, em lugar de um conhecimento verdadeiramente científico, uma espécie de jogo estético ou, melhor dizendo, de exercício de higiene benéfico à saúde do espírito. Foram denominados, às vezes, "historiadores historizantes": apelido injurioso para nossa corporação, uma vez que parece fazer a essência da história consistir na própria negação de suas possibilidades. De minha parte, de bom grado acharia para eles, no momento do pensamento francês ao qual se vinculam, um sinal de identificação mais expressivo" (BLOCH, 2001: 48). Nessa passagem, Marc Bloch dá a entender que os historiadores historizantes foram aqueles que, no decurso do século XIX – quando vai se impondo gradualmente o projeto positivista de parcelamento do saber a partir das várias ciências sociais –, terminaram por aceitar um papel subsidiário e subalterno de apenas recolher os fatos, para em seguida dispô-los de forma agradável e bem ordenada em livros factuais, renunciando concomitantemente a uma reflexão de profundidade, a uma problematização.

43. Neste livro, as designações "Ciências Sociais" e "Ciências Humanas" estarão sendo utilizadas como sinônimas. As Ciências Sociais (ou Humanas) às quais nos referiremos, além da própria História, são a Economia, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Linguística, a Educação e a Psicologia, entre outras. A Psicologia oferece um caso à parte, mas podemos subsumi-la entre as Ciências Sociais, embora ficasse melhor em uma categoria a ser designada "ciências humanas" – isto porque, embora alguns ramos da Psicologia dediquem-se ao estudo da Psicologia Social, há ramos que se dedicam ao estudo do homem a partir do indivíduo, e considerando suas relações interindividuais (com outros indivíduos de suas relações cotidianas) e não tanto relações sociais – e isto por vezes, no caso das práticas clínicas, com vistas a resolver problemas que afetam a vida pessoal de um indivíduo. A Economia é outro caso, pois muitos preferem enquadrá-la no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, e muitos dos próprios economistas se veem como

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

reflexão que aqui desenvolvemos. Antes de adentrarmos a questão da interação com as Ciências Sociais, contudo, será preciso entender de modo mais complexo as formas de interação e oposição dos *Annales*, uma escola ou movimento que não inclui entre seus itens programáticos instâncias propriamente teóricas, e o Historicismo, um paradigma teórico-metodológico que, entre o já frágil positivismo historiográfico e o ainda não tão fortalecido Materialismo Histórico, era a alternativa paradigmática de maior destaque nos meios historiográficos.

3 O Historicismo, antes dos *Annales*

Costuma-se atentar para a contraposição dos *Annales* em relação aos três paradigmas que se afirmavam na época em que o movimento francês começava a se formar. O Positivismo tinha força nas Ciências Sociais, mas perdera influência no âmbito mais especificamente historiográfico. O Materia-

situados em uma ponte entre as Ciências Sociais e as Ciências Exatas, pelo papel dominante que a Matemática pode desempenhar neste campo de saber. A Filosofia também coloca-nos diante de um caso especial, por ser uma forma milenar de saber que precede a própria "ciência" em sua definição mais usual, e por possuir uma possibilidade discursiva muito específica. Vale lembrar ainda que no sistema institucional inglês usa-se a categoria "Ciências Sociais", enquanto no sistema institucional francês utiliza-se, desde 1957, a categoria "Ciências Humanas". No Brasil, a tendência imposta pelos órgãos que financiam pesquisas científicas é a de utilizar as duas designações dividindo-se os campos de saber do homem em dois grandes grupos: (1) Ciências Humanas: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Teologia; (2) Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia, Desenho Industrial, Direito, Economia, Museologia, Serviço Social, Turismo, Urbanismo.

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

lismo Histórico já se afirmara com toda a originalidade, após a morte dos fundadores Marx e Engels, mas apenas começava a mostrar suas primeiras realizações especificamente historiográficas, a cargo de historiadores profissionais. Dos três paradigmas, o mais frágil nos meios historiográficos (e por isso um alvo atraente) era o Positivismo; e o mais forte, e por isso um inimigo mais perigoso e respeitoso a ser contraposto como "outro historiográfico", era o Historicismo[44]. Mas já discutimos na introdução que os *Annales* não constituíram um "paradigma" (uma nova orientação teórica), e sim uma "escola", dotada de certo programa. As escolas, tal como já foi esclarecido na introdução deste volume, não se opõem a paradigmas. Podem até mesmo se localizar no interior de um paradigma, como diversas das escolas historiográficas marxistas, ou haver algum tipo de superposição mais ampla, como ocorreu entre a Escola Alemã do século XIX e o Historicismo daquele país. E pode ocorrer que a escola atravesse paradigmas, e que não apresente como item programático sua inclusão em um paradigma definido. Veremos mais adiante que isto ocorreu com a Escola dos *Annales*, pois nos quadros deste movimento poderemos encontrar historiadores com orientações diversas, ou mesmo com combinações de orientações diversas. Marc Bloch, um dos fundadores do movimento, possui em seu acorde teórico notas de um positivismo inspirado em Durkheim, e notas que remetem à

44. Especificamente nos meios historiográficos, o paradigma positivista não proporcionara grandes realizações, apesar dos esforços de historiadores como Buckle ou Taine. Ou, ao menos, estas realizações não podem ser comparadas às que vingaram sob a égide do Historicismo. Mas no âmbito das Ciências Sociais – da Antropologia e da Sociologia –, o Positivismo conquistara uma posição vigorosa, e a escola sociológica de Durkheim representava seu sucesso maior.

PUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

vertente mais moderna e relativista do Historicismo. Ernst Labrousse, o historiador-economista que traz para os *Annales* a contribuição da linha metodológica quantitativa, era marxista. Febvre recolhia influências várias em seu acorde teórico, inclusive notas importantes de interdisciplinaridade que buscavam assimilar as experiências da Geografia, da Psicologia e da Linguística. Esses nomes, e muitos outros, mostram-nos a variedade de posicionamentos teóricos que encontrariam abrigo nos *Annales*, e que uma teoria unificada não constituía um item programático do movimento.

Mas os *Annales* precisavam escolher o seu "outro", ou assim o quiseram seus dois fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, além de alguns dos historiadores que deram continuidade ao seu projeto. No mundo dos saberes científicos, particularmente na França, os maiores rivais dos *Annales* eram sociólogos que começavam a se destacar e projetar seu campo de saber com uma inusitada força. Como os *Annales* constituíam um movimento francês de historiadores, tinham de considerar a escola durkheimiana, que se projetava com especial vigor no ambiente sociológico do hexágono francês. Esse era o seu "outro" fora do ambiente especificamente historiográfico. Entre historiadores, havia o "outro" mais óbvio e mais frágil – o Positivismo que aparecia, às vezes misturado com algum historicismo, na Escola Metódica Francesa – e o "outro" mais respeitoso, para além da fronteira do Reno: o Historicismo Alemão. O quadro assim se delineava: havia o "outro" interdisciplinar (a sociologia durkheimiana), o "outro historiográfico nacional" (os historiadores metódicos da França), e o "outro historiográfico não nacional" (o Historicismo Alemão).

PUBORSIBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

A França sempre teve dois grandes adversários nacionais: os ingleses e os alemães. Os ingleses, àquela altura, não apresentavam nenhum movimento de grande destaque em termos de historiografia. Mas os alemães vinham já de um século com uma grande plêiade de historiadores; tinham dado a partida no paradigma historiográfico que até agora era o mais bem-sucedido em termos de realizações, e entre os anos de 1870 e de 1930 haviam consolidado uma hegemonia historiográfica no continente europeu. Iniciado pela Escola Histórica Alemã de Ranke, e apresentando alguns precursores, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, o universo teórico-metodológico suscitado por este paradigma veio a abrigar tendências relativamente diversificadas, apesar de uma unidade estabelecida a partir de uma oposição mais geral contra o Positivismo, que foi no século XIX o outro grande paradigma das Ciências Humanas. Além disso, no último grande conflito bélico entre os dois países – a guerra franco-prussiana, em 1870 – a Alemanha havia saído vencedora, e no mesmo movimento político-militar que havia assegurado sua unificação tinha obtido uma remarcada vitória sobre os franceses. Mas o peso desta vitória depois reverteria com a Primeira Guerra Mundial, já que os franceses nesta ocasião estariam no lado vencedor de alianças político-militares. De fato, com as ambições expansionistas da Alemanha e sua subsequente derrota em 1917, passaria a predominar uma certa hostilidade contra a cultura alemã nos demais países europeus, e a hegemonia da historiografia daquele país terminou por se instabilizar cada vez mais até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Estava no ar, a partir

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

de então, uma demanda por outra cultura historiográfica que fosse capaz de se apresentar como vanguarda europeia e que angariasse maior simpatia política na Europa Mediterrânea, na Inglaterra e no Leste Europeu[45]. Pontuado este contexto de tensões políticas e culturais, vamos relembrar rapidamente a trajetória do Historicismo Alemão, já discutida em mais detalhes anteriormente (BARROS, 2011b: 107-151).

Nos primeiros tempos, as contribuições de historiadores ligados ao Historicismo Alemão, como Ranke e Niebuhr, representaram grandes avanços para a historiografia no que concerne à técnica e à profissionalização[46]. A constituição da História como disciplina autônoma, com lugar assegurado na universidade; o desenvolvimento da crítica documental; a constituição de uma nova figura de historiador especializado por oposição ao historiador diletante ou em relação ao erudito iluminista que incluía a história entre uma de suas várias preocupações... tudo isso fez com que o Historicismo se

45. Até 1968 (data importante para os *Annales* e outros movimentos) predominou na Europa o modelo da hegemonia de historiografias nacionais que eram adotadas em outros países como modelos a serem imitados. Isso ocorreu com a historiografia alemã, inspiradora de toda a Europa até o período das guerras mundiais, e ocorreria com a historiografia dos *Annales*, que foi tomada como modelo para os países da Europa Mediterrânica, e em outros como Suíça e Polônia, sem mencionar a influência na América Latina. Após os anos de 1970, termina a época das hegemonias de escolas historiográficas nacionais, e a dinâmica de influências historiográficas se multidiversificam.

46. Para ter uma ideia dos avanços na análise documental, basta comparar a *História de Roma*, de Chalés Rollin (1661-1741), historiador francês que ainda incorpora acriticamente os textos dos próprios historiadores romanos – como Tito Lívio, Suetônio e Floro – e a *História Romana* do historiador dinamarquês-alemão Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), que além de examinar *criticamente* as fontes escritas pelos historiadores pró-senatoriais, identificando sua perspectiva social e seu ponto de vista depreciativo em relação aos imperadores romanos, também analisa outros tipos de fontes, como as inscrições e moedas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

destacasse desde os seus primeiros tempos, apesar do caráter conservador que lhe era trazido pelo fato de seus primeiros financiadores serem os grandes governos nacionais que, do período da restauração em diante, estavam interessados em atrelar a história à grande política, em adequá-la aos interesses da nova configuração internacional europeia e em ajustá-la aos ditames de uma sociedade industrial já assentada sobre a prosperidade burguesa e sob o domínio político de uma combinação de elites burguesas e de aliados relacionados à antiga nobreza restaurada.

Foi assim que aquele Historicismo nascente – tão inovador em relação às novas propostas de estabelecimento da História como uma ciência autônoma que tinha direito à busca de uma identidade própria e de métodos específicos – apresentava também seu lado conservador. Ademais, nos primeiros tempos alguns dos historiadores que se ligavam ao Historicismo ainda não estavam de todo libertos das pretensões cientificistas ao estilo iluminista que haviam se projetado com maior nitidez no paradigma positivista, e Ranke ainda almejava uma certa neutralidade historiográfica que ficou celebrizada no famoso dito em que teria afirmado, na introdução de sua obra de 1824 sobre *Os povos românicos e teutônicos*, que só pretendia narrar os fatos "tal como eles haviam se passado". Este dito de Ranke, que adquiriu enorme repercussão em sua época e através de outros tempos historiográficos, precisa ser, de todo modo, relativizado, e mais adiante voltaremos a ele[47].

47. Já discutimos no vol. IV desta série, no capítulo relativo a Ranke (BARROS, 2011d: 91), que a conotação positivista deste dito é frequentemente exagerada, e que este

UFCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

No decurso do século XIX, o Historicismo foi se afirmando, por oposição ao paradigma positivista, como uma proposta de investigação e reflexão historiográfica que se orientava conforme algumas diretrizes específicas. Em primeiro lugar, buscava-se francamente o estudo da particularidade histórica por oposição às grandes generalizações que um dia haviam sido feitas pelo Iluminismo e que agora, de modo bem mais conservador, eram encaminhadas pelo Positivismo; neste sentido, a busca de leis gerais – típica do Positivismo – era afrontada por uma concepção da História como ciência do particular, do vivido humano que dificilmente poderia se ajustar às grandes receitas positivistas que buscavam aproximar as concepções das ciências sociais às concepções das ciências naturais. Em segundo lugar, tratava-se de buscar uma metodologia própria, que desse à História um lugar próprio e específico diante do conjunto mais amplo das reflexões relacionadas às ciências do espírito, para já utilizar uma expressão empregada por Dilthey, que seria na segunda metade do século XIX um importante filósofo e teórico que se relacionou com o setor mais avançado do Historicismo.

O terceiro ponto seria mais delicado, e tem uma história mais complexa que se associaria ao desenvolvimento da Hermenêutica. Nem todos os historicistas estariam de acordo

historiador, mais do que frisar uma prédica de neutralidade com estas palavras, estava preocupado em assumir uma humildade profissional diante de seu ofício (não julgar os personagens, mas apenas lhes dar voz), além de demarcar um discreto distanciamento em relação aos exageros dos floreados literários que muitos agregavam à narrativa historiográfica. De todo modo, temos que considerar também a recepção deste famoso dito rankeano. Inegavelmente, e durante tempos depois, muitos o evocaram com o fito de reivindicar uma neutralidade historiográfica diante dos fatos.

PODER/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

com este terceiro item, e há variações entre os que o incluem como traço fundamental para a identidade historicista. Trata-se da questão da subjetividade do próprio historiador. Por oposição ao Positivismo – que apregoava a possibilidade de uma "neutralidade" do cientista social –, certos setores do Historicismo começaram a estender sua compreensão de historicidade do mundo não mais apenas aos objetos examinados, que eram as sociedades humanas, mas também aos próprios historiadores enquanto agentes produtores do conhecimento histórico. Setores avançados do Historicismo tenderiam a uma virada relativista e à intensificação da consciência histórica, incluindo um arco de contribuições que foram desde o Droysen de *Historik* (1858), até o Dilthey de *Introdução às ciências do espírito* (1883), e que, mais tarde, iria se desdobrar nas grandes contribuições modernas para o desenvolvimento da Hermenêutica que seriam desenvolvidas por filósofos como Hans-Georg Gadamer, mas isto já no século XX[48].

Ocorre que este desenvolvimento da consciência histórica dos historicistas não se deu em uma linha única, tal

48. Hans-Georg Gadamer (1900-2002), filósofo alemão que trouxe grande desenvolvimento à hermenêutica filosófica, traz em seu acorde teórico tanto um diálogo crítico com a tradição historicista que passa por Dilthey, como a influência de Heidegger, decorrente do período em que foi aluno e assistente deste filósofo alemão (entre 1923 e 1928). Seus estudos sobre a Hermenêutica podem ser encontrados nos quatro volumes de *Hermenêutica em retrospectiva* (2007-2008), e se dirigem a três focos principais: a linguagem, a obra de arte e a própria História. Para Gadamer, interpretar um texto é autocompreender-se, o que coloca a Hermenêutica deste filósofo alemão no centro de um circuito de preocupações sobre a interação entre texto e intérprete que seria importante para a historiografia da segunda metade do século XX. As obras que mais interessam à História são as cinco conferências reunidas no pequeno livro *O problema da consciência histórica* (1957) e sua obra mais conhecida, *Verdade e método* (1960).

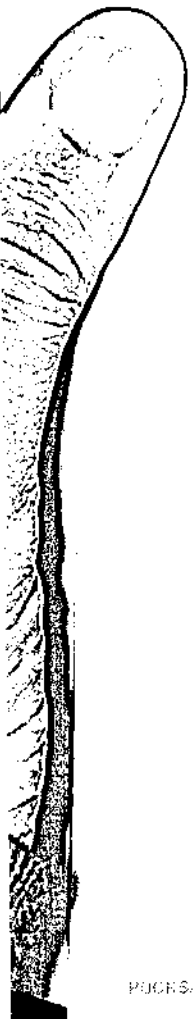
UFGRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

como vimos anteriormente (BARROS, 2011b: 133-151), assim como tampouco se pode agrupar em um pensamento rigorosamente homogêneo tudo o que constituiu o Historicismo no século XIX e princípios do século XX. Havia, por exemplo, um setor do Historicismo que – ao aprofundar de maneira mais linear a ênfase na preocupação em estudar os particularismos históricos, o singular, o que não se repete – tendeu a radicalizar uma supervalorização do acontecimental e a elaborar o que mais tarde seria chamado pelos historiadores dos *Annales* de "história factual" ou "História Historizante"[49]. Entre estes historicistas "factuais", havia os que, mesmo já em fins do século XIX, ainda advogavam uma neutralidade típica dos historicistas do início do século, e que retomavam à sua maneira o velho dito de Ranke. Mas havia também os historicistas que já estavam bem avançados

49. A "história factual" é aquela que se compraz em meramente encadear os fatos, como se eles falassem por si mesmos, ou a História que parece sustentar que a tarefa mais importante para um historiador é apresentar os fatos como se estes tivessem um valor próprio (opõe-se, nesse sentido, a uma história analítica, problematizadora). A concepção factual da História pressupõe ainda a crença de que os fatos apresentados pelo historiador (na verdade escolhidos ou construídos por ele) são a própria História, o que termina por produzir a ilusão de uma sobreposição entre a História e a história (entre este conhecimento que chamamos de História e a "história" propriamente dita, entendida como tudo aquilo que "realmente" aconteceu). Quase naturalmente a história factual apresenta-se como uma história narrativa, embora a recíproca esteja longe de ser verdadeira, uma vez que é perfeitamente possível escrever história narrativa sem que esta seja factual, no sentido mais grosseiro da palavra. Também é muito comum que a história factual tome para seus objetos e materiais os acontecimentos políticos mais superficiais (as guerras, as sucessões dinásticas, as substituições de poder, as ações individuais daqueles que exercem o poder nas instituições políticas ou daqueles que lutam contra eles). Isto porque, ao contrário dos fatos políticos de superfície, os processos e fatos econômicos, os desenvolvimentos culturais, e mesmo os fatos políticos de maior profundidade (as lutas de poder entre os grupos sociais, por exemplo), precisam ser mais analisados do que narrados, e facilmente pressupõem problematizações de maior profundidade, que são estranhas à concepção factual da História.

UFRGS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

na reflexão hermenêutica. Já mencionamos historiadores e filósofos historicistas como Droysen e Dilthey, e podemos lembrar ainda a clássica posição na qual se apoiaria Heinrich Rickert (1863-1936) – um historicista neokantiano que sustentava que o historiador deveria considerar o fato em sua instância de singularidade, com seu caráter único e irreprodutível, por oposição à utilização do fato histórico pelo cientista social, que tendia a dele se valer apenas como exemplo que confirmava a lei ou uma regra geral que, estas sim, seriam o seu verdadeiro objeto de estudo. Este ponto de vista da busca historiográfica do fato em sua singularidade absoluta é sustentado por Heinrich Rickert em seu ensaio *Ciência Cultural e Ciência Natural* (1945).



Como se vê, o Historicismo correspondeu a um campo muito vasto de contribuições. Entre os historicistas existiam desde os grandes filósofos da história e historiadores preocupados em desenvolver a reflexão hermenêutica e em intensificar a tomada de consciência histórica – incluindo nomes como Droysen, Dilthey, o italiano Benedetto Croce, e mais tarde o filósofo Gadamer – até historiadores que estavam trabalhando com uma concepção excessivamente factual da história. Acresce que havia ainda campos de imbricamento entre ideias positivistas e historicistas, e este será um ponto importante para a nossa reflexão sobre os *Annales*. A Escola Metódica Francesa, que incluía a assimilação de uma clara influência positivista e que se erguera na linha de descendência de historiadores como Buckle ou Taine, havia também assimilado a contribuição dos manuais historicistas, como o de Bernheim, publicado em 1889. O mais famoso manual

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

da escola metódica – que se destinava a ser marcado pelo estigma de conservadorismo que receberia dos historiadores que fundaram a Escola dos *Annales* – seria o de Seignobos e Langlois, publicado em 1898, e que em relação ao manual historicista de Bernheim descarta sua reflexão inicial sobre a filosofia da história de sua época para aceitar apenas a parte prática, metodológica.

Podemos agora entender que, quando se fala em uma crítica dos *Annales* ao Historicismo, está sendo recolocada a crítica que historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre dirigiram contra toda uma "história historizante", que incluía os historicistas mais factuais e conservadores, e também a correntes mais ambíguas que absorveram tanto influências positivistas como influências deste historicismo mais factual, como foi o caso da Escola Metódica Francesa. Não raro, Lucien Febvre também se referiria aos "historiadores historizantes" – pertencessem estes ao campo historicista ou ao campo de influências do positivismo francês – como "positivistas", e esta expressão é até hoje muito utilizada (equivocadamente, conforme veremos adiante) para designar o historiador retrógrado, factual ou ingênuo no trato de suas fontes, independentemente do paradigma ao qual se vincula.

Neste intrincado contexto historiográfico, habilmente, os pioneiros dos *Annales* não foram medir forças contra a filosofia historicista mais avançada, que já desenvolvia interessantes reflexões sobre a Hermenêutica e os problemas relacionados à interpretação histórica ou à interação entre o historiador e suas fontes, e tampouco dirigiram suas críticas

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mordazes contra o neokantianismo, que também iria influenciar outro setor historicista, como o que mais tarde seria representado por Heinrich Rickert (1863-1936)[50] com repercussões na obra de Max Weber (1864-1920). Eles foram medir forças contra um certo setor historiográfico cientificamente frágil, mas que estava bastante fortalecido nos meios acadêmicos porque era, na verdade, dominante nos quadros da história oficial. Estavam prontos a se voltar contra a chamada "História Historizante", expressão que tomaram emprestada de Simiand, um economista que fizera uma implacável crítica contra um segundo manual publicado por Seignobos em 1901[51]. A exemplar crítica de Simiand, pro-

50. Sobre Heinrich Rickert, cf. comentários no quarto capítulo do vol. II da série *Teoria da História* (BARROS, 2011b: 158).

51. François Simiand (1873-1935) – sociólogo e economista francês que partira de uma formação filosófica inicial e que precedeu os *Annales* na crítica aos historiadores factuais –, escreveu outras obras além do seu célebre artigo "Método Histórico e Ciências Sociais" (1903). Uma militante tônica socialista destaca-se em seu acorde teórico, e também o encontramos desde o início do século associado à Escola Francesa de Economia, no interior da qual defendia a consciência da historicidade da economia e a necessidade de apoiar qualquer modelo teórico e política econômica em uma rigorosa base estatística e análise dos fatos observáveis. Pagou o seu preço por ser um intelectual interdisciplinar algumas décadas à frente de seu tempo, uma vez que, com uma formação inicial em filosofia, um interesse efetivo em Economia, História e Sociologia, e uma tese apresentada para a Faculdade de Direito em 1904 sobre "os salários dos trabalhadores de minas de carvão na França", demorou algum tempo para conquistar uma posição mais confortável no compartimentado universo acadêmico de sua época, o que só ocorreria com sua admissão em 1931 para o Collège de France, aos 58 anos de idade. Antes disto, desde 1910 ensinou História Econômica na École Pratique des Hautes Études – instituição ainda à margem no universo institucional francês e que, mais tarde, alcançaria grande destaque nos meios historiográficos por ter acolhido a fundação da Sexta Seção, dedicada aos Estudos Históricos, sob o controle dos *Annales* e direção de Lucien Febvre. Desde fins do século XIX, Simiand atuou na revista *Année Sociologique*, dirigida pelo sociólogo positivista Émile Durkheim, o que mostra sua liberdade de articulação. Durante longo tempo ocupou posições profissionais no governo francês, como a de bibliotecário do Ministério do Comércio e do Trabalho, até o início da Primeira Guerra. Entre

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ferida inicialmente sob a forma de conferência, aparece no artigo intitulado "Méthode historique et Sciences Sociales" (SIMIAND, 1903), e é sintoma da grande crítica que começava a ser movida contra a historiografia factual pelas Ciências Sociais que começavam a se afirmar no alvorecer do século XX[52]. Lucien Febvre e Marc Bloch retomam esta crítica a seu próprio favor, e ela aparece em alguns dos ensaios que mais tarde seriam publicados nos *Combates pela História* de Febvre (1965), ou em algumas das passagens de *Apologia da História*, de Marc Bloch (1941-1942). O principal ponto de articulação das críticas que os *Annales* desfecham tanto contra os setores mais factuais do Historicismo quanto contra a influência positivista incorporada pela Escola Metódica Francesa, refere-se à notória questão da "História-Problema" que se deve opor à "História Factual", à qual retornaremos oportunamente.

Além da crítica à mera coleta de fatos com subsequente elaboração de uma narrativa desproblematizada, os jovens *Annales* encontraram ainda, nos mesmos historiadores factuais ligados ao Positivismo Historiográfico ou aos setores menos avançados do Historicismo, outro oportuno ponto de ataque: a restrição de boa parte destes historiadores a uma estreita faixa da História Política. Dentro desta já tão restrita área da História Política, depreciavam ainda mais o modelo

as principais obras, destacam-se *O Método Positivo em Ciência Econômica* (1911), *O salário: evolução social e moeda* (1932), *Pesquisas antigas e recentes sobre o movimento geral dos preços entre os séculos XVI e XIX* (1932) e *A Psicologia Social das crises e flutuações econômicas de curta duração* (1937).

52. Mais tarde, este artigo seria republicado pela *Revista dos Annales*, em 1960 (cf. Referências). Em português, o artigo também contou com uma bem-cuidada publicação, na forma de um pequeno livro editado pela Edusc (2003).

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

da História Diplomática, e aí também encontraram seu manual de ataque, ou o seu "manual expiatório". Tratava-se do *Manual de Política Estrangeira*, de Émile Bourgeois (1892)[53]. Com isto, os *Annales* em formação completavam sua tríade de críticas: à História Factual, à História Narrativa, à História Política.

É oportuno lembrar, ainda, que os fundadores dos *Annales* procuraram não mencionar, em seus primeiros textos-manifestos, a renovação historiográfica que estava também se operando em outras partes do mundo, na Alemanha ou nos Estados Unidos da América, por exemplo, ou ainda no Brasil de Gilberto Freyre, com *Casa grande e senzala*[54]. Febvre pouco discorre, em seus combates pela história, sobre as demais renovações que também poderiam ser qualificadas como "novas histórias", e tampouco o faz no texto-manifesto que expõe os novos e antigos rumos da *Revista dos Annales*, em 1946 (neste último texto, aliás, certamente não era o caso de fazer isso). Mas é interessante observar que, em 1978, no prefácio-manifesto escrito por Jacques Le Goff para preludiar uma obra coletiva dos historiadores dos novos *Annales*, este historiador francês da terceira geração de annalistas[55] já não

53. Jacques Le Goff mencionará mais tarde este mesmo manual, ao evocar os combates dos primeiros *Annales*, em seu prefácio-manifesto para a obra coletiva *A História Nova*, publicada em 1978.

54. Braudel, contudo, em 1943 escreve uma resenha na qual expressa grande entusiasmo pela obra de Gilberto Freyre (BRAUDEL, 1943).

55. Jacques Le Goff (n. 1924), historiador especializado na Idade Média, é um dos líderes da terceira geração de historiadores franceses ligados aos *Annales*. Além de ser autor de alguns textos importantes sobre Teoria da História e Historiografia – nos quais discutiu conceitos como o de memória e documento histórico (1988) –, dedicou-se principalmente ao estudo da Idade Média examinando diversificadas temáticas como o comércio, a vida urbana, as universidades, a literatura e o imaginário. Chegou à VI Seção da École des Hautes Études em 1962, e, em 1968, com a

UFGRS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

se constrange em mencionar outras linhas e correntes inovadoras que já existiam na historiografia do primeiro quarto do século XX. Reconhece, por exemplo, que os ingleses e alemães haviam precedido os franceses dos *Annales* ao explorar uma nova História Econômica (LE GOFF, 1978)[56], e destaca uma pequena seção de seu texto para fazer comentários sobre o que chamou de "História Nova fora da França", na qual incluiu contribuições historiográficas contemporâneas à própria geração dos terceiros *Annales*, como foi o caso da Escola Inglesa do Materialismo Histórico e a dos micro-historiadores italianos (LE GOFF, 2011: 154).

---

ascensão de um novo grupo de historiadores ao comando da *Revista dos Annales* e das instituições a ela ligadas, passou a ocupar um lugar de destaque. Sua importante posição nesta nova fase dos *Annales* pode ser evidenciada pelas tarefas que lhes foram atribuídas como organizador de duas grandes coletâneas de trabalhos dos historiadores da nova geração de annalistas: *Faire de l'histoire* (1974) e *Nouvelle Histoire* (1978). Para ambas as coletâneas produziu prefácios que anunciam a carta de intenções da terceira geração de historiadores dos *Annales*. Entre as obras sobre a Idade Média, que se iniciam com a publicação de *Mercadores e banqueiros na Idade Média* (1956), podem ser destacadas *Os intelectuais na Idade Média* (1957), *Para um novo conceito de Idade Média* (1977), *O nascimento do purgatório* (1981), *O imaginário medieval* (1985), *A bolsa e a vida* (1986), *São Luís* (1995) e *Uma longa Idade Média* (2004). Organizou ainda coleções de estudos medievais de vários autores, entre os quais *O homem medieval* (1994) e *Dicionário do Ocidente Medieval* (1999).

56. "Pela utilização de econômico [no nome inicial da *Revista dos Annales*] tratava-se de promover um domínio totalmente negligenciado pela história tradicional, em que os historiadores ingleses e alemães haviam precedido os franceses, e cuja importância na vida das nações e dos povos ficava mais clara a cada dia" (LE GOFF, 2011: 135). Ao se referir nesta passagem a uma história econômica inglesa, embora não os mencione, Le Goff tem em vista autores como N.S.B. Gras e James E. Thorold Rogers. Este último havia produzido entre 1866 e 1877 seis volumes de uma *História da agricultura e dos preços na Inglaterra*. Em 1877 começa a proferir palestras sobre o tema "Interpretação econômica da história", e este será o título de um livro que publica em 1888. Cf. tb. o artigo de Norman Gras que recebeu o título "The Rise and Development of Economic History" (1927). Todas estas produções, e outras mais, precedem a História Econômica dos *Annales*.

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

4 Oposições "radicais" e "interativas" dos *Annales*

Para compreender o quadro de diálogos e oposições sobre o qual os primeiros *Annales* erigem suas estratégias de projeção no mundo historiográfico, explicitaremos antes de mais nada as oposições radicais (hemisfério superior do quadro 1). Estas são aquelas oposições que se dão em relação a campos com os quais não há um diálogo possível ou diante dos quais isto somente ocorre de maneira extremamente tensa. Por outro lado, existem aquelas que poderemos chamar de "oposições interativas" – as que se referem a campos com os quais os *Annales* sustentam um diálogo interativo, produtivo, e por vezes assimilativo, e não apenas um diálogo de oposição, embora isso também possa ocorrer (e mais em alguns annalistas que em outros).

Surgem necessariamente critérios entrelaçados neste tipo de análise, uma vez que as contraposições e interações dos *Annales* se fizeram simultaneamente em relação a linhas de força relacionadas a diferentes categorias: (1) oposição a um modo disseminado de fazer a História, mesmo fora do campo profissional dos historiadores (a história diletante e antiquária, que já havia sido criticada por Nietzsche)[57], (2) pontos de oposição em relação a paradigmas estabelecidos pela historiografia anterior (o paradigma historicista e o paradigma positivista), (3) oposição, aliança ou respeito distanciado em relação a setores internos a um mesmo paradigma (havia um respeito distanciado, por exemplo, no tocante ao setor

57. Cf. o capítulo sobre Nietzsche no vol. III desta série, e, particularmente, sua crítica aos antiquários (BARROS, 2011c: 180).

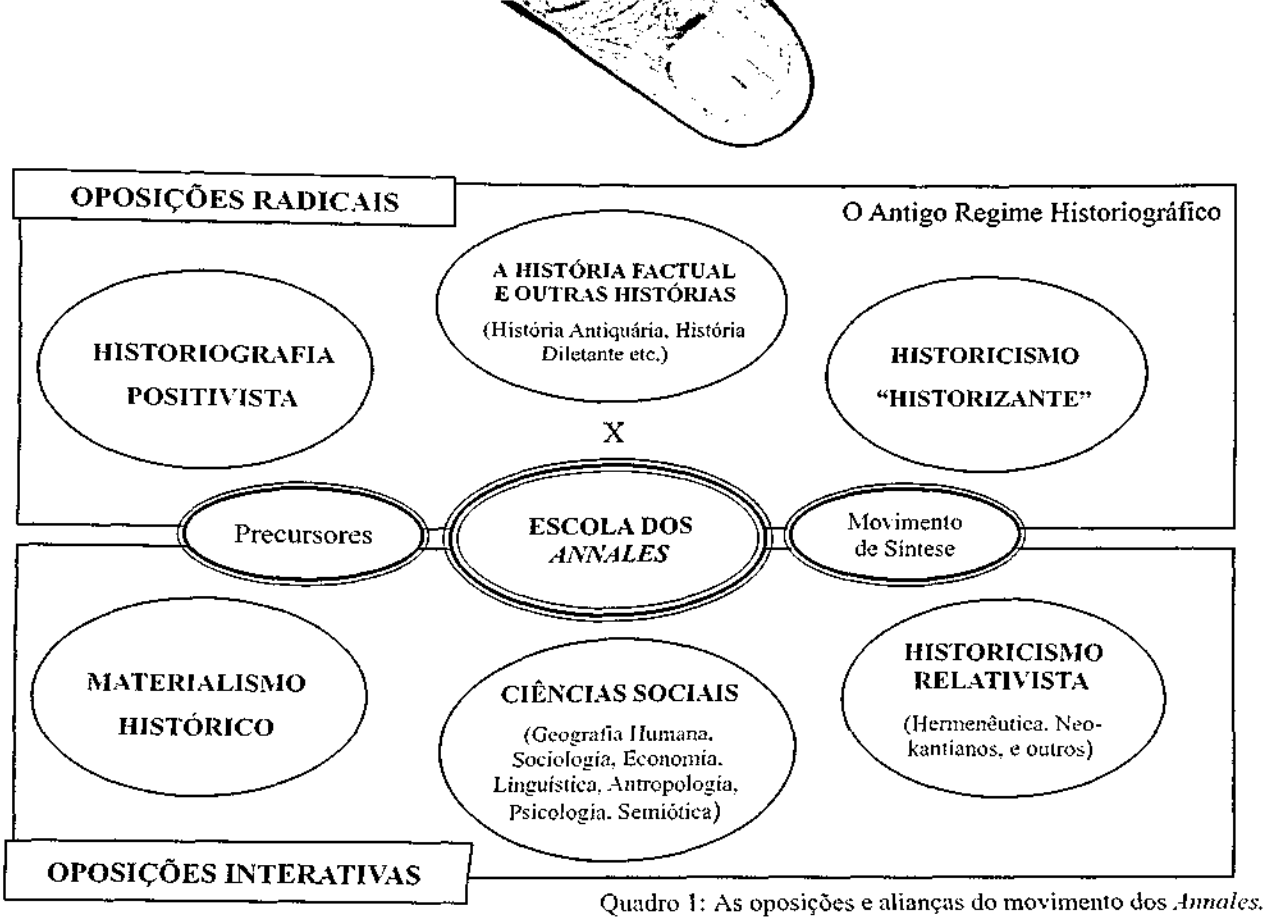
PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

do Historicismo que se encontrava mais avançado na reflexão sobre a consciência histórica, a cargo dos hermeneutas e neokantianos), ou (4) oposições e alianças em referência a outros campos de saber (as Ciências Sociais que se encontravam em afirmação na época inicial de Bloch e Febvre e, mais tarde, já nos tempos de direção de Fernand Braudel, que se achavam em fase de consolidação ou de novos impulsos).

De algum modo, as oposições radicais dos *Annales* das duas primeiras gerações (até 1968) referem-se àquilo que realmente já era bastante retrógrado em sua época: um paradigma positivista que não encontrara efetivamente maiores realizações no âmbito da historiografia; a parte menos avançada de um historicismo que, de fato, encetara muitas realizações, mas que nestes setores mais retrógrados e conservadores relutava em avançar para além dos preceituais indicados em seus manuais historiográficos; e, por fim, uma série de outras histórias, diversas vezes realizadas por historiadores não profissionais e diletantes (as dos antiquários, por exemplo, e as histórias teológicas).

Há uma imagem muito interessante utilizada por Peter Burke para descrever este campo de oposições radicais em seu pequeno livro introdutório à Escola dos *Annales* (1990). Como Peter Burke utiliza a imagem de que a escola (ou movimento) dos *Annales* teria promovido uma espécie de "revolução francesa da historiografia", ou pelo menos divulgado a autoimagem de ter encaminhado uma revolução historiográfica, ele menciona concomitantemente um certo "antigo regime" que os fundadores do movimento dos *Annales* pre-

POSGRAD/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.



Quadro 1: As oposições e alianças do movimento dos *Annales*.

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9610/1998 E LEI 10.753/2003.

tendiam derrubar (BURKE, 1991: 17). Na França, o monarca quase absoluto deste antigo regime historiográfico (ou um dos seus déspotas esclarecidos) teria sido até 1912 Gabriel Monod (1844-1912), fundador da *Revue Historique* (1876)[58] e um dos professores de maior influência na universidade francesa entre os historiadores de tipo antigo, sendo por isso mesmo que Carbonell e Livet chamam ao circuito de influências da historiografia tradicional nas instituições acadêmicas e editoriais francesas de *État Monod* (CARBONELL & LIVET, 1982: 79-192)[59]. Talvez fosse ainda mais correto

58. A *Revue Historique*, que, cinquenta anos após sua fundação, seria muito criticada pela *Revista dos Annales*, também se opôs, na época de sua criação, a uma outra revista, a *Revue des Questions Historiques*, criada pelos legitimistas monárquicos em 1866. Em um artigo inaugural para a *Revue Historique* (1876), no qual pretende abordar "o progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI", Gabriel Monod define seu programa em torno da constituição de uma "coletânea de ciência positiva e de livre discussão". Situa, com naturalidade, sua própria escola como um ponto de chegada na consolidação de uma história científica francesa. Alguns dos artigos desta revista foram organizados em coletâneas ainda em fins do século XIX.

59. Gabriel Monod (1844-1912), historiador especializado na Europa carolíngia, nasceu em Ingouville, na França, e a partir de 1865 viveu durante três anos na Alemanha. Ao retornar à França em 1868, e sobretudo após o término da guerra franco-prussiana em 1870, inicia uma bem-sucedida carreira institucional nos meios acadêmicos. A guerra franco-prussiana havia sido vencida pelos alemães, e em função disso a França perdera a região da Alsácia-Lorena, que seria recuperada após a Primeira Guerra Mundial. A carreira de Gabriel Monod, e o desenvolvimento da Escola Metódica, projetam-se neste contexto de desconforto diante da derrota e de necessidade de organização da Terceira República (1870-1940), após a deposição de Napoleão III. Em 1876, Monod funda a *Revue Historique*, publicação que se torna o principal meio de divulgação dos historiadores da Escola Metódica, e que também visava difundir a posição progressista e republicana ao se contrapor à *Revue des Questions Historiques*, editada pelos monarquistas legitimistas desde 1866. Na época de fundação da *Revue Historique*, Monod já havia escrito alguns livros, como *Gregório de Tours* (1872), e mais tarde publicaria uma biografia sobre *Fredegário* (1885), autor da mais importante crônica do século VII, além da *Bibliografia da História da França* (1888) e dos *Estudos críticos sobre as fontes da história carolíngia* (1898).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

apelidar a esse antigo regime historiográfico de État Monod-Lavisse, pois havia ainda outro grande nome que aproveitou decisivas oportunidades de poder no antigo regime historiográfico: Ernest Lavisse (1842-1922)[60].

Aproveitaremos a mesma imagem de um "antigo regime historiográfico" para nos referirmos ao campo de 'oposições radicais' dos *Annales* – aquele no interior do qual não é praticamente possível realizar alianças. Este antigo regime, tal como os futuros annalistas o viam e como seus memorialistas o desenhariam nas cores mais frias, estende-se até as duas primeiras décadas do século XX, e depois prossegue com bastante força institucional até os anos de 1945, mas agora enfrentando confrontos por todos os lados. Por isso o período situado entre 1920 e 1945, indicado por alguns autores como uma primeira fase do movimento dos *Annales*, é também descrito como um período de lutas, nos quais os primeiros annalistas se empenham em desalojar os histo-

Pode-se ver, pela sua produção bibliográfica, que suas preocupações dominantes eram os estudos de fontes, as revisões bibliográficas e as biografias históricas.

60. Ernest Lavisse (1842-1922) foi um dos nomes fortes da Escola Metódica. Foi o grande organizador de uma monumental *História da França*, publicada pela Editora Hachette entre 1892 e 1911, que declarava almejar a recuperação da unidade social perdida com a ruptura de 1789 e com o desenrolar de um século de instabilidades sociais e políticas que culminara com a derrota francesa na Guerra Franco-prussiana (1870), o que incluía reconciliar os franceses com seu passado distante a partir de uma consciência histórica. Com o sucesso desta obra monumental, criou-se depois o *Petit Lavisse*, voltado para o ensino histórico nas escolas públicas francesas. Com isto, Lavisse se tornou o grande mestre do ensino de História em sua época. Posteriormente, coordenou ainda outra coleção, a *História da França Contemporânea* (1920-1922). Ao lado desta preocupação com a história nacional da França, foi também um especialista na história da Prússia, desde sua tese sobre as *Origens da monarquia prussiana*, e com a publicação de obras como os *Estudos sobre a História da Prússia* (1879) e seus estudos sobre *Frederico o Grande* (1891 e 1893).

UFGRS:BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

riadores de tipo antigo das principais trincheiras institucionais. Embora fosse mais fácil afrontar esses historiadores no nível epistemológico, não era uma tarefa fácil confrontá-los no nível institucional, pois além de terem conquistado sólidas posições em instituições específicas, como a Sorbonne[61], os metódicos contavam com um capital simbólico produzido por contribuições efetivas, que incluíam a conquista de uma maior dignidade e conforto para o estatuto do historiador na França e uma autonomia para a História como disciplina universitária, o que agora emparelhava professores de História e historiadores franceses aos alemães, com décadas de atraso[62].

A imagem de uma luta dos annalistas contra os metódicos, certamente, foi bastante exagerada e mitificada pelos historiadores dos *Annales* em épocas posteriores, já com vistas a construir uma história heroica e idealizada do movimento. Um trabalho cuidadoso de desmistificação deste período

61. Braudel, em entrevista na qual inclui uma leitura retrospectiva sobre os *Annales*, já ao fim de sua carreira, lembra esta oposição institucional: "A Escola dos *Annales* se apresenta como adversária da história tradicional, instalada na Sorbonne, a qual privilegiava, com efeito, a história política, a dos 'grandes homens'" (BRAUDEL, 1985: 43).
62. Os alemães já haviam conquistado seu assento universitário desde os tempos de Ranke. Os franceses só conquistam a autonomia disciplinar da História em 1880. Assim se refere François Dosse, em seu livro *A História à prova do tempo*, a esta conquista: "Até os anos de 1880, a disciplina histórica ainda não tem [na França] uma verdadeira autonomia universitária, dependendo tanto da filosofia quanto das humanidades literárias. A contar desta data, cria-se uma licença específica para o ensino de História, e o ofício do historiador se profissionaliza. Entre 1870 e 1914, a História beneficia-se do maior número de novas cátedras universitárias. Os historiadores de formação, em busca de uma identidade específica, passam a propor regras de método, rompendo radicalmente com o amadorismo vigente até então. Essa identidade afasta-se do terreno literário" (DOSSE, 2001: 16).

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

de fundação da Escola dos *Annales*, e da luta institucional encetada pelos "novos historiadores", foi empreendido por Gerard Noiriel em seu ensaio *Sobre a crise da História* (1996: 261-286). Mas, de todo modo, falar em uma luta historiográfica e institucional como um dos aspectos que compõem esta complexa história não deixa de ser correto.

Naturalmente que, nos quadros historiográficos das primeiras décadas do século XX, e mesmo entre os historiadores do século anterior, os annalistas não encontraram somente oposições, como também alianças importantes (cf. parte inferior do quadro 1). Para além do próprio Materialismo Histórico cujas bases já haviam sido lançadas já desde meados do século XIX, mas que ainda estava por iniciar sua fase de grandes realizações em termos de produção historiográfica, e para além dos setores mais avançados do Historicismo, que despontam a partir das últimas décadas deste mesmo século com as obras mais críticas de Dilthey e Croce – há também figuras isoladas às quais os annalistas rendem homenagens. Eram por vezes nomes mal acomodados em seu tempo, como o de Jules Michelet (1798-1874) que, ainda em meados do século XIX, chegara a explorar temas historiográficos inusitados como *O povo* (1846) ou *A feiticeira* (1862)[63], ou como o

63. Jules Michelet (1798-1874) foi um dos mais notórios historiadores do século XIX. A obra de sua vida foi uma *História da França* em 19 volumes (1833-1867), cuja produção consumiu 34 anos de atividade. No cume da série, encontra-se a *História da Revolução Francesa*, que encontrou lugar definitivo na historiografia sobre o tema, sobretudo por ultrapassar os estreitos limites da descrição política e antecipar o interesse de futuras gerações em abordar uma plenitude de aspectos para além da política tradicional. Além disso, nesta obra o povo é trazido para o centro do cenário, e Michelet utiliza o recurso de tratar a própria nação como pessoa viva, de modo a edificá-la como o personagem de sua trama, em detrimento dos tradicionais personagens políticos. Michelet também escreveu livros sobre temas diversos de filosofia

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Jacob Burckhardt (1818-1897), que já avançava por preocupações de novo tipo com uma História da Cultura. Depois, já nas primeiras décadas do século XX, viria Huizinga (1872-1945), com preocupações análogas e mesmo antecipações de questões que seriam mais tarde tratadas pela "História das Mentalidades". Seria mesmo preciso lembrar o nome de Henri Pirenne (1862-1935) nestas mesmas décadas iniciais – historiador já preocupado em incluir e compreender o econômico na historiografia.

Há ainda outro movimento que precede os *Annales* na crítica da historiografia tradicional e no estabelecimento de bases para uma *Nova História*. Trata-se do movimento que se organiza em torno do filósofo Henri Berr (1863-1954)[64] e da *Revue de Synthèse Historique*, em circulação desde o início do século (1900), a mesma que já havia contado com a colaboração dos próprios Lucien Febvre e Marc Bloch como articulistas[65]. Este movimento já se erigia em torno da ideia de

e história, alguns dos quais são reconhecidos hoje como importantes contribuições para uma efetiva renovação historiográfica, uma vez que – em um estilo que mescla de maneira inconfundível a pesquisa e a imaginação – o historiador francês neles se dispôs a examinar temáticas nada comuns à historiografia de sua época, tais como *O povo* (1846), *As mulheres da Revolução* (1854), *O amor* (1859), *A mulher* (1860) ou *A feiticeira* (1862). Michelet ocupou posição importante junto aos arquivos nacionais franceses, desde 1830 e até o golpe de Estado de Napoleão III, do qual divergiu. Desse modo, sua contribuição também se refere a uma organização sistemática das fontes historiográficas em seu país. Cf. Bourdé e Martin, 2003: 82-96 e HARTOG, 2005: 13-29.

64. Henri Berr (1863-1954), filósofo francês que fundou a *Revue de Synthèse Historique*, foi o responsável pela organização da enciclopédia interdisciplinar *A evolução da humanidade*. Suas preocupações interdisciplinares aparecem desde sua tese sobre a *Síntese de conhecimentos fundados sobre a história* (1898) e segue adiante em obras como *Síntese em História – ensaio crítico e teórico* (1911).

65. Sobre as relações entre Febvre e Berr, cf. Müller, 1997: 39-59. Além disso, fonte para a análise desta relação é a correspondência entre ambos, parte da qual disponível em FEBVRE, 1997.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

interdisciplinaridade, projeto que tem seu *locus* privilegiado no Centro Internacional de Síntese, fundado por Berr, e que já se concretiza a partir de 1920 em uma coleção dirigida por Henri Berr com o título de *A evolução da humanidade*. Este movimento, ao qual os fundadores dos *Annales* também rendem as devidas homenagens, é, no entanto, menos comentado do que devia, para não embaralhar o papel de ruptura que tenta ser construído para os *Annales* pelos seus fundadores e pelos historiadores que posteriormente se considerarão herdeiros do grupo.

Berr já ambicionava confrontar a velha historiografia descritiva do século XIX a partir da instituição de uma *Nova História* que deveria não apenas "descrever" as sociedades e processos históricos, como também "explicá-los" a partir de um fazer historiográfico que deveria incluir uma especial atenção a uma teoria histórica (e não uma filosofia histórica) voltada para a observação empírica. Sobretudo, sua ideia de "síntese histórica" evocava já a cooperação de todas as Ciências Sociais e Humanas, o que se expressa tanto no Centro Internacional de Síntese como na revista por ele fundados. Isto já o coloca, rigorosamente falando, como o verdadeiro pioneiro em relação à sistemática prática da interdisciplinaridade. Tratava-se, por outro lado, de uma leitura bastante específica da interdisciplinaridade: esta deveria ser concretizada a partir de um trabalho de equipe (o que hoje seria mais adequadamente chamado de "transdisciplinaridade"), e implicava não apenas a eliminação de fronteiras entre as diversas ciências sociais, inclusive a História, mas também em uma aproximação em relação à Filosofia. Isto tudo sem

PUC/RS:BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

recair, é claro, nas antigas "filosofias da História", diante das quais Henri Berr se situava criticamente.

O movimento organizado por Berr mostra que o antigo regime historiográfico vinha sofrendo ataques não apenas dos "guerrilheiros historiográficos" ligados ao que logo se constituiria como o núcleo dos *Annales*. Havia em fins do século XIX um campo de estudos se formando, por exemplo, entre a História e a Economia, quase que antecipando a transdisciplinaridade que estaria tão em voga no século seguinte, e ali já surgiam historiadores econômicos que eram críticos dos historiadores políticos (entre estes, citaremos o nome de Gustav Schmoller). De igual maneira, na passagem do século XIX para o XX, Karl Lamprecht (1856-1915) teve de pagar um duro preço de marginalização acadêmica por propor em plena Alemanha uma história de cunho psicológico-cultural, na qual antecipava também a abordagem da História Comparada, para não falar do diálogo com a Psicologia. Suas reflexões, audaciosas para a época e para uma espacialidade alemã que estava sob domínio do Historicismo Político, estão registradas em um texto do início do século em cujo título pergunta: "O que é História?" (LAMPRECHT, 1905).

Por outro lado, as Ciências Sociais em afirmação já vinham desfechando críticas mais ou menos ferrenhas contra uma historiografia que desprezavam. Isto, na verdade, no contexto de uma disputa contra a própria disciplina História como um todo – já que esta, milenar enquanto campo de saber, e centenária enquanto disciplina universitária – já ocupava os principais postos institucionais e oportunidades editoriais. A Geografia Humana, por exemplo – e não a Geo-

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

grafia Física, de Humboldt, e que já havia sido delimitada por Immanuel Kant no século XVIII – precisava encontrar seu espaço acadêmico. Friedrich Ratzel havia escrito entre 1882 e 1891 sua pioneira *Antropogeografia*, e em 1897 a sua *Geografia Política*, ambas a partir de um viés de determinismo geográfico e fundado na utilização de modelos biológicos. São os primeiros estudos autênticos de uma Geografia Humana, e que já começam a buscar seu território de especificidades. De sua parte, Vidal de La Blache, que teria importância fundamental para um diálogo com os fundadores dos *Annales*, fundara em 1891 a revista *Annales de Geographie*. Percebe-se aqui a Geografia Humana como um campo de saber em recente emergência, buscando afirmar seu espaço territorial, e ao mesmo tempo se integrar às demais Ciências Sociais e Humanas. Isto posto, os novos geógrafos humanos já vinham revolucionando a própria Geografia, ao introduzir a análise da relação entre sociedade e espaço sob a perspectiva dos grupos sociais e também de sua evolução no tempo, o que já antecipava a futura abordagem da Geo-história[66].

A mesma busca de afirmação se dava no âmbito da Sociologia, sobretudo a partir do setor liderado por Durkheim – um herdeiro moderno do Positivismo Comtiano que se empenhava em afirmar a identidade da Sociologia, e que já tinha fundado também uma revista própria: o *Anné Sociologique*[67]. Foi aliás o cientista social François Simiand, a quem já nos referimos, quem desfechou no início do século o primeiro e mais implacá-

66. A influência da Geografia Humana entre os *Annales* foi bem estudada por Kinser, em *Paradigma dos Annales: o estruturalismo geo-histórico de Braudel* (1981). Outra boa síntese pode ser encontrada em Flatrès, 1991 ("Prefácio" para DION, 1991).

67. Sobre o Positivismo de Durkheim, cf. o capítulo sobre o paradigma positivista no vol. II desta série (BARROS, 2011b: 103-106).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

vel ataque contra o manual publicado por Seignobos em 1901, no qual este historiador da Escola Metódica francesa praticamente ignorava a Sociologia como legítimo campo de estudos[68].

Dessa maneira, as Ciências Sociais – independentemente de suas alternativas de orientação teórica, o que incluía também a orientação positivista – vinham desejando disputar um espaço institucional com a História. Como quem controlava este espaço institucional, na época, era a historiografia que estamos agrupando metaforicamente sob o rótulo de um "antigo regime historiográfico", era contra esses antigos historiadores, factuais, políticos, valorizadores do aconteci-

68. Charles Seignobos (1854-1942) foi um dos historiadores franceses associados ao universo institucional dos historiadores da Escola Metódica. Seignobos passou à história da historiografia como o grande símbolo da História Factual em vista de ter sido escolhido por Lucien Febvre como um dos principais alvos da Escola dos *Annales* na primeira geração, e por vezes as acusações dos annalistas são um pouco exageradas. Mas de fato a história problematizada não era uma bandeira para Seignobos, que não teve nenhum constrangimento em dar ao seu primeiro livro o título de *História narrativa e descritiva da Grécia Antiga* (1892), ao mesmo tempo em que sua ânsia de neutralidade, mesclada de ambições positivistas e de realismo neorrankeano, o levou a escolher para seu penúltimo livro o título de *História sincera da nação francesa* (1937). Também acompanhava a tendência de todo um setor historiográfico que se dedicava a uma tradicional história política, o que se expressa em sua *História política da França contemporânea* (1897) e, mais tarde, em seus *Estudos de política e história* (1934). Institucionalmente, a carreira de Seignobos começou a se projetar em 1890, quando ele foi designado para ministrar na Sorbonne uma disciplina relacionada à pedagogia das ciências históricas. Foi pouco depois disso, em 1898, que ele publicou conjuntamente com Charles-Victor Langlois uma *Introdução aos Estudos históricos* – um manual no qual, a partir dos modelos alemães, ele procura delinear as regras do método historiográfico e discorrer sobre as críticas interna e externa da documentação. Três anos depois publicou outro método, intitulado *Método histórico aplicado às ciências sociais* (1901), que se tornou alvo das críticas de Simiand, e depois de Lucien Febvre e Marc Bloch. A despeito de ter sido marcado pela crítica como historiador historizante, Seignobos também não deixou de tentar se adaptar aos novos tempos, e em 1938 dedica seu último livro – o *Ensaio de História Comparada dos povos da Europa* (1938) – a um campo histórico que, ao ser anunciado por Marc Bloch em dois artigos de 1928 e 1930 sobre o comparativismo histórico, vinha se colocando como uma novidade da época (BLOCH, 1928 e 1930).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mento – ao mesmo tempo os mais frágeis epistemologicamente e os mais fortes institucionalmente – que os novos cientistas sociais se voltavam. É interessante ainda observar que a "historiografia positivista" pouco conseguira no século XIX em termos de realizações concretas, de modo que era um campo com muitas fragilidades; mas, enquanto isso, o positivismo nas Ciências Sociais, através dos desenvolvimentos durkheimianos, estava conseguindo trazer muitas inovações na passagem do século XIX para o XX. Mesmo Marc Bloch, em algumas obras, revela em seu acorde teórico uma influência do sistema conceitual de Durkheim, assim como Lucien Febvre seria influenciado pela hermenêutica de Dilthey. Ambas as esferas – a das Ciências Sociais como um todo, e a do setor hermenêutico do Historicismo – devem ser compreendidas no âmbito das "oposições interativas" dos *Annales*. Aparecem aqui muitos diálogos, apesar das disputas territoriais.

Por fim, será oportuno lembrar mais uma vez que as críticas ao positivismo historiográfico e ao historicismo retrógrado vinham sendo encaminhadas por vários setores da historiografia para além dos que aqui foram mencionados por constituírem diálogos interativos que são referenciados pelos próprios *Annales*. A corrente historiográfica americana do Presentismo, por exemplo, já discutia nas primeiras décadas do século XX a mesma ideia veiculada pelos *Annales* de que a historiografia se faz como construção do tempo presente, tal como atestam as obras de Charles Beard. E o historiador americano James H. Robinson já se batia por uma renovação historiográfica em um ensaio que denominou *A Nova História* (1912).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

5 Os *Annales* e as Ciências Sociais: contra a História Historizante

Voltemos à questão da interação entre os *Annales* da primeira geração com as Ciências Sociais de seu tempo. Os historiadores fundadores dos *Annales*, como vimos, estavam de certo modo envolvidos em uma disputa de territórios dentro e fora das instituições historiográficas, o que incluía personagens internos e externos à historiografia. Vamos utilizar metaforicamente um vocabulário bélico ou lúdico, mas deixando claro que a expansão dos *Annales* nos campos da historiografia e das Ciências Humanas não foi só uma questão de disputa, mas também de cooperação, de afinidades, de interesse em contribuir efetivamente para o desenvolvimento da História como disciplina e campo de saber[69]. Outrossim, vamos utilizar o próprio vocabulário combatente dos primeiros *Annales* – utilizado sobretudo por Lucien Febvre – para evocar este aspecto de disputa territorial que constituiu certamente um dos lados da questão. Os meios acadêmicos e o campo científico não constituem uma guerra; ou, pelo menos, estão muito longe de ser apenas isso. Mas quem transita nestes meios sabe perfeitamente que existe com efeito, entre

69. Além disso, esta "luta" científica dos *Annales* envolve também os interesses pessoais de Febvre e Bloch, que estavam deslocados na Universidade de Estrasburgo, situada na região da Alsácia-Lorena – ambíguo território que em diversos momentos oscilou entre o pertencimento à Alemanha e à França, mas que possuía uma população predominantemente alemã. Bloch e Febvre empenhavam-se em se transferir para Paris, o que mais tarde conseguiram – Febvre para o Collège de France, e Bloch para uma cátedra de história econômica na Sorbonne. Desse modo, sua luta pessoal e profissional também se insere na luta maior de uma nova historiografia que pretende se impor, e de uma escola que começa a se formar.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

outros elementos, esta instância de luta, disputa territorial, ou ao menos de um jogo no qual eventualmente se distribuem aliados e adversários. No caso dos *Annales*, essa leitura do campo da historiografia e das Ciências Sociais como combate foi um elemento significativo não apenas dos acontecimentos que envolveram a ascensão dos *Annales*, como do próprio mito fundador que os primeiros annalistas, e mais tarde Braudel, empenharam-se em construir. O título de um dos principais livros de Lucien Febvre é um indício bem revelador: *Combates pela História* (FEBVRE, 1956). Vejamos então as cartas deste jogo, ou os elementos deste combate, tal como Bloch e Febvre os viram[70].

As Ciências Sociais, que representavam uma inovação e uma revitalização para o conhecimento sobre o Homem, precisariam ser vencidas por assimilação de algumas de

70. Sobre o mito fundador dos *Annales*, já existem trabalhos diversos. Gerard Noiriel procura desmistificar o mito de fundação dos *Annales*, trazendo à cena seu caráter de construção, em sua obra *Sobre a crise da História* (1996: 261-286). Josep Fontana faz o mesmo no capítulo sobre "A História Econômica e Social" de *A História dos Homens* (2000: 269-271). Uma leitura da história do movimento dos *Annales* como combate é empreendida por François Dosse em *A história em migalhas* (1987). Por outro lado, é importante ressaltar que alguns dos próprios historiadores ligados aos *Annales* – particularmente à terceira geração – submeteram à crítica o mito fundador que apresentava Marc Bloch e Lucien Febvre como dois heroicos e solitários combatentes que estavam à margem do sistema historiográfico, lutando pelo estabelecimento de uma nova historiografia. André Burguière, em seu artigo "História de uma História – o nascimento dos *Annales*" (1979), procura mostrar que, à época da fundação da *Revista dos Annales*, e mesmo antes, Bloch e Febvre já estavam perfeitamente inseridos no *establishment* como professores bem situados no sistema institucional francês, mas cultivaram a imagem do "combate marginal". Esta "lenda dourada" – como a nomeia Jacques Revel (1978) em outro artigo sobre o tema – teria sido perpetuada pela geração seguinte de annalistas para trazer uma base heroica ao movimento no qual se inseriam (é o caso da apreciação de Braudel em seu "Testemunho pessoal", de 1972). Segundo Revel, desenvolve-se também uma "lenda negra", da parte dos críticos dos *Annales* que quiseram desmistificar a "lenda dourada", e as duas posições devem ser evitadas (REVEL, 1978).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

suas ideias e sua adaptação aos objetivos da História. Mas já a História Historizante, ela mesmo um alvo das nascentes Ciências Sociais, precisava ser vencida de maneira implacável, a partir da demonstração de que eram conservadoras, inoperantes, antiquadas, ou mesmo inúteis para a Vida ou para a Modernidade. Dessa maneira, Febvre e Bloch iniciam sua sistemática demolição daquilo que passaria a ser visto como um paradigma historiográfico a ser superado e vencido. Os impactantes e por vezes sarcásticos ensaios de Febvre incluídos em *Combates pela História* (1953) ilustram bem este trabalho demolidor. Naturalmente que, como em toda luta, estratégias e táticas precisavam ser desenvolvidas, e isto já foi bem-estudado por autores como François Dosse em *A história e migalhas* (1987), que procura descrever o período de ascensão dos annalistas como uma luta em duas frentes: contra um adversário a ser desmoralizado – a História Historizante – e contra um adversário a ser respeitado mas submetido: as diversas Ciências Humanas que começavam a se afirmar no cenário intelectual europeu[71].

Diga-se de passagem, já há também estudos que procuram demonstrar os aspectos mais exagerados da crítica dos annalistas contra alguns dos segmentos historiográficos que foram por eles reunidos sob o rótulo de "História Historizante", "História Factual", ou mesmo, um tanto impropriamente, "História Positivista"[72]. Carbonell e Levi, por exemplo, procuram denunciar alguns exageros de Febvre e outros annalistas em suas críticas, em um texto intitulado

71. Outro autor que se concentra nas estratégias dos *Annales* é Couteau-Bégarie, 1983.

72. Discutiremos mais adiante esta impropriedade.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Au Berceau des Annales (1983). O mesmo Carbonell já havia buscado apontar estes excessos críticos em sua *História do Positivismo na França* (1978). Ou seja, décadas após a vitória triunfante dos *Annales*, consolidada na França e em outras partes do mundo por meio das influências da *Nouvelle Histoire*, começa-se a examinar criticamente o próprio conteúdo crítico desfechado pelos *Annales* contra seus adversários historiográficos. Há o outro lado, claro, ainda cultuador da mística dos *Annales*. É este o caso de Pierre Chaunu (1923-2009) em seu livro *História, Ciência Social*. Para ele, a História – a verdadeira história – nasce em 1929. E complementa: "O que é anterior tem [somente] valor de documento" (CHAUNU, 1974: 101).

[Um pequeno parêntesis faz-se necessário. Precisamos esclarecer o mau uso da expressão "historiadores positivistas" nos textos de Febvre, impondo um sentido que depois se popularizou enormemente na historiografia da França e de países como o Brasil, a um ponto em que, mesmo hoje, podemos encontrar no ensino de graduação em História a propagação deste equívoco. A popularização da expressão "História Positivista" como "História Factual" (ou do uso da expressão "historiadores positivistas" para designar os "historiadores factuais") foi de fato um grande desserviço a um vocabulário historiográfico mais preciso, e temos de rejeitá-la frontalmente. Possivelmente, foi precisamente por influência dos implacáveis artigos de Lucien Febvre contra os historiadores factuais, por ele apelidados de "historiadores positivistas", que a palavra se popularizou com este sentido inadequado

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

na Europa Mediterrânea e na América Latina, inclusive no Brasil. Entre nós, tornou-se a ofensa típica a um historiador chamá-lo de "positivista" para dizer que se trata de um "historiador factual". O Positivismo, todavia, quer dizer outra coisa. Trata-se de um paradigma sociológico, filosófico, e também historiográfico – um paradigma que se ampara em ideias e objetivos em torno da seguinte tríade: (1) busca das leis gerais que regeriam as sociedades humanas (herança da concepção iluminista); (2) aproximação metodológica e epistemológica entre Ciências Humanas e Ciências Naturais; (3) prédica de neutralidade absoluta do cientista social diante dos fatos que examina. Além disso, o Positivismo é assinalado por certas metáforas organicistas ou mecanicistas, pela adaptação aos objetivos ideológicos de "conciliação das classes sociais" (desarticulando a perspectiva revolucionária), por uma leitura mecanicista do progresso humano, entre outros aspectos – inclusive a possibilidade ou mesmo a necessidade de assimilar a pesquisa empírica, mas apenas como etapa prévia para a formulação de generalizações. O Positivismo, por isso, não pode ser confundido com "história factual", que corresponderia ao trabalho dos historiadores que pretendem apenas "expor os fatos". Uma prova da impossibilidade de utilização da palavra "positivismo" com o sentido de "factual" é que Durkheim, assumidamente um sociólogo positivista na linha de Augusto Comte, propugnava uma sociologia capaz de propor problemas e desenvolver teorias, em detrimento da historiografia factual que, para ele, deveria ser utilizada pelos sociólogos positivistas como mera ciência auxiliar capaz de levantar informações históricas a

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

servirem de base empírica. Ou seja, Durkheim propunha uma clara divisão de trabalho entre uma sociologia (positivista) problematizadora e capaz de produzir generalizações, e uma historiografia factual que teria a seu cargo o mero levantamento de dados e materiais. Conforme se vê, não é possível confundir o Positivismo – um paradigma sociológico e historiográfico – com a História Factual. Quando fazemos isso, aderindo à popularização do sentido equivocado de "historiadores positivistas", criamos uma dificuldade de nos fazermos entender no campo da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, nos quais a palavra é utilizada com seu sentido filosófico correto. Vale lembrar ainda que os historiadores positivistas são aqueles que, como Taine, empenhavam-se em chegar a generalizações, e não os historiadores que, inspirados na imagem mais deturpada de Ranke, "queriam apenas contar os fatos como aconteceram", ou tampouco os que aceitaram ocupar a posição de meros "operários factuais" na divisão de trabalho proposta pelos sociólogos positivistas. Talvez a confusão dos termos "historiografia factual" e "historiografia positivista", incentivada por Febvre em seus artigos polêmicos, tenha até mesmo origem nesta curiosa aliança: o sociólogo positivista da linha durkheimiana queria ter a seu serviço "historiadores factuais" que aceitassem o papel auxiliar e secundário de simplesmente levantar os dados. Desse modo, no fundo o que queriam Febvre e outros que o acompanharam era designar pejorativamente como "positivistas" àqueles historiadores que aderiam servilmente ao projeto [positivista] de divisão do trabalho proposto por alguns dos sociólogos durkheimianos. Mas não é que,

UFGRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

colocando-se tudo nos seus termos corretos, aqueles historiadores factuais fossem positivistas. Melhor seria chamá-los de "historiadores a serviço do Positivismo" (isto é, dos sociólogos positivistas) do que de "historiadores positivistas"[73]. É muito interessante notar a enorme dificuldade de Jacques Le Goff para esclarecer a expressão "positivista" no prefácio de 1993 para a edição da *Apologia da História*, de Marc Bloch (2001: 19-20). Ele admite que a filosofia positivista, na França da época de Bloch e Febvre, era constituída pelas derivações da sociologia de Augusto Comte, mas tem dificuldades incontornáveis de conciliar esse reconhecimento com o sentido que os fundadores-combatentes dos *Annales* emprestaram à expressão "historiadores positivistas"[74]. Chegaria até

73. Esta leitura parece ser favorecida pela análise de um trecho de *Apologia da História*, no qual Marc Bloch contrasta os "sociólogos [positivistas] durkheimianos" e os "historiadores historizantes". Ambos fariam parte de um mesmo grande projeto [positivista] que ambicionaria encontrar "leis imperiosamente universais" para os comportamentos sociais e humanos, e que também tomava como modelo pleno de ciência a "imagem comtiana das ciências do mundo físico" (BLOCH, 2001: 47). No entanto, se ambos os grupos acreditavam nas leis universais, ocorre que, ao contrário do grupo dos sociólogos positivistas, os historiadores historizantes não conseguiram ver seu campo de saber – a História – como capaz de dar conta deste projeto cientificista. Assumiram então a posição de uma "humildade desiludida" e se resignaram a fazer só o que sabiam fazer: uma história factual, sem pretensões científicas [no sentido positivista]. Conforme se vê, esse trecho de Marc Bloch autoriza a leitura de que ele via os dois grupos – os sociólogos positivistas, à maneira dos durheimianos, e os historiadores historizantes, à maneira de Seignobos –, como duas partes contrastantes mas complementares de um mesmo grande projeto. Neste, os segundos – os "historiadores historizantes" – deveriam trabalhar para os primeiros, os sociólogos positivistas que postulavam somente para si a função de pensarem e problematizarem o campo do mundo humano. / O início do primeiro capítulo de *Apologia da História* nos oferece outra passagem na qual Bloch denuncia o projeto durkheimiano de territorialização do saber, relegando à História "um singelo cantinho das ciências do homem" e "reservando à Sociologia tudo o que lhes parece suscetível de análise racional" (BLOCH, 2001: 51).

74. Le Goff abre sua argumentação reconhecendo as dificuldades que existem na aceitação da expressão "historiador positivista" com o sentido que lhe emprestaram

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

a ser engraçado lembrar que o historiador Marc Bloch, que combateu até seus últimos dias a "História Factual", tinha em seu acorde teórico a influência do sociólogo positivista Émile Durkheim – um sociólogo problematizador que forneceu a Bloch conceitos importantes como os de "representações coletivas" e "coesão social"[75].]

Voltemos ao ambiente das disputas territoriais que se davam nas instituições de saber, na França das primeiras décadas do século XX. Hoje, percebe-se que os primeiros annalistas, sobretudo Febvre, utilizaram como tática a dicotomização entre duas "histórias" – uma *Nova História*, representada por eles mesmos, e uma "velha história", na qual enquadravam sob o rótulo de "história historizante" alguns setores dos quais divergiam, como se estes fizessem parte de uma única e grande corrente. Da mesma forma, também não eram os historiadores dos *Annales* os únicos interessados em renovar a História. Mas interessava ao grupo dos annalistas valer-se desta "dicotomia útil", e ela aparece bem expressa em alguns dos artigos de Lucien Febvre, tal como um artigo de 1938 que traz como título "A história

---

Bloch e Febvre: "Seria preciso um estudo aprofundado desse termo [positivismo] e de seu uso por Marc Bloch e pelos fundadores dos *Annales*. Hoje em dia ele provoca reticência e até mesmo hostilidade, inclusive em historiadores abertos ao espírito dos *Annales*" (LE GOFF, apud BLOCH, 2001: 19). Em seguida, ao reconhecer que a filosofia positivista do século XIX, na França, é aquela inspirada na de Augusto Comte, ele quase dá a impressão de que enfrentará o desafio de fazer a crítica adequada ao mau uso da expressão "historiador positivista". Mas, então, novamente ele recua, e não enfrenta este desafio. Volta a se referir a um historiador factual – Seignobos – como "positivista", deixando tudo como estava antes.

75. A obra de Marc Bloch na qual mais se viabilizam estes conceitos e a influência durkheimiana é *Sociedade feudal* (1939).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

deles e a nossa"[76]. De todo modo, as críticas dos *Annales* seriam vitoriosas porque realmente estavam afinadas com um novo tempo, com a modernidade das Ciências Humanas a partir de inovações que já começavam a ser encetadas em outros campos de conhecimento, e com uma nova proposta de fazer a história que já se impunha como necessidade, sob o risco de a história-conhecimento perder consideravelmente terreno e interesse como aquela modalidade de estudos sobre o Homem que já vinha ocupando o primeiro plano desde o século XIX.

Flandrin, em um interessante texto publicado em 1987, busca examinar a sucessão de paradigmas, escolas e movimentos historiográficos sob a perspectiva de uma história-problema que deve se indagar sobre as condições que tornaram possível o sucesso deste ou daquele movimento. Seu objetivo é demonstrar que cada época e circunstancialidade histórica abre espaço à historiografia que convém ao jogo de interesses então dominantes. Não foi por acaso que havia grassado na Europa pós-revolucionária aquela historiografia política e acontecimental que enaltecia com particular veemência os grandes líderes nacionais, e que se empenhava em pôr em relevo o confronto bélico e diplomático entre as nações oitocentistas, cada qual empenhada em se afirmar identitariamente no cenário europeu.

Qual seria, então, o clima geral que tanto favorecia o surgimento de um novo movimento, destinado a sair-se vito-

76. A dicotomização produzida pelos *Annales* entre seu movimento e uma "outra história" é abordada por Richard Cobb em "Nous des *Annales*" (1966). Quanto às estratégias dos primeiros annalistas para conquistar o espaço institucional ocupado pelo antigo regime historiográfico, cf. o ensaio de Couteau-Begarie intitulado "O fenômeno *Nouvelle Histoire* – estratégia e ideologia dos novos historiadores" (1983).

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – COPYRIGHT DOS TERMOS DA LEI 9.610/98 E LEI 10.994/2004

rioso apesar das hostilidades acadêmicas iniciais? Para começar, uma boa parte da intelectualidade europeia começava a encaminhar uma enfática crítica aos nacionalismos exacerbados, que haviam levado aos imperialismos e à Primeira Guerra Mundial. Os grandes projetos nacionais, e muitos historiadores neles haviam se engajado no século anterior, mais pareciam ter conduzido à barbárie do que ao tão prometido progresso humano. A História Política – na verdade uma história (da) política, e de uma política bem específica que era a dos Estados nacionais – estava agora em xeque. Ao mesmo tempo, crises econômicas e sociais chamavam a atenção para a necessidade de estudar estas duas instâncias do social (economia e sociedade). Não tardaria muito e a explosão populacional iria requerer também uma História Demográfica. Era este o grande clima que facilitava o ataque a um antigo fazer histórico que se referia a um mundo que desembocara na crise, e que tinha sua parcela de responsabilidade nesta crise.

Para além do já mencionado movimento tático que consistiu em bombardear sistematicamente as posições da historiografia tradicional de tipo "historizante", a outra estratégia do movimento, igualmente fundamental, foi a de encaminhar a proposta de interdisciplinaridade, com a qual os *Annales* iriam aproveitar em seu próprio favor toda uma série de novidades e novos olhares sobre o mundo humano que estavam desabrochando no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Geografia Humana, ou mesmo a Psicologia.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Uma das mais incisivas críticas encaminhadas por Lucien Febvre contra a História Historizante consistiu na recusa dos *Annales* em conceber a coincidência entre a história efetiva e a história-conhecimento – ou, nas palavras de Pomian em sua obra *L'ordre du temps* (1984: 92), no encaminhamento da distinção entre "faire l'histoire" (agir na história) e faire de l'histoire" (escrever a História). Esta proposição é acompanhada de perto pela recusa em deixar de enxergar a diferença entre Passado e Presente, ou, ainda, a diferença entre o tempo reconstruído pelo historiador e o tempo vivido da história efetiva. De fato, tanto para vários setores do Historicismo como para os positivistas propriamente ditos – cientificistas que acreditavam na possibilidade de encontrar para a História e para as sociedades leis gerais do comportamento humano –, uma das tarefas do historiador era reconstituir o tempo histórico vivido. "Reconstituir", é este o ponto, pressupõe uma atitude inteiramente distinta da que está implícita no verbo "reconstruir", este que se aplicava à própria postura dos annalistas face à sua reconstrução histórica a partir de uma história-problema[77].

Para os historiadores factuais de todos os tipos, seria tarefa do historiador reconstituir os fatos tal como eles ocorreram, e para muitos ainda repercutia como uma máxima o velho dito de Ranke registrado no prefácio de seu estudo de 1824 sobre as *Histórias dos povos românicos e germânicos* de 1494 a 1514 (1824). Um certo setor relativista do Historicismo, é verdade, particularmente sob a inspiração do desenvolvi-

77. Braudel reitera o uso do verbo "reconstruir" algumas vezes. Cf., p. ex., Braudel, 2011: 101.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mento da Hermenêutica, já considerava que o historiador não examina a História de maneira neutra e com objetividade absoluta, tal como propunham os positivistas e historicistas cientificistas. Alguns destes historicistas já consideravam que o historiador só pode elaborar a História de um certo ponto de vista, de modo que cada historiador deveria trazer a contribuição de seu próprio olhar à História. Mas, de todo modo, a perspectiva aqui, mesmo para o caso de alguns dos historicistas relativistas de fins do século XIX, era a de que era possível reconstituir a História de certo ponto de vista. A realidade, bastante complexa, mas de todo modo já dada de antemão, poderia ser recuperada pelo historiador de certo ponto de vista, como se ele olhasse para um objeto complexo de determinado ângulo. Mas, mesmo nestes casos de historicistas que já admitiam a pluralidade de perspectivas, não era raro que estes concebessem seu trabalho em termos de uma reconstituição da História – uma reconstituição perspectivada, mas ainda assim uma reconstituição.

Por outro lado, é claro, Droysen (1808-1884), com seu *Historik*, e Dilthey (1833-1911), com seus *Estudos sobre os fundamentos das ciências do espírito* (1883), já haviam iniciado suas reflexões no âmbito da hermenêutica, chegando com Dilthey à distinção entre a Explicação da Compreensão como posturas que diferenciavam as Ciências Naturais das Ciências Humanas, e alguns já se beneficiavam certamente deste debate, ao qual podem ser acrescentados outros nomes como o de Benedetto Croce (1866-1952). Nesse sentido, não se pode dizer que toda a historiografia historicista se pensava em termos de uma rigorosa "reconstituição da História", tal como Febvre pa-

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004

recia querer dar a perceber. De toda maneira, a contraposição entre a antiga proposta de "reconstituição da História" e a "reconstrução da História" a partir de uma história-problema foi fundamental no conjunto de críticas desfechado pelos *Annales* contra a historiografia historizante.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

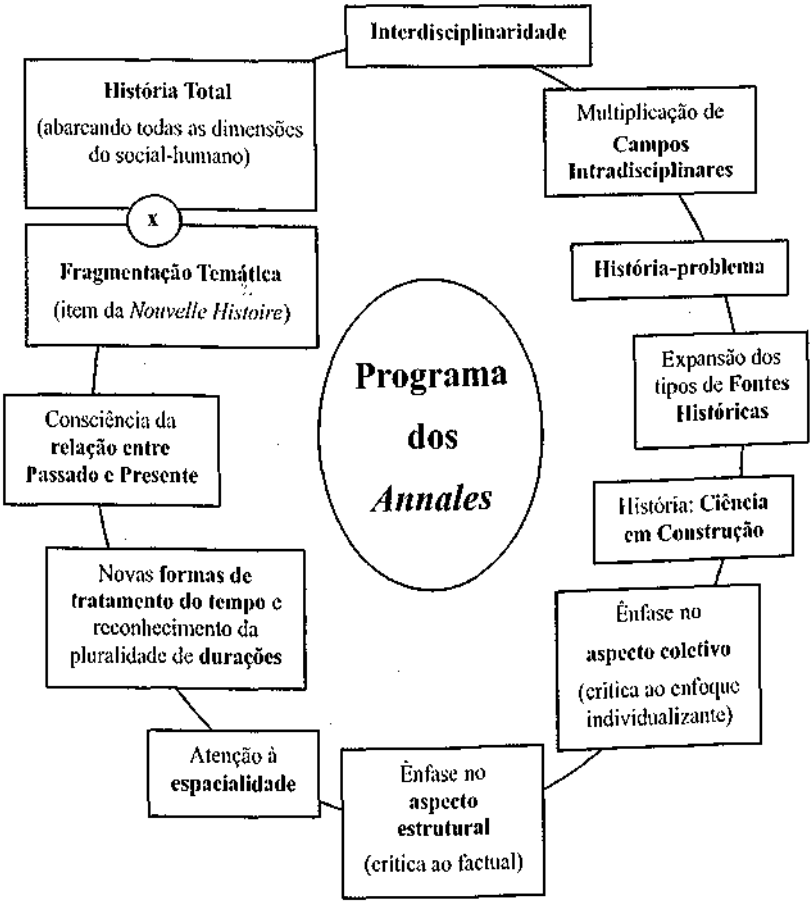
III Os *Annales* e seu programa

1 Expansões externas e internas: a interdisciplinaridade e os campos históricos

Compreendidas as interações, de aliança ou de oposição, entre os *Annales* e as diversas linhas importantes no âmbito dos saberes sociais e históricos, poderemos agora iniciar um esforço de compreensão no tocante ao programa comum partilhado pelos historiadores que se identificavam com a Escola dos *Annales*. Alguns destes itens referem-se tanto às duas primeiras gerações de historiadores dos *Annales* – as gerações Bloch/Febvre e Braudel – como aos historiadores ligados à chamada *Nouvelle Histoire*, que reivindicam para si mesmos a herança do movimento, e pretendem desenhar sua imagem como a de uma terceira e quarta gerações dos *Annales*. Outros dos itens expostos indicam pontos de discordância entre esses blocos, como é o caso da oposição entre a ideia de História Total, típica das duas primeiras gerações annalistas, e a Fragmentação Temática que não é propriamente apresentada como um ponto programá-

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tico pelos próprios historiadores da *Nouvelle Histoire*, mas que tem sido indicada por alguns de seus críticos como traço característico deste grupo historiográfico. Pontos de discordância como este têm levado alguns autores a entender que existe uma ruptura definitiva entre os dois grupos (os *Annales* de Bloch a Braudel e a *Nouvelle Histoire*, dos historiadores franceses que começam a se afirmar a partir dos anos de 1970).



Quadro 2: *Programa da Escola dos Annales*.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Vejamos esquematicamente o conjunto de elementos que poderia ser indicado como o programa mínimo da Escola dos *Annales* (quadro 2).

O primeiro item programático dos *Annales* a ser considerado – ao mesmo tempo coincidindo com uma estratégia de projeção da escola no meio acadêmico, e com uma concepção com a qual Bloch e Febvre pessoalmente já estavam sintonizados antes mesmo de seu encontro na Universidade de Estrasburgo[78] – é a interdisciplinaridade (1). Entenderemos por interdisciplinaridade a interação que se estabelece entre disciplinas. Existem diversos modos de as disciplinas se relacionarem entre si. Pode-se pensar em um grande projeto que abarque especialistas diversos e os coloque a trabalhar em conjunto, cada qual contribuindo com a bagagem proporcionada pelo seu próprio campo de saber. Pode-se pensar em uma interação que se estabelece a partir do interior de uma disciplina que percebe a oportunidade de assimilar aportes teóricos, métodos e pontos de vista da outra. Pode-se pensar na interdisciplinaridade que se produz automaticamente pela dupla formação de um intelectual que não se limitou a um único estudo especializado, e pode-se mesmo pensar na interdisciplinaridade que é gerada pela formação de "disciplinas duplas", que incorporam a perspectiva de duas outras e passam a constituir um novo campo de conhecimento (como a Antropologia Histórica, a Musicoterapia ou a Astrofísica)[79].

78. Universidade na qual Marc Bloch e Lucien Febvre trabalharam juntos entre 1920 e 1933 (Febvre deixou a cidade em 1933, e Bloch em 1936), e que permitiu o seu encontro com vistas ao estabelecimento de um projeto comum que culminaria com a fundação da *Revista dos Annales*.

79. Jacques Le Goff, em um dos seus prefácios-manifestos para obras coletivas dos historiadores dos *Annales* (1978), menciona as "ciências interdisciplinares" como um

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Esses vários modos de interdisciplinaridade, e outros mais, estavam em pauta no início do século XX, quase como uma reação contra o especialismo científico que já se anunciava desde o século XIX, e que se tornaria uma marca bastante evidente da distribuição do trabalho científico no século XX. Ia longe o tempo dos humanistas do período iluminista, que eram autorizados pelo *habitus* científico da época a percorrer distintos campos de saber e de práticas sem que se atribuísse a este gesto a acusação de que ele acarretaria uma perda de profundidade na análise de cada um dos campos temáticos a que o intelectual se dedicasse.

Por outro lado, a História oitocentista conquistara um lugar no universo institucionalizado do saber a partir de uma metodologia sistemática para trabalhar com suas fontes, em muitos casos ainda uma documentação de arquivo gerada pelas instituições e pelo universo político estatal. Essa mesma História também trabalhava com uma linguagem que não se distanciava muito da linguagem do homem comum ou da linguagem dos literatos, conforme o estilo de cada historiador. Não se pode dizer que a História tenha desenvolvido uma linguagem própria, específica da sua comunidade de historiadores, desde os primeiros tempos em que passou a postular para si mesma um estatuto de cien-

dos três fenômenos que contribuíram para a renovação do saber científico desde meados do século XX: "Interdisciplinaridade que se traduz pelo aparecimento de ciências compósitas que unem duas ciências por meio de um substantivo e um epíteto: demografia histórica, antropologia histórica, ou então por meio da criação de um neologismo híbrido: psicolinguística, etno-história etc. Essa interdisciplinaridade chegou até a levar ao nascimento de ciências que transgridem as fronteiras entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais ou Biológicas: matemáticas sociais, psicofisiologia, etnopsiquiatria, sociobiologia etc." (LE GOFF, 2011: 130).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tificidade. Já as Ciências Sociais nascentes – a Sociologia, a Geografia, a Psicologia, a Linguística – foram gradualmente construindo seu vocabulário próprio em forma de conceitos que eram misturados à linguagem comum. No início do século XX, tanto as novas metodologias que as Ciências Sociais haviam desenvolvido, como seus sistemas conceituais e aportes teóricos, pareciam trazer a cada uma das ciências sociais uma instância de cientificidade que as destacava em relação à História.

Uma saída possível para uma historiografia que queria se renovar, e que desejava escapar ao estigma de ser confundida com uma simples literatura que organizava de modo atraente os "fatos" do passado, era assimilar conceitos que já vinham sendo desenvolvidos pelas demais ciências sociais e humanas. De igual maneira, a História já havia iniciado um processo de gradual apropriação de diversos tipos de fontes históricas – ultrapassando os horizontes da documentação oficial –, e muitas destas novas fontes eram textos ou materiais com os quais já lidavam as então emergentes Ciências Sociais. A Economia, por exemplo, já trabalhava massivamente com fontes de dados, e utilizava a estatística a seu favor. A Linguística já trabalhava desde o século XIX com uma metodologia de comparação entre as diversas línguas. A Antropologia defrontava-se com culturas e alteridades que exigiam uma nova educação do olhar e do ouvido. A Psicologia já iniciara a fascinante aventura de apreender o universo inconsciente do ser humano. A Geografia já se empenhava em ler o próprio espaço como texto, ou em compreender como este determinava ou oferecia

FUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

possibilismos às ações humanas. Para uma História que almejava se assenhorear de novas instâncias temáticas, para além da História Política tradicional, a interdisciplinaridade era um convite sedutor.

Como veremos adiante, esta orientação interdisciplinar tornou-se um dos itens mais importantes do programa de História dos *Annales*, e continuaria tendo a mesma importância na época da geração de historiadores franceses que se autodenominaria *Nouvelle Histoire*. Por outro lado, ao entrar em contato com novos aportes e metodologias, com novos sistemas conceituais e mesmo com novas linguagens, e, sobretudo, ao ampliar cada vez mais suas temáticas para além das instâncias da política oficial, a História também iniciou um movimento de diversificação interna. A (2) "multiplicação de campos interdisciplinares", ou a proliferação de identidades que pareciam diversificar por dentro o saber histórico, surgiu como uma consequência quase natural para os historiadores que abriram seus horizontes interdisciplinares, que ampliaram seus objetos de estudo, e que passaram a trabalhar com novos tipos de fontes e problemas.

Desde fins do século XIX já havia eclodido na Alemanha uma pequena polêmica entre uma maioria de historiadores políticos e uma minoria de historiadores culturais que se interessavam mais diretamente pelo mundo da cultura. E o surgimento do paradigma do Materialismo Histórico, reassimilando um movimento que já havia sido iniciado pela Economia Política em fins do século XVIII, consolidara como problema a ser colocado em pauta as relações entre Economia e História. A presença de escolas da econo-

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mia que se identificavam sob o signo da Economia Histórica implicava que não tardaria a se afirmar o movimento inverso, o desenvolvimento de um campo mais sistemático que poderia ser denominado História Econômica. Os *Annales* – ao lado das realizações historiográficas ligadas ao Materialismo Histórico, ainda por se desenvolverem, e também de outras escolas de História Econômica que já vinham se desenvolvendo em outros países – oportunizaram isso. Além de uma História Política, os historiadores agora podiam pensar em uma História Econômica, assim como poderiam em breve redefinir em novos termos um campo a ser conhecido como História Cultural. Alguns dos campos históricos foram surgindo primeiro, em função de uma fortuna crítica pregressa ou de contextos históricos específicos. A História Econômica, surgida junto a um campo ainda um tanto vago que foi batizado de História Social, uma História Demográfica que emergia no próprio contexto das expansões demográficas na primeira metade do século XX, uma nova forma de consideração do espaço pelos historiadores que resultaria na consolidação de uma Geo-história, a promessa de uma futura Psico-história incentivada pelo diálogo entre História e Psicologia – cada uma dessas possibilidades começou a ser explorada atentamente pelos historiadores dos *Annales*, de modo que a "multiplicação de campos intradisciplinares" confirmou-se como um item importante no programa dos *Annales*.

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/98 E LEI 10.695/2003

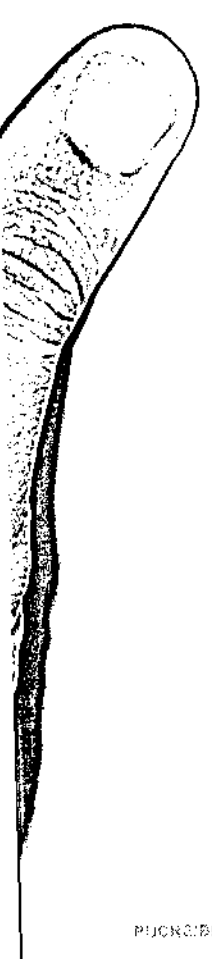
2 A História-problema

A "História-problema" (3), item programático que discutiremos em mais detalhes, tornou-se de longe o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos *Annales*, pois permitia afrontar, a partir de um novo conceito e de uma nova definição para uma história que se queria nova, o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva. A bandeira da "História-problema", uma novidade necessária nos inícios da atividade dos historiadores dos *Annales*, em 1929, tinha cores bem vivas e translúzia à distância, sobretudo quando era bem agitada nos manifestos da Escola dos *Annales*. É impressionante constatar como, durante todo um século que abarca a pré-história e a história desta escola, perdura *com a mesma intensidade* aquela velha crítica dos *Annales* à "História Factual"[80], por meio da oposição de uma História-problema – interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento por meio de novas tábuas de leitura, e, na verdade, capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento. Esta História problematizada é hoje, no século XXI, lugar-comum para qualquer historiador formado historiador, e já era lugar quase comum na ocasião da retomada desta tremulante bandeira por Lucien Febvre em 1946, ou pelo menos em 1953, assim como o fora ao menos para um setor importante da historiografia do século XIX

80. Para um maior esclarecimento sobre a expressão "história factual", cf. nota 49.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

anterior à própria pré-história dos *Annales*. Todavia, mesmo quando a História Factual já estaria longe de ser dominante, percebe-se a força deste conceito de guerra, o mais comovente de todos os instrumentos programáticos empunhados pelos annalistas[81]. No mesmo texto-manifesto que atrás citamos, escrito dezessete anos depois do lançamento do primeiro número da *Revista dos Annales*, e republicado sete anos mais tarde na coletânea *Combates pela História*,



81. As posições contra a História Factual não foram criadas pelos *Annales*, e a crítica ao factual já aparece em grupos diversos de historiadores ao longo da história da historiografia. Voltaire já se pronunciava contra a história que apenas acumulava informações sobre acontecimentos políticos, clamando por um futuro historiográfico no qual seria possível conhecer "a verdadeira história dos homens, ao invés de se conhecer apenas uma ínfima parte da história dos reis e das cortes" (EHRARD & PALMADE, 1964: 161-163). Na primeira geração de historiadores franceses que se projeta após a Restauração, com nomes como o de Guizot e Thierry, já aparece a simultânea recusa de "uma escrita histórica puramente factual, desprovida de sentido, à maneira dos eruditos ultrarrealistas, e a escrita de um sentido da história sem fatos, à maneira da história filosófica das Luzes" (DOSSE, 2001: 12-13). Estes historiadores já começam a problematizar a História como lugar de uma luta social implacável, e Marx os considerava os introdutores da perspectiva de "luta de classes" na História. Na verdade, este conceito já aparece em John Millar (1735-1801). O historiador alemão Johann Gustav Droysen também discorreria criticamente sobre a História Factual no *Historik* (1858), e mesmo Jacques Le Goff, em 1978, em seu prefácio para *A Nova História* (2011: 145-152), reconheceria um significativo grupo de precursores que havia precedido Bloch e Febvre na crítica contra a História Factual Política, citando nomes como o de Voltaire, Chateaubriand, Guizot, Michelet e Simiand. Desse modo, a ideia de que a história era meramente factual ou narrativa até ser subitamente problematizada pelos *Annales* e outros historiadores do século XX é puro exagero. Por outro lado, é verdade que um historiador que se propusesse meramente a narrar e descrever os fatos, e alguns fizeram isso, não precisaria no século XIX temer ser estigmatizado. No século XX, passadas as quatro primeiras décadas, passa a ser a mais típica ofensa trocada entre historiadores a palavra "positivista" – empregada com o sentido de "historiador factual", significado que foi propagado pelos textos de Febvre e que, na verdade, trai o significado filosófico da palavra, visto que, tal como vimos, o Positivismo deve ser mais corretamente associado a um paradigma historiográfico e sociológico específico (sobre este paradigma, cf. BARROS, 2011b: 73-106).

PUC-RIO - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

continuamos a ver o velho Febvre esbravejar sarcasticamente contra os historiadores factuais:

> Muitos historiadores, e dos bem-formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder pelas próprias lições dos vencidos de 1870*. Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes perguntamos por que este trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar, com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: "Para saber exatamente como é que as coisas aconteceram". Com todos os detalhes, naturalmente (FEBVRE. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946)[82].

A menção ao famoso dito de Ranke merece alguns comentários, antes de prosseguirmos na análise das críticas de Febvre à História Factual, neste pequeno trecho. Quando se quer, uma frase extraída do seu texto e do seu contexto, desconectada de suas intertextualidades ou desligada de sua intencionalidade, pode passar a significar muita coisa. Isso já havia ocorrido há algumas décadas com o velho dito de Ranke, que adquirira existência em separado do próprio texto no qual inicialmente estava inscrito, o que acabou lhe conferindo um outro sentido. Na verdade, ao dizer que pretendia "contar os fatos tal como aconteceram", Ranke estava criticando um setor da historiografia que se comprazia em "julgar a história", uma crítica que,

82. Febvre, 2011: 82.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

aliás, também fará Marc Bloch em sua *Apologia da História* (1943). Também queria dizer que não pretendia utilizar a História como "mestra da vida", como tinham feito historiadores como Maquiavel, entregando-se à ambição de usá-la para "instruir o futuro". Seu dito também era uma declaração de humildade historiográfica, a humildade do historiador diante da História, de sua complexidade, de seus desígnios (pois a postura de Ranke diante da História era profundamente religiosa, embora Deus não entrasse em sua história). Por fim, "contar os fatos como aconteceram" era também chamar a atenção para seu distanciamento em relação aos romancistas históricos: não pretendia florear a história, não ambicionava, em uma palavra, láureas literárias, e estaria sempre alerta para que a arte literária não ocultasse a história, não lhe roubasse a cena. No texto original de Ranke, dialogando com outras de suas partes, a célebre frase rankeana complementava esses sentidos. Contudo, recortado com impiedade ou veneração do texto dentro do qual esse dito apresentava outras possibilidades de sentido, e exposto isoladamente, como *aforismo*, esta frase facilmente se transformava no principal refrão de um hino da História Factual[83]. O "dito de Ranke" adquiriu, com o tempo, esse duplo sentido de resignação à factualidade e de que o historiador poderia almejar absoluta neutralidade na elaboração do conheci-

83. Na *Apologia da História* (1941-1942), Marc Bloch parece reconhecer o convívio entre estes vários sentidos na "fórmula do velho Ranke", como ele a chama: "Como muitas máximas, esta talvez deva sua fortuna apenas à ambiguidade. Podemos ler aí, modestamente, um conselho de probidade: este era, não se pode duvidar, o sentido de Ranke. Mas também um conselho de passividade" (BLOCH, 2001: 125).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mento histórico. Foi utilizado com este sentido tanto por críticos da História Factual como por seus cultuadores tardios. Com isso, claro, ganhou vida própria para além do que pensaria ou poderia ter desejado Ranke. É como um pequeno vitral que espelha as ambições da "História Historizante" que este dito reaparece mencionado no texto de Lucien Febvre[84]. Em relação ao seu autor, Leopold von Ranke, sempre muito depreciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, curiosamente o historiador alemão já parece se beneficiar de uma imagem menos estigmatizada nos escritos de Fernand Braudel, que pelo menos uma vez o reconhece como um dos poucos "grandes espíritos" do século XIX – ao lado de Michelet, Burckhardt e Fustel de

84. Michelet, autor que foi definido pela terceira geração dos *Annales* como um dos principais precursores dos velhos *Annales*, é autor de um trecho que aparece transcrito e comentado no prefácio-manifesto de Jacques Le Goff para a coletânea *A Nova História* (1978). Neste prefácio, Le Goff mostra que Michelet já era uma espécie de precursor da perspectiva da História Total, e também um crítico da tradicional História Política. Eis o trecho de autoria de Michelet: "[Antes dele, o próprio Michelet] [a França] possuía anais, e de modo algum uma história. Homens eminentes a tinham estudado, sobretudo do ponto de vista político. Ninguém havia penetrado nos infinitos detalhes dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística etc.). Ninguém a havia ainda abarcado na unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui eu o primeiro a vê-la como uma alma e uma pessoa [...]" (MICHELET, *Histoire de France*, 1833-1867). A metáfora da França como uma pessoa, obviamente, é apenas uma imagem que pretende chamar a atenção para a necessidade de apreendê-la como uma unidade viva, atravessada por uma "vida integral" (palavra utilizada por Michelet na sequência desse mesmo texto). No entanto, não seria difícil alguém isolar a frase ("Fui eu o primeiro a ver a França como uma alma e uma pessoa") para dizer que ela seria um bom exemplo das metáforas organicistas ao gosto dos sociólogos positivistas do século XIX. Mas este não é o caso de Le Goff, que separa Michelet, e alguns outros poucos historiadores oitocentistas, daquela historiografia factual e conservadora que logo seria rechaçada pelos primeiros *Annales*. Michelet fora convocado neste prefácio de Le Goff para compor o seleto grupo dos precursores dos *Annales*, e por isso sua frase era colocada em seu correto sentido metafórico.

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004

Coulanges – que ainda possuiriam visões de longo alcance e que teriam resistido ao estreito modelo de história acontecimental que meramente reproduz o nível dos documentos (BRAUDEL, 2011: 92).

Vamos nos deter agora na menção à prática historiográfica que Febvre evoca a partir da imagem dos "trabalhadores tapeceiros", que fazem a "história ponto a ponto", da maneira análoga às práticas de costura "de suas avós". Febvre dá a entender que um número significativo de historiadores profissionais ("bem-formados e conscientes") ainda se entregariam a esta prática factual. Quase chegados os anos de 1950[85], podemos dizer que isto configura em certo exagero útil. É verdade que, no século XIX, encontraremos historiadores factuais em bom número, e o filósofo Friedrich Nietzsche já contra eles desfechara sua sarcástica crítica utilizando a mesma metáfora da "historiografia de tapeçaria" (1873)[86]. Mas já existiam desde aquela mesma época historiadores problematizadores. De todo modo, ao menos em referência aos ma-

85. Este texto de Febvre foi publicado pela primeira vez em 1946, e republicado em 1953 para fazer parte dos *Combates pela História*.

86. Em outra passagem desta mesma obra, Nietzsche utiliza para os historiadores factuais, recolhedores de fatos, a imagem do "operário": "Porém, não se deve desprezar de todo os operários que carregam, acumulam e selecionam os materiais da História, até porque eles jamais se tornarão grandes historiadores; não se deve também confundi-los com estes últimos, mas vê-los como auxiliares e operários necessários a serviço dos mestres de obras. Foi nesse espírito, por exemplo, que os franceses costumavam falar, com uma ingenuidade que não seria possível entre os alemães, dos 'historiadores do senhor Thiers'. Foi dito que estes operários poderiam chegar a ser grandes eruditos, mas por isso mesmo jamais poderiam chegar a ser mestres. Um grande erudito e um idiota, estes são personagens que podem ser facilmente encontrados sob um mesmo teto" (NIETZSCHE, 2005: 127). Para saber mais sobre este texto – *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (1873) –, cf. o cap. 2 do vol. III da série *Teoria da História* (BARROS, 2011c: 155-282).

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

nuais, é possível ainda falar em uma factualidade dominante para o "século da História"[87]. Todavia, adentrando o século XX, e avançando no decorrer da significativa renovação historiográfica que gradualmente domina este novo século – do Mar do Norte ao Mediterrâneo e do Canadá à Argentina –, seria já difícil encontrar muitos historiadores profissionais (e conscientes) que insistissem no "fato pelo fato", e que estranhassem a ideia de que "o fato é construção do historiador". Braudel, em 1958, para continuar agitando veementemente a bandeira da História-problema contra os "ingênuos operários" da História Factual, teria de se esmerar para achar alguma agulha no palheiro, mas só acabou mesmo encontrando uma frase já um pouco antiga, mas suficientemente infeliz, em um manual de 1946 assinado por Louis Halphen (1880-1950) – uma frase que, ao ser evocada depreciativamente pelo maior historiador annalista de sua época[88], terminaria por eternizar Halphen como um factualista tardio, ou como o chefe dos últimos "tapeceiros ingênuos". De fato, neste dito, ainda mais adequado que o de Ranke para expor a ingenuidade dos historiadores factuais, Halphen parece afirmar que as fontes podem falar por si mesmas ao historiador:

---

87. Dado o enorme sucesso da História como campo disciplinar aceito nas universidades desde o início do século XIX, e em função da significativa projeção de historiadores em boa parte dos governos nacionais europeus – isso sem contar o extraordinário sucesso das obras de História entre os leitores –, o século XIX passou a ser chamado pelos seus próprios contemporâneos de "século da História". A expressão já aparece referida em Thierry (1795-1856), um dos principais historiadores franceses da época. E Nietzsche já criticava, de sua parte, o "excesso de história" daquele século (1873).

88. A esta altura, Febvre já morrera, e Braudel reinava quase absoluto, talvez ao longe secundado pela forte influência de Ernst Labrousse, no período que é considerado o da segunda geração dos *Annales*.

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> Basta deixar-se de algum modo levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente (HALPHEN, 1946: 50)[89].

Esta frase, que quase poderia ser escolhida como um bom epitáfio para a historiografia factual, é antípoda de outra que faria fortuna como aforismo da *História Nova*. Referimo-nos à frase em que Marc Bloch, em sua famosa *Apologia da História* (1941-1942), diz-nos que "os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los"[90]. São frases antípodas porque a sentença proferida por Louis Halphen jaz bem enterrada no cemitério dos ditos factuais; enquanto a de Marc Bloch, no outro hemisfério teórico-metodológico, hoje habita o seio de toda nova historiografia. A ideia halpheniana de que "os fatos por si mesmos falam", a partir do que apresentam os documentos, é de fato o oposto da ideia blochiana de que "os documentos só dizem algo quando sabemos interrogá-los (isto é, quando os constituímos a partir de problemas)". Uma frase e outra foram criadas sem mútuo reconhecimento. Bloch não leu o manual de Halphen, que ainda não havia sido escrito quando ele mesmo escreveu o seu pequeno ensaio sobre "o ofício do historiador"; e Halphen já havia editado o seu singelo manual quando o livro de Marc Bloch, tardia e postuma-

---

89. Este trecho do manual de Louis Halphen é reproduzido por Fernand Braudel em seu artigo "A longa duração", publicado na *Revista dos Annales* em 1958, e mais tarde incluído na coletânea *A escrita da História* (BRAUDEL, 1978a: 46 e BRAUDEL, 2011: 92).

90. Bloch, 2001: 27. Na mesma sequência, Marc Bloch prossegue acrescentando que "toda investigação histórica pressupõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção".

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mente, foi publicado[91]. Apesar de não terem sido concebidas uma em relação à outra, as duas frases parecem se opor admiravelmente. São tão antagônicas como o são a velha e popular frase de Seignobos – "Sem documento não há história" – e a réplica de Lucien Febvre, "sem problema não há história", ela sim escrita, neste caso, em provocação direta contra o velho historiador metódico.

Voltando à frase de Louis Halphen – um historiador que também já havia sido tomado como exemplo negativo por Lucien Febvre, precisamente a pretexto de um escrito sobre "A História Historizante" (1947) –, a sentença ganhou mais tarde vida própria[92]. Hoje conhecemos mais a Louis Halphen por causa desta frase e das críticas que lhe moveram Febvre e Braudel do que por suas já esquecidas obras sobre história

91. A *Apologia da História*, de Marc Bloch, foi escrita entre 1941 e 1942, quando o historiador francês militava clandestino em favor da resistência contra a ocupação nazista em seu país; mas teria de esperar sete anos para ser publicada, em 1949, cinco anos depois da morte de seu autor. Enquanto isso, Louis Halphen escrevera e publicara em 1946 o seu pequeno manual, objeto do sarcasmo de Febvre e do posterior desprezo de Braudel. No ano seguinte à publicação tardia da *Apologia da História*, de Bloch (1949), Louis Halphen faleceu.

92. Logo na abertura de sua resenha sobre o livro *Introdução à História*, de Louis Halphen (1946) –, uma resenha que foi publicada por Febvre em 1947 e depois incorporada aos *Combates pela História* (1953) –, Lucien Febvre dá a entender que Halphen, já àquela altura um historiador de 66 anos, nada havia mudado desde os 46 anos de sua formação: "Assim como o encontramos em seu posto de honra, assim estava ele ao sair da École des Chartes: o paladino convencido dessa forma de história que Henri Berr batizou de modo feliz de História Historizante. A ela Louis Halphen consagrou a sua vida" (FEBVRE, 1978-c: 103). Os últimos historiadores historizantes, nos meados do século XX, eram homens como Halphen: historiadores idosos que não haviam conseguido se adaptar a um padrão que já era perfeitamente dominante. Dificilmente poderia ser encontrado por aquela mesma época um historiador das novas gerações que já não fizesse uma história problematizada. No século XIX também iremos encontrar muitos historiadores problematizadores. Mas certamente encontraremos mais do que uma boa mão de historiadores factuais que não sofriam maiores admoestações.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

medieval[93]. O que teria desejado dizer Louis Halphen com esta frase? Que sentidos poderiam lhe ser acrescentados? Poderia ser tomada como uma metáfora sobre o entusiasmo de um historiador diante das possibilidades de seu ofício, ou talvez como um convite para que os historiadores em formação se empenhassem em enxergar as sociedades e a vida humana pulsando através dos documentos? Hoje isto não importa muito. Uma frase como essa, nas mãos de perspicazes historiadores preocupados em chamar a atenção para a eterna atualidade de uma acirrada luta em favor da "História-problema", só poderia mesmo se tornar um útil aforismo a ser incorporado ao longo hino da História Factual.

Convenhamos, todavia, que uma frase como esta já não podia representar, bem passados os meados do século XX, o pensamento de um setor significativo da historiografia profissional (formada em universidades, a partir de estudos específicos de historiografia). No entanto, Braudel continuaria a bradar o grito de guerra contra a ameaça factual, como também o fizera Febvre em seu texto-manifesto (*Contra o vento*), escrito naquele mesmo ano de 1946. Por que esta insistência em entoar tão alto, e com ares de novidade, o mesmo hino antifactual que já havia sido muito bem-incorporado pela comunidade dos historiadores? Porque isso é um "programa". O programa é constituído de coisas que são verdadeiras cartas de intenção, demandas novas e urgentes, mas também de coisas úteis. A História-problema, uma

93. Halphen, ao que parece, já era tomado como diabo útil para a Nova História e para as novas ciências sociais desde 1911, pois Febvre cita em seu texto uma passagem na qual Henri Berr já evocava Halphen como exemplo de "historiador historizante" (FEBVRE, 1978c: 104).

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA Lei 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

canção nova no alvorecer do século XX, continuou a ser uma canção útil em meados deste mesmo século, e mesmo além. Era ainda útil até mesmo evocar o velho inimigo, os "velhos metódicos" – os historiadores historizantes que dominavam o universo institucional francês em 1870 – e que, no texto-manifesto de Febvre, aparecem referidos na passagem sobre "as lições dos vencidos de 1870" (atrás assinalado com um asterisco). Um programa, é preciso sempre lembrar, contém não apenas planos de ação e objetivos atuais, mas também elementos tradicionais a serem evocados, velhas canções às quais as vozes dos membros da escola já estão mais confortavelmente acostumadas, e às quais o público também se habituou a aplaudir ou vaiar. Um programa é feito do presente, do futuro e do passado de uma escola. A identidade envolve a memória.

[Um pequeno parêntesis é oportuno. Quando afirmamos que, passados os meados do século XX, seria razoavelmente difícil encontrar "historiadores factuais" entre os historiadores profissionais – isto é, entre os historiadores de formação universitária em História, estes mesmos que, tendo por mestres outros historiadores de formação, aprendem em sua versão mais moderna este ofício e também a lidar cientificamente com este campo de saber – isso não quer dizer, em absoluto, que seria igualmente difícil encontrar nesta época a "História Factual", e mesmo hoje. Devemos entender duas coisas. Em primeiro lugar, os gêneros históricos não são apenas escritos por historiadores de formação. Os autodidatas, os diletantes, os antiquários, os estudiosos com formações

UFGRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

diversas também os escrevem. Em segundo lugar, os "historiadores de formação" que não são "historiadores factuais" podem escrever perfeitamente "história factual", quando se dirigem a públicos diversos. Existem obras de divulgação, voltadas para o grande público, cujo objetivo maior é fornecer informações, expor curiosidades históricas, ou mesmo contar uma boa história. Existem empresas, sindicatos e partidos políticos que contratam historiadores profissionais para escrever uma história institucional: de resto, factual. Escrever história factual, ou contar uma boa história, pode ser uma tarefa legítima a cargo de um "historiador não factual". O que não pode ocorrer, nas épocas em que a história problematizada já passou à matriz disciplinar da História, é que um historiador de formação escreva "história factual" visando um público formado por outros historiadores. Um artigo factual, nos dias de hoje, não seria aceito em uma revista histórica acadêmica. Mas artigos como este são perfeitamente aceitos para as revistas de divulgação que são vendidas nas bancas de jornal. Tudo está em se pensar no público ou nos objetivos que se tem em vista ao se escrever um texto. De igual maneira, uma tese de mestrado ou doutorado que não seja problematizada (que seja meramente factual) não seria aceita pela academia. Nos dias de hoje, e já há muitas décadas, a primeira lição que se aprende em um curso de graduação em História é que não é mais possível, do ponto de vista da historiografia científica, escrever "história factual", ou, pelo menos, que não é mais possível sustentar a História Factual como um modelo de excelência. Essa tarefa – escrever obras de História Factual – não está proibida fora dos muros

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

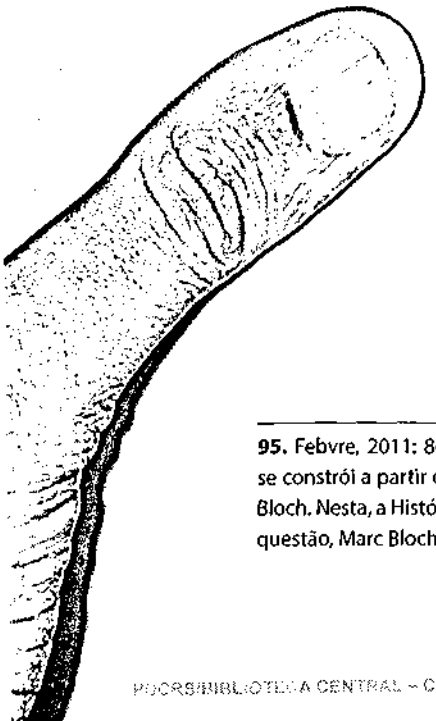
das universidades, dos congressos científicos e das prateleiras realmente especializadas. Dependendo do seu objetivo e do público a que se dirige, a "história factual", e também a história meramente narrativa, no sentido tradicional, é aceitável. O que não é aceitável é o "historiador factual" que se forme "historiador factual". Esse historiador já está em extinção desde meados do século XX, se não antes. Seria correto dizer o seguinte: hoje em dia existem ainda muitas histórias factuais, mesmo escritas por bons historiadores (não factuais). Mas não existe mais uma "concepção factual da História"[94].]

94. Um estudante de História, nos dias de hoje, pode até não ter sucesso em desenvolver uma boa história problematizada, em função de menor talento para propor questões e hipóteses, levantar os devidos debates historiográficos ou trazer ao seu trabalho uma adequada base teórica. Futuramente, este ou qualquer outro aluno poderá mesmo aceitar encomendas de historiografia factual, o que não é raro na comunidade historiográfica. Mas talvez não encontremos um só aluno que termine seu curso de graduação em História acreditando que o historiador factual pode ser um dos modelos defensáveis para a sua carreira. Questões como a da problematização em história, da imperiosidade de evitar anacronismos, da construção do fato histórico, ou da contextualização dos documentos, entre outras, estão por demais entronizadas na comunidade historiográfica, no ensino de História, e na matriz disciplinar deste campo de saber. Não é possível ignorar estas questões, não assumi-las como um historiador contemporâneo. Dificilmente encontraremos alguém que, tendo se formado em História, bata nos peitos afirmando ser um "historiador factual", ou que declare que a função da História é só contar os fatos tais como aconteceram. Em uma palavra, com muita dificuldade encontraremos ainda algum historiador profissional que professe uma "concepção factual da História". A figura do historiador factual foi banida para a periferia atmosférica dos fantasmas que rondam nosso campo de saber, sem a possibilidade de entrar, pelo menos nesta era historiográfica. Em contrapartida, é interessante observar que predomina precisamente uma "concepção factual da História" na maior parte das pessoas comuns – isto é, as pessoas que não estudaram História como um campo de saber, nas universidades, ou que não se aproximaram das obras teórico-metodológicas dos historiadores profissionais. O homem não informado ou formado em História tende a imaginar que o trabalho dos historiadores é mesmo recolher os fatos, narrar as coisas como aconteceram, descobrir a verdade definitiva sobre os acontecimentos (entendendo que só pode haver, neste caso, uma única verdade histórica sobre processos históricos como a Revolução Francesa ou o Nazismo).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Fechado o parêntesis, voltemos agora ao programa dos *Annales*, no ponto preciso em que havíamos interrompido nossa exposição sobre os itens programáticos do movimento. Nos tempos mais maduros de Febvre, em fins da primeira metade do século XX, a figura do "historiador factual" já era uma página praticamente virada na história da historiografia. Mas, como dissemos, o passado também faz parte de um programa de escola, e as velhas lições precisam ser repetidas de vez em quando. No texto-manifesto sobre os novos *Annales* (*Contra o vento*), Lucien Febvre praticamente encerra com este belo parágrafo a questão da História-problema:

> Peço aos historiadores, quando vão ao trabalho, que não o façam como se fossem ao encontro de Magendie: Magendie, mestre de Claude Bernard, precursor da fisiologia, que sentia tanto prazer em deambular, com as mãos nos bolsos, através de fatos raros e curiosos e, como o trapeiro – assim dizia ele –, através dos objetos. Eu lhes peço para ir ao trabalho como Claude Bernard, com uma boa hipótese em mente. E que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de fatos às margens do Sena. Que nos deem uma História, não uma História automática, mas, sim, problemática (FEBVRE. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946)[95].



95. Febvre, 2011: 84. A associação da História-problema como uma História que se constrói a partir de hipóteses também aparece na *Apologia da História*, de Marc Bloch. Nesta, a História é entretecida com hipóteses porque é uma ciência. Para esta questão, Marc Bloch evoca o livro *A ciência e a hipótese*, de Poincaré (1902).

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LGPD

Nesta passagem, como em outras, Febvre afronta mais uma vez um modo muito específico de escrever a História: o da organização do caos de eventos em uma trama da qual, antes mesmo da pesquisa, o historiador já conhece o seu fim. Esta narrativa linear, esta "história automática" – que tem como um de seus modelos fundamentais a biografia unilinear e falsamente coerente, com seus tão previsíveis início e fim – correspondeu desde sempre a um dos principais pontos de ataque dos primeiros annalistas, e de Lucien Febvre em particular. Este tipo de "história narrativa" – coirmã e talvez gêmea siamesa daquilo que Febvre chamou de "História Factual" – é a segunda entidade da tríade visada pelo historiador francês em seus combates pela história: a *História Factual*, a *História Narrativa*, a *História [da] Política*. Neste trio temos, senão o "eixo do mal" combatido por Lucien Febvre, pelo menos o "eixo banal" a ser por ele vilipendiado. Eis aqui, segundo a ótica dos *Annales* e da nova historiografia, a tríade maldita, que não deixa de ser também um "diabo útil" para o discurso da renovação radical: um certo modo de pesquisa (a História Factual), uma determinada forma de reflexão e exposição (a História Narrativa), e um campo temático específico de escolhas sobre o que estudar (a História Política tradicional – esta que, rigorosamente falando, é apenas uma pequena fração da História Política possível)[96]. No caso da

96. Neste texto, sempre falaremos em uma "história política tradicional" para nos referirmos a uma visão historiográfica mais estreita deste complexo campo histórico que é o da História Política, este mesmo que segue nos dias de hoje (na verdade, sem nunca ter se interrompido) como uma modalidade historiográfica importante. A questão é que, no século XIX, as atenções temáticas se voltavam para uma faixa muito estreita dos objetos possíveis a uma História Política plena. O poder institucional e estatal, muitas vezes trabalhado descritivamente, as lutas entre nações e

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

História Narrativa visada por Febvre, esta corresponderia ao modo de reflexão e exposição historiográfica que se compraz em extrair dos documentos os fatos (geralmente políticos) para, depois, ordená-los cronologicamente em uma linha banal e superficialmente compreensível, frequentemente alicorada em cadeias causais, outras vezes acumulativa de informações nem sempre necessárias (os eruditos "tapeceiros historiográficos", anteriormente mencionados).

O terceiro elemento do "eixo banal" – a História Política tradicional – tampouco deixou de ser um dos alvos preferidos de Lucien Febvre ao longo de toda a sua carreira de polemista. Jacques Le Goff, em uma das visões de conjunto que integra seu prefácio-manifesto para a coletânea *História Nova* (1978)[97], lembra que em 1931 Lucien Febvre já atacava veementemente o modelo de História Política que subjazia em uma certa *História diplomática da Europa* publicada por aquela época, e que, quinze anos mais tarde, ele voltaria à mesma tônica com uma resenha crítica ao livro *A paz armada (1871-1914)* [ROUBAUD, 1946; FEBVRE, 1946b]. Esta persistência de um mesmo combate – e a conservação do mesmo "diabo útil" – tem-nos algo a dizer. Em 1931, conjurar a

o movimento da diplomacia, a história dos grandes políticos como "grandes homens" – a história política tradicional muitas vezes se limitava a estas zonas temáticas. Menos do que uma "História Política" no sentido pleno, era muito mais uma "História [da] Política" – isto é, uma história da política oficial, ou dos próprios políticos "importantes". No século XX, a História Política amplia de maneira extraordinária o universo de seus interesses temáticos, particularmente após as grandes guerras. Desse modo, não é a uma História Política como esta que os *Annales* se referem, e nem aquela contra a qual apontam o seu programa. Diversos historiadores dos *Annales* iriam escrever, oportunamente, uma nova história política, adaptada aos novos tempos. Marc Bloch chega mesmo a considerar seus *Reis Taumaturgos* (1922) como uma história política deste novo tipo.

97. Le Goff, 2011: 136-137.

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

História Política tradicional era decerto necessário. Em 1946, era apenas algo útil. A historiografia como um todo – na Europa e nas Américas – já havia se renovado com a emergência de novos campos históricos e de novos interesses temáticos. O Materialismo Histórico também já começara a contribuir sistematicamente com todo um filão de novas produções historiográficas. A História Econômica já era uma realidade em quase todos os países. A História Social – uma designação manifestamente vaga – já abrigava uma diversidade de campos temáticos que logo delineariam sua própria identidade sob a forma de novos campos históricos. Em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Suécia, afirmava-se com especial projeção uma rica História das Ideias. Uma História da Cultura, abrigando diferentes perspectivas, já se esboçara como identidade mais definida, e não tardaria a permitir que se pudesse falar com maior propriedade no campo da História Cultural – que, de resto, já vinha se afirmando discretamente desde a segunda metade do século XIX, a ponto de provocar na Alemanha do final daquele mesmo século uma acirrada querela entre a ampla maioria de historiadores políticos e uma pequena minoria de historiadores culturais[98]. Já havia em 1946 um impulso significativo para a constituição de muitos outros campos históricos além dos que já iam se fortalecendo, e mesmo a História Política – ainda hoje um campo histórico legítimo, como sempre será – já começara a se diversificar mais com vistas a constituir uma história política de tipo novo, pronta

98. Este debate ficou conhecido, na Alemanha de fins da década de 1880, como polêmica "Schäfer contra Gothein".

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

a estudar o poder em todos os seus níveis possíveis e para além dos estreitos limites do poder estatal, da diplomacia, da história das guerras, e das narrativas sobre a história dos grandes homens da política tradicional. Desse modo, os ataques à estreiteza da História Política nos anos de 1930, então necessários, passaram à categoria da utilidade quando nos aproximamos dos meados do século. Talvez não fossem mais necessários, porém ainda eram úteis. Continuavam a constituir um bom item para um programa. Um programa, conforme insistimos, faz-se de demandas necessárias e mesmo vitais, e também de simbolismos úteis – muitas vezes sob a forma de estandartes e de espantalhos. Com alguma frequência, um programa também precisa dos seus diabos. Quando um diabo morre, por vezes é preciso ressuscitá-lo, mesmo que por meio de aparelhos artificiais.

Na época dos terceiros *Annales*, uma insistência muito exagerada na História Política como um "diabo útil" não será mais possível, pois já existe bem consolidada uma moderna História Política, e nos anos de 1980 falar-se-á mesmo em um "retorno do político"[99]. O próprio Jacques Le Goff, que é autor de prefácios que apresentam a produção coletiva

99. André Burguière, o historiador da terceira geração dos *Annales* que foi mais autocrítico em relação à sua e às gerações anteriores do movimento, condena a "lacuna lamentável" que fora produzida pela rejeição dogmática do político. Em seu verbete sobre a "Escola dos *Annales*" do *Dicionário das Ciências Históricas* (1986), discorre sobre esta ausência do político na historiografia dos *Annales*, que "fazia com que se corresse o risco de fortalecer uma visão hipermaterialista ou resignada da História, na qual a ação dos homens, sua capacidade de dar sentido aos conflitos, à mudança, seriam invariavelmente anuladas pela força das coisas" (BURGUIÈRE, 1993: 53). No quadro 3 (p. 209 deste livro), podemos observar como um grupo significativo de historiadores políticos começa a se afirmar de modo especialmente relevante com a terceira geração dos *Annales* (canto inferior esquerdo).

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

da *Nova História* (com destaque para o prefácio-manifesto de 1978), escreveu, ele mesmo, um artigo no qual traça um panorama das novas possibilidades da História Política: "Será ainda a política a ossatura da História?" (1972: 335-337). Todavia, é impressionante a preocupação deste líder da nova geração dos *Annales* em não abandonar totalmente esta bandeira de crítica a uma História Política tradicional que, a rigor, já tinha sido há muito destronada. No prefácio-manifesto para a coletânea *A história dos Annales* (1978), assim ele se expressa, de maneira sintomática:

> Destronar a História Política, esse foi o objetivo número um dos *Annales*, e permanece como uma preocupação de primeira ordem para a *História Nova*, ainda que, como direi mais adiante, uma nova história política, ou melhor, uma história com uma nova concepção do político, deva se instaurar no domínio da *História Nova* (LE GOFF, manifesto-prefácio para *A Nova História*, 1978)[100].

De fato, parágrafos mais adiante, Jacques Le Goff irá corrigir essa primeira proposição, reconhecendo que, no mundo dos saberes sociais, já havia ocorrido desde os primeiros *Annales* uma inegável expansão da noção de "política" – diríamos que, na verdade, da própria noção de "poder", que é na verdade o que funda o político. Com essas palavras, Le Goff reconhece que a História Política dos seus dias, a mesma História Política de hoje, já não tinha as mesmas limitações da tradicional História Política do século XIX e das primeiras décadas do século XX:

100. Le Goff, 2011: 152.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> A fobia da História Política não é mais um artigo de fé, pois a noção de "política" evoluiu, e as problemáticas do poder se impuseram à *História Nova*. Igualmente o acontecimento, como demonstrou Pierre Nora, está em vias de ser reabilitado, sob novas bases (LE GOFF, manifesto-prefácio para *A Nova História*, 1978)[101].

Um aspecto da História Política tradicional, contra a qual os *Annales* dirigiram o seu programa, é a forma específica de tratamento das "biografias" que transparece nos historiadores do século XIX, os quais se empenharam em elaborar uma "História dos Grandes Homens". Thomas Carlyle foi um dos mais brilhantes cultores deste gênero historiográfico, que em suas obras aparece iluminado pela sua grande habilidade narrativa e seu grande talento literário. O que era fazer uma "história dos grandes homens" na época de predomínio da História Política tradicional? Em primeiro lugar, era investir na ideia de que os indivíduos fazem a História, e de que eles são o grande centro das ações – e não os grupos sociais e as forças estruturais e coletivas. Em segundo lugar, este modelo historiográfico de biografia nos leva de imediato a perguntar: Mas quem eram os biografados? Não é difícil constatar que os biografados da "História dos Grandes Homens" eram sempre figuras típicas da História Política. Tínhamos os reis, os generais, os papas, e os indivíduos que faziam par-

101. Le Goff, 2011: 166-167. O texto de Pierre Nora ao qual Le Goff se refere é "O retorno do fato", publicado no volume *Novos problemas* da obra coletiva da *Nouvelle Histoire* em 1974: *Faire de l'histoire*. No Brasil, esta coletânea foi publicada com o título *História – novos problemas, novas abordagens, novos objetos* (1988, vol. III: 179-183).

PODER: BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

te da política tradicional – isto é, dos grandes circuitos do poder oficial. Essas figuras políticas – que eram personagens da História Política por conta do governo, das guerras, da diplomacia e das instituições políticas – eram os elos que ligavam indissociavelmente a história dos grandes homens e a história política tradicional. O modelo, em muitos casos, era acrescido da tradicional maneira narrativa.

A implacável crítica dos *Annales* aos tradicionais modelos de biografia – ao se tornar bem-sucedida a partir dos anos de 1930 em associação a outros setores historiográficos que também criticaram o tradicional fazer biográfico – chegou a inibir um pouco, entre historiadores, a produção de obras relacionadas a este gênero historiográfico. A tarefa de escrever biografias, que sempre foi um gênero muito popular e procurado por leitores de todos os tipos, deslocou-se mesmo dos historiadores da primeira metade do século XX para intelectuais de outras áreas, como os literatos e os jornalistas. Os anos de 1980, já à época dos terceiros *Annales*, assistiriam ao fenômeno que muitos chamaram de "retorno da biografia". As novas biografias escritas pelos historiadores, contudo, seriam de um novo tipo. Para começar, os escolhidos para serem biografados não precisavam mais, necessariamente, corresponder a indivíduos que tivessem sido elevados à notoriedade pela História. Poderiam sê-lo, mas também surgiu um campo de estudos que buscava, a partir das histórias de vida de pessoas comuns, iluminar questões que diziam respeito à cultura, à economia, às mentalidades ou à política, agora em sentido ampliado (estudo dos poderes e micropoderes de todos os tipos, e não apenas os ligados aos círculos

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

estatais e institucionais. Veremos este ângulo de estudos no volume VII, no capítulo sobre a Micro-história.

Também os personagens que a História conduziu a posições de destaque poderiam continuar a serem biografados, mas agora necessariamente de uma nova maneira. Dá-nos exemplo a biografia sobre *Guilherme Marechal* (1984) produzida por Georges Duby (1919-1996), historiador ligado à terceira geração dos *Annales*, ou ainda a obra sobre *São Luís* (1996), do próprio Jacques Le Goff. Trata-se de utilizar o biografado não para contar meramente uma história pessoal, mas para iluminar questões sociais mais amplas. Foi também o que fez o historiador Christopher Hill (1912-2003) – este já ligado à Escola Inglesa do Marxismo – ao estudar "Cromwell, o eleito de Deus" (1970). A maneira de biografar, isto é, de conduzir a narrativa biográfica, também mereceria contribuições notáveis após este retorno da biografia. Um clássico para esta discussão é o artigo "Ilusão biográfica" de Pierre Bourdieu (1986), sociólogo francês que trabalhou em forte sintonia com os terceiros e quartos *Annales*.

Em relação ao estilo, as novas biografias clamam por novos modos de narrar e por novas possibilidades de perceber a natureza humana. Pierre Bourdieu chama a atenção para o fato de que, para além do mero empobrecimento de possibilidades que apresentam na escolha de seus biografados, as biografias que ainda seguem o modelo da historiografia tradicional costumam descrever a vida individual ainda de maneira demasiado linear, como um simplificado caminho teleológico que comporta "um começo (uma estreia na vida), etapas e um fim, no duplo sentido de termo e de objetivo"

PUC/RS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

(BOURDIEU, 1986: 62-63). Ultrapassar este modelo é ainda uma tarefa que se coloca à *História Nova*, em sentido amplo, e mesmo os terceiros e quartos *Annales* apenas começaram a enfrentar estas novas possibilidades, conjuntamente com os micro-historiadores e os novos marxismos. Uma entrevista de Jacques Le Goff em torno de sua biografia sobre *São Luís* mostra-nos este esforço:

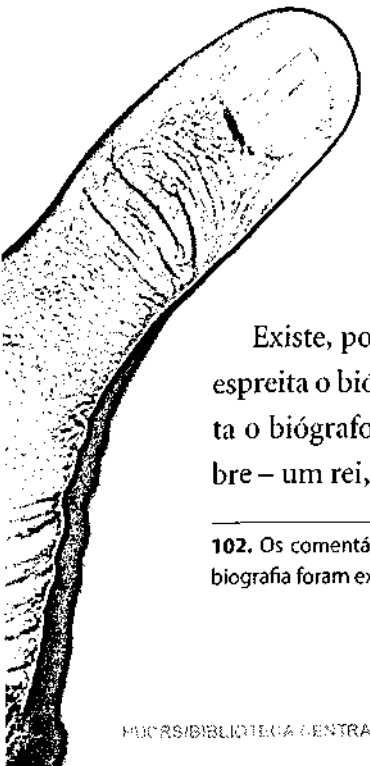
> Fiel à concepção de História-problema da Escola dos *Annales*, minha primeira dificuldade consistiu em definir uma problemática que me permitisse apreender o indivíduo São Luís em interação com a sociedade do século XIII, evitando o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de a "ilusão biográfica", que pretende que se considere a vida de um grande homem como alguém com um destino já traçado, excluindo as eventualidades da vida. Eu, ao contrário, limitei-me a mostrar as hesitações, as decisões e os momentos cruciais da vida de São Luís, a partir da sua infância de rei. Porque se o homem constrói sua vida, ele também é construído por ela (LE GOFF. "Entrevista", 1996).

Colocar-se em guarda contra a tendência em enxergar o grande indivíduo de maneira teleológica – isto é, como um caminho que aponta já para um fim que está previamente inscrito na cabeça do historiador, antes mesmo que ele comece a biografar – é, portanto, um alerta que deve acompanhar o historiador-biógrafo, pelo menos se este pretende efetivamente realizar uma biografia múltipla e verdadeira – e que, por ser múltipla e verdadeira, pode ou mesmo deve

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ser, de certo modo, tão contraditória como a própria vida[102]. Da "ilusão biográfica", ademais, o historiador deve passar ao enfrentamento da "ilusão das fontes" – porque também elas impõem a sua teleologia, sobrepondo-a à teleologia que o historiador pode trazer espontaneamente antes de iniciar seu trabalho.

> Foram as fontes, na verdade, que representaram as principais dificuldades de meu trabalho de historiador, e isso por causa de sua própria natureza. De fato, uma grande parte dos documentos disponíveis sobre São Luís é de caráter hagiográfico ou normativo. Através de São Luís pinta-se mais o retrato do rei que ele deveria ter sido do que o que foi realmente, como em *Les Miroirs des Princes*, textos que nos informam mais sobre a concepção do soberano ideal do que sobre a verdadeira personalidade dos reis. As qualidades e os fatos atribuídos a São Luís – frequentar os pobres e os leprosos, oferecer numerosas esmolas etc. – são assim atribuídos a outros reis. No entanto, eu tive algumas vezes a impressão de cair em detalhes suficientemente concretos de sua vida cotidiana para dizer: é ele finalmente. Mas mesmo aí eu tive surpresas desagradáveis (LE GOFF, "Entrevista", 1996).



Existe, podemos concordar com Le Goff, um perigo que espreita o biógrafo dos personagens ilustres, e que já não afeta o biógrafo dos personagens anônimos. O indivíduo célebre – um rei, um líder, um santo – tem despejada sobre a sua

102. Os comentários que aqui fazemos sobre as novas formas de tratamento da biografia foram extraídos de obra anterior, *O campo da História* (BARROS, 2004).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

memória, que vai se construindo já em seu próprio tempo, uma espécie de luz falsa (ou um feixe de luzes falsas). O indivíduo que nasce na notoriedade, ou que a adquire em função de alguma situação-limite, começa a ser construído coletivamente em paralelo à sua existência física e concreta. As fontes nos dão os sinais precisamente desta construção. Elas são a parte mais visível desta construção. Estudá-la, e não apenas uma realidade historiográfica que seria aquela que envolve o próprio biografado, seria uma tarefa importante para uma historiografia nova que ainda vai se construindo.

Podemos retomar aqui as considerações sobre o programa dos *Annales*. Conforme pudemos ver, a História-problema associa-se, sobretudo quando a surpreendemos nos textos fundadores e refundadores da Escola dos *Annales*, ao incansável (e por vezes repetitivo) combate contra um modelo historiográfico fundado sob a tríplice égide da factualidade, da narratividade linear e da restrição temática imposta pela História Política tradicional. Esta configuração tradicional, aliás, corresponderia de resto ao mesmo modelo que postulava "reconstituir" o passado, ao passo que a História-problema dos *Annales* propõe, ao contrário, "reconstruir" o passado – e reconstruí-lo em cada presente, conforme veremos mais adiante. Esta e aquela palavra – "reconstituir" ou "reconstruir" – não são gratuitas, nem isentas de implicações. O "problema", e é esta a ideia que está por trás desta última expressão, é precisamente o elemento em torno do qual se dá a reconstrução. Trata-se de reconstruir o vivido a partir de problemas e motivações da época do próprio historiador. Para além disso, trabalhar com um "problema" pres-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

supõe o gesto de reconhecer e explicitar para os leitores os conceitos e fundamentos que estão por trás do problema e das escolhas historiográficas, e não esconder esses conceitos dos olhos do leitor, de modo a forjar o mito da neutralidade. Tudo na História-problema deve ser explícito: também as fontes, os métodos, e mesmo o lugar de onde o historiador se pronuncia. Além disso, na historiografia da "História-problema", também as hipóteses adquirem uma especial importância, e é por isso que, no texto anteriormente transcrito, Febvre recomenda aos seus que partam para o trabalho "com uma boa hipótese em mente".

Ato contínuo à instituição de uma História-problema, conforme vimos ao discorrer sobre sua oposição à História Factual, é a necessidade de instituir uma nova noção de "fato histórico", por oposição à noção do fato histórico como uma espécie de "átomo da história"[103]. No Historicismo mais tradicional (o historicismo dos piores rankeanos e de alguns dos manuais de fins do século XIX) o fato histórico parece

103. Febvre utiliza esta imagem, criticando a ideia do fato como "um pretenso átomo da história", em um dos artigos de seus *Combates pela História* (1953: 6). Podemos ainda lembrar que outras críticas à definição de "fato histórico" foram encaminhadas antes dos *Annales*. Guizot, historiador da primeira metade do século XIX que é lembrado por Le Goff no prefácio para *A História Nova* (1978), criticara a restrição temática desta noção em muitos dos historiadores de sua época: "Há algum tempo, fala-se muito, com razão, da necessidade de encerrar a história nos fatos, da necessidade de contar nada de mais verdadeiro. Mas há muito mais fatos a contar, e fatos bem mais diversos do que podemos ficar tentados a crer à primeira vista: há fatos materiais, visíveis como as batalhas, as guerras, os atos oficiais dos governos; há fatos morais, ocultos que nem por isso são menos reais; há fatos individuais que têm um nome próprio; há fatos gerais, sem nome, aos quais é impossível atribuir uma data precisa, que impossível conter em limites rigorosos, e que nem por isso deixam de ser fatos como os outros fatos históricos, que não podem ser excluídos da história sem causar mutilações [...]" (GUIZOT, primeira aula do *Curso de História Moderna*; apud LE GOFF, 20 148-149). Sobre Guizot e seu momento, cf. Rosanvallon, 1985.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

existir externamente à ação do historiador, e dá ares de se encontrar objetivamente instalado no documento histórico. Essa noção do fato como um dado a ser buscado, ao invés de ser construído, aparece implícita ou explicitamente em manuais como o de Bernheim (1889) ou o de Seignobos e Langlois (1898), e ainda aparecerá no tardio manual de Louis Halphen (1946), antes citado, e que foi duramente criticado por Febvre em uma resenha e por Fernand Braudel em seu artigo sobre "A longa duração" (1958). De acordo com alguns dos metódicos e sob o prisma do setor mais retrógrado do Historicismo, a dupla crítica documental – externa para assegurar a autenticidade do documento, e interna para confirmar a autenticidade da informação – seria suficiente para recuperar esse fato histórico projetado na documentação. A partir daí, bastaria encaminhar uma operação de ordenamento cronológico, e os fatos praticamente falariam por si mesmos, bastando ao historiador cumprir esse papel de mediação – de operador técnico que a partir de operações muito precisas permite que se reconstitua o processo histórico[104].

104. Febvre assim se refere, sarcasticamente, a esta ideia de "fato histórico": "Porque, enfim, os fatos [...]. E a que denominam vocês fatos? Que colocam vocês atrás desta pequena palavra, 'fato'? Pensam acaso que eles são dados à história como realidades substanciais, que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve simplesmente desenterrar, limpar e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos?" (FEBVRE, 1978a: 105). Mais adiante, Febvre prossegue: "Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos previamente, em todos os sentidos da palavra 'escolhido' (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) – é uma ajuda técnica. Que pode aliás ser excelente. Mas não é um historiador" (FEBVRE, 1978c: 106). Essa ideia, aliás, é muito próxima de uma passagem da II Consideração Intempestiva de Nietzsche: "Os operários que acumulam e selecionam os materiais da história [...] jamais se tornarão grandes historiadores; não se deve também confundi-los com

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Se a operação historiográfica é regida por um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser consequentemente uma construção do historiador. O que pode instituir como fato histórico esta ou aquela informação, aquele dado ou este outro aspecto da realidade vivida que encontrou registro em fontes diversas, é o problema proposto pelo historiador, o recorte histórico por ele construído, para não falar do horizonte teórico constituído. Jacques Le Goff, no prefácio para *Nouvelle Histoire* (1978), evoca mais uma vez Bloch e Febvre para retomar a ideia de que o fato histórico é construção do historiador:

> Não há realidade histórica que funcione como um chavão e que se proponha ao historiador por si mesma. Como todo homem de ciência, o historiador deve, segundo as palavras de Marc Bloch, "diante da imensa e confusa realidade", fazer "sua escolha" – o que, evidentemente, não significa nem a arbitrariedade nem a simples colheita, mas a construção científica do documento [...] [O fato histórico] é [agora segundo Febvre] "algo inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjunturas, por um trabalho delicado e apaixonante" (LE GOFF. Prefácio para *A Nova História*, 1978)[105].

esses últimos, mas vê-los como auxiliares e operários necessários a serviço do mestre de obras" (NIETZSCHE, 2005: 127).

105. Le Goff, 2011: 138. As críticas de Febvre contra Toynbee, e também Spengler, foram feitas em um texto publicado em 1936 com o título "Contra duas filosofias oportunistas da história: Spengler e Toynbee". Mais tarde, este texto foi incorporado aos *Combates pela História* (FEBVRE, 1978b: 130-155).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

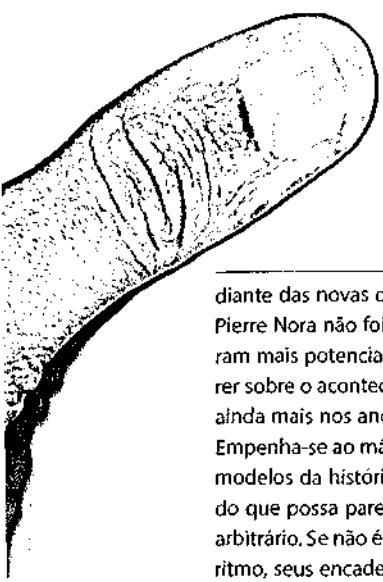
Os *Annales* e os historiadores da *Nouvelle Histoire*, assim como a quase totalidade dos historiadores contemporâneos que participaram da grande renovação historiográfica do século XX, empenharam-se em enxergar o fato histórico de uma nova maneira. Em primeiro lugar como construção do próprio historiador – aspecto incontornável –; em segundo lugar, buscando conceber a partir de novos ângulos este fato construído, assim como também se conscientizavam de que era preciso olhar de novas maneiras para os grandes acontecimentos que, por razões a serem analisadas e problematizadas, produziram grandes ressonâncias nas sociedades que deixaram seus registros. Conforme assinala Pierre Nora, encarregado de discorrer sobre "O retorno do acontecimento" na coletânea dos novos *Annales* intitulada *Faire de l'histoire* (1974), "o acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura" (NORA, 1988: 188). A eleição deste tema para participar da primeira grande coletânea dos novos historiadores dos *Annales* (a segunda ocorreria em 1978, com *A Nova História*) mostra que a questão do "fato histórico", incluindo os fatos políticos, já produzia novas demandas na época dos terceiros *Annales*. Já não era possível apenas rechaçar o "fato" como algo menor, "mera espuma das ondas que se elevam sobre as correntes profundas", ou como "mero piscar de vagalumes na noite escura", conforme as famosas metáforas de Fernand Braudel[106].

106. O texto de Pierre Nora sobre "o retorno do fato" revela as dificuldades de um historiador formado na rigorosa crítica à factualidade, a cargo do mestre Braudel,

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

É preciso frisar ainda que, para além da oposição da História-problema dos *Annales* à velha tríade siamesa do factual, da narrativa e da política tradicional, os historiadores annalistas também se empenharam em distanciar a sua História-problema dos "falsos problemas". O anti-ídolo, aqui, foi o historiador inglês Arnold Toynbee, que na década de 1930 começara a fazer bastante sucesso com sua *História das civilizações*. Para Febvre, Toynbee discorria sobre falsos problemas. Jacques Le Goff, incorporando essas críticas, assim resume a posição de Febvre em relação a Toynbee, por ocasião de seu prefácio-manifesto à *História Nova* (1978):

> [Para Toynbee] existem, desde o início da humanidade, 21 civilizações, as quais passam por três fases sucessivas de gênese, maturidade e declínio, segundo uma lei de *challenge et response*, capacidade de responder aos estímulos interiores e exteriores. Vocabulário e pensamentos vagos que assimilam abusivamente "sociedade" (nem todas, claro, pois Toynbee conta 650 sociedades primitivas que, para ele, não conseguiram chegar ao nível de "civilização") e "civilização", uso indiscriminado de um mé-



diante das novas demandas de considerar o papel do acontecimento na História. Pierre Nora não foi, entre os historiadores dos novos *Annales*, um dos que revelaram mais potencial de renovação. Aqui, ele luta para adaptar sua tarefa de discorrer sobre o acontecimento – demanda destes novos tempos que iria se intensificar ainda mais nos anos de 1980 – com as velhas lições que marcaram sua formação. Empenha-se ao máximo em ajustar suas reflexões sobre "o retorno do fato" com os modelos da história estrutural e da história quantitativa: "Pois que, independente do que possa parecer, o desdobramento de um acontecimento não tem nada de arbitrário. Se não é seu aparecimento, pelo menos seu surgimento, seu volume, seu ritmo, seus encadeamentos, seu lugar relativo, suas sequelas e seus saltos obedecem a regularidades que dão aos fenômenos aparentemente mais longínquos um certo parentesco e uma morna identidade" (NORA, 1988: 190).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> todo comparativo grosseiro, fundado em numerosos anacronismos, no recurso a metáforas e a um pensamento "vitalista", que data "de ontem, quando não de anteontem", na arbitrariedade do recorte das civilizações em *numerus clausus* e, por fim, duas críticas capitais: por um lado, uma história ilusionista, de prestidigitador, que faz com que as civilizações desfilem "como quadros de um melodrama", e, por outro, uma filosofia da história, e não uma história científica (LE GOFF. Prefácio para *A Nova História*, 1978)[107].

A História-problema, portanto, coloca-se também em oposição a uma "História-conjectura". Além de ser problemática, ela deve seguir sendo uma história científica. Retornemos, ainda, à questão da oposição entre História-problema e História Política, uma vez que a demonização da História Política tradicional pela História-problema traz ainda uma importante implicação. Uma vez que os fatos históricos agora não mais se restringem ao mundo político, e considerando que as problematizações propostas pelo historiador também podem dizer respeito à cultura, à economia, aos modos de pensar e de sentir, aos movimentos demográficos, a História-problema favorece concomitantemente a própria expansão das temáticas históricas. Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que "tudo é história" – no sentido de que nada escapava ao movimento da História – era

107. Le Goff, 2011: 139-140. Braudel, em um texto intermediário entre o de Febvre (1936) e o de Le Goff (1978), também criticou Toynbee, em um artigo sobre *A história das civilizações* (1978b: 252-262). Apesar das críticas, que continuam frontais, admite qualidades na monumental obra de Toynbee, sobretudo qualidades literárias e informativas.

PEARSON BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

agora reapropriado, pelos *Annales* e por outras correntes da moderna historiografia, para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador, e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à história da política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual se restringiam muitos dos historiadores ligados ao Historicismo mais tradicional. Problematizar a História era também expandi-la tematicamente, diversificá-la, ampliar sua complexidade e multiplicar as perspectivas historiográficas.

3 "Expansão das fontes históricas" e cientificidade

A possibilidade de ultrapassar os estreitos limites dos fatos políticos também ensejou uma ampliação no universo de fontes dos historiadores, de modo que aqui interagem dois dos itens programáticos da Escola dos *Annales*: a História-problema e a ampliação de fontes históricas. A expansão da tipologia de fontes históricas – a multiplicação das possibilidades de fontes abertas aos historiadores – constituiu-se por isso mesmo em mais uma das notas importantes do acorde programático dos *Annales* (4). Doravante, seria preciso afirmar com convicção cada vez mais fortalecida que não mais deveriam interessar aos historiadores *apenas* as fontes de arquivo e as crônicas que dizem respeito à História Política tradicional. Qualquer vestígio ou qualquer evidência – dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizado pelos historiadores. A revolução documental e a nova definição de fonte histórica constituíam uma das grandes novidades trazidas pelas primeiras gerações da Escola dos *Annales* (AYMARD, 1972: 502). Décadas depois, esta mesma expansão documental será evocada pelos historiadores da terceira geração do movimento, tal como neste prefácio de Jacques Le Goff para a obra coletiva *A Nova História* (1978):

> A *História Nova* ampliou o campo do documento histórico; ela substitui a história de Langlois e Seignobos, essencialmente baseada em textos e documentos escritos, por uma história fundamentada numa ampla variedade de documentos escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, quando se trata de um passado mais longínquo, vestígios de pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são documentos de primeira ordem para a *História Nova* (LE GOFF. *A Nova História*, 1978)[108].

A expansão documental, intensificada pelos historiadores da primeira metade do século XX, mas na verdade iniciada pelos primeiros historicistas do século XIX que introduziram uma maior sistematização voltada para a crítica documen-

108. Le Goff, 2011: 133. Sobre a discussão acerca de documento histórico, desenvolvida por Jacques Le Goff, cf. o artigo "Documento/Monumento" (LE GOFF, 1984).

PUCPSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tal – e que, de resto, também foram eles mesmos desbravadores de documentos –, na verdade prossegue ainda hoje, quando novas fontes começam a ser pensadas pelos historiadores que se avizinham, por exemplo, de todo um universo virtual ainda pouco explorado historiograficamente. O item programático da expansão de fontes históricas, desse modo, segue atual para a comunidade dos historiadores como um todo[109].

Quanto ao item "cientificidade" – outra velha canção que já não era exclusiva dos *Annales*, mas sim ligada à própria historiografia que completava seu primeiro século no início de 1900 –, os *Annales* não podiam abandonar, não totalmente, esta poderosa imagem de poder que era a do historiador-cientista. De todo modo, a percepção da História como uma "ciência em construção" (5) nunca se configurou em um item programático muito fechado. Marc Bloch tivera o cuidado de definir a História como "ciência dos homens no tempo", mas Lucien Febvre contentara-se em dizer que a História é um tipo de "conhecimento cientificamente conduzido". Pierre Chaunu sustentaria, em seu livro *A História como ciência social*, que a verdadeira história científica só havia começado mesmo com a Escola dos *Annales*, e que todas as experiências pregressas "só tinham valor de documento", isto é, não passavam de uma espécie de pré-história da verdadeira História (CHAUNU, 1974)[110]. Mas as gerações dos terceiros e quartos *Annales* tenderiam a dar menos importância à questão da cientificidade da história, e alguns já não

109. Discutiremos a expansão documental em outro volume desta série.

110. "A História ainda viva, a História, cujas experiências continuam alimentando nosso trabalho de pesquisa, é posterior ao início dos anos de 1929-1933. Tudo o que é anterior a esse período tem valor de documento" (CHAUNU, 1976: 72).

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

teriam tanta vergonha em admitir que a História assemelhava-se de alguma maneira à Literatura.

De modo geral, existem dois diferentes sentidos agregados (ou agregáveis) à ideia de que a História é uma "ciência em construção". Estes dois sentidos aparecem em textos dos historiadores dos *Annales*, e às vezes podem até aparecer na mesma obra. Na *Apologia da História*, de Marc Bloch, poderemos surpreender a ideia de que a História ainda não é uma ciência totalmente formada, isto é, de que é uma "ciência na infância", uma ciência ainda por se fazer ou por consolidar um maior repertório de métodos, um vocabulário, ou o que poderíamos entender (embora os historiadores dos *Annales* não utilizem esta expressão), como uma maior consolidação de sua "matriz disciplinar". Na *Apologia da História* (1941-1942), de fato, Bloch tem em vista este sentido ao reconhecer que, embora a História seja uma prática, um tipo de saber ou uma forma de representação e conformação de identidades já muito antiga e que remete às civilizações anteriores, em sua forma científica a experiência da História seria recente (quando comparada às Ciências Exatas e Naturais, por exemplo), o que dela faria uma "ciência na infância":

> Pois a História não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que têm por objeto o espírito humano, esse temporão no campo do conhecimento racional. Ou, para melhor dizer, velha sob a forma embrionária de narrativa, de há muito apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> imediatamente apreensíveis, ela permanece, como um empreendimento racional de análise, jovem. [...] Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos. E eis por que Fustel de Coulanges, e, já antes dele, Bayle provavelmente não estavam totalmente errados ao dizê-la "a mais difícil de todas as ciências" (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942)[111].

A ideia, aqui, é que a História é uma "ciência em construção" porque ainda está por ser integralmente formada. Perpassa um pouco a noção, neste texto de Marc Bloch, de que os *Annales* é que estão a conduzi-la da "infância" para a "adolescência", e que ainda restará muito trabalho no futuro para conduzi-la à "maturidade". Bloch não utiliza esta comparação orgânica exatamente nesses termos, mas não podemos deixar de pensar nela quando lemos esta passagem. Parece haver aqui, neste momento do acorde teórico de Marc Bloch, alguma ressonância positivista. Lembremos o velho esquema comtiano para sua versão do projeto positivista de parcelarização do saber. Há ciências mais antigas, que já passaram pela sua infância teológica e pela sua adolescência metafísica, e que já podem usufruir de sua maturidade científica e positiva. Mas outras – e as ciências da sociedade seriam pretensamente as últimas a se formarem na nova Modernidade – ainda estão a caminho do estado positivo. É certo que Marc Bloch estaria longe de se expressar nestes termos e de possuir uma sintonia com o pensamento comtiano. Mas de outro lado possui uma reconhecida ressonância durkheimiana, autor

111. Bloch, 2001: 47.

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

que ele critica, mas ao qual rende homenagens, e a quem não deixa de reconhecer alguma influência[112]. Durkheim, como se sabe, tem assumidamente em seu acorde a nota de influência comtiana. Tinha também seu próprio projeto positivista de parcelamento do saber, dentro do qual esperava dedicar uma posição muito especial à Sociologia, e uma posição bem secundária, bem auxiliar, à História. Contra esse projeto, tal como já ressaltamos em capítulo anterior, os *Annales* se insurgiram, inclusive Marc Bloch, que, dessa maneira, precisa lidar com uma discreta tensão entre uma demanda que era a de sua escola em luta pela própria sobrevivência de um novo tipo de historiografia e, branda dissonância, com a influência específica que Durkheim tinha em seu acorde pessoal. O importante, de todo modo, é chamarmos a atenção para o fato de que, ao supor que a História é uma "ciência na infância" apenas porque tem menos tempo de vida enquanto saber científico – um uso mecanicista do conceito de tempo, diga-se de passagem –, Marc Bloch está incorporando, mesmo sem o saber, uma antiga ressonância do projeto positivista de parcelamento do saber. São dissonâncias profundas em seu acorde, uma vez que Bloch também foi um dos mestres da interdisciplinaridade, projeto diametralmente oposto ao

112. A certa altura de *Apologia da História* (1941-1942), encontraremos esta passagem que mescla a crítica e o elogio a Durkheim: "Essa foi, em suma, a posição da escola sociológica fundada por Durkheim. Ao menos se não ignorarmos concessões que, à primeira inflexibilidade dos princípios, vimos pouco a pouco introduzidas por homens inteligentes demais para não sofrerem, a não ser à revelia, a pressão das coisas. Nossos estudos devem muito a esse grande esforço. Ele nos ensinou a analisar mais profundamente, a cerrar mais de perto os problemas, a pensar, ousaria dizer, menos barato. Não falaremos dele senão com reconhecimento e respeito infinitos. Se hoje parece ultrapassado, é, para todos os movimentos intelectuais, cedo ou tarde, o resgate de sua fecundidade" (BLOCH, 2001: 48).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

projeto do parcelamento positivista do saber. Vamos lembrar também, conforme Braudel depois mostraria, que é preciso considerar a multiplicidade das durações. O "tempo da História" – o "tempo de maturação da História enquanto campo de saber científico" – não precisa funcionar no mesmo ritmo que o "tempo da Física", ou que o "tempo da Química". E nem é um tempo que sempre impõe movimentos no mesmo ritmo (podem ocorrer *rittardos* e acelerações, pausas, estagnações, e mesmo saltos, não podem?). Supor que a História é uma "ciência na infância" apenas porque tem menos tempo de existência científica (ou porque é "temporã no campo [universo] do conhecimento racional")[113], como todas as demais ciências humanas, é de certo modo fazer uma concessão às leituras positivistas das metáforas organicistas. Além do que, nesta leitura da "história como ciência em marcha" (BLOCH, 2001: 47), o autor de *Apologia da História* parece supor que o passo é sempre o mesmo, militar e uniforme, e que todas as demais ciências marcham no mesmo passo.

De todo modo, esta não é a passagem mais rica da *Apologia da História* de Bloch acerca da ideia de que a História é uma "ciência em construção". Há um outro sentido que é mencionado e instrumentalizado nesta obra, e também em outros autores ligados aos *Annales*, que é, este sim, muito atual. A História é uma "ciência em construção" porque está sempre em construção, sempre por se construir de uma nova maneira. E, mais, a partir de fins do século XIX e do alvorecer do século XX, isto passaria a ser reconhecido como característica de toda e qualquer ciência – mesmo da Física ou da

113. Bloch, 2001: 47.

PUCP SIBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Química. A isto, devemos agradecer à relatividade de Einstein, à física quântica, ao princípio da incerteza, à multiplicação de paradigmas das ciências exatas que se substituiu ao antigo monismo em torno da tão bem arrumada física newtoniana, que havia imperado como único paradigma das ciências exatas de fins do século XVIII até meados do século XIX. Marc Bloch reconhece isso com rara clareza, e, nesse momento, realmente se sintoniza muito bem com os novos tempos, com estes comentários que permanecem bem atuais:

> Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram. Com certeza substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. Sua ação foi sentida até mesmo pelos inumeráveis espíritos – devo, infelizmente, colocar-me entre eles – aos quais a fraqueza de sua inteligência ou de sua formação proíbem de seguir, senão de muito longe e de certo modo por reflexo, essa grande metamorfose. Estamos, portanto, agora bem melhor preparados para admitir que, mesmo sem se mostrar capaz de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição, um conhecimento possa contudo pretender o nome de científico. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado. Não sabemos ainda muito bem o que um dia serão as ciências do homem. Sabemos que para existirem – mesmo continuando, evidentemente, a obedecer as regras fundamentais da razão –, não precisarão renunciar à sua originalidade, nem ter vergonha dela (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942)[114].

Este é o sentido mais interessante da ideia de "ciência em construção": ciência capaz de assumir-se como conhecimento em perpétua mudança, não apenas de seus resultados, mas também de seus próprios pressupostos. Este conceito, este item programático, ajusta-se como nada à História, que é por excelência a "ciência da mudança". Bloch reforça esse sentido mais adiante, reconhecendo, aliás, que toda ciência é uma "ciência em construção":

> Mas a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento. Limitar-se a descrever uma ciência tal qual é feita será sempre traí-la um pouco. É mais importante dizer como ela espera ser capaz de progressivamente ser feita. Ora, da parte do analista, semelhante empreendimento exige forçosamente uma imensa dose de escolha pessoal. Toda ciência, com efeito, é, a cada uma de suas etapas, constantemente atravessada por tendências divergentes, que não são possíveis de dirimir sem

114. Bloch, 2001: 49.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

uma espécie de aposta sobre o futuro (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942)[115].

4 O coletivo, o estrutural e o espaço

No início deste capítulo, havíamos chamado a atenção para o fato de que as concepções historiográficas de Marc Bloch e Lucien Febvre, no momento da fundação dos *Annales*, não estavam inteiramente afinadas. Marc Bloch, como se pode perceber claramente em sua produção historiográfica, sempre se orientou nitidamente para uma ênfase na instância coletiva (6) e na história estrutural (7), tendendo a minimizar o papel do indivíduo (com o que acompanhava também uma ênfase que já havia sido introduzida pelo paradigma do Materialismo Histórico). Mas Lucien Febvre tendia a valorizar a importância social do indivíduo. O indivíduo humano, postulava Febvre, poderia vir a constituir um caminho importante para a percepção do social e do coletivo, e a análise das trajetórias individuais não deveria ser desprezada. Nitidamente, com as primeiras gerações dos *Annales* foi se afirmando a postura de Marc Bloch como a que mais atraiu a sintonia dos annalistas de sua geração, e também da geração de Braudel. Como uma parte da historiografia factualista era cultuadora da histó-

115. Bloch, 2001: 46. A ideia de que toda ciência é atravessada por tendências divergentes será desenvolvida, mais tarde, por Thomas Kuhn, no livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962). Sobre isso, cf. o volume I de *Teoria da História* (BARROS, 2011a: 170-184).

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ria dos grandes indivíduos, o que nada tinha a ver com a perspectiva febvriana de valorização do indivíduo como um caminho para a percepção do social, não houve discordância de que, estrategicamente, a valorização do social e do estrutural devia aparecer como um item programático importante da escola. O subtítulo da própria revista passou a enfatizar a estrutura e a coletividade, ao se colocar como *Anais de História Econômica e Social.*

Um dos pontos de contato mais importantes entre Bloch e Febvre, e também um item que muito seduzia os demais historiadores interessados em renovar seu campo de saber, era o aprofundamento do diálogo com a Geografia. Isto se dava porque estes historiadores começavam a se aperceber de que não apenas o "tempo" era importante para o trabalho historiográfico, mas também o "espaço" (8). Cumpria direcionar o olhar para a influência do meio físico e do espaço sobre as sociedades humanas, seja sob a forma de determinismo ou de possibilismo, conforme a influência teórica extraída do diálogo com os geógrafos. É interessante notar que tanto Bloch quanto Febvre, por caminhos inteiramente independentes um do outro e antes de se conhecerem, já vinham cultivando esta ideia de que a História poderia aprender algo com a Geografia no que concerne à relação entre os homens e o espaço.

O espaço, é importante dizer, não será tratado pela nova historiografia apenas como lugar no interior do qual se acomoda o homem. Tal como Marc Bloch demonstrou em sua exemplar obra sobre os *Caracteres originais da história rural francesa* (1931), o espaço também é construído pelo

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

próprio homem, a ação humana está constantemente remodelando a paisagem, dando ao espaço a face humana que têm os campos de cultivo, e neles imprimindo sob forma visível sua própria história. Daí que o espaço natural, nas mãos dos novos historiadores, pode se tornar fonte histórica com a mesma legitimidade que um grande conjunto documental[116].

Obviamente que, como não poderia deixar de ser, esta história que enxerga seus objetos num ponto, em uma linha, na profundidade – em três palavras, esta história que percebe seus objetos concretamente situados no espaço e impregnados de uma realidade que emana das três dimensões do mundo físico, mesmo que seja preciso percebê-las por meio de fontes indiretas –, tampouco não poderia deixar de lidar criativamente com a quarta dimensão: o tempo. Talvez algumas das contribuições mais criativas dos *Annales* tenham sido as experimentações em torno das novas formas de lidar com o tempo, e este item certamente faz parte de seu programa. O mestre nestas realizações, certamente, foi o líder da segunda geração dos *Annales*: Fernand Braudel. Com ele concretiza-se um item programático de vital importância para a Escola dos *Annales*, que é a proposta de uma maior criatividade em relação ao tempo histórico (9).

116. À questão do espaço voltaremos no último volume desta série.

PROIBIDA BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

5 O tempo: novas possibilidades

As maiores descobertas promovidas pelos *Annales*, o seu maior legado para as gerações de historiadores contemporâneos, relacionam-se aos novos modos de conceber o tempo, de representá-lo, de utilizá-lo como aliado para produzir inovadoras leituras da história, pensar inusitados objetos e mobilizar novos tipos de fontes históricas. Com os *Annales*, o estímulo a criar novos modelos de relacionamento entre os historiadores e o tempo elevou-se ao patamar de um dos mais poderosos itens programáticos da escola[117]. É aqui, talvez, que poderemos encontrar um elemento realmente revolucionário no movimento dos *Annales*, para além das diversas outras contribuições importantes que, de resto, já vinham sendo encaminhadas por outras correntes igualmente importantes para a renovação da historiografia do século XX. O substrato mais refinado das contribuições do movimento dos *Annales* para um redimensionamento do tempo histórico, por outro lado, foi a hábil configuração de dois conceitos irmanados: o de "longa duração" e o da "multiplicidade de tempos históricos"[118]. De fato, ao assimilar criativamente um conceito de "estrutura" que já encontrava seu desenvolvimento na Linguística e na Antropologia da primeira metade do século XX, mas transformando-o em

117. Para um exame das diversas formas de trabalhar as temporalidades, cf. o ensaio de Immanuel Wallerstein: "The Invention of Time-space Realities: Towards an understanding of our Historical Systems" (WALLERSTEIN, 1991).

118. No verbete "Escola dos *Annales*", do *Dicionário de Ciências Históricas* (1986), André Burguière considera a atenção à longa duração como "o arco da aliança da Escola dos *Annales*" (1993: 52).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

movimento, os *Annales* foram particularmente felizes em assegurar o misterioso acordo entre "estrutura que permanece" e "movimento que se transforma". "Estruturar o evento" e "mobilizar a estrutura"... eis o projeto conceitual por trás da ideia de longa duração[119].

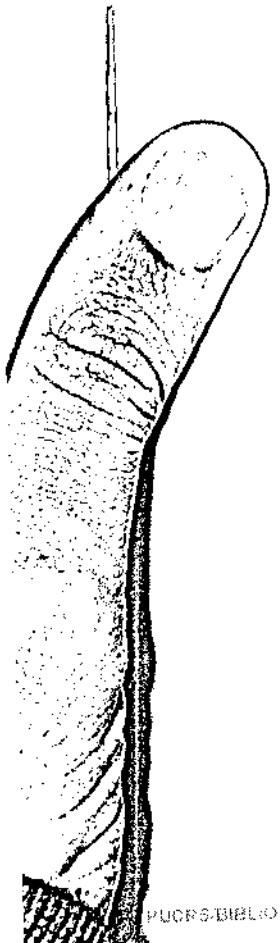
Naturalmente que esta revolucionária liberação de novas perspectivas sobre o tempo arrasta atrás de si uma série de outros aspectos, conforme notaram diversos autores. Michel Vovelle, entre outros, faz notar que algumas coisas "só podem ser percebidas quando o recorte é bastante amplo, isto é, talhado ao fio dos séculos" (VOVELLE, 2011: 376). O olhar longo, desse modo, permite pensar novos problemas, e revela novos objetos. Do mesmo modo, em *Arqueologia do saber* (1969), Michel Foucault identifica uma íntima relação entre a possibilidade de pensar a "longa duração" e uma nova postura do historiador frente às fontes históricas (FOUCAULT, 1995: 3-20)[120]. "Longa duração" e "Série documental" surgem aqui como proposições complementares, e não é à toa que, entre outras possibilidades, a perspectiva teórica da longa duração tenha encontrado

119. No artigo sobre "A longa duração" (1958) – ao qual ainda voltaremos diversas vezes neste item –, Fernand Braudel lembra que "evento" e "estrutura" não precisam estar necessariamente em campos opostos: "Um acontecimento, a rigor, pode vir carregado de uma série de significações e elos. Às vezes, ele é testemunha de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das 'causas' e dos 'efeitos' tão caros aos historiadores do passado, anexa-se a ele um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, ele se liga, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes e, ao que parece, impossíveis de se destacarem, desde então, umas das outras" (BRAUDEL, 2011: 90).

120. Michel Vovelle, por sinal, inverte o problema, para perguntar em seu artigo "História e longa duração" (1978): "Essa modificação do tempo, ou dos tempos da história, não seria, no fundo, apenas o produto de uma mudança na própria noção de fonte histórica?" (VOVELLE, 2011: 386).

UFGRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

um casamento tão fortuito com a metodologia da História Serial. A possibilidade de estabelecer séries massivas de documentos, nas quais cada fonte deixa de ser isolada para ser percebida em um conjunto mais amplo que se estende cronologicamente, foi precisamente o que teria habilitado o historiador a atuar em um registro mais extenso, percebendo permanências e variações graduais. A "longa duração" deriva da "série", conforme ressalta Michel Foucault. Mais ainda, a ideia de "longa duração" está envolvida pela noção de que o tempo histórico pode articular diferentes ritmos de passagem do tempo, como bem mostrará Fernand Braudel em seu *Mediterrâneo* (1949).



O conceito de longa duração harmonizou no acorde programático dos *Annales* duas notas que, de outra maneira, talvez se entrechocassem em uma dissonância incontornável: o "tempo do historiador" e a "estrutura" atemporal proposta por setores específicos da Antropologia e de outras Ciências Humanas. Vejamos como se dá esta mediação – este acordo que transforma uma áspera dissonância na mais instigante harmonia. O desafio dos novos historiadores annalistas era o de assimilar as ambições de cientificidade trazidas pelas diversas ciências sociais que começavam a se afirmar nos primórdios do século XX, com sua impactante proposta de captar a regularidade social. Isto, contudo, precisava se dar sem que fosse abandonado o milenar projeto historiográfico que sempre se voltara para o estudo das mudanças humanas – mesmo porque abandonar o projeto de examinar as mudanças no tempo acarretaria em sair irremediavelmente dos próprios limites da matriz disciplinar da História. Os *Annales* encontraram o seu

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tom ao explorar uma solução peculiar e única: enquadrar a mudança histórica na moldura da "longa duração".

No âmbito mais amplo da longa duração, o tempo se apresenta estrutural; em seu interior ocorrem mudanças. Estas, todavia, podem se resolver no interior da estrutura (um período com determinadas características) por conta de repetições, ciclos, regularidades[121]. Outros tipos de eventos, ainda, os agitados acontecimentos não repetíveis dos quais o mundo político mais superficial nos fornece os melhores exemplos, pouco mais seriam do que "espumas" formadas nas cristas das grandes ondas históricas. Com esta possibilidade teórico-prática de articular diferentes ritmos de mudanças históricas, os *Annales* abrem espaço para se pensar o tempo em termos de um enquadramento de diferentes "durações" – projeto que assumiria sua forma mais sofisticada com a arquitetura historiográfica que Fernand Braudel chamaria de "dialética das durações" (BRAUDEL, 2011: 89).

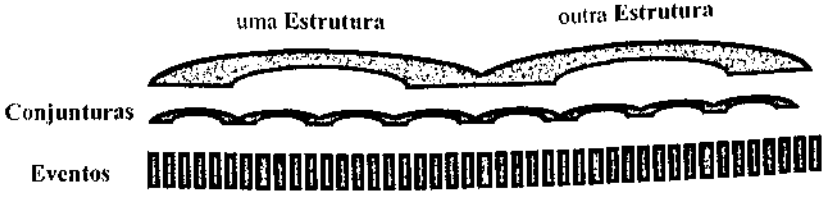
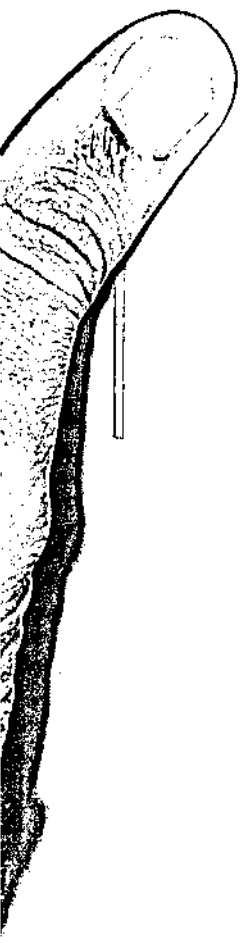


Figura 1: *Uma arquitetura de durações.*

121. Fernand Braudel, em "A longa duração" (1958), oferece-nos o exemplo da Economia, entre outros: "A dificuldade, por um paradoxo apenas aparente, é vislumbrar a longa duração no campo em que a pesquisa histórica acaba de obter inegáveis sucessos: o campo econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam aqui as regularidades, as permanências de sistemas, ou de civilizações, como disseram alguns – isto é, velhos hábitos no que diz respeito ao modo de pensar e agir, condicionamentos resistentes, duros de mover, às vezes até mesmo contra toda a lógica" (BRAUDEL, 2011: 96-97).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Ao se mostrarem regidas por um tempo lento que determina seu alargado arco externo de permanências – e ao admitir dentro de si mesmas o contraponto de ritmos mais entrecortados –, as estruturas recuperam aqui sua própria instância histórica, abaixo e acima de si, notando-se que uma estrutura poderia ser contraposta a outra em termos de alteridade (e não de continuidade). No interior das estruturas, sim, poderiam ser abordadas as média e curta durações (ou os tempos das conjunturas e dos eventos), de modo que o projeto braudeliano de durações enquadradas conseguiria estabelecer uma conciliação entre o tempo agitado da História Política tradicional e o tempo imóvel das Ciências Sociais emergentes. É desta nova representação do tempo histórico trazida pelos *Annales* que se desdobra todo um conjunto de aspectos que hoje são ressaltados como traços distintivos dos *Annales*, oportunizando novos objetos, novas fontes buscadas pelos historiadores, novas abordagens e metodologias, e uma nova concepção sobre o que deveria ser o trabalho do historiador[122]. Sobretudo, o novo modo de pensar e representar o tempo histórico possibilitava uma redefinição do próprio conceito de estrutura, cuja melhor delimitação encontraremos no célebre artigo de Fernand Braudel sobre "A longa duração" (1958):



122. "Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo em câmera lenta, às vezes quase nas raias da imobilidade [...] Em todo caso, é em relação a essas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todas as milhares de explosões do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em volta dela" (BRAUDEL. A *História e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958) [BRAUDEL, 2011: 98].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida um agregado, uma arquitetura; porém, mais ainda, uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo período. Certas estruturas, por perdurarem durante muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história e, pelo fato de a incomodarem, impõem seu desabamento. Outras são mais propícias a se desestruturar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas ficam marcadas como limites (*contornos*, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Pensem na dificuldade de quebrar algumas limitações geográficas, algumas realidades biológicas, alguns limites da produtividade e mesmo certos condicionamentos espirituais: os arcabouços mentais também são prisões de longa duração (BRAUDEL. *A História e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958)[123].

Notemos que, neste texto, Braudel menciona tanto a possibilidade de estruturas que apresentam fissuras entre si (as estruturas contras as quais "impõe-se o seu desabamento" para que outras possam surgir), como também as estruturas que deslizam lentamente até desaparecerem ou até se transformarem em novas estruturas, com características distintas e novos padrões de coerência (ou seja, de acordo com as palavras de Braudel, temos aqui as estruturas que "são mais propícias a se desestruturar"). Em um caso, a passa-

123. Braudel, 2011: 95.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

gem de uma estrutura a outra pode ser regida por mudanças ou declives abruptos, e certamente aqui podem ser incluídas as revoluções sociais (movimentos contra as estruturas que "obstruem a história"), ou mesmo as revoluções tecnológicas, que em alguns casos são poderosos eventos capazes de desestruturar de assalto uma antiga estrutura (pensemos nos eventos tecnológicos que, nas últimas décadas, mudaram a face do mundo da comunicação humana por conta de uma irreversível revolução digital). Acontecimentos políticos de grande porte – como a desestruturação do socialismo real na antiga União Soviética e o desabamento do muro de Berlim entre as duas alemanhas – podem reger também a passagem de uma estrutura para outra, mas, neste caso, é preciso discutir se acontecimentos como esses introduziram uma fissura na estrutura política anterior ou se, na verdade, foram resultados de longos e imperceptíveis processos sociais e políticos que já vinham acumulando tensões no interior da própria estrutura, até que estas rupturas se tornaram visíveis e irreparáveis a partir de um acontecimento emblemático e impactante.

De todo modo, o desenvolvimento posterior das histórias de longa duração revelaria a possibilidade, inclusive, de encontrar eventos que fundam estruturas. É o caso da tese de Paul Bois, sobre *Camponeses do oeste da França* (1960). Ao perceber no campesinato francês do século XIX uma profunda cisão entre monarquistas (no oeste) e republicanos (no leste), nitidamente separados por uma fronteira espacial, Paul Bois terminou por encontrar o "ponto de fratu-

OUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ra" na Revolução Francesa[124]. Poderíamos lembrar também as pesquisas de Eric Hobsbawm e Terence Ranger sobre as "Tradições inventadas" (1983), já correspondentes a um circuito exterior ao dos *Annales*[125]. Mesmo a tradição de apa-

124. Michel Vovelle, que utiliza o exemplo de Paul Bois para expor relações possíveis entre eventos e estruturas, sintetiza a conclusão de Bois: "Dois campesinatos diferentes em suas estruturas e, sobretudo, em seu dinamismo e agressividade fixaram naquela época, de modo duradouro, suas opções coletivas. Já se pode sentir, apenas com esse breve resumo, que tal experimentação exemplar é portadora de uma mensagem rica e ambígua: por um lado, ela justifica a pesquisa de longa duração, o mergulho no passado mais que secular do qual foram transmitidos os traços de um comportamento que perdura, com verdadeira inércia, até os nossos dias, quando, na verdade, as condições iniciais desapareceram. Trata-se de uma peça de importância acrescentada ao dossiê da "inércia das estruturas mentais". Inversamente, contudo – ou antes, de maneira complementar –, o tempo curto retoma toda a sua importância: ele é aquele do traumatismo inicial, da ruptura propriamente revolucionária a partir da qual, por muito tempo, uns se tornaram *chouans* [partidários da monarquia], outros jacobinos, tendo assim se separado por uma fronteira que nossos mapas eleitorais teimam em perenizar" (VOVELLE, 2011: 399). Mais adiante, Vovelle complementa: "Paul Bois partiu de uma estrutura e encontrou um acontecimento; sem que haja contradição alguma nisso, outros partem de um acontecimento e [...] redescobrem uma estrutura" (VOVELLE, 2011: 400). É um acontecimento, aliás, – "a chama descristianizadora do ano II" –, do qual o próprio Michel Vovelle partirá para descobrir uma estrutura, a da religiosidade barroca no sul da França, que em 1750 teria um ponto de viragem a partir do qual já se pode notar uma mudança da sensibilidade coletiva em relação à morte (VOVELLE, 1978). Sobre as teses de Paul Bois, cf. ainda Le Roy Ladurie, 2011: 248-267.

125. "Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento a partir da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. [...] O termo tradição inventada é utilizado em um sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes, coisa de poucos anos apenas – e se estabelecem com enorme rapidez. [...] As 'tradições inventadas' são reações a situações novas que ou assumem a forma de referências a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado a partir da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

rência mais inabalável e acrônica, que remete a um passado ancestral (em muitos casos inventado e consolidado por uma memória construída), pode trazer atrás de si, soando como um harmônico inaudível, um evento que a fundo e que depois é recoberto, ou mesmo destruído pela memória (o que não impediria sua redescoberta pela História, se dele houver vestígios suficientes). Mas há também o inverso: o evento percebido como soberano, majestaticamente solitário e altissonante – capaz de cindir os tempos e de cortar uma sociedade em duas –, pode recuar em importância ao ser inserido em um panorama proporcionado pelo olhar longo: tornar-se um elo, mais do que se afirmar como um corte. É o caso da "peste negra": reinscrita em uma história global, mais ampla no espaço-tempo, este fenômeno que o olhar curto e escatológico transforma em raio que se abate sobre a demografia europeia pode, em contrapartida, ser vertido em episódio previsível no processo de "unificação microbiana do mundo":

> Tomemos como exemplo a peste negra de 1348, que, no Ocidente, extermina um terço e, às vezes, até a metade das populações. Analisada com bastante distanciamento, e de um ponto de vista internacional ou intercontinental, essa epidemia perde seu caráter teratológico. Ela passa a ser percebida apenas como um episódio previsível, no seio do processo de conjunto engajado do século XIV ao XVI, e que poderia ser chamado de unificação microbiana do mundo;

inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a 'invenção de tradições' um assunto da história contemporânea" (HOBSBAWM & RANGER, 1997: 9-23).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> sendo tal unificação em si mesma condicionada pelos fenômenos globais que ocorrem desde o século XI, tais como o crescimento demográfico de três grandes massas humanas (a chinesa, a europeia, a ameríndia) e a consequente comunicação – inelutável – dessas massas umas com as outras, depois da abertura de rotas continentais e marítimas, militares e comerciais (LE ROY LADURIE, 2011: 249)[126].

Se o evento pode ter sua importância redimensionada ou engolida pela estrutura construída pelo historiador, ou até mesmo ser "fagocitado" pela estrutura (LE ROY LADURIE, 2011: 250), existem também aqueles acontecimentos ou processos incontornáveis que, tal como sinaliza Pomian (1978), são verdadeiros mediadores que proporcionam ou regem a passagem de uma estrutura a outra. Para estes casos, surge um novo diálogo conceitual que coloca em interação a "estrutura" e a "revolução". De fato, diz-nos Krzystof Pomian (1978), "toda revolução nada mais é que a subversão de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura" (1990: 120)[127].

---

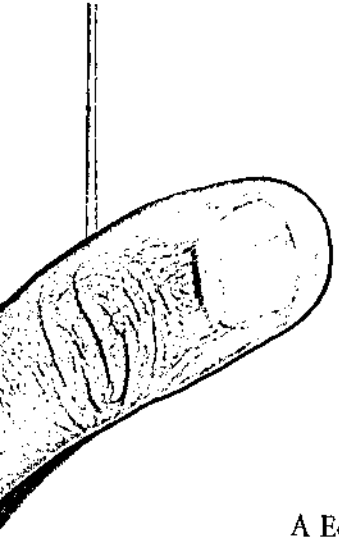
126. Sobre a "unificação microbiana do mundo", cf. o artigo de Le Roy Ladurie que leva este mesmo título (1973). Para mais considerações sobre a dialética entre o evento e a estrutura, cf. Le Roy Ladurie, 1972 (2011: 248-267).

127. O acontecimento, neste caso, pode ser redimensionado como "acontecimento-processo" (ou "processo-acontecimento"). De acordo com essa perspectiva, o conceito de "revolução" pode ser ampliado: "[a revolução] é, não raro, silenciosa e imperceptível para aqueles que a fazem: é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Inclusive, nem sempre ela é rápida, ela pode se estender por vários séculos" (POMIAN, 1990: 120). Em certo sentido, essa perspectiva coloca em revisão o caráter espetacular da revolução: "Uma revolução não é mais pensada como uma sequência de acontecimentos únicos. Ela é uma onda de inovações, que se propaga a partir de um ponto inicial, por conta de inumeráveis repetições: é uma a uma que as pessoas aprendem a ler e a escrever [para o caso da secular revolução da alfabetização]; é burgo após burgo e aldeia após aldeia que se vê o número de

PODER BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Voltando aos temas da longa duração – agora considerando o caso das estruturas que só se transformam muito lentamente através de uma "história quase imóvel" –, podemos considerar o próprio exemplo proposto por Braudel em seu artigo sobre a "A longa duração" (1958), na verdade extraído da sua monumental obra sobre o *Mediterrâneo* (1949), na qual o historiador francês mostra como a moldura do meio físico traz limites consideráveis às vidas dos seres humanos pertencentes às várias populações que habitam nas regiões do Mar Mediterrâneo:

> O exemplo mais acessível [de estrutura de longa duração] parece ser o do meio geográfico. O homem é prisioneiro durante séculos de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se desviar sem provocar o rompimento de tudo ao seu redor. Observem o papel ocupado pela transumância na vida das populações das montanhas, a permanência de alguns setores da vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados do litoral; vejam ainda a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e vias de tráfego, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações (BRAUDEL. *História e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958)[128].



A Economia também oferece exemplos de estruturas de longa duração, e não apenas de conjunturas marcadas pelo

relógios se multiplicar. E é justamente essa série de repetições que é interessante na perspectiva da história estrutural, não alguns fatos espetaculares, mas isolados, ainda que não únicos" (POMIAN, 1990: 120).

128. Braudel, 2011: 95.

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

eterno retorno dos ciclos econômicos e das crises do capitalismo. Buscaremos exemplificar a aplicação do esquema braudeliano à Economia Histórica com um caso concreto que poderá ser mais bem-ilustrado a partir da elaboração de uma figura que nos permitirá dar a perceber como se articulam as diferentes durações. Consideraremos o mesmo exemplo escolhido por José Carlos Reis em seu livro *Nouvelle Histoire e tempo histórico* (1994: 87) para esclarecer como funciona o tempo braudeliano. O exemplo foi extraído do famoso ensaio O *mediterrâneo*, de Braudel (1949), que a certa altura do livro discorre sobre a estrutura de longo crescimento econômico que teria caracterizado o século XVI na Europa. Vejamos isto representado em uma figura:

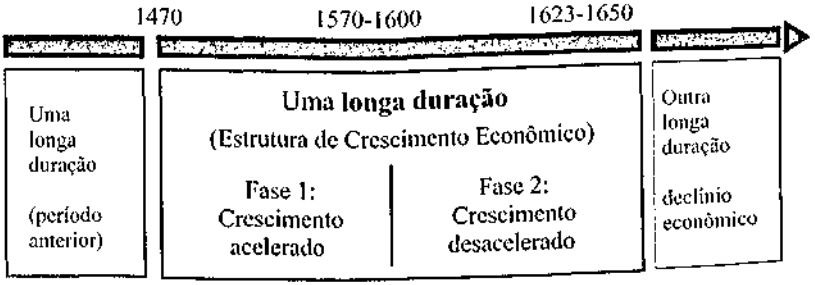


Figura 2. O Tempo dos Annales.
Exemplo extraído de *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel

No caso elucidado, a nova estrutura econômica começa em 1470, trazendo um crescimento econômico acelerado até o período que medeia os anos de 1570 e de 1600; a partir daí, o crescimento desacelera um pouco, mas ainda é significativo. Somente em 1650, em decorrência da percepção de uma crise estrutural que pode ser identificada entre 1623

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

e 1650, é que Braudel identifica uma quebra da estrutura, iniciando-se em seguida uma estrutura bem distinta, agora de declínio econômico. No interior de uma estrutura, como já ressaltamos, sempre podemos pensar em uma dinâmica envolvendo as demais durações – tal como fez Braudel com a divisão da sua obra sobre *O mediterrâneo* (1947) em três grandes partes. Se pensarmos, por exemplo, na articulação entre diversas instâncias do social, tal como a espacialidade das sociedades humanas, a economia e a política, podemos articular durações diversas em uma única arquitetura. Basta nos conscientizarmos de que certos tipos de processos ou acontecimentos costumam perdurar menos ou mais do que outros, oferecendo diferentes ritmos de transformação ou permanência.

A articulação possível entre as durações – sempre uma construção do historiador, e nunca um dado da própria realidade – permite ainda questionar sobre qual seria o melhor modelo para o trabalho historiográfico. Seria este o da "arquitetura de durações", esta imagem que parece ter originado o modelo formal mais utilizado por Fernand Braudel – mas que na verdade se desenvolve ao lado da plena consciência deste historiador de que o tempo, o tempo histórico, em sua complexidade –, mas se aproxima da imagem de uma "multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo"? (BRAUDEL, 2011: 104). No modelo da "arquitetura das durações", as diferentes durações como que se encaixam uma na outra, em um enquadramento múltiplo. Trata-se, de fato, de um modelo funcional, prático, provedor de uma boa organização para a representação historiográfica. Ou seria

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

mais apropriado o modelo da "polifonia de durações", para o qual a Música poderia nos oferecer uma boa inspiração? Nesta segunda proposta, as diferentes durações que envolvem os diversos processos históricos podem se apresentar em defasagem, à maneira de melodias diversas – cada qual portadora de seu próprio ritmo e desenvolvendo distintos caminhos –, o que não impede, destarte, que estas diferentes melodias ou "rios de tempo" desenvolvam-se conjuntamente no interior de uma mesma música[129].

Figura 3: Enquadramento de durações.

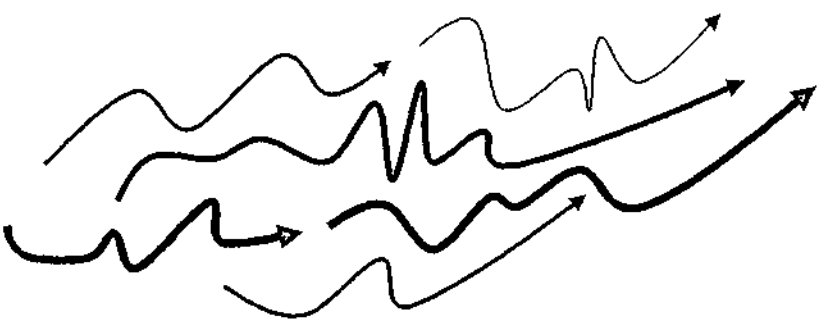


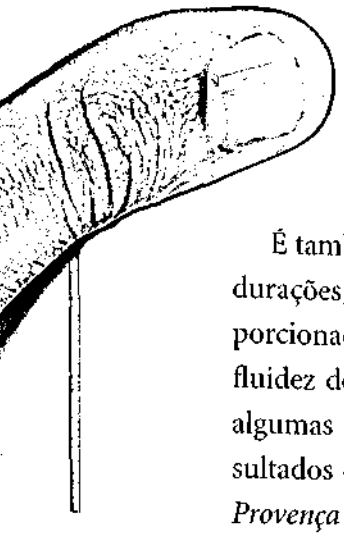
Figura 4: Imaginação sobre uma "polifonia de durações".

129. Para um exemplo sobre esta concepção do tempo, cf. Barros, 2011d: 294-298.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Consciente do problema da representação historiográfica da dialética de durações, em seu artigo sobre "A longa duração" (1958), Braudel nos oferece uma de suas imagens mais belas, pela qual procura desenhar em palavras um pouco da extrema complexidade do devir histórico:

> De fato, na linguagem da história (tal como a imagino), não há como existir sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é em si quase absurda, ou, o que dá no mesmo, muito fictícia; do mesmo modo, uma descida pela encosta do tempo só é concebível sob a forma de uma multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo (BRAUDEL, *A História e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958)[130].



É também uma leitura não arquitetônica da dialética das durações, mas sim flexível como aquela que pode ser proporcionada pela imaginação musical ou pela metáfora da fluidez dos rios, aquela que Michel Vovelle nos oferece em algumas de suas obras, como aquela na qual expõe os resultados de sua pesquisa sobre *As metamorfoses da festa na Provença entre 1750 e 1820* (1976)[131]. Em seu artigo teórico

130. Braudel, 2011: 104.

131. Michel Vovelle (n. 1933), historiador dedicado ao período moderno e especialmente interessado na Revolução Francesa, pode ser apontado como um dos grandes nomes da História das Mentalidades, campo histórico ao qual se dedicou sem que isto impedisse de se definir como materialista histórico. O prefácio de seu livro *Ideologias e mentalidades*, aliás, empenha-se em mostrar que não há nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra: ser marxista e historiador das mentalidades. A morte foi o seu grande tema histórico, desenvolvido em obras como *Piedade barroca e descristianização na Provença do século XVIII – as atitudes diante da morte expressas nos testamentos* (1978) e *A morte no Ocidente de 1300 a nossos dias* (1983). A abordagem serial, outro elemento importante de sua identidade historiográfica,

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

sobre "A longa duração" (1978), aliás, Michel Vovelle chega a utilizar, ainda que de passagem e mais discretamente, a própria metáfora da música:

> Decorrência direta destas leituras, perfila-se a ideia de uma independência dos tempos da história sinfônica, em que os diferentes ritmos enfim decifrados se entrelaçariam num todo coerente ou, ao contrário, entrariam em colisão em duas divergências (VOVELLE. *História e longa duração*, 1958)[132].

Há algumas vantagens nesta concepção mais flexível do conceito de estrutura, que pode ser apreendida a partir de uma imaginação mais musical do que arquitetônica, ou mais de acordo com a metáfora líquida dos rios do que com a metáfora arquitetônica dos edifícios. A principal dessas vantagens é que a concepção flexível das estruturas – além de admitir como uma de suas variantes a própria concepção braudeliana das estruturas que se sucedem umas às outras – permite também pensar em estruturas que se entrelaçam, que se "encavalgam", ou que seguem caminhos divergentes, sem cancelarem umas às outras.

---

aparece desde suas primeiras obras, e com relação à sua combinação de campos históricos, podemos dizer que elas se situam na interconexão entre História Cultural, História das Mentalidades e História Social. Além dos estudos sobre a morte, outros temas recorrentes em Vovelle foram o da Festa, que aparece em *As metamorfoses da festa na Provença entre 1750 e 1820* (1976), o da *Mentalidade revolucionária* (1986), e o da "dessacralização da sociedade", representada por *1793: A revolução contra a Igreja* (1988). Os estudos sobre a Revolução Francesa e o Iluminismo foram vários, incluindo *A Revolução Francesa* (1992-2002) e *O século do Iluminismo* (1997). Seu reconhecimento como autoridade sobre a Revolução Francesa foi tal que foi o escolhido para suceder Albert Soboul (1914-1982) na direção do Instituto de História da Revolução Francesa, uma instituição de grande prestígio na França.

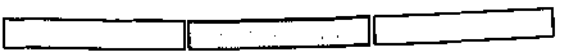
132. Vovelle, 2011: 392.

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Vamos dar um exemplo concreto para ilustrar a questão. Suponhamos um problema histórico específico, como a questão das "atitudes do homem diante da morte" – tema de História das Mentalidades que foi examinado tanto por Michel Vovelle como por Philippe Ariès. Admitindo que as formas de sensibilidade do homem diante da morte tenham se modificado ao longo do tempo, o que é óbvio para os historiadores, podemos começar a pensar em grandes padrões de sensibilidade diante da morte que se sucederam ou que se afirmaram historicamente, cada qual perdurando durante muito tempo. Vivemos uma época na qual a morte é envolvida por um grande tabu. O homem ocidental procura afastar de si a visão da morte, isolando-a sempre que pode em uma espacialidade definida que é dos cemitérios, depois de rituais privados, e nunca contempla a possibilidade de sua própria morte ou daqueles que lhes são próximos, senão a partir de subterfúgios ou por questões práticas (o testamento que precisa ser feito, ou o seguro de vida). Jamais um ser humano ocidental daria ao seu pai ou mãe, de presente de aniversário, um caixão – como fazem os camponeses ainda hoje em certas regiões da China quando querem honrar e expressar uma grande gratidão a seus pais. Entre a nossa atual civilização ocidental e outras culturas, podemos vislumbrar diferentes estruturas mentais concernentes à morte (mentalidades distintas expressas em diferentes atitudes diante da morte). Contudo, de acordo com diversos historiadores das mentalidades, nossa atual atitude diante da morte – ou a atual estrutura mental que impõe aos homens ocidentais certos limites ao seu complexo de atitudes diante da morte – é bem distinta

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

da atitude diante da morte que tinham os homens ocidentais em outras épocas. A morte, outrora, pode ter sido uma festa, pode ter sido pública, e não familiar ou individual, pode ter sido encarada de frente com muito mais tranquilidade. Sem espaço neste capítulo para esmiuçar em mais detalhes este problema, vamos admitir a ideia de que, no decurso de sua história, distintas mentalidades relacionadas à morte já estruturaram a vida dos homens europeus e de sociedades americanas que herdaram parte de sua cultura (vamos abstrair, nesse momento, para não complicar muito, o fato de que as culturas americanas são híbridas, e que, no caso do Brasil, possuem uma igual herança das sociedades africanas e indígenas). Se existiram diferentes estruturas mentais relacionadas à morte, como propõem os historiadores das mentalidades, como se expressaram estas estruturas ao longo de nossa história? Umas foram se sucedendo às outras, em grandes blocos que só podiam existir um de cada vez?

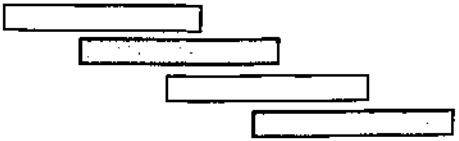


Ou elas foram emergindo historicamente sem cancelar de imediato as estruturas em declínio, produzindo aquilo que Michel Vovelle vislumbrou a partir de um modelo no qual as estruturas se "encavalgam" umas às outras, produzindo "um entrelaçamento e um encaixamento, como as telhas de um telhado"?[133] Para este caso, se preferirmos, também podemos

133. Para o caso do estudo das atitudes do "Homem diante da morte", Vovelle dá o exemplo das próprias análises de Philippe Ariès, outro dos historiadores da terceira geração dos *Annales*: "Philippe Ariès, um dos descobridores dessa história, tanto no que diz respeito à criança como à família e à morte, afirma isso energicamente pelo

USP/SIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.995/2003.

utilizar a imagem musical das diferentes melodias que coexistem em forma de cânon, uma surgindo sem que a outra ainda tenha terminado:



Evocar a metáfora musical também nos permite perguntar: Estas estruturas (ou melodias de longa duração) podem se entrelaçar, contaminando umas às outras?[134]

---

exame dessas evoluções secretas no decorrer da longuíssima duração. Evoluções inconscientes também, pois passam despercebidas dos homens que as vivem. A imagem que ele nos dá delas, em especial em sua recente história da morte, não é a de uma história 'imóvel' [...], mas, sim, a de amplos painéis da história, sucessão de estruturas ou de modelos de comportamentos que, mais do que em sucessão, têm existência em um entrelaçamento e em um encaixamento, como as telhas de um telhado: da morte 'domada', acrônica, que é aquela de Ivan Illich tanto quanto do bravo Roland, a uma primeira conscientização do 'escândalo' da morte individual, da Idade Média à era [neo]clássica, e, depois, até sua transferência para a morte do outro – o objeto amado – na idade romântica, antes de se chegar ao tabu que envolve a morte na época contemporânea" (VOVELLE, 2011: 385).

134. Exemplo clássico de análise de estruturas que seguem se imbricando e interferindo uma na outra é o de autores que examinaram "o tempo duplicado das culturas populares – domínio da inércia das tradições – e o das culturas de 'elite', como se diz, sede da inovação e das provocações [...]. Cultura popular e cultura de elite: outra dialética maior, tema para interrogações atuais" (VOVELLE, 2011: 383). Clássico desta análise, no âmbito da Escola dos *Annales*, é a obra de Robert Mandou sobre *A cultura popular nos séculos XVII e XVIII* (1975). Em outras correntes, teremos os trabalhos derivados da vertente de Mikhail Bakhtin, que em *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1965) expõe o problema da circularidade cultural, o que inspira depois uma análise similar elaborada pelo micro-historiador italiano Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (1976).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Ou seguem caminhos divergentes, como duas melodias que não se tocam e se situam em espaços "sonoros" bem separados?

Quando pensamos em estruturas mentais também surge uma outra questão, que se encontra em aberto. Podemos nos perguntar se uma estrutura mental relativa a um aspecto específico – retomemos, por exemplo, o problema histórico da atitude do homem diante da morte – estabelece necessariamente uma relação direta com outras esferas, como a da economia e da demografia, ou mesmo uma relação com outros problemas na própria esfera das mentalidades (As atitudes diante da morte interagem com os modos de comportamento em relação às festas ou com os modos de perceber a infância nas várias épocas?). Ou existe certa autonomia de uma sucessão de estruturas mentais como a da variação das atitudes do homem diante da morte? Ainda sobre o trabalho de Philippe Ariès, diz-nos Michel Vovelle, que o sucedeu (ou competiu com ele) no mesmo campo de investigações históricas:

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> Para ele [Ariès], uma história de longa duração, tão essencial quanto a das atitudes coletivas diante da morte, move-se com uma autonomia real em relação às pressões da demografia, das estruturas como representações sociais, e, até mesmo, mais curiosamente, em relação às formalizações ideológicas, quer sejam elas religiosas ou filosóficas. É uma autonomia de um "inconsciente coletivo" movido por sua própria dialética interna que Ariès segue os deslizes de longa duração, que dão ao fenômeno sua respiração própria (VOVELLE. *História e longa duração*, 1958)[135].

À parte os diferentes modelos visuais de história estrutural, voltemos ao modelo mais funcional da "arquitetura de durações", o que deve vir sempre acompanhado do alerta de que, neste caso, o historiador estará apenas lidando com uma representação, com um modo organizado de produzir sua reflexão historiográfica e de exibir os resultados de sua pesquisa. Modelos como o anteriormente evocado pela figura 3, inclusive envolvendo períodos ainda maiores, poderiam ser pensados também para outros campos históricos que não apenas a História Econômica, que foi a primeira modalidade historiográfica que acolheu o novo projeto de encaminhar uma dialética de durações[136]. O modelo da história estrutu-

135. Vovelle, 2011: 393.

136. A História Econômica foi certamente o primeiro campo histórico no qual se elaborou uma dialética das durações: "A escola francesa, de Françoise Simiand e Ernest Labrousse, fez com que se admitisse a verdade, agora banalizada, da imbricação dos três tempos do economista: o tempo curto do ciclo decenal, com seu paroxismo convulsivo da crise – com sua duração de um ano ou mesmo de apenas uma estação do ano; o tempo médio do interciclo; o tempo longo, ainda que progressivamente diminuído da Idade Média para cá, do movimento de longa duração

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ral pode ser de fato aplicado a problemas históricos diversos, tais como a permanência e a mudança de padrões de mentalidade, os modos de relação do homem com determinado espaço, as persistências e mudanças no perfil demográfico de certa população, ou o demorado perdurar de certo padrão cultural[137]. Pode-se mesmo pensar em longuíssimas durações. Assim, por exemplo, o modelo de "dominação masculina", com o qual estamos tão acostumados em uma civilização como a nossa, pode ser entendido como uma estrutura de longuíssima duração. Em seu interior, com oscilações várias, podemos ter passado do predomínio da misoginia medieval para o padrão do machismo moderno em seus diversos níveis, incorporando progressivamente direitos políticos para a mulher e outras instâncias que começaram a atenuar gradualmente as desigualdades sociais geradas pelas diferenças de gênero; mas é difícil deixar de encarar o problema histórico da dominação masculina como uma longuíssima duração que perdura e que somente se modifica muito lentamente. A

secular – as tradicionais fases A e B de Simiand. Essa dialética dos tempos da história econômica encontrou a perfeição e o acabamento máximos com a história dos preços, tal como esta se constituiu a partir das grandes séries exploradas, as *mercuriales* de preços dos grãos ou dos produtos fabricados – primeiros grandes triunfos de uma história quantitativa que ainda não se distinguia da história serial" (VOVELLE, 2011: 376).

137. Braudel, em "A longa duração", evoca – como exemplo de um estudo sobre uma estrutura relacionada à esfera da cultura – a obra *Pintura e sociedade*, de Pierre Francastel (1951). Este assinala, para um período que vai desde os primórdios do Renascimento e até inícios do século XX, a permanência de um padrão pictórico figurativo que por quatro séculos se apoiou em um espaço geométrico e perspectivado, até que é finalmente interrompido pela revolução do Cubismo e de correntes diversas da "pintura intelectual" da arte moderna (BRAUDEL, 2011: 86). Poderia ser evocado outro exemplo, ainda mais representativo, agora de uma longuíssima duração na história da pintura: o da milenar pintura do Antigo Egito – esta que chega a atravessar milênios com os esquemas bidimensionais ancorados na "lei da frontalidade".

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

história, em relação a um aspecto qualquer, nunca é imóvel, mas pode se mover menos ou mais lentamente, alcançar um *adágio molto* que lhe dará uma aparência externa de quase imobilidade, de algo que se transforma de maneira quase imperceptível em relação ao ritmo menos lento de outros aspectos.

Foi o deslizamento de uma estrutura mental a outra que se tornou objeto de estudo para Robert Mandrou, um historiador das mentalidades ligado à terceira geração dos *Annales*. Em *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII* (1968), este historiador francês analisa uma mentalidade coletiva que perdurava já fazia alguns séculos, e que era o sustentáculo da perseguição a todas as práticas religiosas, místicas e culturais que não se adaptavam à versão oficial do cristianismo. O século XVII, com o advento da Modernidade, teria sido o patamar de deslizamento desta estrutura mental para uma outra, radicalmente distinta. Como explicar este problema histórico? O que teria ocorrido para que certas práticas de relacionamento do homem com a natureza, com a vida cotidiana, com os usos linguísticos e com seus credos pessoais, que antes eram consideradas como territórios do mal diretamente regidos pela atividade de satã, subitamente passassem a ser vistas como doenças, vigarices, maneirismos, práticas culturais exóticas, superstições, ou pelo menos assuntos que não deviam mais conduzir seus praticantes à fogueira?[138]

138. Um dos inúmeros exemplos trazidos por Mandrou nesta obra é o dos usos, na linguagem cotidiana, de expressões com menções ao diabo – antes consideradas como provas de comunicação com satã, a serem punidas severamente, e agora relegadas ao âmbito dos meros maneirismos linguísticos. Os crimes de envenenamento, antes considerados como provas de ligação com forças malignas, eram agora punidos como assassinatos comuns, e não como signos da prática de feitiçaria.

PUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Que elementos teriam presidido esta mudança de mentalidades? O que nos revelam estas transformações estruturais sobre o próprio advento da Modernidade? O problema, não tanto pela resposta que lhe deu Mandrou no decurso de uma minuciosa pesquisa de fontes jurídicas e teológicas, mas antes pelas próprias indagações que levantou, merece ser relembrado:

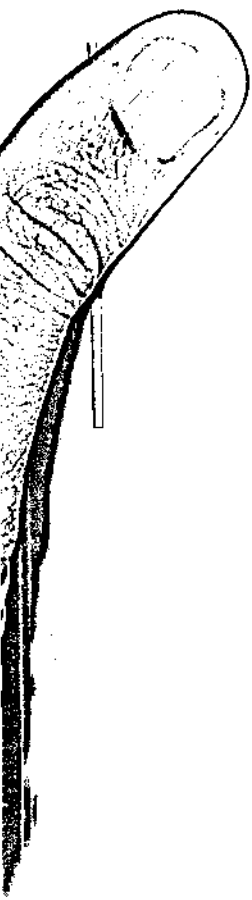
> No início do século XVII, as perseguições de bruxaria ainda vão de vento em popa no seio do aparelho judiciário laico: essa enorme instituição repleta de pessoas instruídas tanto quanto isto é possível (mas não ainda "esclarecidas") persegue implacavelmente e sem hesitações (salvo algumas exceções) os discípulos de satã, os cúmplices de uma perversão horrenda que colocam em perigo a salvação dos homens. No final do mesmo século, todos os Parlamentos tinham renunciado a esse gênero de acusação e passam a lidar, então, apenas com os pastores envenenadores, os trapaceiros que abusam da credulidade pública e as falsas devotas. Como é possível que uma jurisprudência solidamente estabelecida por séculos de prática contínua possa ser questionada, discutida, e finalmente abandonada em apenas algumas décadas? [...] Por meio disso, é toda a concepção dos poderes que o homem exerce sobre a natureza e sobre os outros homens, sobre Deus e satã, que se vê finalmente questionada. [...] Em uma palavra: o abandono das perseguições por

Cada um desses deslocamentos, e muitos outros, seriam para Mandrou elementos de um quadro maior de mudança de mentalidades.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> crimes de bruxaria representa o deslocamento de uma estrutura mental que foi parte integrante desta divisão do mundo durante séculos (MANDROU, *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, 1968)[139].

Ao mesmo tempo em que a história nos oferece estruturas de solidez impressionante, como as resistentes estruturas que regem as relações de algumas sociedades com seus meios naturais, ou como as persistentes estruturas de mentalidade – estruturas que parecem resistir ao assédio de eventos externos e à eclosão dos eventos internos ou que, depois de os produzirem, reassimilam-nos sem modificações visíveis em seus elementos fundamentais –, também existem (ou, melhor dizendo, podem ser percebidas pelas construções historiográficas) as estruturas mais flexíveis e as que se transformam mais radicalmente diante das reviravoltas, mesmo que perdurando em suas bases essenciais. O contraste entre a história das mentalidades e a história das ideias nos oferece exemplos relevantes. Distintamente da solidez de estruturas mentais como a da "dominação masculina", os historiado-



139. Em um importante artigo sobre a *História das Mentalidades* (1978), Philippe Ariès, ele mesmo um dos mais notórios historiadores das mentalidades, traz a tese de Mandrou sobre a "perseguição à bruxaria" como um dos quatro exemplos sobre deslocamentos de estruturas de longa duração relativas às mentalidades. Os outros três exemplos são (1) as mudanças de atitudes mentais relativas à conservação da riqueza e ao pagamento de impostos, (2) as mudanças de expectativas em relação ao tempo cotidiano a partir do século XIII, e (3) às mudanças nos hábitos seculares de contracepção na França de fins do século XVIII. Cada um destes problemas históricos evidencia estruturas de longa duração relacionadas às mentalidades que, por motivos diversos que são precisamente os objetos de pesquisa, terminam por declinar ou se transfigurar em novas estruturas mentais. O artigo de Ariès foi publicado na coletânea *A Nova História* (1978), coordenada por Jacques Le Goff (ARIÈS, 1990: 154-176).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

res podem estudar a persistência mais entrecortada de certos sistemas de pensamento ou da assimilação de determinados núcleos de ideias. Braudel nos dá o exemplo da assimilação das propostas de Maquiavel no moderno pensamento político, em contraposição à inabalável persistência dos mitos nas sociedades naturais:

> Os mitos, lentos em seu desenvolvimento, correspondem eles também a estruturas de extrema longevidade. É possível, sem se preocupar em escolher a mais antiga, colecionar versões do mito de Édipo, em que o problema consiste em arranjar as diversas variações e esclarecer, subjacente a elas, uma articulação profunda que as comanda. Mas suponhamos que nosso colega [historiador] se interesse não por um mito, e sim por imagens, por interpretações sucessivas do "maquiavelismo", que ele busque elementos de base de uma doutrina bastante simples e muito difundida, a partir de seu lançamento real no século XVI. A cada instante, aqui, quantas rupturas, quantas reviravoltas, até na própria estrutura do maquiavelismo, pois esse sistema não tem a solidez teatral, quase eterna, do mito; ele é sensível aos incidentes e saltos, às intempéries múltiplas da história. Em uma palavra: ele não se encontra somente nas rotas tranquilas e monótonas da longa duração (BRAUDEL. *A história e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958)[140].

É assim que se oferece, com toda clareza, o modelo braudeliano da dialética das durações. A obra de Braudel,

140. Braudel, 2011: 113-114.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tomada isoladamente, apresenta-nos um "modelo teórico do tempo histórico" perfeitamente acabado. Por outro lado, embora a criatividade aplicada aos modos de lidar com o tempo possa ser apontada como um dos mais fortes itens programáticos dos *Annales*, não se pode dizer que a Escola dos *Annales*, como um todo, tenha produzido efetivamente uma maior unidade teórica que, das diversas experiências autorais desenvolvidas no movimento, tenha concretizado um sistema único. Dito de outra forma, não existe um modelo teórico do tempo histórico que unifique todos os annalistas paradigmaticamente. De todo modo, é importante ressaltar que o problema do tempo levou os historiadores dos *Annales* a oportunizar toda uma série de expressões e conceitos que podem ser evocados quando pensamos na questão das temporalidades. Entre estes, ocupam destaque as noções de evento, estrutura, duração, permanência, movimento. Sobre o papel do "evento" no universo de modelos de compreensão do tempo que mais iremos encontrar nas realizações dos *Annales*, o traço comum a praticamente todos os historiadores do movimento – quase se configurando em uma palavra de ordem – é a já discutida crítica, em maior ou menor grau, à chamada História Eventual. Contudo, os annalistas se dividem em relação à possibilidade de interação entre evento e estrutura. Há desde as propostas mais radicais que tentam elevar a seus limites extremos a abordagem estrutural e praticamente excluir o evento, até as propostas que permitem um espaço de afirmação do evento, desde que dentro do quadro emoldurante da estrutura ou mesmo flutuando na polifonia de durações

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

defasadas, até chegar a uma espécie de dialética da duração, à maneira de Braudel, "dentro da qual o evento só existe porque estruturado" (REIS, 1994: 27).

Inserir o evento na estrutura corresponde a pensar a mudança ou as diversas mudanças no interior da grande permanência, e, dentro desta concepção mais ampla, desdobram-se tendências e posicionamentos vários, trazendo certo número de maneiras de trabalhar com a articulação evento/estrutura. Assim, uma primeira divisão poderia ser vislumbrada no próprio momento de fundação dos *Annales*, com as figuras-chave de Bloch e Febvre. Este tendia a partir do evento, e, desse ponto em diante, estruturá-lo ou encontrar seu lugar na estrutura. Bloch tendia a partir da estrutura. Braudel, conforme vimos nos exemplos anteriores, busca realizar a síntese. A função do evento estruturado ou do indivíduo notório que, em algumas obras de Febvre, podem dar a perceber questões sociais mais amplas, ou que podem mesmo iluminar algo que não tardaria a ser chamado de "mentalidade coletiva"[141], faz deste historiador um caso singular, o que levou um de seus principais estudiosos, H.D. Mann, a se referir a ele como um estruturalista "antiestruturalista" (1971: 93-124). Suas obras sobre grandes personalidades como Rabelais (1942) ou Lutero (1953) confirmam esta leitura, e cor-

141. O conceito de "utensilhagem mental" aparece em alguns textos de Febvre, entre os quais "Como reconstituir a vida afetiva de outras épocas" (FEBVRE, 1941). A palavra "mentalidades" também aparece tanto em Febvre como em Bloch (cf., p. ex., o artigo de Febvre intitulado: "História e Psicologia: uma visão de conjunto" (1938), depois incorporado aos *Combates pela História* (FEBVRE, 1978: 114). Também encontraremos nos dois fundadores dos *Annales* outras palavras com a mesma intenção, como "atmosfera mental" de uma época, tal como registra a *Apologia da História*, de Bloch (2001: 64).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

respondem ao modelo que elege o evento significativo para posterior estruturação[142].

Alternativas, igualmente inovadoras, emergiram dos modos possíveis de relação entre evento e estrutura nas contribuições annalistas que lidaram com a longa duração. Como já foi dito, o tempo estrutural permite conceber, no interior da estrutura, não apenas os eventos, como também processos que realizam reversibilidade, repetições, ciclos. Este é o ponto de partida de uma tendência que se desdobra posteriormente do modelo estrutural que parte de Marc Bloch. O historiador da estrutura pode direcionar seu olhar precisamente para os ciclos que se realizam no interior da estrutura, e esta busca esteve na origem de novas modalidades historiográficas, como a História Serial e a História Quantitativa. Ao unir em torno de si um feixe tão significativo de inovações, a "longa duração" pode ser apontada como o grande conceito introduzido pelos *Annales* no que concerne à temporalidade.

Posteriormente, as aberturas proporcionadas pela noção de "longa duração" chegarão, no limite, à possibilidade de propor uma "história imóvel", o que será feito por Le Roy Ladurie em um artigo de 1974 para a *Revista dos Annales* e em seu discurso de admissão para o Collège de France (1975). Devemos entender, todavia, que Ladurie não pretende de modo algum chegar a uma ausência de movimento na História, com o que esta perderia sua identidade mínima e

142. Em um artigo sobre a "Noção de mentalidade em Bloch e Febvre", Burguière (1983) examina o contraste entre o modelo proposto por Febvre para a "análise da utensilhagem mental", que o aproxima de Henri Berr, e a abordagem que se desdobra de pelo menos uma das obras de Marc Bloch (*Os Reis Taumaturgos*), este já se configurando em um prenúncio da História das Mentalidades que ainda estaria por vir dali a algumas décadas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

terminaria por se converter em mera Antropologia Estrutural aplicada ao passado. Na verdade, o que Le Roy Ladurie sustenta é que, em relação à história de alguns aspectos, o historiador pode identificar "longas faixas de imobilidade", que parecem por um período considerável suspender a história por alguns instantes, até que ela recomece com novos ritmos[143]. Em *Camponeses do Languedoc* (1966), Ladurie procura examinar uma quase imobilidade de séculos no que concerne ao modelo de organização agrícola daquela região da França Medieval. Para além disso, há certamente os casos de antigos microcosmos aldeães que, em função de isolamento geográfico e de outras ausências de comunicação, parecem se situar à margem do tempo, ou imobilizar-se em uma época passada. Em outra de suas obras, o mesmo Le Roy Ladurie nos dá o exemplo de uma aldeia occitânica chamada *Montaillou* (1975), na qual o catarismo resistiu para muito além de seu desbaratamento na França do século XIII[144], chegando ao século XIV nesta pequena sociedade que também conservou outras estruturas arcaicas relacionadas ao modo de vida camponês e às formas de parentesco. Com isso, esta aldeia tornou-se uma espécie de *ritardo* de outro

143. Para um comentário sobre o verdadeiro sentido da "história imóvel" de Le Roy Ladurie em sua conferência de admissão ao Collège de France (1975), cf. Vovelle, 2011: 394.

144. O catarismo foi praticamente aniquilado com a Cruzada Albigense – uma cruzada incentivada por Inocêncio III em 1209, contra senhorios e populações do sul da França que haviam aderido à heresia cátara, ou que se tornaram tolerantes a ela. Já em 1209 a maior parte dos cátaros da Provença e de Albi é esmagada, mas os últimos grandes focos na França foram eliminados em 1244 e 1255, com a queda das fortalezas de Montsegur e Quéribus. No restante do século XIII, a Inquisição cuidou de perseguir, individualmente, os últimos cátaros. A pequena aldeia de Montaillou, protegida por sua inacessibilidade geográfica e por sua inexpressiva importância econômica e política, conservou-se como uma persistência tardia.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tempo, protegido pelas montanhas e pela inacessibilidade geográfica (LE ROY LADURIE, 1983)[145]. *Uma aldeia imóvel* (1972) é precisamente o título de uma obra na qual Gérard Bouchard conseguiu encontrar, na Sologne do século XVIII, uma aldeia que parecia ter parado no tempo em pleno período iluminista.

Para concluir, e isto já nos leva ao próximo item programático a ser discutido, é importante lembrar que as possibilidades de perceber de novas maneiras o tempo também ajudaram os annalistas a repensarem de uma nova maneira a relação entre passado, presente e futuro.

6 Presente e passado: uma alteridade interativa

A consciência da relação entre o presente e o passado (**10**) é precisamente outro dos itens programáticos importantes para a Escola dos *Annales*. Marc Bloch lembrará que esta interação existe em duas vias, em uma passagem importante da *Apologia da História* (1943) – este livro que é já um clássico para a compreensão do programa dos *Annales*. "Compreen-

145. Este livro de Le Roy Ladurie, ao trabalhar com um microcosmo aldeão preservado para a historiografia por um detalhado processo inquisitorial, aproxima-se da perspectiva da micro-história, corrente que será examinada num dos próximos volumes da série *Teoria da História*. Com *Montaillou – uma aldeia occitânica entre 1294 e 1324* (1975), Le Roy Ladurie registra seu deslocamento de uma historiografia que, em sua fase anterior, fora intimamente ligada ao modelo braudeliano, e que agora se configurava em uma nova Antropologia Histórica, conseguindo examinar com maestria uma pequena totalidade social – com inflexões sobre a cultura material, os modos de vida e os modos de pensar e de sentir –, a partir da análise de um minucioso processo gerado pela Inquisição.

FUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

der o presente pelo passado", mas também "compreender o passado pelo presente", constituem as duas vias desta complexa relação[146]. Marc Bloch também elabora neste mesmo livro uma definição de História que se tornou clássica. Em oposição à antiga definição de que "a História é o estudo do passado humano", Bloch propunha a definição de que "a História é a ciência dos homens no tempo". Dizer isso significa que não importa, rigorosamente, se o historiador estuda esta ou aquela época do passado, ou se estuda mesmo o presente, disputando um território com os sociólogos e antropólogos. O que faria de um historiador um historiador seria o fato de que ele estuda os homens imersos na temporalidade, vivendo o tempo, percebendo o tempo, produzindo o tempo. O mesmo historiador que estuda o passado, de acordo com esta perspectiva, poderia estudar o tempo presente – que, de fato, estaria em breve por se converter, em um futuro não muito distante, em mais uma modalidade histórica (a "história do tempo presente"). Por fim, uma última implicação do aforismo blochiano: nesta ciência dos homens no tempo, as temporalidades poderiam dialogar a partir da mediação

146. Sobre o mesmo tema, Braudel escreveu dois artigos: "A história das civilizações: o passado explica o presente" (1959) [1978b] e "No Brasil baiano: o presente explica o passado" (1959b: 325-336), ambos depois incluídos em *Escritos sobre a História* (1969). Além disso, os historiadores dos terceiros *Annales* também pensaram sua identidade reconhecendo como um item essencial esta nova forma de conceber a relação entre as duas temporalidades. No verbete sobre os *"Annales"* do *Dicionário das Ciências Históricas* (1986), Andrés Burguière chega a considerar este aspecto como a principal contribuição dos *Annales* à historiografia: "Há, no entanto, alguma coisa de irreversível no modo pelo qual a prática dos historiadores se converteu ao 'espírito dos *Annales*', algo que merece o nome de revolução. Mais do que a renovação dos temas e objetos de pesquisa que propõe aos historiadores, é a mudança radical que preconiza em relação ao passado que define o paradigma dos *Annales*" (BURGUIÈRE, 1993: 53).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

do historiador. Fernand Braudel irá retomar esta ideia mais tarde, declarando ser ele mesmo "um historiador para quem a História é, ao mesmo tempo, conhecimento do passado e do presente, do 'tornado' e do 'tornar-se'" (BRAUDEL, 1978: 235-236).

Um primeiro desdobramento que podemos examinar no âmbito desta nova "consciência historiográfica das temporalidades" é, de fato, a compreensão de que a História, ainda que se referindo ao passado, faz-se no presente. Não que esta ideia tenha surgido pela primeira vez com os *Annales*, e já vimos que o desdobramento mais renovador e relativista do paradigma historicista também apontou para esta consciência de que a História se produz a partir de um ponto de vista, inclusive um ponto de vista pensado no tempo. E o Presentismo de autores como Benedetto Croce e outros já tinha produzido a célebre frase que chamava a atenção para o fato de que "toda história é contemporânea". Esta frase, pronunciada pela primeira vez por Croce, mas retomada por Febvre em seus *Combates pela História*, está prenhe de significados. A História – uma obra de História – seja ela ambientada na história antiga, na Idade Média, no início da Idade Moderna, ou em qualquer outra época, é sempre uma "história contemporânea", porque é produzida na própria época do historiador.

No texto-manifesto no qual Febvre retoma o programa dos *Annales* ele nos lembra mais uma vez seu modelo de história por oposição a um outro, que considera o passado como algo dado. A sua História, a dos *Annales*, é "a que compreende e faz compreender; a que não é uma lição a ser aprendida

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

a cada amanhã, com devoção – mas, sim, aquela que é de fato uma condição permanente da atmosfera" (FEBVRE, 2011: 83). Em seguida, no mesmo texto, Febvre reafirma a consciência de que a História é resposta às perguntas do presente, e delineia com clareza mais um dos desdobramentos da consciência da História como forma interativa entre presente e passado, duas instâncias que são diferentes uma da outra:

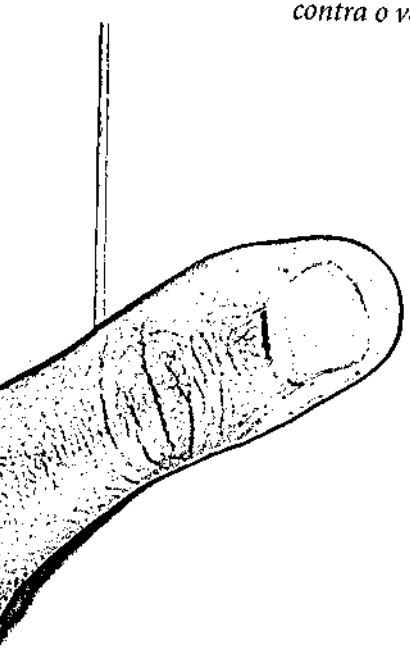
> A história, resposta às perguntas que o homem de hoje necessariamente se faz. Explicação de situações complicadas, em meio às quais ele debaterá menos cegamente caso conheça a origem. Lembrança de soluções que foram soluções no passado e que, portanto, não poderiam de modo algum ser as soluções do presente. Compreender bem em que o passado difere do presente: que escola de flexibilidade para o homem alimentado de história (FEBVRE. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*, 1946)[147].

A História que traz a consciência de que o passado é diferente do presente, conforme vimos, é bem distinta da História na qual o presente pretende aprender do passado uma velha lição. Febvre parece dar também seu sutil recado a respeito da velha ideia da história "mestra da vida". A História tem algo a nos ensinar, mas não de maneira linear, como uma fórmula que pode ser sempre empregada, uma vez aprendida através de ciclos que sempre se repetem. A História, parece frisar Febvre, não se repete. Uma lição que,

147. Febvre, 2011: 83. Esse fecho parece nos remeter às *Considerações intempestivas* de Nietzsche, quando, no texto "Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida" (1873), o filósofo alemão insiste, mais do que tudo, em uma relação entre a História e a Vida.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

pelo menos neste aspecto, parece ter sido apreendida do paradigma historicista (os fatos não repetíveis), mas sem trazer concomitantemente a concepção de tempo na qual o passado e o presente estabelecem uma continuidade, um único fluxo no qual se esvanece o corte que poderia ser feito pela operação historiográfica. No caso do modelo proposto pelos *Annales*, aprende-se com o passado precisamente porque ele é distinto do presente. Sobretudo, é preciso que o historiador faça História mergulhado na Vida – seja por estar mergulhado na vida de sua própria época, seja por apreender do passado o que há nele de vivo. Assim termina o *Manifesto contra o vento* (1946):



> Método histórico, método filológico, método crítico: belas ferramentas de precisão. Eles honram seus inventores e essas gerações de usuários que as receberam de seus antecessores e as aperfeiçoaram. Mas saber manejá-las, gostar de manejá-las – eis algo que não é suficiente para ser historiador. Apenas aquele que se lança na vida inteiramente – com o sentimento de que mergulhando nela, banhando-se nela, deixando-se impregnar, assim, pela humanidade presente – é digno deste belo nome; ele multiplica por dez suas forças de investigação, seus poderes de ressurreição do passado. De um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos (FEBVRE. *Contra o vento: manifesto dos novos annales*, 1946)[148].

148. Febvre, 2011: 84.

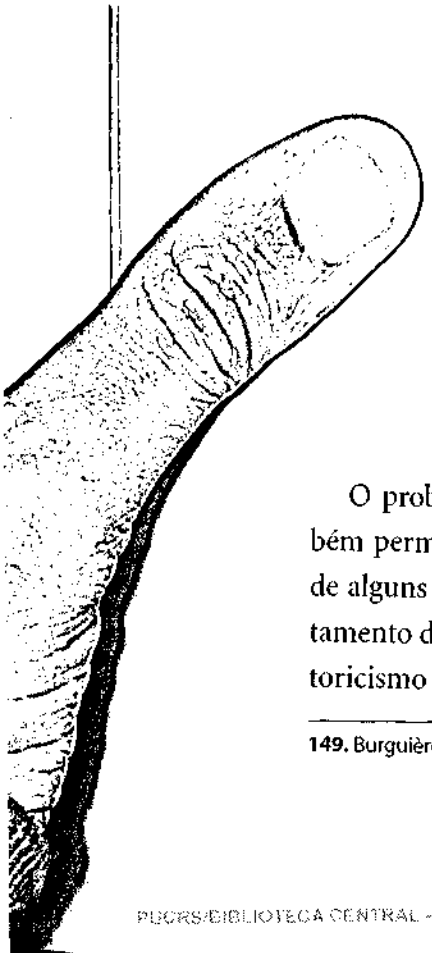
PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.098/2000

Como estabelecer, entretanto, esta singularidade que é ao mesmo tempo um abismo e uma ponte entre duas temporalidades? A resposta está em pensarmos de maneira combinada e interativa os dois itens programáticos dos *Annales*: a "consciência do tempo" e a "História-problema". Presente e passado são distintos, contudo, para além de estarem atravessados de vida e humanidade – o que já estabelece um certo território comum –, ligam-se entre si através do problema. Este, tal como já foi ressaltado, é sempre formulado a partir do presente, e é através dele que se reconstrói, em um só movimento, o passado examinado e o tempo histórico (uma periodização, um jogo de durações, uma estruturação específica). A ideia é que, com a operação historiográfica, estabelece-se uma comunicação mútua entre dois diferentes, na verdade entre dois mundos, de modo que aqui a perspectiva dos *Annales* opõe-se frontalmente ao padrão da história positivista que tende a ver o passado como um objeto analisado pelo historiador, sem a ele retornar. Com a perspectiva dos *Annales*, o presente coloca as questões de sua época para o passado, estruturando-o a partir de uma problematização, e reciprocamente o passado recoloca novas questões para o presente, permitindo que na operação historiográfica não apenas o historiador compreenda o passado, tal como ocorre na perspectiva historicista mais tradicional (neorrankeana), mas também compreenda a si mesmo. Esta consciência sobre a possibilidade de estabelecer uma reciprocidade entre as duas temporalidades, sem deixar de assumir sua alteridade, foi posteriormente retrabalhada por autores diversos que não se identificam com os *Annales*,

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

como Reinhart Koselleck (1979) e Paul Ricoeur (1983-1985). Além disso, como bem nos mostra o "terceiro annalista" André Burguière, esta mesma consciência historiográfica acerca da alteridade interativa entre presente e passado prosseguiu como um item programático importante para a terceira geração dos *Annales*:

> Os *Annales* ajudaram o historiador a libertar-se da visão "bela adormecida" de um passado condenado à sua própria reconstituição, com sua organização cronológica, à medida que o erudito exuma arquivos. O objeto da ciência histórica não é dado pelas fontes, mas construído pelo historiador a partir das solicitações do presente. Passado e presente se esclarecem reciprocamente a partir do momento em que a análise historiográfica estabelece uma relação "generativa" (quando o historiador reconstitui a gênese de uma configuração presente) ou "comparativa" (quando o efeito de distância entre uma forma de organização, um comportamento de uma outra época e seus equivalentes atuais permite comparar e conferir sentido à realidade social que nos cerca) (BURGUIÈRE. Verbete "*Annales*" do *Dicionário de Ciências Históricas*, 1986)[149].



O problema da distinção entre presente e passado também permite perceber uma diferença sutil entre a proposta de alguns dos historiadores dos *Annales* e o modelo de tratamento das temporalidades predominante no setor do Historicismo que se inspira nas conquistas hermenêuticas enca-

149. Burguière, 1993: 53-54.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

minhadas a partir de Wilhelm Dilthey (1833-1911) e, mais particularmente, de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) por meio do viés heideggeriano. Recuperando toda uma contribuição histórica da Hermenêutica até a sua época, Hans-Georg Gadamer ultrapassa a perspectiva de Dilthey a partir de Heidegger, e busca frisar que o historiador só pode "compreender" porque participa de uma tradição diante da qual deve se colocar simultaneamente como herdeiro e como intérprete. Dessa maneira, acompanhando a tendência geral do Historicismo, a hermenêutica gadameriana tende a incorporar presente e passado em uma contemporaneidade na qual se insere o historiador. Já os historiadores dos *Annales*, conforme já foi ressaltado, tendem a remarcar mais a distinção entre presente e passado. Estas preocupações nuançadas em unir ou separar as temporalidades produzem uma distinção sutil, não avessa a porosidades e possibilidades de acordo (acordes), mas que de todo modo acabam favorecendo a cada lado uma pauta de temas a serem tratados nas reflexões teóricas sobre as temporalidades.

Entre as discussões que mais preocupam os historiadores dos *Annales* está a ênfase na necessidade vital de evitar o anacronismo, o que é um sintoma significativo. Alguns dos annalistas que refletiram sobre o enigma das temporalidades tendem a ressaltar que o tempo histórico é percebido, como bem destaca Ariès em *O tempo da História* (1986), exatamente nesta surpreendente diferença entre o presente e o passado, ou, ainda, na diferença entre as várias estruturas entre si, consideradas sob a perspectiva de estruturas totais e fechadas que se sucedem. Desse modo, "o passado e o

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

presente são diferentes que dialogam, e não a continuidade cumulativa do mesmo" (REIS, 1994: 26).

A noção muito forte de que o passado é diferença em relação ao presente – e de que cada época pode se diferenciar de uma outra como se fosse uma terra estrangeira – pode ser ilustrada com os comentários encaminhados em 1942 por Lucien Febvre com sua obra sobre *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais* (1968: 157). Ali, ele chama atenção para o instrumental particular de cada civilização, e ressalta que "nenhuma civilização está assegurada de poder transmitir essa *outillage* a épocas que vão lhe suceder". A França do século XVI, no que se refere à sua "utensilhagem mental" mais específica, pode ser tão diferente da França do século XX como, mal-comparando, podem ser duas civilizações distintas ou duas nações estrangeiras. Por acreditar na importância de pensar a possibilidade deste abismo, e de encontrar as pontes certas que permitiriam transpô-lo, Lucien Febvre dedicava especial cuidado a direcionar o olhar para os riscos do anacronismo.

Por outro lado, há outra questão fundamental da qual pode o historiador se beneficiar em relação à alteridade entre presente e passado. Se uma época passada pode ser considerada uma terra estrangeira para o historiador, haveria como tirar partido desta situação (isto é, tratá-la como caminho, e não como obstáculo)? Como fazer do "estranhamento" entre duas épocas um aliado da operação historiográfica? Fernand Braudel (1958), mas antes dele Philippe Ariès (1954), discutem esta questão a partir do conceito de "desenraizamento":

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> Philippe Ariès insistiu sobre a importância do sentimento de desenraizamento e de surpresa na explicação histórica: você imputa ao século XVI uma estranheza que é sua, homem do século XX. Por que essa diferença? O problema está colocado. Mas eu diria que a surpresa, o sentimento de desenraizamento, o distanciamento – esses grandes meios de conhecimento – tampouco deixam de ser necessários para compreender aquilo que está ao nosso redor, e tão próximo que não chegamos mais a enxergá-lo com nitidez. Viva em Londres durante um ano, e você verá que mal conhece a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de uma certa capacidade de se espantar, será possível compreender bruscamente alguns dos traços mais profundos e originais da França, exatamente aqueles que não eram conhecidos por serem conhecidos demais. Diante do atual, o passado também é desenraizamento (BRAUDEL. *A história e as Ciências Sociais: a longa duração*, 1958)[150].

7 História Total: uma encruzilhada entre dois modelos

Chegamos neste momento ao item mais delicado do programa da Escola dos *Annales*. Delicado apenas pelo motivo de que este item dificilmente deixa de iluminar uma visível descontinuidade entre as duas primeiras gerações dos *Annales* e os chamados terceiros *Annales* – a *Nouvelle Histoire* –,

150. Braudel, 2011: 101-102.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

grupo de historiadores que assume a direção da *Revista dos Annales* em 1969 e que parece impor seu próprio programa ao movimento a partir deste ano, e talvez um novo programa em 1989, após o fim de um curto século XX que desmorona subitamente com acontecimentos singulares que incluem a crise do socialismo real e seu desfecho com o encerramento da Guerra Fria, a rápida instalação de uma sociedade digital que já parece introduzir-nos em uma nova época e a consciência da irreversibilidade da globalização. Vamos nos ater, por ora, ao contraste entre os antigos *Annales* e a *Nouvelle Histoire* que se afirma grandiloquente a partir de 1969.

O item programático que permitirá pensar neste contraste é a ideia de produzir uma História Total (11). Este item, anunciado por Febvre e, ainda com maior convicção, por Bloch, atinge seu auge de afirmação, em termos de uma realização concreta, com as audaciosas obras monumentais de Fernand Braudel – *O mediterrâneo* (1949) e *A civilização do capitalismo* (1979). Em *Apologia da História* (1941-1942), um dos textos que certamente apresentam com maior clareza o programa dos *Annales*, Marc Bloch declara ser importante o reconhecimento de que "numa sociedade, seja ela qual for, tudo está interligado, tudo se comanda mutuamente, a estrutura política e a social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e também as mais sutis da mentalidade".

Uma vez que a concepção de História Total, ou sua ausência, é o que permite compreender as descontinuidades internas do movimento dos *Annales*, deixaremos para abordar este último item programático da Escola dos *Annales*

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

com a própria descrição problematizada das diversas fases do movimento[151]. Por ora, deixemos registrado que a História Total, que em nosso esquema encerra o ciclo de itens programáticos dos *Annales*, vai precisamente ao encontro da interdisciplinaridade em termos de importância para a compreensão do movimento. Por isso a escolha que fizemos do esquema circular para a exposição do programa mínimo da Escola dos *Annales* (quadro 2). Encerraremos lembrando que a maior parte dos itens programáticos dos *Annales* já foram perfeitamente assimilados pela matriz disciplinar da História, constituindo-se nos dias de hoje em elementos da formação básica dos historiadores nos cursos de graduação. Nestes, aprendemos a interdisciplinaridade, a problematização historiográfica, a diversificação interna do campo da história, a variedade ainda crescente de fontes históricas disponíveis aos historiadores, as distintas formas de tratamento do tempo e a incorporação do espaço como uma instância importante para o trabalho historiográfico. Estes itens constituem hoje a nossa realidade disciplinar. Rever o programa dos *Annales* e de outras escolas igualmente inovadoras do século XX, apreendendo concomitantemente a história destas escolas, é compreender um pouco a matriz disciplinar da própria História tal como ela se apresenta nos dias de hoje.

151. No item do capítulo 4 sobre Fernand Braudel apresentaremos uma discussão sobre os diversos sentidos que a expressão História Total pode assumir, e sobre como estas distinções no conceito de História Total terminaram por orientar divergências no seio do próprio movimento dos *Annales*.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610-1998 E LEI 10.695/2003.

8 O que não está no programa dos *Annales*

Discorremos sobre os itens que constituem o programa da Escola dos *Annales*, e mesmo sobre um item que parece dividir as primeiras gerações dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire* – esta fase do movimento que fica sobre a direção das novas gerações de historiadores franceses, os terceiros, quartos e, talvez, os quintos *Annales*. A História Total é este item programático que se interpõe entre estes dois grandes blocos como um pequeno abismo, mesmo que disfarçável através de algumas pontes, e mesmo que os historiadores da *Nouvelle Histoire* relutem em reconhecer isso.

Mas um programa também se forma, em certa medida, do que ele não contém. O programa se faz também dos elementos que são omitidos (mesmo que não rechaçados e até reconhecidos como necessários), e dos elementos combatidos. Neste último caso, temos os elementos antiprogramáticos, isto é, o conjunto do que é proibido na escola. Para os *Annales*, estes proibidos ficam visíveis pela inversão de alguns itens programáticos, tal como a "concepção factual da história", que se coloca por inversão da História-problema. Bem-entendido, os historiadores dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire* podem mesmo escrever História Factual se isto for requerido pelas circunstâncias, pela finalidade do texto ou pelo tipo de público-leitor a ser comovido ou alcançado. Mas o que eles não podem ter – o que eles rechaçam – é uma "concepção factual da história". Sintetizando, a "História Factual" pode continuar a existir, ocasionalmente ou

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mesmo em diversas situações, mas não a "concepção factual da História" – pelo menos não entre os historiadores profissionais. A "concepção factual da história" é um elemento antiprogramático, é um dos demônios que rondam o campo de saber da História Científica contemporânea, sem o direito de entrar, ao menos na perspectiva dos *Annales* (que coincide com a da maioria das escolas históricas e correntes de hoje).

Um programa, todavia, não se faz apenas dos elementos programáticos e dos fantasmas que ele deixa de fora para combater como elementos nocivos, ou como "diabos úteis" para serem evocados como antiexemplos, à devida distância, nos rituais de identidade do grupo. Um programa também se faz do que ele não menciona, do que ele deixa de fora até mesmo de seu discurso, ou por não considerar importante, ou por considerar importante como elemento de liberdade, como instância de escolha para os intelectuais do grupo. A teoria – e a teoria da história – é uma destas instâncias. Os *Annales* valorizam, obviamente, a instância teórica, na medida em que ela é a necessária faceta da História-problema. O que fica de fora do programa é a exigência de uma teoria específica (a pertença a determinado paradigma, o uso obrigatório de certos conceitos etc.). Está implícito, no programa dos *Annales*, o preceito de que é uma obrigação do historiador agregar uma instância teórica ao seu trabalho; contudo, os *Annales* não propõem uma teoria unificada, que seja partilhada por todos os seus membros. Os ambientes teóricos são propostos pelos *Annales* como espaços de escolha dos seus historiadores. Seria incorreto e injusto dizer que

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

"os historiadores dos *Annales* não têm teoria". O correto seria dizer que "os historiadores dos *Annales* não possuem uma teoria unificada". Isso não é problema, conforme já vimos, pois uma escola não é um paradigma teórico, embora possa, em alguns casos, interagir com um certo paradigma teórico, ou mesmo se inscrever no interior de um.

Historiadores específicos dos *Annales* manifestaram, em diversos momentos, seus interesses teóricos – seu espaço específico de escolhas dentro dos ambientes teóricos disponíveis. Alguns encaminharam, mesmo, explícitas preocupações teóricas em relação aos modos de conceber a História, e entre estes podemos lembrar Marc Bloch e Charles Morazé (1913-2003). Lucien Febvre, que era mais interessado em polêmicas sobre a História do que nas discussões teóricas propriamente ditas, mesmo assim chama a atenção para a obrigação de todo historiador em atentar para a instância teórica. Jacques Le Goff (2011: 170), no manifesto-prefácio de 1978, lembra uma passagem de Febvre bem-ilustrativa. Ao iniciar em 1933 o seu curso no Collège de France, o historiador francês "desejava que se pudesse dizer dele":

> Ele se preocupou com as ideias e as teorias; com as ideias, porque as ciências só avançam por meio do poder criador e original do pensamento; com as teorias, porque sabemos, sem dúvida, que elas nunca apreendem por inteiro a infinita complexidade dos fenômenos naturais; mas que nem por isso deixam de ser graus sucessivos que, em seu insaciável desejo de ampliar o horizonte do pensamento humano, a

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

> Ciência gravita, uns após os outros [...] (FEBVRE. *Combates pela História*. Conferência original em 1933)[152].

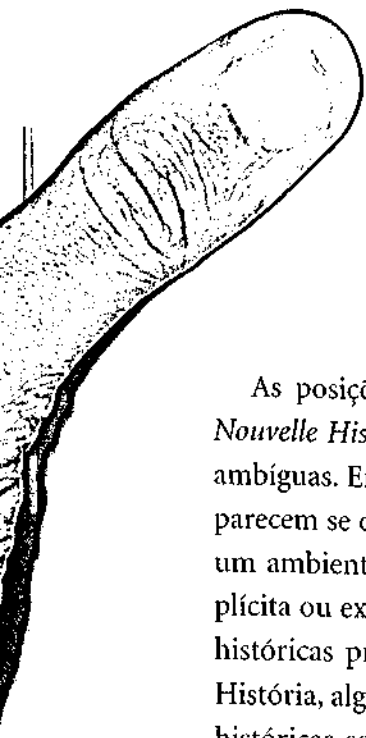
Jacques Le Goff, na sequência do texto, reforça o posicionamento de Febvre, um pouco se defendendo das acusações de ausência de uma teoria mais consistente em alguns dos historiadores da *Nouvelle Histoire*, e um pouco reconhecendo isso mesmo.

> Até aqui, a *História Nova* tentou escapar a dois perigos: o de ser sistemática, por um lado, e, por outro, o de ser puramente empírica, à imagem da escola positivista [na verdade, a escola factual], que se acreditava objetiva porque sem teoria, mas que na

152. Esta passagem de Febvre pode ser encontrada nos *Combates pela História* (1953: 170). Muitos autores, por outro lado, polemizam sobre a aversão de Febvre a teorias gerais. Massimo Mastrogregori (2011: 426), que acredita ele mesmo ser possível falar em um ambiente teórico em Bloch e Febvre, recolhe alguns exemplos, como um artigo de Andrés Burguière publicado na revista *Lendemains*, em 1982, no qual lemos estas palavras: "Não só o espírito dos *Annales* não se refere a nenhuma doutrina preestabelecida, como também testemunha uma alergia a todos os procedimentos doutrinais [...] Mais exatamente, Bloch e Febvre rejeitavam as pretensões teóricas do marxismo como rejeitavam todas as teorias gerais da História, que floresciam à época, particularmente entre os historiadores alemães" (BURGUIÈRE, 1982). De todo modo, ao que parece, as análises tendem a relevar que os fundadores dos *Annales* tinham mais uma aversão a doutrinas (teorias engessadas) do que à formação de um ambiente teórico para as práticas historiográficas. O texto anteriormente transcrito parece apontar nesta direção. Além do que, deve-se considerar que os fundadores dos *Annales* apresentaram uma disposição teórica não apenas explícita em seus escritos teóricos e historiográficos, como também implícita nas suas próprias obras históricas. É o que nos diz também Massicotte sobre Lucien Febvre, em seu ensaio "L'histoire-problème: La méthode de Lucien Febvre": "A obra de Lucien Febvre não é apenas a colocação em prática de uma história-problema. Ela também é a aplicação de uma filosofia da história, de uma concepção do objeto, da matéria histórica. Isso se acha explícito, aqui e ali, em sua obra teórica, mas, sobretudo, ela estrutura implicitamente a escolha e as modalidades de representação dos problemas que ele estudou" (MASSICOTTE, 1981: 19).

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

verdade era, na maioria das vezes, sem ideias. Contudo, é preciso reconhecer que, apesar das declarações de Lucien Febvre, os historiadores da *História Nova*, insistindo, com razão, na multiplicidade das abordagens, não deixaram de negligenciar a preocupação com a esfera teórica – que, longe de ser da ordem do dogmático, não passa da explicitação de teorias implícitas que fatalmente o historiador, como todo homem de ciência, coloca nas bases do seu trabalho, e das quais é de seu interesse tomar consciência e seu dever declará-las aos outros. Desejo especialmente que o historiador, caso se mantenha afastado de sistemas rígidos de explicações teóricas [os paradigmas teóricos], nem por isso deixe de reconhecer a existência de sistemas históricos cuja estrutura e transformação tem a incumbência de analisar (LE GOFF. Texto-manifesto para *A Nova História*, 1978)[153].



As posições gerais dos historiadores dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire* em relação à teoria parecem muitas vezes ambíguas. Em algumas ocasiões, alguns destes historiadores parecem se declarar enfaticamente contra a teoria; contudo, um ambiente teórico sempre parece emergir de forma implícita ou explícita quando examinamos tanto as suas obras históricas propriamente ditas como os seus escritos sobre História, algumas vezes situados nos prefácios de suas obras históricas sobre temáticas específicas, e outras vezes como artigos em separado. Parece-nos ser possível colocar as coisas nestes termos: está excluída do programa dos *Annales* a

153. Le Goff, 2011: 170.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

questão da "pertença teórica" (seja no que se refere à adesão dos historiadores da escola a uma teoria ou paradigma específico, como também no que concerne à própria obrigação de cada um destes historiadores afirmar que possui interesses teóricos, seja quais eles forem). Esse silêncio dos textos-manifestos sobre a "pertença teórica" como item programático da escola, no entanto, contrasta com uma constante tendência pessoal dos historiadores annalistas em explicitar uma autoconsciência em relação a seus trabalhos. Em outros termos: se, por um lado, o programa dos *Annales* libera seus historiadores das obrigações teóricas, por outro lado estes historiadores, como poucos, costumam praticar um olhar sobre si mesmos. Suas obras históricas sobre temas específicos são frequentemente acompanhadas desses olhares, de autojustificações, de reflexões sobre as concepções que atravessam suas obras, de revisões conceituais, de balanços da questão tratada seguidos de uma posição clara do autor em relação a este estado da questão.

Além do mais, a elaboração teórica não se dá somente em referência à constituição de "paradigmas teóricos". Conforme vimos no primeiro volume desta série (BARROS, 2011a), uma teoria, no seu sentido mais geral, pode se referir a todo um campo de conhecimento e à maneira de concebê-lo, ou pode se relacionar a questões menos ou mais específicas. Neste último caso, uma teoria remontará a uma maneira de entender determinado fenômeno ou processo histórico, em diferentes níveis de abrangência e delineamento. Na obra de Fernand Braudel, temos muitos exemplos de elaborações teóricas voltadas para realidades históricas bem definidas.

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Sua teoria das "economias-mundo" – que se expressa como chave-explicativa nos três volumes de *Civilização material* (1967) e que consolida um novo conceito que já havia sido proposto em *O mediterrâneo*[154] – alcançou validade e condições de uso que permitiram que esta teoria braudeliana fosse reapropriada por muitos historiadores, dentro e fora dos *Annales*[155]. Immanuel Wallerstein, sociólogo que assimila o conceito braudeliano em seu acorde teórico, fará da "economia-mundo" o principal instrumento teórico sua ambiciosa obra sobre *O moderno sistema mundial* (1974)[156]. Um dos capítulos da *Civilização material e capitalismo* de Braudel (1967), aliás – aquele que discute as cidades –, oferece uma elaboração teórica que até hoje tem atraído o interesse dos historiadores do urbano, rivalizando com os desenvolvimentos teóricos de Max Weber sobre as formações urbanas, os quais transbordaram de sétima seção do longo capítulo sobre a "Sociologia da dominação", em *Economia e sociedade* (1925, *post*), e adquiriram autonomia e valor próprio para

154. Braudel, 1949, I: 328.

155. Conforme Braudel, uma economia-mundo corresponde a "um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar-se a si próprio, e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica". O conceito já aparece enunciado em *O mediterrâneo* (1949), mas é na trilogia *Civilização material e capitalismo* (1967, revista em 1979), intitulado "O tempo do mundo", que Braudel apresenta com mais clareza sua teoria de economia-mundo, com suas três regras e suas relações com as demais ordens (política, militar, social, cultural etc.). Sobre isso, cf. Fourquet, 1989: 83-84.

156. *O moderno sistema mundial*, de Immanuel Wallerstein, foi publicado em três volumes, em 1974, 1980, 1989. A partir do conceito de Braudel, Wallerstein elabora uma sofisticada teoria do sistema-mundo. Uma *Introdução à análise dos sistemas-mundo* foi publicada pelo autor em 2004. Na introdução do primeiro volume de *O moderno sistema mundial* (1974), Wallerstein esclarece especificamente por que abandonou o quadro demasiado estreito do Estado em favor do ambiente mais amplo da economia-mundo.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

os historiadores da cidade[157]. Com Braudel, temos mesmo o esboço de uma *Gramática das Civilizações* (1963), mesmo que direcionado originalmente para um público não acadêmico[158]. A teoria, enfim, não está ausente das obras específicas dos historiadores dos *Annales*; apenas não existe uma matriz teórica comum a todos, proposta como um item de programa.

Se os *Annales* não pressupõem uma matriz teórica, por outro lado, tampouco se explicita em seu programa uma unidade metodológica. Isso não quer dizer, obviamente, que os *Annales* foram ou são insensíveis à instância metodológica. Ao contrário da não tão intensa experimentação teórica, pode-se dizer mesmo que a maior parte das contribuições inovadoras do movimento – além das novas maneiras de lidar com o tempo e com o espaço – relacionou-se de fato à metodologia. Contudo, não há uma metodologia única, que traga unidade ao movimento. O serialismo e o quantitativismo, certamente, tiveram grande destaque na segunda geração dos *Annales*, mas não concentraram todas as atenções e ações dos historiadores dos *Annales* a ponto de ser possível dizer que esta linha metodológica foi em algum momento um item programático da escola. A liberdade teórica e a diversidade metodológica foram dois aspectos importantes no movimento.

Marc Bloch, em sua *Apologia da História* (1941-1942), já ressaltava essa diversidade de métodos e técnicas como uma característica da própria História, em decorrência da mul-

157. Ainda sobre as cidades, para darmos outro exemplo dos *Annales* neste campo de estudos, e mais voltado para uma temporalidade específica, é oportuno lembrar as elaborações teóricas de Jacques Le Goff em *O apogeu da cidade medieval* (1980).
158. Braudel, 1987.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tiplicidade de documentos com a qual os historiadores tinham de lidar, e da variedade de modos de tratamento que poderiam ser aplicados a cada tipo de documento. Para ele, "poucas ciências são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes" (BLOCH, 2001: 81). Daí decorre mais um reforço à interdisciplinaridade, item programático de topo para os *Annales*. Não raras vezes a História deveria buscar, nas Ciências Sociais vizinhas, metodologias para suas próprias finalidades; além disso, a História soube se apropriar igualmente de um vocabulário conceitual por vezes extraído das demais Ciências Humanas. A partir da terceira década do século XX, a Escola dos *Annales* desempenhou o importante papel de uma espécie de vanguarda europeia nesta apropriação interdisciplinar; depois, outras correntes historiográficas contemporâneas a seguiram, como por exemplo a Escola da Micro-história Italiana, a partir dos anos de 1970.

As sugestões de filiação teórica e de adesão metodológica não constituem a única ausência no programa dos *Annales*. Os *Annales* também não predicam, em seu programa, uma determinada práxis relacionada à política de sua época. Sabe-se que Bloch lutou com grande envolvimento na resistência contra o nazismo, pagando por isso com sua própria vida, e que Febvre acomodou-se, talvez em nome de um outro combate que era o de conservar a *Revista dos Annales* em atividade e em conquistar um espaço institucional efetivo para a nova escola. Além disso, a trajetória pessoal de Lucien Febvre foi assumindo uma clara feição apolítica, o que não impediu que, em diversos momentos, ele estimulasse a cola-

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

boração de historiadores de esquerda, marxistas em particular[159]. Posicionamentos políticos diversos podem ser encontrados no vasto universo de historiadores que se associaram aos *Annales* ou à sua herança. Uma unidade de posicionamento político não é, certamente, um dos itens programáticos da escola, o que não quer dizer que os historiadores dos *Annales* sejam apolíticos. Ao contrário da segunda geração de historiadores da antiga escola alemã (Droysen e outros), que repreendiam o velho Ranke por não se envolver nos acontecimentos de sua própria época (tinham em vista os problemas da unificação alemã), ou ao contrário das escolas que se inscreveram dentro do paradigma do Materialismo Histórico – as quais incorporavam também a perspectiva marxista no sentido político –, os *Annales* não tenderam a impor nenhum padrão de comportamento político àqueles que participaram do movimento[160].

159. Os melhores ensaios sobre as interações entre os *Annales* e os marxismos foram escritos por Carlos Antonio Aguirre Rojas. Alguns deles podem ser encontrados no livro *Os Annales e a historiografia francesa* (ROJAS, 2000e: 9-37). Em relação a Febvre, há controvérsias sobre seu posicionamento político. Pode-se dizer que se deslocou de uma posição em algum lugar à esquerda, como a de Bloch, para uma postura cada vez mais apolítica, que culmina com uma acomodação no período da Segunda Guerra, quando não assume nenhuma posição em relação à resistência à ocupação nazista da França, ao contrário de Marc Bloch. Por outro lado, Andrés Burguière, ao se referir à primeira década dos *Annales* (1929-1939), sugere que tanto Bloch como Febvre seriam no princípio "homens de esquerda moderada, republicana, abertos às ideias socialistas" (BURGUIÈRE, 1979). Sobre o assunto, cf. Rojas, 2000: 189.

160. Em algumas fases do movimento ocorreram circunstâncias que, se não determinaram este silêncio programático no tocante à política, ao menos o favoreceram. Na Segunda Guerra, durante a ocupação alemã, Febvre incumbira-se de continuar conduzindo os *Annales*, agora sem Marc Bloch como coeditor. A postura apolítica, obviamente, era uma estratégia prudente naquele momento. Também no período de formação de uma terceira geração dos *Annales* vai se formando um contexto que logo permitiria que os *Annales* agregassem intelectuais vindos de diferentes horizontes políticos, incluindo os casos de migrações ideológicas. François Dosse,

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Não chega a ser uma ausência, e tampouco um silêncio – uma vez que, ao contrário, Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e outros historiadores ligados aos *Annales* discorreram sobre isso abertamente em muitas ocasiões –, mas a rejeição aos determinismos lineares também constitui uma das orientações que transitam entre os historiadores annalistas[161]. Uma vez que a concepção da História Total afirma-se como um item programático importante, ao menos nas duas primeiras gerações dos *Annales* – e particularmente uma versão multilateral da ideia de que "tudo se liga" nesta História Total –, cria-se aqui uma dificuldade para a aceitação de determinismos unilaterais e unilineares como propostas para explicações historiográficas. A ideia de uma história total na qual todas as instâncias interagem reciprocamente confronta-se diretamente contra a posição de se afirmar um só nível ou faceta da realidade (a Economia, por exemplo, mas também o espaço físico) como determinante de todas as outras instâncias do social (a Cultura, a Política, as Mentalidades, a Demografia, e assim por diante). Por isso, a rejeição do determinismo econômico tornou-se um dos pontos de incompatibilidade entre alguns dos historiadores dos *Anna-*

que estudou a questão, indica que um pequeno setor dos novos annalistas era formado por antigos "órfãos do Partido Comunista Francês" que se "reconverteram ao liberalismo" (Furet, Ozouf, Richet, Le Roy Ladurie, Besançon, Agulhon). Havia ainda os que vinham de uma "segunda esquerda": Julliard, Pierre Nora, Marc Ferro, Winock. Havia egressos de uma direita não conformista, como Philippe Ariès. Havia, por fim, os independentes de esquerda que tinham negado todo o "legado estalinista" (DOSSE, 1989: 171-172).

161. Em Febvre, temos no texto "Technique, sciences et marxisme", publicado em *Pour une histoire à part entière* (FEBVRE, 1962: 665-678), uma crítica clara às limitações deterministas relacionadas à primazia do econômico entre algumas correntes marxistas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

les e alguns setores mais redutores do Materialismo Histórico – mas não todos, uma vez que, a seu tempo, ocorreu uma bem fundamentada crítica aos determinismos lineares entre os próprios historiadores ligados ao Materialismo Histórico, dos quais se destaca a contribuição de E.P. Thompson, Gramsci e outros como essencial para recuperar uma perspectiva mais complexa da realidade que já estava presente em Marx e Engels, mas que havia sido reduzida e simplificada em algumas correntes marxistas posteriores. Ademais, vale sempre lembrar a presença de historiadores ligados ao Materialismo Histórico entre os annalistas das quatro ou cinco gerações.

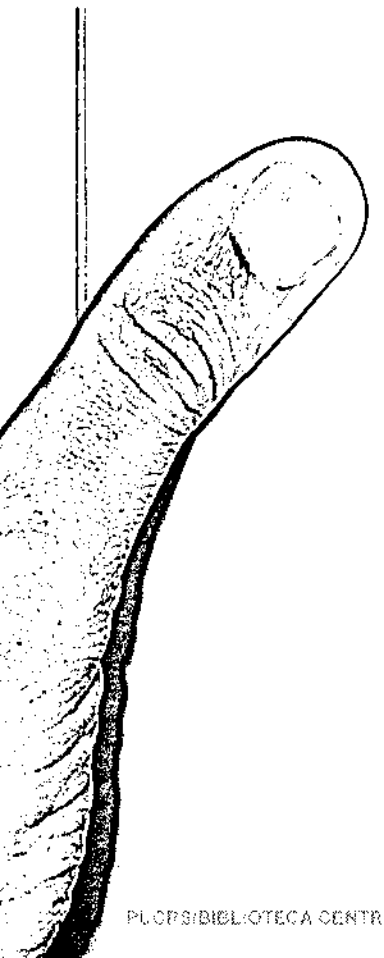
Há também uma análoga rejeição do determinismo geográfico. Marc Bloch a explicita em sua *Apologia da História* (1941-1942): "O deserto, seja lá o que disse Renan sobre isso, não é necessariamente monoteísta"[162]. Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos sensíveis à interdisciplinaridade entre História e Geografia, definiram-se muito claramente pelo "possibilismo", inspirado no geógrafo Vidal de La Blache, em detrimento do "determinismo geográfico", seja o do geógrafo Ratzel, seja o de historiadores positivistas como Taine ou Renan.

Podemos concluir esta lembrança de que também as ausências constituem um programa – tanto as proibições escolares como aquilo que não é mencionado no programa ou nos manifestos e que deixam aos membros do grupo um espaço livre para se movimentar na escola. Alguns destes aspectos, que discutimos neste item final para marcar distâncias entre as gerações dos *Annales*, mas também seus pontos

162. Bloch, 2001: 32.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

de convergência, serão visíveis na própria história do movimento, uma oportunidade para nos aproximarmos mais das ideias de cada historiador e de seu contexto de formação.



PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

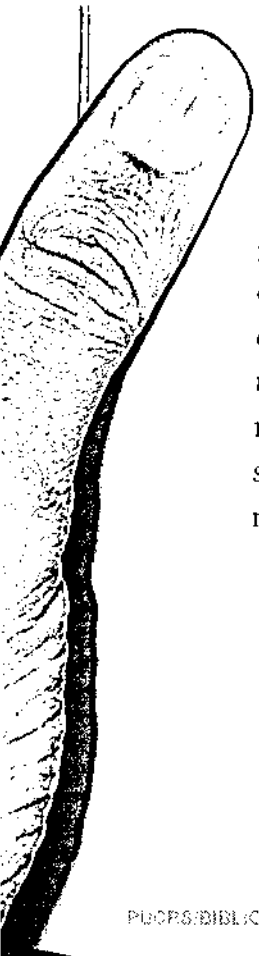
IV A escola: seus velhos e novos mestres

1 Os *Annales*: suas fases e descontinuidades internas

Quando se examina a história dos *Annales* – isto é, sua passagem e influência pela historiografia desde os combates de seus primeiros fundadores até seus desdobramentos nas últimas décadas do século XX – tem-se diferentes visões possíveis em relação às continuidades e descontinuidades do movimento. Há autores que discutem uma ruptura entre os novos dirigentes da *Revista dos Annales*, que a assumiram a partir de 1969 e que ficariam conhecidos como "terceiros *Annales*", e o projeto de história global que era sustentado pelos fundadores e consolidadores da Escola dos *Annales* até 1968. Esta linha de leituras críticas em referência aos terceiros *Annales* é distinta não apenas da leitura que tem sido produzida pelos próprios representantes da *Nouvelle Histoire*, os quais postulam uma herança em relação aos *Annales* dos primeiros tempos, como também diverge de autores externos que enxergam uma significativa continuidade entre novos

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

historiadores franceses como Jacques Le Goff, Marc Ferro ou Georges Duby e nomes já clássicos como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel (representantes das duas primeiras gerações dos *Annales*). Nesta linha de análises, costuma-se utilizar para os novos dirigentes da *Revista dos Annales* o rótulo de "terceira geração dos *Annales*" (BURKE, 1990: 79-107). Há também a posição de Georg Iggers, registrada em *Novas direções na historiografia europeia* (1971), um autor que não discute tanto a ruptura da *Nouvelle Histoire* a partir de 1968 (relativamente recente quando publicou seu ensaio), e que prefere colocar em relevo uma ruptura que já teria ocorrido em 1945 entre as duas primeiras gerações dos *Annales*: a ruptura que separa a "história estrutural qualitativa" dos primeiros tempos e a "história conjuntural quantitativa" que passaria a predominar em seguida.

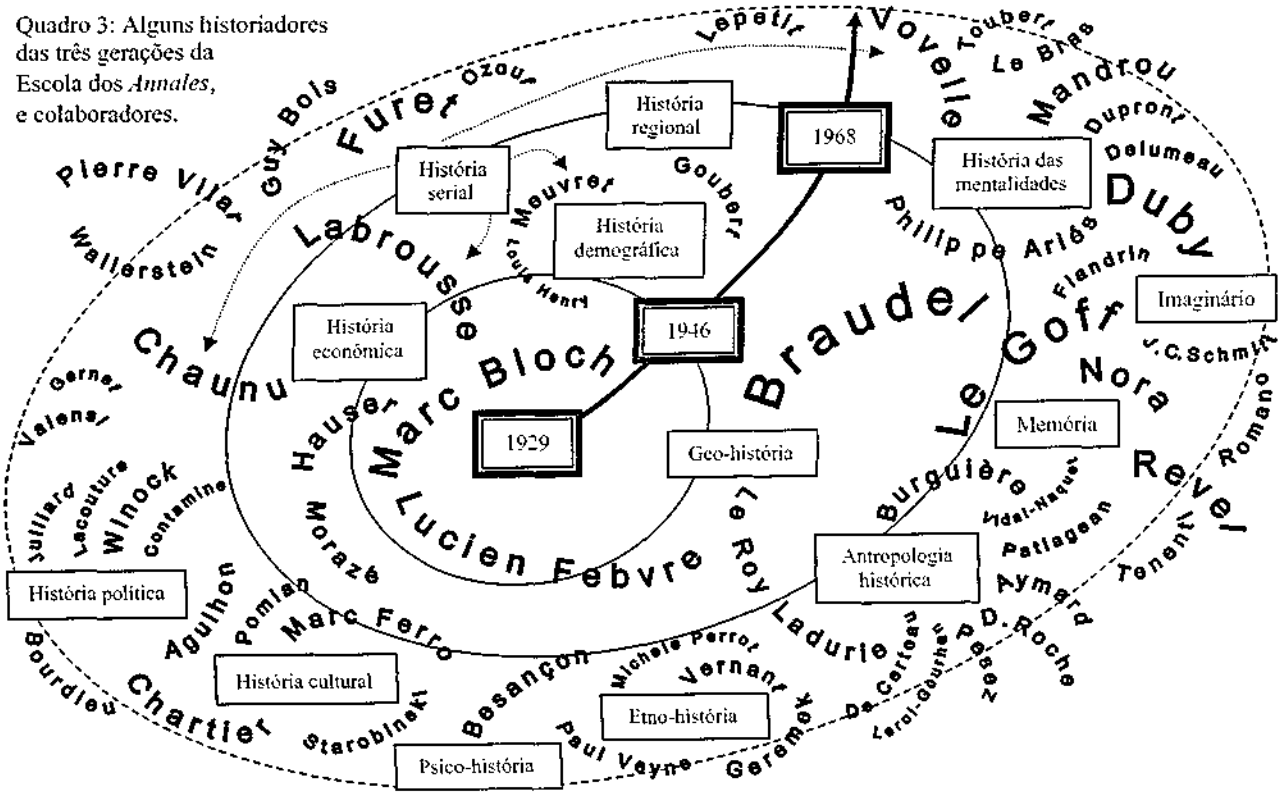


O quadro 3 procura registrar essa complexidade, relativa ao período situado entre os anos de 1930 e 1990. Três grandes fases ou gerações – conforme uma discussão que encaminharemos mais adiante – abrigam uma diversificada quantidade de historiadores. Do núcleo fundador, que tem nos nomes de Bloch e Febvre o seu impulso inicial, passamos à geração dominada por Braudel, e depois a um número significativo de historiadores dedicados às mais diversas dimensões e abordagens historiográficas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA Lei 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

Quadro 3: Alguns historiadores das três gerações da Escola dos *Annales*, e colaboradores.



François Dosse, com seu livro *A história em migalhas* (1987), será o principal inventariante das rupturas entre o grande arco que une as duas primeiras gerações dos *Annales* (1929-1968) e o novo fraseado historiográfico impresso pela chamada *Nouvelle Histoire*, embora indique algumas continuidades importantes entre esta geração que se afirma a partir de 1968 e as duas gerações que conduziram os *Annales* até a saída de cena de Braudel. As principais continuidades seriam a interdisciplinaridade (até perigosamente exagerada pelos novos, conforme sua análise), a emblemática referência a uma História-problema, e a insistência de alguns historiadores do grupo em uma recusa do tratamento tradicional do político. Entre as descontinuidades, a mais grave – e, na verdade, a fundadora de outras rupturas – seria a rejeição de uma pesquisa globalizante em favor de uma fragmentação e pulverização da história que ele denomina de "história em migalhas", aqui voltando contra seu próprio autor uma expressão originalmente proferida por Pierre Nora (n. 1931) por ocasião da divulgação de uma obra coletiva do grupo que foi intitulada *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos* (1974)[163].

De acordo com François Dosse, a interdisciplinaridade renovadora dos primeiros annalistas teria sido perigosamente distorcida e exagerada pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, que com isso ameaçavam sacrificar a identidade mínima da História e que, nesta nova época, começavam a pulverizar a produção historiográfica em uma quantidade desconexa de novos objetos e modalidades historiográficas sem ligação uns

163. As críticas de François Dosse aos *Annales* começam a ser elaboradas dois anos antes, em 1985, quando ele escreve o artigo "De l'histoire en miettes des *Annales* militantes aux *Annales* triomphantes", para a revista *EspaceTemps* (1985).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

com os outros. Além disso, com este novo modelo historiográfico, teria sido rompido o modelo annalista original, este no qual, para além de se analisar o passado a partir de uma problematização do presente, buscava-se considerar o passado como uma instância que poderia beneficiar a compreensão do presente e mesmo a sua transformação. Dessa maneira, traindo essa interação entre temporalidades que fora uma das marcas da historiografia anterior e um dos seus itens programáticos mais importantes, com os postulantes da "história em migalhas" (conforme a leitura de François Dosse) o diálogo entre presente e passado estaria rompido, e o passado começaria a ser cultuado como campo de análise a ser contemplado unidirecionalmente, sem o benefício que poderia ser trazido pelo retorno, ao vivido atual, da reflexão sobre os diversos tempos históricos anteriores. De alguma maneira, a História teria voltado a ser objeto de investigação para curiosos e colecionadores, tal como na história antiquária que havia sido condenada pelos próprios fundadores dos *Annales*, e, antes destes, por Friedrich Nietzsche na sua *Segunda consideração intempestiva* (1873), ou mesmo por Marx e Engels na *Ideologia alemã* (1846). Esta é a crítica de François Dosse aos novos historiadores franceses que, a partir de 1969, passaram a dominar institucionalmente os principais meios de produção e difusão historiográfica a partir do discurso de herança e continuidade do projeto original dos *Annales*. Seu livro *A história em migalhas* (1987) tem, portanto, o tom da denúncia de uma construção indevida e ardilosamente calculada, e é encaminhado de fora, por um historiador que não pertence ao círculo privilegiado pelos novos dirigentes dos *Annales*.

PUCRS - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Ao abordar o ambiente e o contexto que teriam favorecido a pulverização historiográfica encaminhada pelos autores da *Nouvelle Histoire*, ainda mais acentuada a partir dos anos de 1980, François Dosse denuncia as concessões à mídia, ávida por objetos fáceis, superficiais, curiosos, por vezes esdrúxulos, mas de todo modo brilhantes como lantejoulas prontas a assegurarem uma fatia significativa do mercado editorial e midiático. Ao aceder ao apelo e às imposições da mídia por transformar a História em uma fábrica de mercadorias historiográficas de consumo, os novos annalistas estariam dando encaminhamento a um projeto conservador de falsa assimilação das diferenças, já que o resultado final da apresentação de uma miríade de objetos curiosos para o mercado de consumo seria a superposição de diferenças desconectadas entre si e sem relação com um centro, que não existiria mais. Desse modo, a ausência de uma perspectiva global estaria na origem de uma preocupante ameaça: o descentramento histórico poderia implicar uma forma de fragmentação com forte tendência a constituir uma historiografia alienada que não contribuiria para o reconhecimento das diferenças sociais, mas sim para a exposição exótica das alteridades.

Para além da análise de Dosse sobre a *Nouvelle Histoire* como descontinuidade, e mesmo como traição, no caso em relação aos fundamentos que teriam unificado as duas primeiras gerações dos *Annales*, há certamente as leituras da continuidade, ou as que ficam a meio caminho. O já referido livro de Peter Burke sobre *A Escola dos Annales* (1990) assume o próprio discurso dos historiadores dos *Annales* sobre si mesmos e adota a classificação da *Nouvelle Histoire* como "terceira geração

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

dos *Annales*". De todo modo, ainda que admitida a unidade do movimento em um circuito mais amplo – e já demonstramos na parte anterior deste livro que, de fato, havia um programa comum aos historiadores do movimento –, é inevitável a tentativa de identificação de fases distintas na história dos *Annales*, bem como a busca de exemplos significativos que produzem redirecionamentos ou novas ênfases no movimento. Hexter, que escreveu um importante artigo sobre "Braudel e o mundo braudeliano" (1972: 493), assinala três eventos cruciais e redefinidores dos caminhos a serem percorridos pelo grupo: (1) em 1929: a fundação da *Revista dos Annales*; (2) em 1946-1947, no contexto do pós-guerra e da reconstrução europeia, a refundação do movimento por Lucien Febvre, que passa a ocupar a direção de posições institucionais importantes; e (3) 1956-1957: a sucessão de Febvre por Braudel, após a morte do primeiro, encetando uma grande expansão e crescimento da influência dos *Annales* no mundo ocidental. Certamente que um quarto momento (4), emblematizado pelo ano de 1968, ajudaria a compreender as significativas mudanças que se dão na própria direção da *Revista dos Annales* – que passa a ser partilhada desde então entre Braudel e um novo grupo de historiadores –, o que é acompanhado por uma clara mudança nos rumos do movimento (diante das quais, aliás, percebe-se que a participação de Braudel na nova dinâmica de poder passou a ser apenas formal, e que o movimento dos *Annales* tinha realmente encontrado novos dirigentes no seio de uma nova geração de historiadores franceses). Por fim, (5) 1989 parece ser igualmente o marco de uma nova fase, e são deste mesmo ano dois editoriais da *Revista dos Annales* que expressam cla-

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

ramente as incertezas de um novo tempo que assiste ao súbito desmantelamento da bipolarização política mundial (crise do socialismo real), à maior intensificação do fenômeno da globalização e ao estabelecimento de um cenário tecnológico-cultural que introduz a civilização digital.

Acompanharemos mais de perto, a seguir, os aspectos essenciais que permitem identificar as mudanças de rumo ou a emergência de novas perspectivas no seio do próprio movimento dos *Annales*. Veremos, concomitantemente, a contribuição dos historiadores das diversas fases do movimento dos *Annales*. Para tal objetivo, o problema inicial que se coloca é o da periodização do movimento. Se quisermos pensar em fases do movimento, que critérios serão considerados para constituir, de forma coerente, esta leitura dos *Annales* em fases distintas?

2 Fases ou gerações? – Definição de critérios para historiar o movimento dos *Annales*

Existem pelo menos duas ordens de critérios que podem ser empregadas eficazmente para a construção de uma leitura interpretativa que vise historiar determinado movimento intelectual. Para entender as mudanças do movimento estudado, falaremos de "fases" ou de "gerações". Podemos nos perguntar, ainda, se é possível produzir uma interação entre estas duas ordens de critérios.

Quando falamos nas "fases" de um movimento, nossa atenção recai mais diretamente em suas mudanças de con-

BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

texto (políticas, econômicas, culturais, mas também interautorais), ou ainda nas transformações que se fazem visíveis nos produtos efetivos do movimento estudado. Um movimento historiográfico, nesta mesma direção, pode ser tanto compreendido a partir dos distintos contextos que ele precisou enfrentar, como por meio das próprias obras e ações produzidas pelos seus autores no interior desses contextos. Trata-se, neste caso, de perceber contrastes entre períodos no interior do movimento examinado, e é desta percepção de contrastes – de continuidades e descontinuidades – que se constitui a noção de "fases" de um movimento.

Quando falamos nas "gerações" de um movimento, por outro lado, a atenção recai mais especificamente nos homens que deram vida a este movimento e que para ele contribuíram com suas obras e suas ações. Diz-se de modo geral que as gerações se renovam de vinte em vinte anos, ou de trinta em trinta anos, e estas fórmulas mostram-se razoavelmente funcionais quando nosso objeto de estudo é uma família humana específica. Mas, quando examinamos um fenômeno social ou cultural qualquer, começam a surgir maiores complicações, pois obviamente as pessoas nascem e morrem durante todo o tempo, e por razões diversas as gerações biológicas se interpenetram no tempo. Há também a possibilidade de colocar em interação os dois conceitos, o de "fases" e o de "gerações", de modo a definir o surgimento de novas gerações não apenas por fatores meramente biológicos ou de filiação familiar, mas por mudanças culturais, políticas e tecnológicas significativas que marcaram o desenrolar de novas ondas de vidas humanas. Por exemplo, pode-se pensar

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

em uma geração que passou a conviver desde a infância com todos os benefícios da nova civilização digital, e em gerações que assistiram às diversas mudanças tecnológicas em fases distintas de suas vidas. Pode-se pensar em uma geração que viveu o trauma das grandes guerras entre a juventude e a maturidade, o que as obrigou a ocupar posições (ou delas se abster) nesses conflitos, e gerações para as quais as grandes guerras foram acontecimentos dos quais tomaram ciência somente a partir de relatos ou livros de história. Há gerações que viveram a instalação da Guerra Fria, outras que já nasceram num mundo politicamente bipolarizado que opôs dois grandes projetos de domínio do espaço político; há outras, por fim, que nasceram em um mundo que oscila entre a multipolarização político-econômica e o contrapeso desta única superpotência militar em nível mundial que é constituída pelos Estados Unidos.

Nosso problema de estudo é o movimento dos *Annales*. Quando começamos a estender um olhar panorâmico sobre a história deste movimento, surgem referências a fatos e contextos importantes (a crise de 1929, por exemplo), e também datas que se referem a acontecimentos que só dizem respeito ao movimento (como a fundação da *Revista dos Annales*, neste mesmo ano de 1929). Alguns desses fatos podem coincidir com a emergência ou projeção mais significativa de novos atores em cada fase da história deste movimento que foi o dos *Annales*. Diga-se, de passagem, que é interessante notar que o tradicional período de duas décadas para as mudanças geracionais parece funcionar bastante bem quando examinamos a Escola dos *Annales*, particularmente se escolhermos o ano de

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610, 1998 E LEI 10.695/2003.

1929 – ano de fundação da *Revista dos Annales* – como uma data-chave para a caracterização do movimento[164].

Pensemos no seguinte plano. Existe uma pré-história dos *Annales*: um período entre as primeiras décadas do século XX e o ano de 1929 no qual os dois grandes fundadores do movimento (Bloch e Febvre) aprimoram a sua formação intelectual-historiográfica, começam a se afirmar como autores de alguns artigos e obras importantes (o livro *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch, é publicado em 1924), e vivem a passagem da Belle Époque para o conturbado período que culminará com a Primeira Grande Guerra, logo em seguida desembocando na crise econômica de 1929. É uma coincidência importante (e, na verdade, nem é tão coincidência assim) que o ano de 1929 – impactado pela crise econômica anunciada pelo craque da Bolsa de Nova York – tenha sido também o ano escolhido por Marc Bloch e Lucien Febvre para o lançamento do primeiro número da *Revista dos Annales*. A maior parte dos autores que historiaram o movimento dos *Annales* identifica uma certa unidade no padrão de cola-

164. O conceito de "gerações" tem outra vantagem para o estudo dos *Annales*: alguns de seus historiadores da terceira fase pensaram nesses termos – isto é, fizeram uma imagem de si e do movimento dos *Annales* conforme uma sucessão de três gerações. É o caso de Philippe Ariès, que em seu artigo sobre "A História das Mentalidades" (1978) assim se exprime: "Os pais fundadores [Bloch e Febvre] teriam hoje cerca de cem anos. A geração que sucedeu a eles já passou dos sessenta. Ela fez sua escolha nessa herança. Nem sempre admitindo isso, optou por deixar adormecida grande parte daquilo que, nas obras de Bloch e de Febvre, transbordava do social para o imaginário, a psicologia coletiva, o cultural. Uma mudança [todavia] correspondeu à entrada em cena de novas gerações. Uma espécie de divisor de águas separa, hoje, os antigos dos novos: é o marco dos cinquenta anos de idade, com exceção de algumas sentinelas avançadas, que puderam avançar mais depressa que seu próprio tempo" (ARIÈS, 2012: 272-274). [Essas palavras foram escritas em 1978.] Também é em termos de gerações que se expressa Pierre Chaunu e seu artigo "Economia: ultrapassagem e prospectiva" (CHAUNU, 2011: 215).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

boração entre Bloch e Febvre no período situado entre 1929 e 1939, que por isso é apresentado como uma primeira fase do movimento[165].

Naquele momento crítico, eclode a Segunda Guerra Mundial, e as tensões que já existiam entre Bloch e Febvre encontram terreno propício para se acentuarem, pois Bloch será forçado a cair na clandestinidade no mesmo momento em que Febvre procura se adaptar ao contexto da França ocupada pelos nazistas (1940), assumindo a decisão de continuar a publicar a revista sem o nome de Marc Bloch entre seus editores. Marc Bloch morrerá antes do final da guerra, e não assistirá a transição dos *Annales* para uma nova fase na qual Lucien Febvre se transformará no grande líder de um movimento bem-sucedido que, desde 1946, institucionaliza-se e passa a receber apoio do governo e de instituições internacionais. Curiosamente, exatos vinte anos depois da fundação da *Revista dos Annales*, será publicada em 1949 a obra-prima do principal nome da segunda geração de historiadores vinculados aos *Annales*: Fernand Braudel[166]. Este assumirá poderes quase absolutos na direção da *Revista dos Annales* a partir da morte de Lucien Febvre, em 1956. Os anos "seis" e "nove", aliás, constituem uma coincidência admirável na história da Escola dos *Annales*.

Vinte anos depois da publicação da obra que lhe daria fama historiográfica, Fernand Braudel será forçado a ceder

165. Atravessando a fase da pré-história dos *Annales* e a primeira fase do movimento (1929-1939), está o período de convívio institucional entre Febvre e Bloch na Universidade de Estrasburgo (1920 e 1933) – um período de treze anos durante o qual os dois historiadores terão oportunidade de preparar o que em breve se transformaria em um grande movimento historiográfico.

166. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Philipe II* (BRAUDEL, 1949). Este livro se beneficiará de uma revisão importante em 1965.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

a direção do movimento, em 1969, a uma nova geração de historiadores que ficou conhecida como "terceiros *Annales*". Outros vinte anos depois, no contexto das mudanças políticas de 1989, uma nova geração de historiadores ligados aos *Annales* passa a explicitar um novo posicionamento crítico em relação à fase anterior do movimento, conseguindo a adesão de alguns dos historiadores ainda ligados à geração anterior. Alguns autores denominam a este período, ou à nova geração que está à sua testa, de "quartos *Annales*".

O seguinte esquema funciona bastante bem para balizar as diversas fases e gerações do movimento:

(1) 1929-1939: *Primeira fase dos Annales* – Aliança entre Marc Bloch e Lucien Febvre.	**Primeira Geração** dos *Annalles*
(2) 1940-1956: Transição e *primeiro ato da segunda fase dos Annales* – Lucien Febvre lidera o movimento, e o institucionaliza.	
(3) 1956-1968: *Segunda fase dos Annales, segundo ato* – Braudel lidera o movimento, institucional e historiograficamente.	**Segunda Geração** dos *Annalles*
(4) 1969-1989: *Terceira fase dos Annales* – A terceira geração dos *Annales* assume o poder.	**Terceira Geração** dos *Annalles*
(5) 1989 – [...]: *Quarta fase dos Annales.*	

Na pequena história das realizações dos historiadores dos *Annales*, que desenvolveremos a seguir, utilizaremos tanto a periodização por fases, como o conceito de distintas "gerações" dos *Annales*.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

3 Marc Bloch e Lucien Febvre: Primeira Geração dos *Annales*

Lucien Febvre e Marc Bloch são os grandes fundadores do movimento dos *Annales*, e os nomes mais importantes da primeira fase do movimento, devendo ser também lembrada como outra contribuição importante a história quantitativa, que já começa a ser introduzida na década de 1930 por Ernst Labrousse. A atmosfera política que impulsiona e afeta estes historiadores de tipo novo é a da passagem da Belle Époque ao período das duas guerras mundiais, e o contexto econômico no qual eles estarão mergulhados é aquele que logo culminará com a crise de 1929. O ambiente intelectual é simultaneamente o de entusiasmo pelas recentes novidades científicas, como a da renovação trazida pela Teoria da Relatividade e pela Física Quântica, e o desespero de perceber que inventos fascinantes, como o avião, poderiam ser empregados também para promover a destruição em massa. Lucien Febvre, que também viveria o primeiro ato da segunda fase do movimento dos *Annales*, conviveria ainda com a explosão da primeira bomba atômica. Em contrapartida, seus projetos de renovar a historiografia a partir dos *Annales* seriam beneficiados, após o fim da Segunda Guerra, por uma "fase de ouro" e de prosperidade da economia. Entre as ruínas dos grandes conflitos mundiais e o reavivamento da economia, os *Annales* encontrariam seus espaço e tempo de crescimento.

Esta história, todavia, tem também suas origens. Os dois líderes-fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, encontram-se

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

pela primeira vez na Universidade de Estrasburgo, instituição estabelecida em uma região fronteiriça que vivia um contexto muito específico: a desanexação da Alemanha e a reintegração à França após a Primeira Guerra Mundial[167]. Devido a estas peculiaridades políticas, a Universidade de Estrasburgo respirava um clima intelectual renovado e particularmente aberto a mudanças, fora o vivo diálogo interdisciplinar que se tornara possível nesta instituição em virtude da concentração de diversos historiadores, sociólogos, filósofos e geógrafos no mesmo ambiente acadêmico. Passaram pela Universidade de Estrasburgo, no mesmo período em que Bloch e Febvre lá estiveram, nomes como o do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945)[168], autor de um importante livro sobre a "memória coletiva" (1925) que praticamente funda um novo campo de saber (a Memória Social). Também iremos encontrar, na mesma Universidade de Estrasburgo, o filósofo e teólogo Henri Bremond (1865-1933), estudioso da história

167. A Alsácia-Lorena havia se tornado uma região estratégica, que requeria uma ocupação efetiva, e o governo francês passara a investir na Universidade de Estrasburgo como parte de seus objetivos. Marc Ferro, em seu artigo "Des *Annales* a la *Nouvelle Histoire*" (1987), define-a como uma região de tensões várias, onde se contrastam a França e a Alemanha, o catolicismo e o protestantismo.

168. Maurice Halbwachs trazia em seu acorde teórico a influência de Henri Bérgson (1859-1941), um filósofo que tivera uma repercussão ambígua sobre Lucien Febvre. Também trazia a nota de influência de Émile Durkheim (1858-1916). Como coordenador da seção de economia e estatística dos *Anée Sociologique*, dirigida por este último, Halbwachs conviveu com François Simiand (1873-1935), sociólogo-economista que se uniria ao historiador-economista Ernest Labrousse (1895-1988) no empenho de consolidar a abordagem quantitativa na França. Desse modo, pode-se ver a bem-conectada rede interautoral na qual estariam envolvidos todos estes estudiosos de vários campos de saber. Em Estrasburgo, as ideias de Halbwachs sobre a memória social, logo transformadas em um livro que hoje é o grande clássico sobre o assunto (1925), puderam deixar uma forte influência sobre Marc Bloch. Sobre Maurice Halbwachs, cf. Becker, 2003.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

das religiosidades que seria um dos pioneiros nos estudos de psicologia histórica, além de outros como os historiadores Georges Lefebvre (1874-1959) e André Piganiol (1883-1968). Não nos deteremos tanto na narrativa relacionada a este efervescente ambiente que já faz parte da história da Escola dos *Annales*, ou da sua pré-história, se preferirmos, e passaremos a examinar mais diretamente a contribuição historiográfica dos fundadores do movimento.

Lucien Febvre (1878-1956) ocupa um lugar bastante singular na Escola dos *Annales*[169]. Sempre fora um autor aberto a influências bem diversas, que então conseguia reverter de forma original à sua própria singularidade e estilo pessoal. Em seu acorde historiográfico é possível entreouvir algumas destas influências, apreender uma complexa e sofisticada rede interautoral que conecta Febvre tanto a autores com os quais conviveu pessoalmente, como a pensadores e pesquisadores de outras épocas que foram importantes na formação do seu pensamento e em seu modo de ver a História e as demais ciências humanas. A nota de "interdisciplinaridade"

169. O melhor inventário das posições historiográficas de Febvre é apresentado pelo próprio historiador em um dos textos depois incluídos em *Combates pela História* (1953), intitulado "Viver a História" (1941). Aqui aparece pela primeira vez a posição de Febvre em relação ao estatuto epistemológico da história, que seria "estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos". A cientificidade da história, portanto, relaciona-se à condução metodológica. Também aparecem neste texto as contumazes críticas contra a erudição inútil, e, principalmente, contra a história exclusivamente política dos historiadores historizantes. O texto também deixa entrever que, apesar do subtítulo da *Revista dos Annales* que reivindica uma História Econômica e Social, a proposta de Lucien Febvre não é a de priorizar o econômico em detrimento de outras instâncias, como a cultura ou os modos de pensar e de sentir. Por fim, fazem-se presentes a inevitável referência à interdisciplinaridade, e também a menção à expansão documental para além das fontes escritas (FEBVRE, 1953: 18-33).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

que preside seu acorde, assim como o de Bloch, quase obriga à apreensão desta rede interautoral em maior detalhe, pois os diálogos interdisciplinares não chegaram desencarnados a Febvre ou a Bloch. As ressonâncias geográficas, antropológicas, sociológicas, psicológicas e linguísticas têm cada qual um rosto no acorde-Febvre ou no acorde-Bloch. A interdisciplinaridade com a Geografia mostra o rosto de Vidal de La Blache (neste geógrafo se encontram tanto Febvre como Bloch). O diálogo com a Linguística estabelece-se, em Febvre, a partir da obra de Antoine Meillet (1866-1936)[170]. À Antropologia, Febvre chega por meio das obras de Lévy-Bruhl (1857-1939). Talvez o impiedoso estilo crítico e polemista nos revele o secreto harmônico que o liga ao filósofo Friedrich Nietzsche, nunca declarado mas mencionado aqui ou ali. Afora encontros interdisciplinares como estes, destacam-se também as influências que vêm dos próprios historiadores de sua época (Henri Pirenne é a grande referência) e de outras épocas (Michelet e Burckhardt)[171].

Quando recuamos ao nível mais profundo da arqueologia acórdica relativa aos fundadores dos *Annales*, podemos perceber que, embora através de caminhos completamente

170. Antoine Meillet, aliás, reencontrará Lucien Febvre no grande projeto interdisciplinar da *Enciclopédia Francesa*, cujo volume sobre a "utensilhagem mental" foi organizado pelo linguista, contando com a colaboração de Febvre. Este volume prenuncia o que mais tarde passaria a ser qualificado como *Mentalidades*.

171. Peter Burke, que rastreou as influências autorais de Lucien Febvre, cita ainda a de Louis Courajod (1841-1896), historiador oitocentista que se dedicou principalmente ao estudo da História da Arte, pesquisando temas como a escultura gótica na Idade Média tardia ou a arte carolíngia. Outro historiador da arte, aliás, também é examinado por Burke como pertencente à rede interautoral de Febvre: Émile Male (1862-1954), que Burke ressalta como "um dos pioneiros em concentrar-se não na história das formas, mas das imagens" (BURKE, 1990: 24).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

diversos, Febvre e Bloch vão se encontrar em dois autores fundamentais do século XIX: Marx e Michelet. Talvez por isso mesmo tenha sido possível o pleno diálogo entre estas duas personalidades tão distintas que foram a de Febvre e Bloch. De Marx, pioneiro de uma leitura da história que afrontava o ritmo nervoso e vazio de boa parte de historiografia política tradicional que predominava em sua época, ambos apreenderam a possibilidade de enxergar a História como um grande devir de estruturas de longo termo, a partir de uma perspectiva que logo seria refinada por Braudel no conceito de "longa duração". De Michelet, os dois apreenderam a possibilidade de investir na multiplicação temática, na ultrapassagem do estreito universo de temas que era oferecido pela História Política tradicional, no desprezo pela parcelarização positivista do saber que logo obrigaria ao contramovimento da interdisciplinaridade. Vejamos cada uma destas duas ressonâncias em seus próprios termos.

O que seria a leitura marxista da História como sucessão de "modos de produção" senão a possibilidade de enxergar o movimento histórico como uma série de encadeamentos de estruturas, umas deslizando para outras, algumas bruscamente interrompendo a estrutura anterior? E o que seria a história da "luta de classes", história na qual se faziam personagens não os indivíduos, mas grupos sociais e realidades coletivas, senão uma franca ruptura em relação à historiografia fundada na "história dos grandes homens"? Quando contrastamos, contra a historiografia tradicional do século XIX, a leitura materialista histórica de Marx e Engels, e simultaneamente nos lembramos das críticas que os funda-

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

dores dos *Annales* dirigiam contra a História Factual – a história que encontrava um sentido histórico na sucessão de fatos, e não em unidades maiores de significado –, subitamente os fundadores do Materialismo Histórico parecem assemelhar-se mais com os fundadores dos *Annales* do que com a maioria dos historiadores de sua própria época. Tanto Marc Bloch como Lucien Febvre parecem ter reconhecido esta profundidade última de seus acordes. Bloch irá explicitar o reconhecimento de Marx como um dos precursores dos *Annales* em textos como *L'Étrange défaite* (1946)[172]. Febvre registra o elogio a Marx em artigos como "Técnicas, ciências e marxismo"[173], e frisa bem a distinção entre Marx e os autores marxistas que o seguiram, muitas vezes descomplexando ou deformando o pensamento original de Marx, radicalizando um determinismo que termina por se tornar unilinear e unilateral. Marx, ou o pensamento marxiano (mas não o marxismo)[174], constituem uma ressonância assumida tanto por Bloch como por Febvre, e depois por Braudel[175].

Michelet[176] é o outro grande nome a partir do qual Febvre e Bloch se encontram. A multiplicidade de temáticas que

172. *A estranha derrota* (BLOCH, 2011).

173. Incluído em *Pour une histoire à part entière* (FEBVRE, 1962).

174. Cf. sobre a distinção entre Materialismo Histórico, marxismo e pensamento marxiano no vol. III da série Teoria da História (BARROS, 2011c: 15-18).

175. À parte o reconhecimento da importância de Marx por Febvre, Bloch e Braudel, as convergências entre os *Annales* das duas primeiras gerações e o "Marxismo de Marx" são examinadas por Aguirre Rojas (1993). Entre elas, o historiador mexicano indica: (1) A concepção globalizada da História; (2) o reconhecimento dos limites e condições que afetam e produzem as interpretações históricas; (3) o tratamento da História como ciência em construção; isto sem contar outros aspectos, como a importância conferida à História Econômica em ambas as correntes, e a oposição de ambos à parcelarização positivista dos campos de saber (ROJAS, 2000b: 137-177).

176. Sobre Jules Michelet, cf. nota 63 deste livro.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Jules Michelet propõe-se a investigar e sua abertura para as diversas instâncias da vida social e do mundo histórico contrastam surpreendentemente com a orientação para a história política que vemos em boa parte dos historiadores de sua época. Mesmo em relação aos poucos autores do século XIX que escolheram a cultura, ainda minoritariamente (como Burckhardt), também temos um contraste, uma vez que Michelet não opõe ao "político" uma outra instância, mas sim a totalidade das instâncias da vida social (o próprio político também não foi negligenciado por Michelet, de modo que no caso dele não se tratava de algo como uma tomada de posição no embate entre historiadores culturais e historiadores políticos, como aquele que acontece na Alemanha das últimas décadas do século XIX). É essa atenção de Michelet ao tudo e ao todo, e também àquilo que não era percebido como tema importante pela historiografia tradicional (a mulher, a feiticeira), e mesmo a centralidade histórica que atribui ao "povo", como que antecipando a ainda distante "história vista de baixo", o que fez com que o historiador fosse lembrado e reconhecido pelas três gerações dos *Annales* como um precursor do seu movimento. Marc Bloch e Lucien Febvre, naturalmente, foram os primeiros a lhe prestar homenagem. Michelet os une[177].

Durante toda a sua vida, Febvre reconheceu sua dívida historiográfica para com Michelet, e, em relação a Marx, explicitou o reconhecimento de sua importância algumas ve-

177. Bloch (2001: 54), além de Michelet, também evoca a influência importante de outro historiador do século XIX: Fustel de Coulanges (1830-1889). Sobre este historiador, cf. o vol. II da série *Teoria da História* (BARROS, 2011b: 101). Para uma reflexão sobre a leitura do todo em Michelet, cf. Hartog, 2005: 13-29.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

zes. Se avançarmos um pouco na história da historiografia, para a geração anterior à de Febvre, encontraremos um outro autor no qual Marx e Michelet também estavam presentes. Trata-se do historiador socialista Jean Jaurès (1859-1914)[178]. Conforme salientou Peter Burke em seu breve estudo sobre os *Annales* (1991: 25), Jaurès dizia-se, a um só tempo, "materialista como Marx e místico como Michelet" (JAURÈS, 1901: 65). É quase uma sensação de recuperar um elo perdido em uma árvore genealógica, ou de descobrir a nota musical na qual se combinam duas outras, quando verificamos que Febvre foi um leitor ávido da *História Socialista da Revolução Francesa*, de Jean Jaurès. Terão as primeiras impressões favoráveis de Marx e Michelet chegado a Febvre por conta de uma leitura de Jaurès? Difícil saber. Mas, de um modo ou de outro, Marx e Michelet estão lá, em Jaurès. São duas notas que passam por Jaurès – por esta terceira nota que será, ela mesma, elemento fundamental do acorde-Febvre.

O pioneirismo no desbravamento de novos eixos temáticos, herança de seu antecessor Jules Michelet – já de *per si*

178. Jean Jaurès (1859-1914), militante socialista francês, filósofo e historiador autodidata, escreveu uma originalíssima História Socialista da Revolução Francesa. Nela reconhece o papel da luta de classes, como já haviam feito Guizot e Thierry nos anos de 1830, e depois Marx e Engels, já a partir da perspectiva do Materialismo Histórico. Uma *história da revolução russa* [de 1905], e a *Guerra Franco-alemã* (1907), dão seguimento ao mesmo empreendimento. Escreveu ainda diversas obras políticas, como aquela em que se pergunta *Como se realizará o Socialismo* (1901), e discursos nos quais discutiu temáticas como a da alienação e da mobilização popular. Foi eleito deputado em algumas ocasiões, e em 1904 fundaria o jornal *L'Humanité*, que mais tarde se tornaria o jornal oficial do Partido Comunista Francês. Além de sua incansável luta por um "socialismo humanista", opôs-se ao antissemitismo por ocasião do "caso Dreyfus" (do que nos dá conta seu texto *Le preuves*, de 1898), e em diversas ocasiões militou a favor de uma posição pacifista, inclusive no período que precedeu a Primeira Grande Guerra. Foi assassinado por causa desta posição.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

um desbravador nos limites de sua época – é de resto uma nota bastante importante no acorde historiográfico de Lucien Febvre, que chega a antecipar algumas modalidades históricas que só se configurariam como campos bem-definidos algumas décadas depois. Massicotte, que estudou a obra de Febvre em profundidade no livro *L'Histoire-Problème: La méthode de Lucien Febvre* (1981), deixa entrever como os três grandes estudos biográficos do autor – o *Philippe II*, o *Lutero*, e o *Rabelais* – sinalizam para um certo caminho em direção à perspectiva das mentalidades, uma modalidade historiográfica da qual falaremos ao fim deste capítulo. Em *Philippe II* (1911), mas também em *Lutero*, parte-se da singularidade individual para compreender, ato contínuo, a coletividade, as grandes bases econômicas, sociais e mentais. Mas em *Rabelais* a perspectiva já se encontra invertida, uma vez que se busca dar a perceber como a consciência coletiva, por meio da utensilhagem mental de sua época, incide sobre a obra individual (MASSICOTTE, 1981: 82)[179]. O indivíduo, por mais singular e criativo que seja em comparação a outros homens de sua época, dissolve-se no coletivo, e há limites que a sua singularidade não pode transpor: não é possível ser descrente, no mesmo sentido que se dá a esta expressão nos dias de hoje, nos tempos de Rabelais.

O novo tratamento biográfico proposto por Febvre – não mais visando realizar a história de uma vida ilustre por si mesma, mas sim utilizando a história de vida como caminho

179. A utensilhagem mental de uma civilização ou de uma época, segundo Febvre, pode ser definida como "o conjunto de categorias de percepção, de conceitualização, de expressão e de ação que estruturam a experiência tanto individual quanto coletiva" (REVEL, 1993: 530).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

para examinar um problema histórico bem-definido – constitui antecipação interessante da tendência de tratamento biográfico que iria se afirmar muito depois, nos anos de 1980. Até a época dos primeiros *Annales*, a biografia fora um gênero muito apreciado, sobretudo pelos historiadores do século XIX, notando-se que passaria a ser bem menos percorrida pelos novos historiadores das seis primeiras décadas do século XX, inclusive por influência de correntes comprometidas com a renovação historiográfica, como a dos *Annales*. Vimos atrás que a biografia tradicional coadunava bastante com a História Política tradicional (pois os biografados não raramente eram figuras políticas importantes, como reis ou generais), e que a História Factual rondava em torno do mais habitual modelo de tratamento biográfico – uma história linear na qual todos os fatos eram escolhidos e reordenados para contar uma boa e coerente história, muitas vezes laudatória, na qual o que interessava era conhecer a vida do biografado por ela mesma. A decisão de percorrer esse território no qual tanto se compraziam os antigos historiadores políticos e factuais – a biografia – poderia parecer estranha em um historiador como Febvre. Todavia, a leitura de qualquer uma de suas três obras que tomaram como eixo de investigação a vida de indivíduos – Lutero, Philippe II ou Rabelais – revela que estes empreendimentos eram orientados por uma concepção totalmente distinta. Inclusive, Febvre sempre insistiu em justificar, com plena razão, que estas obras não constituíam propriamente biografias, mas sim caminhos para elaborar um problema histórico. A relação entre o indivíduo e a sociedade, as pressões e contrapressões que uma

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

instância exerce sobre a outra, o confronto entre as "iniciativas pessoais" e as "necessidades sociais" – eis aqui questões que atraíam a curiosidade historiográfica de Febvre, e que ele costumava expor nos prefácios dos livros que tomavam a vida humana como fio condutor para uma questão histórica. O prefácio de *Lutero* indica que o objetivo do livro é investigar a relação entre os indivíduos e os grupos sociais, entre as iniciativas individuais e as sociedades, perceber como a burguesia recebe e reelabora as ideias de Lutero, e como estas surgem em um ambiente social que as demanda.

Outro aspecto importante trazido pela historiografia de Febvre, já desde os primeiros tempos, é a valorização do quadro geográfico – um traço de escrita da história que, aperfeiçoado por Fernand Braudel na geração seguinte, seria transmitido nos anos de 1960, quase como uma regra de exposição a ser seguida pelas monografias regionais ou nacionais, a toda uma geração de historiadores que se habituaria a iniciar seus estudos historiográficos com a descrição geográfica[180]. Em Febvre, já desde a sua tese de doutorado sobre *Philippe II et Le Franche-Comté* (1911) isto já ocorre, notando-se ainda uma predileção que também seria a de Braudel: o probabilismo geográfico de Vidal de La Blache (1845-1918) em detrimento do determinismo geográfico de Ratzel (1844-1904). La Blache, dessa maneira, constituirá uma nota de influência particularmente importante no acorde-Febvre[181].

180. Este padrão se internacionaliza pelos países mediterrânicos que incorporam mais intensamente a influência dos *Annales*, e terá longa vida. Vamos encontrá-lo na *Identificação de um país* (1985), do medievalista português José Mattoso (n. 1933), e em muitos outros historiadores da Espanha e da Itália.

181. Sintomático do valor que Febvre atribui à Geografia é também o ensaio *A terra e a evolução humana* (1922). Nesta obra, Febvre já se coloca a favor do possibilis-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Talvez a mais impactante contribuição de Lucien Febvre seja mesmo o ensaio *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais* (1942), e podemos considerá-lo como um verdadeiro modelo para a História-problema a partir de cuja inspiração os primeiros annalistas buscaram se confrontar contra os modelos historiográficos factuais. Esta obra, além de abrir futuros caminhos para uma História das Mentalidades que não tardaria a despontar nos anos 1960, será um ponto de apoio para que Febvre discuta uma questão historiográfica que o preocupava particularmente: o anacronismo. O interesse em escrever este estudo sobre *Rabelais e a descrença no século XVI* surge em Febvre a partir de uma crítica historiográfica bem-definida. Abel Lefranc (1863-1952) havia sugerido em uma edição de *Pantagruel* – uma das mais famosas obras de François Rabelais (1494-1553) – que este intelectual renascentista era um ateu que buscava, a partir de suas mordazes sátiras e paródias, abalar o cristianismo. Lucien Febvre irá se propor a demonstrar, sistematicamente, que este era um erro de "anacronismo" – isto é, de projeção injustificada de categorias do presente no passado –, uma vez que o ateísmo na verdade não poderia ser postulado para os homens do século XVI, visto que estes sequer possuíam a "utensilhagem mental" que os possibilitaria serem ateus.

mo geográfico de Vidal de La Blache – que reconhece um espaço para a liberdade humana dentro dos limites de condições pelos quais o meio oferece aos destinos humanos uma dinâmica de possibilidades – e se contrapõe ao determinismo geográfico de Ratzel, que fala claramente em necessidades (FEBVRE, 1922: 284). Esta postura de Febvre a favor de La Blache é bem-discutida por Peter Burke, em seu ensaio sobre os *Annales*: "Para citar um dos exemplos favoritos de Febvre, um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas, por outra, como um meio de transporte. Em última análise, não é o ambiente físico que determina a opção coletiva, mas o homem, sua maneira de viver, seu comportamento" (BURKE, 1990: 26).

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Daí que o ponto de partida em Rabelais é a análise filológica – uma rigorosa análise não apenas da expressão "ateu", que aparece em textos da época e que, de acordo com a demonstração de Febvre, não teria o mesmo significado de hoje –, como também uma análise da ausência de inúmeras outras palavras ou conceitos que seriam fundamentais para que se possa falar no ateísmo como um modo de pensar, tal como ocorre hoje. Empreendida esta análise, Febvre intentou demonstrar que as piadas blasfemas, ou aparentemente blasfemas, que apareciam largamente nos textos de Rabelais, não eram de modo algum recursos em apoio de um racionalismo ateu, mas sim heranças de uma antiga tradição parodística medieval. A "impossibilidade do ateísmo no século XVI" era para Lucien Febvre o resultado de um "instrumental mental" específico (hoje se diria de uma determinada mentalidade que fixava aos homens os limites do que eles poderiam pensar). Dessa maneira, seu empenho foi examinar em detalhe o que faltaria à utensilhagem mental da época para que pudesse surgir efetivamente um ateísmo filosófico e racionalista, sendo seu ponto de partida identificar todo um vocabulário ausente que conformaria um claro índice de que o problema do ateísmo não estava de modo algum colocado para os intelectuais renascentistas. Mais do que isso, certos limites foram percebidos por Febvre nos homens renascentistas, como sua imprecisão no trato com o tempo.

Hoje, passados mais de setenta anos da publicação do *Rabelais* de Febvre (1942), a obra é mais valorizada pelas perguntas que colocou, pelas demandas interdisciplinares

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

que apontou, e pelos desafios que enfrentou no contexto de renovação historiográfica de sua própria época. Uma crítica eficiente do livro de Febvre, acompanhada de uma rigorosa investigação histórica sobre o mesmo tema, pode ser encontrada na obra de Jean Wirth intitulada *Libertinos e epicuristas: aspectos da irreligiosidade no século XVI* (1977: 601-627). Wirth chega à conclusão de que havia de fato intelectuais irreligiosos no século XVI, qualificáveis como ateus, e também aponta um certo exagero de Febvre no reducionismo de Rabelais aos limites de sua época, desconsiderando seus potenciais de criatividade e de ultrapassagem de forças de inércia[182]. Posto isso, as novas perguntas propostas por Febvre, e as novas demandas interdisciplinares por ele reivindicadas, enriqueceram consideravelmente os caminhos historiográficos de sua geração e das que lhe seguiram.

A importância da análise filológica e conceitual em *O problema da descrença em Rabelais* (1942), de fato, recolocou a questão da demanda por um campo fundamental de interdisciplinaridades para a História, sem o qual os novos historiadores não poderiam avançar para enfrentar um dos seus mais antigos desafios: o anacronismo. O valor do diálogo com disciplinas como a Filologia, Linguística, e também as Ciências da Comunicação foi desde cedo percebido pelos

182. Na biografia febvriana, de fato, "é a exemplaridade, e não a excepcionalidade, que é buscada" (REVEL, 1993: 531). Rabelais é tratado como um exemplar da cultura renascentista. Mas podemos também nos perguntar pela excepcionalidade de Rabelais. A biografia micro-histórica, nos anos de 1970, contornará este dilema. A "história de vida" escolhida é com alguma frequência a de uma pessoa comum, realmente "não excepcional". Neste caso, pode-se dizer que há mais coerência no tratamento de um anônimo como "exemplar" do que no tratamento exemplar de um indivíduo que, a olhos visíveis, atingiu a excepcionalidade.

PUC/RS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.895/2003.

historiadores dos *Annales*. Marc Bloch, em sua *Apologia da História* (1941-1942), escrito na mesma época em que Lucien Febvre elaborava seu ensaio sobre Rabelais (1942), já fazia notar que, "para desespero [dos historiadores], os homens não costumam mudar de vocabulário a cada vez que mudam de hábitos" (BLOCH, 2001: 24). A perenidade de uma palavra pode oferecer ao historiador a armadilha do anacronismo. Os conceitos têm uma história, assim como cada palavra, e a permanência de certas palavras no vocabulário por vezes oculta uma extensa história que é preciso decifrar. Ainda seriam necessárias algumas décadas para que, com Koselleck (1979) e outros historiadores contemporâneos, surgisse um novo campo histórico – a História dos Conceitos –, mas na quarta década do século XX tanto Febvre como Bloch já se mostravam particularmente atentos à urgência do desenvolvimento deste campo de estudos no interior da historiografia.

É interessante notar, por fim, que, com este exemplar livro de Lucien Febvre, não apenas a obra de Rabelais foi utilizada como ponto de partida e caminho para investigar um problema – a impossibilidade do ateísmo no século XVI – como também que este mesmo problema terminou por se tornar um novo ponto de ataque para investigar uma instância ainda maior: aquilo que hoje chamaríamos de "mentalidade da época". Rabelais, portanto, foi apenas o portal para se chegar a algo muito mais amplo. Tratava-se de perceber o indivíduo em um oceano maior que lhe fixava tanto as suas

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

possibilidades como os seus limites[183]. Mais tarde, alguns historiadores da terceira geração dos *Annales* – que de certo modo abandonam o projeto de História Total da primeira geração, pelo menos no sentido de uma "história da totalidade" – chegariam a criticar as ambições totalizantes de Febvre com este trabalho:

> Seria possível defender, ainda hoje, uma tal leitura totalizante (não ousamos dizer totalitária) de uma estrutura mental, quando, na verdade, o próprio ensaio de Lucien Febvre parece tão historicamente datado? Aqueles que descobriram Rabelais, porta-voz de uma cultura popular ainda muito viva, por meio da obra de Mikhail Bakhtin ou pelos ensaios de Carlo Ginzburg e de Natalie Zemon Davis, trabalhos que descortinam um século XVI percorrido por tensões, conflitos, contradições, por uma troca dialética ainda vivida e de modo algum em sentido único entre cultura popular e cultura de elite, não podem aceitar sem reservas a estrutura empobrecedora proposta por Lucien Febvre, que só viu um lado das coisas (VOVELLE. *História e longa duração*, 1978)[184].

A contribuição de Marc Bloch é talvez ainda mais decisiva para as subsequentes gerações dos *Annales*[185]. Além de traços em comum com os de Febvre, dos quais se destaca o interesse interdisciplinar, e da já mencionada singularidade que expõe a influência conjunta de Marx e Michelet, ou mesmo de

183. A análise filológica empreendida por Febvre em *Rabelais* remete a outra nota de influência importante em seu acorde, sua conexão com o linguista Antoine Meillet (1866-1936), e com o campo disciplinar da Linguística como um todo.

184. Vovelle, 2011: 384.

185. Para uma biografia crítica de Marc Bloch, cf. Dumoulin (2000).

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

outras influências compartilhadas como a de Meillet e Lévy-Bruhl, uma nota de influência importante no acorde historiográfico de Marc Bloch é a que o sintoniza com a sociologia de Durkheim, um sociólogo positivista que, com vistas aos próprios interesses de seu campo disciplinar, já vinha produzindo uma leitura da historiografia tradicional de sua época como um campo de saber limitado, superficial e estreito, e aprisionado pelo padrão da História Factual (a diferença em relação a Bloch é que Durkheim sustentava que o destino da historiografia deveria ser este mesmo, pois a problematização deveria ficar a cargo dos sociólogos, para os quais a História poderia funcionar como uma espécie de ciência auxiliar, mera coletora de dados para serem trabalhados depois pela Sociologia Histórica). Alguns conceitos desenvolvidos por Durkheim, de fato, têm um papel bastante importante em algumas obras de Bloch, como os de "representação coletiva" e "coesão social"[186]. Outra nota de influência importante é a leitura específica da "memória coletiva" empreendida por Maurice Halbwachs (1925), consolidada no livro de mesmo nome, que logo produziria ressonâncias importantes no pensamento de Marc Bloch e em pelo menos uma obra mais específica: a *Sociedade feudal* (1939)[187]. Lembraremos ainda as ressonâncias de Henri Bergson nas considerações de Marc Bloch sobre o tempo, reconhecidas pelo próprio historiador na *Apologia da História* (1941-1942)[188]. Historiograficamen-

186. Sobre a influência de Durkheim em Marc Bloch, cf. Rhodes, 1970.

187. Mais tarde, Halbwachs irá reaparecer como um dos nomes que figurarão no primeiro Comitê Editorial da *Revista dos Annales*.

188. Ao final do capítulo IV de *Apologia da História* (BLOCH, 2001: 153), na conclusão de seus comentários sobre o tempo, Bloch cita Henri Bergson (1859-1941), filósofo

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

te, não há dúvidas de que a influência mais altissonante no acorde-Bloch é a de Henri Pirenne, historiador belga a quem Bloch rende homenagens e que menciona algumas vezes em *Apologia da História* (2001: 65)[189].

O primeiro grande estudo histórico de Marc Bloch publicado foi de caráter regional – um estudo sobre a *Ile-de-France* (1913), no qual já questionava o conceito fechado de região em áreas administrativas preestabelecidas, argumentando que o que deveria definir o recorte da região em es-

---

francês que tinha a questão da temporalidade e da duração como um de seus temas filosóficos, além de outros de interesse dos historiadores, como a memória. *Duração e simultaneidade* (1922) é o livro de Bergson que pode ser tomado como referência para a temática do tempo.

189. Henri Pirenne (1862-1935), historiador belga especializado no período medieval, alcançou notoriedade com uma série de artigos (1922-1923) e uma tese sobre as origens da Idade Média, nos quais abordou a expansão de Carlos Magno e a ascensão do Islã como dois fenômenos interligados que consolidaram, como traços importantes do novo período, o relativo "fechamento do Mediterrâneo" para o grande comércio e a interiorização da Europa (*Maomé e Carlos Magno*, publicada postumamente em 1937). De acordo com Pirenne, a ruptura efetiva com o mundo romano teria ocorrido não nos séculos IV e V, com as interpenetrações germânicas, e sim no século VIII, com o fechamento do comércio mediterrânico que se desdobrou da ascensão do Islã. A tese do "fechamento do Mediterrâneo" foi muito aplaudida no primeiro momento, e depois criticada por todos os lados. Pirenne também se notabilizou por um modelo de análise para desenvolvimento das cidades medievais (*As cidades medievais*, 1927), igualmente criticado nos dias de hoje. Um dos méritos indiscutíveis de Henri Pirenne foi o de ter abordado a História da Idade Média atribuindo um papel central à análise econômica. Em 1923 também preconizou, com pioneirismo, a formação de um novo campo de estudos que breve daria origem à História Comparada (o estudo de Bloch sobre *Os Reis Taumaturgos*, de 1924, foi resultado desta sugestão de Pirenne). *A História da Europa: do final do império romano aos primórdios das nações ocidentais* (publicada em 1936), foi produto desta motivação comparativista e do desenvolvimento de sua reflexão crítica sobre o nacionalismo germânico no período em que esteve preso em um campo de concentração alemão (1916-1918). Sua *História da Bélgica*, publicada em 1907, também foi reconhecida como um trabalho importante. Sobre Pirenne, cf. Brown, 1976.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

tudo era o problema examinado[190]. Mas a grande obra viria com *Os reis taumaturgos* (1924), um ensaio que abre muitos caminhos para as gerações posteriores. De um lado, foi uma experiência efetiva no campo da História Comparada, uma vez que Marc Bloch se propôs a examinar duas dinastias europeias – a Capetíngia e a Plantageneta – de modo a perceber como na França e na Inglaterra desenvolvera-se uma singular crença no poder taumatúrgico dos reis, particularmente no que se refere à cura das escrófulas. Esse aspecto da obra – o comparativismo histórico – trouxe a Bloch a possibilidade de discorrer mais tarde, em um artigo de 1928 para a *Revue de Sinthèse Historique*, e outro datado de 1930, sobre um novo campo historiográfico que posteriormente se desenvolveria: a História Comparada.

Por outro lado, *Os Reis Taumaturgos* (1924) constituiu uma experiência pioneira que, de alguma maneira, pode ser relacionada a um novo campo que apenas se desenvolveria a partir dos anos de 1960: a História das Mentalidades. Tanto Bloch como Febvre trataram seus investimentos neste campo como experiências na área de psicologia coletiva, ou como temas relacionados aos "modos de sentir e de pensar" – uma designação que aparece mais claramente em *Sociedade feudal* (1939), de Marc Bloch. Vale lembrar ainda que Bloch também concebia seu *Os reis taumaturgos* (1924) como uma contribuição para a História Política, mas de todo modo uma "nova" História Política, atenta não à descrição de eventos, mas sim aos modos como se estabelecia o

190. No último volume desta série abordaremos as relações entre "história e espaço", inclusive a "história regional", e voltaremos a isto.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

poder a partir de práticas e representações coletivas. O problema examinado, por fim, era tratado em uma amplitude e de acordo com um enfoque que já começava a desenvolver a perspectiva da longa duração.

É um recorte extenso (séculos XIII-XVII), associado à perspectiva de análise de permanências relacionadas à "longa duração", o que teremos em *Les caractères origineaux de l'histoire rurale française* (1931), obra na qual também reaparece o recurso comparativo, esta nota recorrente no acorde historiográfico de Bloch. O elemento mais notável da obra é o desenvolvimento daquilo a que, no livro póstumo *Apologia da História* (1949), Marc Bloch chamaria de "método regressivo" – um método que se empenhava em ler a história ao inverso, indo das temporalidades mais próximas à época do historiador, e portanto mais conhecidas, até os tempos mais afastados, e por isso mesmo mais obscurecidos. A obra-prima de Bloch, contudo, viria com *A sociedade feudal* (1939), um livro que já realiza o projeto dos *Annales* de construir uma História Total. Nada escapa, aqui, às análises de Marc Bloch: do sistema de laços de dependência que consubstancia a "coesão social" na Idade Média aos "modos de pensar e de sentir", dos aspectos econômicos às relações políticas, da demografia às relações de parentesco, do comércio à concepção sagrada da realeza.

A obra que nos interessará mais é aquela que revela as concepções teórico-metodológicas de Bloch, suas relações historiográficas, seu diálogo com outros campos de saber, suas opiniões sobre o ofício do historiador. Elaborada entre 1941 e 1942 – nas difíceis condições da clandestinidade impostas por sua luta contra a ocupação nazista da França –, a

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Apologia da História de Bloch passaria a ser sempre citada pelos futuros historiadores ligados aos *Annales*, e por outros de correntes igualmente renovadoras, como um dos grandes clássicos da historiografia[191]. A principal luta desta obra é contra a historiografia estreita e superficial de diversos setores da historiografia de sua época, contra os quais Bloch opunha uma historiografia simultaneamente mais ampla e profunda. "Ampla" por preconizar tal diversidade de temas e de dimensões de estudo que fazia a História Política tradicional parecer extremamente estreita, em sua limitação a apenas uma pequena fatia do político (o poder relacionado às instituições e ao Estado, os confrontos bélicos e alianças, e a vida dos grandes políticos). "Profunda" por combater a superficialidade da História Factual, opondo-lhe a densidade e a profundidade que só podem ser alcançadas a partir da formulação de problemas históricos e da percepção de que os acontecimentos nada mais são do que a parte mais visível e fulgurante de processos e estruturas históricas muito mais profundas[192].

Trata-se também de um programa. Bloch reconhece de fato que, em seu livro, há uma "parte de programa" (BLOCH, 2001: 49), no qual, à amplidão e profundidade desta *Nova História*, acrescenta-se a possibilidade do "olhar longo", capaz de alcançar grandes extensões de tempo (mas também de espaço), para perceber de igual modo aquilo que muda mais lentamente, ou que se oculta sob a mais facilmente apreensível curta duração dos acontecimentos políticos. Por fim, uma história aberta, em construção, que não pretende

191. *Apologia da História* foi apenas publicada postumamente (1949).

192. A categoria de "história ao mesmo tempo ampliada e aprofundada" é proposta na introdução de *Apologia da História* (BLOCH, 2001: 49).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

encontrar a verdade definitiva, mas sim constituir uma verdade histórica relativa aos pontos de vista que a revelam. A História, para Bloch, aquela que ele pretende opor ao seu "outro" historiográfico, é uma História ampla, profunda, longa, aberta, e... comparada, esta pedra de toque que fez deste historiador francês um dos precursores deste futuro campo histórico. Por fim, a História, o seu modelo de História, estabelece-se no encontro entre o individual e o coletivo, ou entre o historiador individual e a comunidade dos historiadores[193].

As antecipações das conquistas historiográficas das gerações posteriores, nesta obra de Bloch, são surpreendentes. Podemos desde já citar uma, entre tantas. Se um dia Reinhart Koselleck (1979)[194] iria aprofundar primorosamente a consciência sobre os usos de conceitos em História – chamando a atenção para os dois níveis de conceitos com os quais lida o historiador: aqueles no nível das fontes, e aqueles no nível do historiador –, encontraremos na *Apologia da História* já uma menção importante à "dupla linguagem" que deve ser

193. Sobre esta síntese da proposta historiográfica de Marc Bloch – a "história ampla, profunda, longa, aberta, comparativa", e, por fim, "coletiva", porque feita a muitas mãos – cf. o prefácio de Jacques Le Goff para a edição de 1993 de *Apologia da História* (BLOCH, 2001: 26). Em relação à História Comparada, os textos básicos de Marc Bloch são os artigos de 1928 e 1930. Sobre o fato de que a história se exerce na combinação do trabalho individual e do trabalho de equipe, há dois modos complementares de entender este ponto. Como toda ciência, a História é produzida por indivíduos (os historiadores) que se apoiam não apenas em seu trabalho, mas no de muitos outros praticantes do seu campo de saber, fazendo referências a estes e recuperando uma rede interautoral com a qual é preciso dialogar. A obra de história encontra-se, assim, na conexão entre o trabalho individual e o trabalho coletivo. Por outro lado, Marc Bloch também se refere em *Apologia da História* à conexão entre o trabalho individual e o trabalho historiográfico em equipes.

194. Koselleck, 2006: 97-118.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

entretecida por todo historiador (BLOCH, 2001: 59). Marc Bloch dá aqui a perceber que o historiador é uma espécie de viajante conceitual do tempo, ora lidando com a linguagem da época e sociedade examinada, ora lidando com a linguagem conceitual desenvolvida pela própria comunidade dos historiadores e dos demais cientistas sociais, em momentos diversos. Se alertou para o "anacronismo", que ocorre quando se projeta uma forma de pensar de hoje em habitantes de outros tempos e sociedades (o "feminismo na Grécia Antiga"), Marc Bloch também apontou para o pecado inverso, para o que poderíamos entender como uma "fobia do anacronismo" (embora sem utilizar esta palavra) – uma postura que termina por se tornar paralisante, empobrecendo as possibilidades de reinterpretação da história ao desdenhar do uso [correto] de instrumentais teóricos e metodológicos atuais, quando perfeitamente aplicáveis ("estimar que a nomenclatura dos documentos possa bastar completamente para fixar a nossa seria o mesmo, em suma, que admitir que eles nos trazem a análise toda pronta"[195]).

195. Bloch, 2001: 138-146. Outra antecipação em relação às reflexões que mais tarde seriam aprofundadas por Koselleck é a passagem inicial de *Apologia da História* (BLOCH, 2001: 42), na qual Marc Bloch procura mostrar os liames viscerais que ligam a civilização ocidental ao desenvolvimento do saber histórico, seja a partir de sua herança greco-latina, seja em decorrência da herança do cristianismo, "uma religião de historiadores". Koselleck, cerca de quarenta anos depois, iria desenvolver esse tema. De sua parte, assim Marc Bloch se expressa: "O cristianismo é uma religião de historiador. Outros sistemas religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados, os cristãos têm livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, o fausto da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de uma outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, como uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada 'peregrinação' particular apresenta, por sua

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

À parte estes comentários iniciais, e de modo a apreender a obra em sua própria estrutura lógica, buscaremos seguir o texto de Marc Bloch. Sua pergunta fundadora: "O que é a História?" Ou, ainda mais especificamente, "Para que serve a História?" Esta mesma pergunta, no século anterior, já havia dado origem a uma obra filosófica de crítica à historiografia: o ensaio *Sobre as vantagens e desvantagens da história para a vida* (1873), de Friedrich Nietzsche[196]. Marc Bloch certamente conhecia essa obra. Algumas das críticas de Nietzsche a setores historiográficos de seu tempo, aliás, convergem com temas tratados por Marc Bloch. Em ambos aparece a crítica aos antiquários e à erudição inútil – mas também há uma defesa da erudição quando integrada à consciência histórica e quando associada a um historiador articulado à História-problema, o que permite entrever que Bloch tanto assimila a crítica de Nietzsche como elabora uma resposta que indica a erudição como uma base importante para o historiador, particularmente no sentido de que ele deve possuir uma gama de conhecimentos que transcendem o histórico tradicional. Em ambos – Nietzsche e Bloch – aparece a crítica àqueles que julgam o passado. Mas Bloch acrescenta a este item – o "não julgar" – uma ressonância da nota historicista herdada de Dilthey, que estabelecia como padrão da História a "compreensão", que seria típica das Ciências Humanas, por oposição à "explicação" das Ciências Naturais. Dessa forma, em

vez, o reflexo; é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, eixo central de toda meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado; nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas" (BLOCH, 2001: 42). Cf. Koselleck, 2006: 24-132.

196. Nietzsche, 2005: 67-178.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Bloch, a fórmula resulta em uma sentença: "Não julgar, e sim compreender". Afirma-se também, tanto no filósofo alemão como no historiador francês, a rejeição da postura daqueles que "detratam o presente", e que buscam no passado apenas um refúgio para disfarçar sua ausência de vida e atividade no presente. Não há menções de Bloch a ter construído o seu texto, em algumas partes, para responder a Nietzsche, um filósofo que punha em xeque a historiografia de seu tempo, e na verdade o próprio "excesso de história"; mas parece evidente que, em seu pequeno ensaio, Marc Bloch dialogou, ao menos implicitamente, com outros textos e autores que já haviam refletido antes sobre a História e sobre o ofício do historiador, como o ensaio de Nietzsche e também outro pequeno texto oitocentista, este já escrito por um historiador, o *Historik*, de Droysen (1858). Isso, naturalmente, sem mencionar o manual de Seignobos, o qual é referido diretamente no texto de Bloch, em algumas notas e oportunidades. O ensaio de Bloch, neste contexto, é ao mesmo tempo uma "defesa da História" (título que parece dialogar com o texto de Nietzsche, que em parte é um "ataque à História"), uma crítica a um padrão historiográfico a ser superado (a historiografia factual), e a defesa de um "programa" (Bloch, aliás, explicita este aspecto a certa altura da *Apologia*). Por fim, a *Apologia* é também um "exame de consciência", confrontado contra uma crise histórica e uma crise da historiografia.

Situada a rede interautoral, devemos recolocar a *Apologia* em um contexto mais específico. Escrita entre 1941 e 1942, após a entrada dos alemães em Paris no mês de junho de 1940, e sob o impacto da consequente ocupação nazista do

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

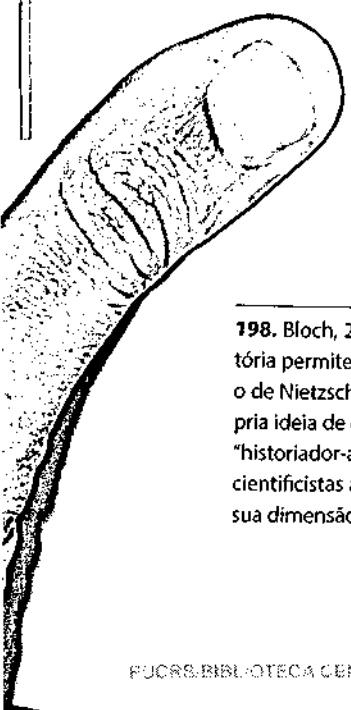
território francês, a *Apologia* não deixa de trazer dentro de si os ecos da decepção e da perplexidade vivida pelos franceses invadidos[197]. Em uma das primeiras páginas de seu livro, Marc Bloch resume este contexto trágico, que foi o tema de outro de seus livros – *A estranha derrota* (1940) – produzido no momento anterior ao de *Apologia da História*. Ele lembra na *Apologia* que, acerca da história, muitos então se perguntavam, tentando compreender aquela estranha derrota: "Terá a História nos enganado"? (BLOCH, 2001: 43).

Entre as questões suscitadas por *Apologia da História*, algumas seriam somente retomadas muitas décadas depois. Uma

197. No contexto da expansão hitlerista, em 3 de setembro de 1939 a França havia declarado guerra à Alemanha, em função da invasão da Polônia. Os exércitos alemães não precisaram mais do que nove meses para vencer e invadir a França, e em junho de 1940 entraram em Paris. Os líderes franceses cogitaram transferir-se para as possessões francesas no norte da África, mas acabou surgindo a tese de que o governo deveria se conservar na França a partir de um acordo de rendição com a Alemanha. Disto resultou a divisão da França em duas zonas: três quintos de uma França ocupada, sob total controle alemão, e dois quintos de uma França administrada por um governo francês, na verdade um governo-fantoche sob o controle alemão e que teria capital na cidade de Vichy. A Terceira República francesa foi declarada extinta, e os poderes foram concentrados nas mãos do antigo vice-primeiro-ministro, Henri Philippe Pétain, um chefe de Estado colaboracionista que se colocou a serviço do domínio nazista. O antigo emblema francês – "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" – foi substituído por outro: "Trabalho, Família, Pátria". Sob a regência de um oficial da SS, leal a Hitler, foi criada a "milícia de Vichy", um organismo policial encarregado da repressão e do combate aos focos da resistência francesa. Enquanto isso, desde junho de 1940, uma entidade político-militar, espécie de governo francês paralelo, foi fundada pelo general Charles de Gaulle, com sede em Londres, intitulando-se "França Livre" ou "França Combatente". Esse foi o contexto político no interior do qual o historiador judeu Marc Bloch precisou escrever a *Apologia da História*, ao mesmo tempo em que entrava em clandestinidade e atuava na resistência francesa contra o Regime Vichy e a ocupação alemã. Lucien Febvre preferiu acomodar-se ao novo sistema, que cairia em agosto de 1944 com o avanço dos aliados, e durante todo o período de quatro anos da ocupação alemã conseguiu editar a *Revista dos Annales*, mas eliminando o inviável nome de Marc Bloch do corpo editorial. Por ironia do destino, os franceses conseguiram sua libertação dois meses depois do fuzilamento de Marc Bloch pelos nazistas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

delas refere-se à dimensão estética da História. Bloch escreve sua apologia após um século e meio de desenvolvimento dos dois primeiros paradigmas científicos da História – o Positivismo e o Historicismo – e um século depois das primeiras formulações do Materialismo Histórico. A maior parte dos historiadores habituara-se a ver a História como ciência. Isso podia variar um pouco. Febvre acreditava que a História era um tipo de conhecimento cientificamente produzido, e Marc Bloch a definira como "ciência dos homens no tempo". Os positivistas e historicistas poderiam discordar sobre que tipo de ciência era a História – se uma ciência aparentada às Ciências Naturais, ou se totalmente distinta, conformando uma espécie própria de ciência – mas poucos questionariam, naquela época, que a História tinha uma dimensão científica. Marc Bloch também não o fez. Reconhecer a cientificidade da História, contudo, não o impediu de indagar se a História não teria também sua parcela de arte e poesia:



> Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia, Resguardemo-nos, sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela [a História] deveria ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942)[198].

198. Bloch, 2001: 44. Reconhecer a dimensão estética, ou mesmo poética, da História permite entrever mais uma confluência entre o projeto de História de Bloch e o de Nietzsche. O filósofo alemão o radicaliza um pouco, é verdade, e critica a própria ideia de cientificidade de história, em favor da abertura de um caminho para o "historiador-artista". Bloch, de todo modo, propõe contra muitos dos historiadores cientificistas a ideia de que a dimensão artística da História não prejudica em nada sua dimensão científica; e, contra Nietzsche, postula que tampouco a cientificidade

UFCRS.BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

A História permite a conjunção entre Ciência e Arte – é o que se depreende das considerações de Marc Bloch, para quem "a História tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina" (2001: 44). Naturalmente que, ainda que a estética e a discursividade da História nem sempre se apresentem como questões confortavelmente explicitadas em várias das correntes historiográficas, grandes historiadores de diversos credos e filiações paradigmáticas não deixaram de ser exímios artistas do discurso histórico. Ranke, que insistia na ideia de que o historiador deveria se esmerar em apresentar os fatos sem "ornamentos", era, destarte, um hábil artesão da palavra. Sua prática historiográfica desmente, de algum modo, a austeridade de seu discurso sobre seu próprio ofício. Marc Bloch, todavia, não fugiu ao reconhecimento da poesia que se abriga na História. Admitir uma dimensão estética na História não o enrubescia[199].

Posto isto, a História para Marc Bloch será mesmo uma ciência – uma "ciência em construção", tal como já discu-

---

da História prejudicaria sua instância artística. Bem mais tarde, Jörn Rüsen retomaria essas questões, desenvolvendo uma posição próxima à de Bloch em relação a este problema (RÜSEN, 2007: 28-38).

199. Em outra passagem de *Apologia da História*, (p. 54) Bloch continua a fustigar a dicotomia que opõe ciência e arte ("Arte contra ciência, forma contra fundo"). Compara ainda, a partir de duas metáforas, os cientistas do mundo físico e os cientistas do mundo humano: "Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível negar que haja, como o tato das mãos, um das palavras?" (BLOCH, 2001: 55).

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.753/2003.

timos anteriormente (cf. o capítulo sobre o "Programa dos *Annales*"). Em *Apologia da História*, Bloch se esmera em definir o que seria essa ciência, qual seria sua singularidade. Chega à definição, que até hoje é a mais aceita, de que "a História é a ciência dos homens no tempo". Dos "homens", e não do "Homem", para evitar a ideia abstrata de homem, já que o que a História busca é a vida, em sua agitação, em sua especificidade, em seu entrelaçado de cultura, política, economia e mentalidade, mas sempre concretizada em homens reais que viveram a história[200]. Há outra frase da *Apologia da História* que se tornou célebre, na qual Marc Bloch diz: "O historiador é como o ogro da lenda; onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001: 54). De igual maneira, "uma ciência do tempo" ("dos homens no *tempo*"), e não uma "ciência do passado humano"[201].

Uma das mais célebres discussões de *Apologia da História* é aquela que se desenvolve em torno do tema da "obsessão pelas origens na historiografia". Marc Bloch discute este tema sob o rótulo de "ídolo faz origens"[202]. Fascinado por "compreender o mais próximo pelo mais distante", mas às

200.. "O objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor, os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade" (BLOCH, 2001: 54).

201. Voltaremos a esta definição no último volume desta série.

202. Uma pequena história desta "obsessão embriogênica", como a chamou Bloch em uma das passagens da *Apologia*, é esboçada pelo historiador francês em duas páginas do livro (2001: 57-58). A busca da "origem que tudo explica", ou do "ovo que contém dentro de si um resumo da idade adulta", não constitui um traço apenas pertencente aos historiadores ocidentais, mas também a pensadores de campos diversos inerentes à longa tradição do pensamento ocidental. A contribuição mais importante da *Apologia* para o tema, contudo, refere-se aos problemas teórico-metodológicos que afetam a historiografia a partir do "mito das origens", um alerta que já havia sido feito por Simiand.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

vezes presa fácil dos aspectos mais simplórios deste fascínio, o historiador facilmente pode ser conduzido pela ideia de que a origem tudo explica. A própria palavra "origem" parece remeter à ideia de um "começo" que se explica; ou, com sentido ainda mais perigoso, "um começo que tudo explica". O ídolo das origens é o canto de sereia para os historiadores que se deixam naufragar em sua viagem de busca pelo acontecimento primordial. Mas, "de onde fazer partir o cristianismo? Da atmosfera sentimental em que se elaboraram, no mundo mediterrânico ou iraniano, as religiões da salvação? De Jesus? De Paulo? Ou das gerações que vieram se fixar nas linhas essenciais do dogma?" (BLOCH, 2001: 56). Perigo maior, contudo, a sereia das sereias, é quando essa busca é contaminada pelo traiçoeiro canto das "causas e efeitos". O extremo perigo, abismo que tem tragado frotas de historiadores, é o tratamento linear e teleológico da dinâmica de causa-efeito, que produz a ilusão de que a História é uma só via, e de mão única. Esta escolha de um ponto no passado para servir de origem a uma linha reta que vai dar em outro ponto mais à frente (o acontecimento que se quer explicar, ou mesmo nosso próprio presente), conformando uma explicação que exclui as outras possíveis, e configurando uma história que elimina todas as outras que poderiam ter sido traçadas a partir de outros começos e elaboradas conforme itinerários distintos, constitui a prática que depois seria denominada "retrodição"[203]. A prática historiográfica da retrodição, quando produz explicações definitivas que

203. Sobre a "retrodição", cf. o segundo capítulo do vol. III da série *Teoria da História* (BARROS, 2011c: 228-252).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA DOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

acabam se tornando consensuais nas comunidades historiográficas, e mais, quando se aliam à "história dos vencedores", condena ao silêncio uma infinidade de histórias que jamais serão escritas, a não ser que um dia estas possibilidades sejam resgatadas por um historiador capaz de recuperar no passado aquilo que Walter Benjamin chamou de "centelhas perdidas"[204]. A perda de uma centelha importante, esmagada pela representação da marcha dos vencedores, pode condenar mesmo caminhos para o futuro. Mas aqui já nos afastamos um pouco das reflexões de Bloch sobre "o ídolo das origens"[205]. Um aspecto entrevisto na *Apologia*, de todo modo, é a ideia de que, ao lado da ilusão de que é possível encontrar uma origem que explica tudo em relação a determinado processo, está também o surgimento de outra faceta da mesma tendência: a ideia de que em determinado acontecimento ou configuração de acontecimentos pode estar já inscrita, embrionariamente, toda a história posterior. A Retrodição, enfim, é mãe do Determinismo, embora este não seja o seu único filho[206].

204. Nas suas *Teses sobre o conceito de História* (1940), Walter Benjamin – outro intelectual judeu vítima da perseguição nazista – utilizou a imagem das "centelhas de esperança" que ficaram perdidas no caminho, e que precisam ser recuperadas contra a corrente da história oficial que celebra o "cotejo dos vencedores" (BENJAMIN, tese 6; 2008: 224).

205. Quando uma leitura teleológica da história é forjada com exclusão de todas as outras, e quando consegue passar a consenso, inclusive fora do círculo dos historiadores, pode enredar as três temporalidades, comprometendo não apenas o presente, como também o futuro.

206. Podemos acrescentar ainda uma terceira questão que faz parte da crítica blochiana ao "ídolo das origens". Bloch costumava ressaltar que alguns dos historiadores de sua época, tão preocupados em perseguir as origens para entender o mais próximo pelo mais distante, costumavam revelar uma sensível negligência em perceber a conexão de fatos ou processos de uma época com outros aspectos dessa

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Para além dos elementos teóricos, que nos interessaram até aqui, é preciso dizer que *Apologia da História* discute com especial interesse questões metodológicas, como a "mediação" do conhecimento historiográfico ou a natureza das fontes históricas, tratadas por Marc Bloch sob o signo de "vestígios", o que já o aproxima de uma abordagem mais moderna do documento histórico (BLOCH, 2001: 73). Aspectos discutidos na *Apologia*, como a necessidade de buscar também os "testemunhos involuntários", para além da documentação ou dos aspectos de um discurso que revelam a intencionalidade (p. 72), ou ainda como a menção da possibilidade de consulta aos "relatos de testemunhas" (p. 74), prenunciando vagamente o que muito mais tarde constituiria a modalidade da História Oral, fazem desse livro um dos registros mais expressivos sobre a abertura metodológica proposta pelos *Annales*. A preocupação de Marc Bloch com a temática da memória, aliás, empresta ao seu livro mais um dos seus tons de pioneirismo[207], o que não o impede de recomendar a necessária cautela que devem ter os historiadores que lidarão com as reconstituições que se valem da memória (tanto as

mesma época. Na *Apologia*, há de fato outra frase célebre, na verdade um antigo provérbio árabe que é retomado por Marc Bloch: "Os homens parecem mais com sua época do que com seus pais" (BLOCH, 2001: 60). Em outras palavras, Bloch reclama, da parte dos historiadores do seu tempo, uma maior consciência do presente: "Os velhos historiadores gregos [...] jamais imaginaram que, para explicar a tarde, bastaria conhecer, no máximo, a manhã" (BLOCH, 2001: 62). Rigorosamente falando, a crítica ao "ídolo das origens" junta-se aqui ao programa da História Total, em seu sentido mais específico de que tudo se liga com tudo no interior de um mesmo sistema ou momento histórico.

207. "Qual historiador não sonhou poder, como Ulisses, alimentar as sombras com sangue para interrogá-las? Mas os milagres da Nekuia não estão mais em voga e não existe outra máquina de voltar no tempo senão a que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas" (BLOCH, 2001: 74).

PUC RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

que encontram seu registro a partir de depoimentos colhidos pelo próprio historiador, como aquelas que, registradas no interior de documentos, chegam aos historiadores já recolhidas por outros ou prestadas espontaneamente). Posto isto, a grande questão que nos coloca Marc Bloch é a da percepção do "voluntário" e do "não voluntário" no universo das fontes históricas. A riqueza de suas considerações reside, aliás, em dar a perceber que existe uma margem de "não voluntário" mesmo na documentação emitida voluntariamente com vistas a comover ou informar um leitor previamente identificado pelo emitente do discurso. Vejamos, inicialmente, o que nos diz Bloch da primeira divisão que pode cindir o universo de fontes históricas em dois hemisférios: os "testemunhos voluntários" e os "testemunhos involuntários":

> Quando, com efeito, lemos, para nos informar, Heródoto ou Froissart, as memórias do marechal Joffre ou as notícias, aliás completamente contraditórias, dadas pelos jornais alemães e britânicos sobre o ataque a um comboio no Mediterrâneo, o que fazemos senão nos conformar exatamente ao que os autores destes escritos esperavam de nós? Ao contrário, as fórmulas dos pairos dos mortos eram destinadas a serem recitadas apenas pela alma em perigo e ouvidas tão somente pelos deuses; o homem das palafitas que, no lago vizinho onde o arqueólogo os remexe atualmente, jogava fora os dejetos de sua cozinha, queria apenas poupar sujeira à sua cabana; a bula de isenção pontifical só era tão precavidamente preservada nos cofres do mostei-

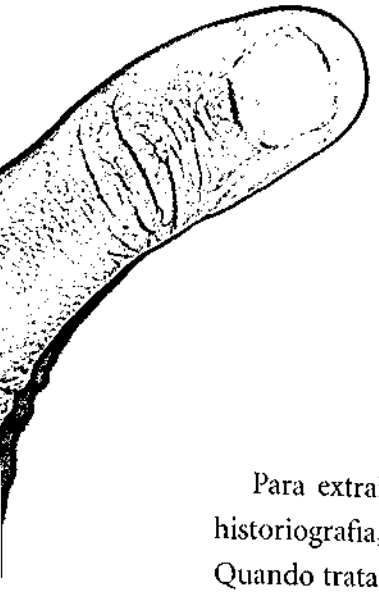
PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> ro a fim de ser, chegado o momento, brandida aos olhos de um bispo importuno (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942)[208].

Os testemunhos não voluntários também são descritos por Marc Bloch nos termos de "testemunhos à revelia" (2001: 77). A maestria do historiador francês, contudo, está em dar a perceber que há uma dimensão de testemunho não voluntário que pode ser igualmente apreendida nos documentos que foram motivados por certa intencionalidade. Dito de outra forma, o documento que pertence à categoria dos gêneros de testemunhos voluntários também traz a sua margem do involuntário, da informação que escapa sem que seu enunciador se dê conta, ou mesmo sem que o próprio enunciador do discurso tenha qualquer consciência maior de que ela está ali. Uma hagiografia, por mais que tenha sido construída em torno da fantasia dos milagres e do cuidadoso ato de esculpir uma personalidade destinada a servir de *exempla*, ao mesmo tempo em que formatada para atender aos interesses de uma ou outra das muitas ordens da Igreja medieval, possui um registro involuntário que escapa das entrelinhas do que o hagiógrafo se propôs a dizer. Há uma cultura material que a informa, modos de pensar e de sentir que a atravessam, informações que o autor do texto não pensava trazer, ou nem sabia que estava trazendo, e que constituem esta sombra de involuntário que sempre termina por impregnar qualquer testemunho voluntário:

208. Bloch, 2001: 24-25.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.



> Até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. Em Saint-Simon, o que descobrimos de mais instrutivo? Suas informações, frequentemente inventadas, sobre os acontecimentos do reino? Ou a espantosa luz que as *Memórias* nos lançam sobre a mentalidade de um grande senhor, na corte do Rei-Sol? Entre as vidas dos santos da Alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem nos retraçar. Interroguemo-las, ao contrário, sobre as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor (BLOCH. *Apologia da História*, 1942)[209].

Para extrair de um texto os materiais que serão úteis à historiografia, portanto, é preciso atentar para dois aspectos. Quando tratamos da dimensão voluntária do texto, é preciso transformar o testemunho em discurso, compreendê-lo como discurso, como texto que contém distorções, manipulações, enganos e autoenganos, cargas ideológicas a serem apreendidas. Para apreender a dimensão involuntária, inclusive nos documentos que poderiam ser categorizados como "testemunhos voluntários", é preciso uma atenção especial. Sobretudo, compreender que "os documentos não falam, senão quando

209. Bloch, 2001: 78.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

sabemos interrogá-los" (BLOCH, 2001: 79). Retornamos, aqui, à questão fundadora da História-problema[210].

Concluiremos frisando mais uma vez o ambiente teórico que se estabelece a partir da produção historiográfica de Bloch. No que concerne às conexões paradigmáticas de Marc Bloch, através da *Apologia da História* e de suas outras obras, podemos perceber interações bastante ambíguas em relação aos paradigmas positivista e historicista, para não mencionar o Materialismo Histórico. Já mostramos anteriormente que, do Positivismo, Marc Bloch havia se apropriado bem claramente de alguns conceitos durkheimianos – como os de "representações coletivas" e de "coesão social" (*A sociedade feudal*, 1939). Ao mesmo tempo, tal como também já foi discutido, o historiador francês dirige uma respeitosa crítica à escola durkheimiana em diversas passagens da *Apologia da História* (2001: 47, 51) – e isto ao lado de sua incontornável luta nos quadros de uma disputa territorial que visava combater o projeto durkheimiano de secundarização da História. Por outro lado, em relação à antiga sugestão de "imutabilidade da natureza humana", presente em certo número de filósofos iluministas e, depois, em outro tanto de sociólogos positivistas, a posição de Marc Bloch mostra-se oscilante e ambígua, situando-se entre a ideia da existência de um "fundo permanente" da experiência humana e, no polo oposto, a tendência historicista a colocar em relevo a

210. A continuação da análise da segunda parte de *Apologia da História*, um texto que a partir daqui se torna mais metodológico que teórico, prosseguirá no volume oito da série *Teoria da História*, no capítulo relativo à expansão documental.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

radical mutabilidade do homem nas diversas sociedades[211]. Em um aspecto, por outro lado, a herança historicista é bastante clara: a ideia de que o historiador deve se aproximar da alteridade histórica a partir do gesto de "compreender"[212]. Marc Bloch, enfim, soube lidar com as dissonâncias de seu tempo em seu acorde historiográfico. Não foi um pensador vinculado diretamente a nenhum paradigma teórico, mas sim um historiador associado a uma escola que não propõe, em seu programa, nenhuma associação teórica mais específica, deixando as escolhas teóricas a cargo de seus membros. Marc Bloch exerceu essa liberdade de maneira criativa, produzindo sua própria coerência teórica.

4 Fernand Braudel: liderança da Segunda Geração dos *Annales*

Fernand Braudel (1902-1985) domina amplamente a segunda geração dos *Annales*[213]. De 1946, e até a morte de Febvre

211. Na *Apologia da História* encontraremos a seguinte passagem: "Decerto não estimamos mais hoje em dia que, como escrevia Maquiavel, ou como pensavam Hume ou Bonald, haja no tempo 'pelo menos algo de imutável: o homem'. Aprendemos que o homem também mudou muito: em seu espírito e, sem dúvida, até nos mais delicados mecanismos de seu corpo. Como poderia ser de outro modo? Sua alimentação, não menos. É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer" (BLOCH, 2001: 65).

212. Bloch, 2001: 128. Conforme vimos no vol. II da série *Teoria da História* (BARROS, 2011b: 147), os historicistas da segunda metade do século XIX, como Dilthey e Droysen, passaram a opor a categoria da "compreensão" à categoria da "explicação" – a primeira postulada como típica das ciências do espírito, e a segunda típica das ciências da natureza.

213. Para uma biografia de Braudel, cf. Daix, 1995; e ainda a obra coletiva coordenada por Jacques Revel sob o título *Fernand Braudel et l'histoire* (1999). Cf. ainda Wallerstein, 1989b: 13-29.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

em 1956, será o segundo nome do movimento. A partir daí, e até 1969, praticamente reinará absoluto, quando então é pressionado a partilhar o poder com outros historiadores do grupo a partir de uma ampliação de cargos de direção da *Revista dos Annales* e em outras instituições ligadas a esta escola[214]. Habitualmente, considera-se como uma conturbada transição o período situado entre 1940 e o final da Segunda Guerra, e situa-se a "segunda fase dos *Annales*", propriamente dita, entre os anos de 1946 e de 1969, incluindo o "primeiro ato" em que Lucien Febvre consolida institucionalmente o grupo projetando o sucesso definitivo da *Revista dos Annales* e fundando a VI seção da École des Hautes Études. Quando se fala em "gerações dos *Annales*", por outro lado, temos que considerar que Marc Bloch e Lucien Febvre constituíram a primeira geração, e que Braudel já será o grande nome da segunda geração[215].

214. É preciso se ter em vista que, antes de se tornar subitamente o segundo nome da Escola dos *Annales* na última fase de vida de Lucien Febvre, Braudel havia percorrido uma árdua trajetória. Durante dez anos atuara como professor na Argélia (1922-1932), e nos três anos seguintes lecionou na Universidade de São Paulo, no Brasil. Durante o período da Segunda Grande Guerra, esteve prisioneiro em um campo de concentração (1940-1943), e foi neste período que pôde concluir a elaboração de sua obra mestra, *O mediterrâneo*, que seria retocada e publicada em 1949. O encontro com Lucien Febvre, tão decisivo para sua carreira nos *Annales*, deu-se em um navio que voltava para a França. Braudel vinha do Brasil, e Lucien Febvre de uma viagem ao Uruguai e à Argentina. Este encontro seria decisivo para a consolidação da segunda fase do movimento dos *Annales*, que teve Lucien Febvre por líder desde 1946, e Braudel como dirigente máximo a partir de 1956.

215. O próprio Braudel tende a falar em duas fases cortadas pelo ano de 1956. A primeira grande etapa corresponderia ao período que abarca desde a colaboração dos primeiros annalistas na *Revue de Synthèse Historique*, de Henri Berr, até os dois períodos iniciais da *Revista dos Annales*, isto é, aquele em que se desenvolve a colaboração entre Bloch e Febvre até o fim da guerra, e também o período seguinte, no qual Febvre passa a comandar a revista após a morte de Marc Bloch. Em 1956, na perspectiva do próprio Braudel, os *Annales* teriam passado a uma nova etapa. Esta

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Trata-se de um novo momento, e de uma nova configuração para possíveis articulações. O contexto geral é o de uma expansão econômica, à qual muitos economistas do futuro referir-se-iam como "anos de ouro". As Ciências Sociais conhecem nesta época um novo impulso, afirmando-se em algumas delas uma corrente teórica que ficaria conhecida como Estruturalismo. Por outro lado, a França e os países do Mediterrâneo europeu veriam florescer desde o pós-guerra um vigoroso "marxismo mediterrânico" (ROJAS, 2000c: 67). Se na primeira metade do século XX os países da Europa tinham uma lacuna em termos de desenvolvimento de um consistente marxismo político e de uma mais rigorosa produção histórica e sociológica fundada no Materialismo Histórico, agora surgia um marxismo mediterrânico que penetra nos meios populares e nas instituições. E, se os primeiros *Annales* puderam explorar precisamente esta lacuna, assumindo a vanguarda da renovação historiográfica em países como França, Itália, Espanha, ocupando um lugar de destaque nesta divisão do trabalho historiográfico, agora havia um ágil marxismo mediterrânico com o qual era preciso se articular[216]. Alguns dos primeiros e mais próximos colaboradores

periodização foi proposta em um artigo de Braudel para comemorar os trinta anos da revista (BRAUDEL, 1959).

216. O marxismo mediterrânico – na França e nos demais países do sul da Europa – floresce entre o Pós-Guerra e o emblemático ano de 1968. Depois disso, não conseguindo trazer respostas às novas demandas, declina e sai de cena. Na década de 1960, foram intensos os diálogos entre este marxismo mediterrânico e a última fase da segunda geração dos *Annales*. Com os acontecimentos de 1968, não é só o marxismo mediterrânico que declina, mas também a configuração dos *Annales* estruturada em torno de Braudel (ROJAS, 2000c: 70). Mais uma vez, os *Annales* precisam mudar de pele (uma expressão que fora de Braudel) e entra em cena, na direção da revista, a geração de historiadores franceses que ficaria conhecida como terceiros *Annales*, e

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

de Braudel pertenciam originalmente a organizações de esquerda ou ao próprio Partido Comunista Francês, tal como Le Roy Ladurie (n. 1929) e François Furet (1907-1997). Este último, mais tarde, iria abandonar a esquerda e tornar-se um dos seus críticos mais contumazes ligados aos *Annales*. Suas veementes críticas ao socialismo foram depois encaminhadas no livro *O passado de uma ilusão* (1995). Os anos iniciais da direção de Braudel – este pensador que não era propriamente de esquerda, embora admirador confesso do trabalho teórico de Marx[217] – foram atravessados por esta assimilação da colaboração de marxistas e homens de esquerda que se ligaram ou se associaram aos *Annales*[218]. Os anos de 1970,

que também gostava de se intitular *Nouvelle Histoire*, embora sustentando a ideia de continuidade em relação aos *Annales* originais.

217. O que mais Braudel admirava em Marx era o fato de que, em pleno século da História Política tradicional, este pensador oitocentista conseguira conceber a História em termos equivalentes à "longa duração". Sua história dos modos de produção, com outro vocabulário, não deixava de ser uma história das estruturas. Em relação à teoria da transformação revolucionária, neste ponto há uma divergência entre Marx e Braudel, que acredita que as desigualdades sociais são eternas. Considerando as distinções que podem ser observadas entre Materialismo Histórico (um paradigma teórico-metodológico para as ciências humanas) e marxismo (um projeto político que visa o socialismo), podemos ver que Braudel apresentava algumas convergências com o Materialismo Histórico, rejeitando, contudo, o marxismo político e a filosofia da história de Marx. No tocante ao posicionamento político de Braudel é interessante ressalvar que, em seu "Testemunho pessoal", ele declara ter sido um "estudante de esquerda" (BRAUDEL, 1972: 450).

218. O Partido Comunista Francês, todavia, em certo momento adotou uma posição oficialmente crítica em relação a Braudel, e acusou este último de ser um "teórico oficial do Gaullismo" e "agente de formações norte-americanas na França" (ROJAS, 2000: 188). Braudel, certamente, soube articular uma série de alianças, bem como atrair investimentos para dar suporte ao seu grande empreendimento. Por sinal, já vinha de Febvre esta capacidade de articulação e de administrar investimentos externos, e o mecenato americano, por exemplo, foi importante para a formação da VI seção da École Pratique des Hautes Études, a instituição que começou a consolidar um lugar institucional concreto para os *Annales*. Sobre as origens desta instituição e sua assimilação do mecenato americano, cf. Mazon, 1988.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

por outro lado, iriam assistir também à influência, nos meios acadêmicos franceses, de Louis Althusser (1918-1990), filósofo que produz uma mescla entre o marxismo e o estruturalismo francês e que repercute em diversas correntes das Ciências Humanas na França, inclusive influenciando alguns dos historiadores da terceira geração dos *Annales*[219]. O marxismo francês, enfim, era uma nova força que precisava ser considerada. Além disso, havia ainda o diálogo a ser travado, em novas bases, com as Ciências Sociais.

Braudel, além de ser o grande líder dos *Annales* entre 1956 e 1969, com amplos poderes em todas as instituições do movimento, ofereceu aos *Annales* a mais brilhante contribuição historiográfica do período[220]. Esta coincidência entre um líder carismático, executivo hábil e intelectual brilhante não ocorre com muita frequência na história das ideias. Os *Annales* da segunda geração, todavia, puderam se beneficiar desta conjugação. Stoianovich, um dos mais reconhecidos historiadores do movimento, considera Braudel o verdadeiro fundador daquilo que se poderia chamar de um "paradigma dos *Annales*" (1976), considerando que é aqui que o mo-

219. É visível a presença de uma nota de influência de Althusser no acorde teórico de Michel Vovelle, historiador marxista da terceira geração da Escola dos *Annales* que evoca o filósofo algumas vezes em um de seus mais conhecidos artigos: "A História e a longa duração" (1978). Também Jacques Le Goff e Georges Duby parecem adotar a concepção althusseriana de "ideologia".

220. Além de diretor da *Revista dos Annales* e presidente da VI seção da École Pratique des Hautes Études – que eram as grandes instituições sob controle direto do movimento dos *Annales* –, Braudel também passou a ser o Presidente do Júri do Exame de Agregação, o que significa que adquiriu poderes de decidir sobre as carreiras universitárias. Em 1962 consegue apoio da Fundação Ford para a criação da *Maison des Sciences de l'Homme*, e passa a ser também o seu administrador. Conforme assinala François Dosse, Braudel chegou a ser qualificado por alguns professores, em certa ocasião, como "um novo Luís XIV" (DOSSE, 1989: 163).

UFSC/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

delo estrutural que incorpora permanência e mudança sob a égide do conceito de "longa duração" adquire sua forma mais bem-acabada, transformando-se em um modelo que seria seguido por novos historiadores seja nas monografias regionais, seja nos trabalhos de recorte mais amplo.

Se utilizarmos para o pensamento historiográfico de Braudel a metáfora do "acorde teórico", a ideia de longa duração ocupará aqui uma posição proeminente. Esta nota também encobre pelo menos dois secretos harmônicos: a leitura marxista da sucessão histórica em "modos de produção" – longos períodos que podem ser perfeitamente assimilados à noção braudeliana de "estrutura" – e a perspectiva estruturalista de Lévi-Strauss, assimilável ao "olhar longo" introduzido na historiografia pelos *Annales*. Também veremos na harmonia teórica de Braudel influências as mais diversas: as concepções de Marx sobre a transformação capitalista, a economia histórica de Sombart, a historiografia econômica de Henri Pirenne[221],

221. Existe outro detalhe nesta influência pirenniana recolhida pelo acorde teórico de Fernand Braudel. Pirenne, no decurso de toda a sua produção historiográfica, atribuíra ao Mar Mediterrâneo o papel de grande protagonista histórico, capaz de mediar e de redefinir os destinos de três grandes civilizações: a ocidental-cristã, a islâmica e a bizantina. Maomé (o Islã) e Carlos Magno (o Ocidente Cristão) tornam-se forças antagônicas, mas complementares, precisamente por conta do novo padrão que se estabelece no Mediterrâneo: diante do controle islâmico do Grande Mar, e ainda incapaz para a aventura Atlântica, o Ocidente Europeu se interioriza e se organiza de uma nova maneira com o império carolíngio e seus posteriores desmembramentos – e a Europa marítima se transforma em uma Europa Intercontinental. A mesma centralidade atribuída ao Mediterrâneo, além da capacidade de enxergar o Grande Mar como um personagem que redefine os destinos humanos, reaparecerá em Fernand Braudel, que, todavia, amplia sua visão geo-histórica em função da possibilidade de enxergar o Mediterrâneo de diversos pontos de vista (e não apenas com o olhar que parte da margem europeia deste grande mar). Para esta nova possibilidade, certamente contribuiu o fato de Braudel viver dez anos na Argélia, na outra margem do Mediterrâneo (LACOSTE, 1989: 177). O contato de

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

a geografia possibilista de Vidal de La Blache[222], a flexibilidade de Lucien Febvre para traduzir criativamente influências diversificadas[223] e, sobretudo, a influência historiográfica de Marc Bloch como um todo. Entre os historiadores com os quais Braudel conviveu nos seus anos formativos e antes da integração aos *Annales* precisamos lembrar ainda o nome de Henri Hauser (1866-1946)[224], historiador e economista que participara da fundação dos primeiros *Annales*, e que, tal como Braudel, especializara-se no estudo do século XVI e na análise da Modernidade capitalista, de modo mais geral. A este ambiente teórico une-se o diálogo com as Ciências Sociais: diálogo a um só tempo crítico e assimilativo, tenso e atento, entusiasmado e cuidadoso. Característica interessante de Braudel, aliás, foi a maneira de lidar com as várias notas de seu próprio acorde. Em termos de influência, sejam quais forem, ocorre sempre um processo de tradução e de assimilação criativa. Aguirre Rojas utiliza uma interessante expressão para definir este processo de tradução de influências diversas encaminhado por Braudel. Para ele, este histo-

Braudel com Pirenne (e também com sua obra) ocorre em 1831, quando este último fora à Argélia para proferir uma conferência sobre suas famosas teses sobre as origens da Idade Média.

222. A influência da geografia de Vidal de La Blache chega a Braudel, na verdade, a partir de uma outra nota: o geógrafo Albert Demangeon (1872-1940), que fora parceiro de Lucien Febvre e que contribuiu diretamente para a formação de Braudel. Sobre as relações de Braudel com a Geografia, cf. Lacoste, 1989: 175-219. Sobre Vidal de La Blache, Braudel entretece comentários na seção final de seu texto sobre "A longa duração" (BRAUDEL, 2011: 120-121).

223. Além disso, a habilidade administrativa e a capacidade como líder do movimento parecem ligar Lucien Febvre a Fernand Braudel.

224. Os contatos de Braudel com Henri Hauser ocorrem a partir de 1930. Nesta altura, Braudel vivia seu período docente na Argélia, e Henri Hauser lá esteve para uma palestra no Congresso de Ciências Históricas (1930). Nesta ocasião, Hauser já fazia parte do primeiro corpo editorial da recém-fundada *Revista dos Annales*.

PUC-RIO - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

riador "braudeliza" suas influências, a começar pela própria braudelização de Marx ao tratar de questões relativas ao capitalismo (ROJAS, 2000c: 68), o que ocorre em *Civilização material e capitalismo* (BRAUDEL, 1967)[225].

Em seu empenho em imprimir nova direção e impulso aos *Annales* e consolidar seu domínio e influência historiográfica na França, vê-se com Braudel reeditado o antigo debate travado entre Bloch e Febvre diante das Ciências Sociais, que conheciam na ocasião um novo impulso e por isso mesmo constituíam uma nova ameaça territorial para a primazia da História no âmbito das Ciências Humanas. Um dos campos de oposição contra os quais Braudel buscou afirmar os *Annales* foi a microssociologia política de Georges Gurvitch (1894-1965), sociólogo que também admite múltiplas temporalidades (diferentes tipos de tempos sociais), mas que, em última instância, apresenta uma teoria um tanto impressionista dos tempos múltiplos e termina por oscilar entre a mera efervescência do mundo político no presente e a edificação de "uma imensa arquitetura [de temporalidades] que permanece imóvel"[226]. De outro lado,

225. "Isso não significa que Braudel tenha se convertido marxista. Ao contrário. Melhor seria dizer que Braudel "braudeliza" os ensinamentos de Marx, os refuncionaliza e readapta, os traduz para seu próprio modo de ver, para incorporá-los ao seu esquema, então em vias de construção, sobre sua peculiar e interessante teoria do capitalismo [...] Trata-se de um processo geral que Braudel realiza com tudo aquilo que estuda. Todos os autores que influenciaram de alguma maneira na perspectiva braudeliana (em primeiro lugar, sem dúvida, Marc Bloch, mas igualmente Pirenne, Hauser, Marx, Sombart, Vidal de La Blache, Febvre etc.) o fizeram apenas por meio desse processo de tradução" (ROJAS, 2000c: 68).

226. As críticas de Braudel a Gurvitch podem ser encontradas em um artigo de 1953, intitulado "Gurvitch ou la discontinuitée du social". Uma das seções do artigo sobre "A longa duração" (1958) também desenvolve duras críticas às "temporalidades de Gurvitch": "As temporalidades de Georges Gurvitch são múltiplas, ele distin-

PUC-RIO - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Braudel precisou interagir e se opor criativamente à Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, esta corrente que em sua época emerge como a grande novidade no seio das Ciências Humanas e Sociais[227]. Na verdade, boa parte das contribuições teóricas mais criativas de Braudel no que concerne ao tempo, em especial o conceito de "longa duração" e sua concepção de uma dialética dos ritmos históricos, adquiriram maior consistência a partir de uma resposta a provocações que Lévi-Strauss havia dirigido contra a História em obras como *História e etnologia* (1949), texto no qual Lévi-Strauss opunha a Etnologia a uma História ainda limitada aos eventos contingentes (na linguagem braudeliana, os eventos de cur-

---

gue toda uma série delas: o tempo da longa duração e em 'câmara lenta', o tempo *trompe-l'oil* ou tempo surpresa, o tempo das batidas irregulares, o tempo cíclico ou da dança sem sair do lugar, o tempo atrasado em relação a si mesmo, o tempo de alternância entre atraso e adiantamento, o tempo adiantado em relação a si mesmo, o tempo explosivo [...]. Como poderia o historiador se deixar convencer? Com toda essa gama de cores, seria para ele impossível reconstituir a luz branca, unitária, que lhe é indispensável. Ele também percebe rapidamente que este tempo-camaleão marca, sem mais, com um retoque de cor, as categorias anteriormente distinguidas" (BRAUDEL, 2011: 118). Mais adiante, Braudel critica o paradoxo no qual Gurvitch está mergulhado, ao oscilar entre o instante fugidio, meramente acontecimental, e o tempo imóvel: "Eles se evadem [da sujeição ao tempo], seja no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, seja nos fenômenos de repetição que não pertencem a época alguma; portanto, por meio de um procedimento oposto do espírito, que os limita quer ao mais estrito nível dos acontecimentos, quer na duração a mais longa possível" (BRAUDEL, 2011: 118). Sobre a teoria das temporalidades de Gurvitch, cf. Gurvitch, 1968.

227. O diálogo crítico contra Lévi-Strauss aparece em uma das sessões do célebre artigo publicado no último trimestre da *Revista dos Annales* de 1958, intitulado "História e Ciências Sociais: a longa duração" (BRAUDEL, 2011: 110-115). O artigo foi mais tarde integrado à coletânea *Escritos sobre a História* (1969), e nele Braudel critica, em Lévi-Strauss, a ausência de consciência sobre o tempo e a inviabilidade de seu sistema de análise para além de temas quase imóveis, como o dos mitos nas sociedades tribais ou as "estruturas elementares do parentesco" (LÉVI-STRAUSS, 1949).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ta duração)[228]. O "salto de tigre" de Braudel para um novo patamar teórico de discussão das temporalidades históricas produz-se a partir do diálogo que o historiador viu-se pressionado a estabelecer com estas provocações de Lévi-Strauss, e da urgência de tomar posição contra uma nova investida de um cientista social que buscava impor uma leitura limitadora da História, tal como Durkheim tentara fazer na época de Febvre e Bloch[229]. Em O *mediterrâneo* (1949) Braudel já colocara em prática seu novo modelo, por meio de uma obra monumental que se transformaria no grande clássico dos *Annales*; mas agora, em 1958, sentia-se conclamado a desenvolvê-lo conceitualmente, intermesclando suas considerações teóricas com uma espécie de manifesto que ressituava a História, mais uma vez, diante das demais ciências sociais. Daqui sairia o mais importante texto teórico de Braudel, que discutiremos oportunamente.

Entre as interações com os demais campos de saber, interações que Braudel integrava ao seu acorde teórico a partir

228. Este famoso texto de Lévi-Strauss iria se transformar em um dos capítulos de *Antropologia estrutural* (1958). Havia sido publicado originalmente na *Revue de Métaphysique et Morale*. Sobre o diálogo e a oposição crítica que Braudel estabelece em relação a este texto, cf. o artigo de Rodrigues Estrada (2009).

229. Conforme observa Henrique Estrada Rodrigues, "esses pressupostos foram evocados, sobretudo, seguindo a tradição delineada em torno da revista dos *Annales*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Tratava-se, no caso, de evocar os passos de uma historiografia que, havia muito, vinha revogando a superfície dos acontecimentos em proveito das estruturas de longa duração. No interior das Ciências Sociais, defendia Braudel, nem tanto a Etnologia, mas a História fora a protagonista nessa tarefa de revogação" (RODRIGUES, 2009). Braudel assumiu a tarefa de mostrar que a História, a partir dos *Annales*, já assumira a posição mais importante neste debate havia algumas décadas, o que força um pouco a mão do protagonismo da História no assunto por desconsiderar as dívidas que o próprio Bloch já expressara em relação à crítica do eventual promovida pela sociologia de Durkheim em sua própria época.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

da sua típica prática de "tradução", deve-se mencionar ainda o diálogo com as ciências econômicas, mais especificamente com o tempo conjuntural e cíclico com o qual os economistas trabalhavam. As preocupações temáticas centrais na obra de Braudel sempre favoreceram este diálogo interdisciplinar. Se pudermos dividir as grandes preocupações temáticas de Braudel em três eixos – a saber, o Mediterrâneo, a identidade da França, e a formação e desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XV e XVIII –, veremos que o diálogo com a Economia sempre as atravessa. Em *O mediterrâneo* – obra maior que derivou do fascínio de Braudel pelo mundo mediterrânico –, a Economia ocupa, ao lado da Geografia, um lugar primordial[230]. A atenção às instâncias econômicas também teria papel importante na *Identidade da França*, obra inconclusa cujo projeto revela a cuidadosa atenção dispensada por Braudel à história de seu país. Por fim, o eixo de preocupações com a formação do capitalismo e da sociedade industrial o coloca diretamente no debate com a Economia, e em especial em um diálogo com a obra de Karl Marx (*Civilização material e capitalismo*, 1967; e *Dinâmica do capitalismo*, 1977[231]).

De todos os diálogos interativos com as Ciências Sociais, o mais tenso, e ao mesmo tempo o que rendeu maior enriquecimento teórico à reestruturação que Braudel pretendia imprimir aos novos *Annales*, foi o debate com a Antropologia. Este campo de saber, na versão da antropologia estrutural

230. Os diálogos de Braudel com a Geografia são discutidos pelo próprio historiador francês no artigo "A Geografia face às ciências humanas" (BRAUDEL, 1952). Cf. tb. Lacoste, 1989: 175-219.

231. Este último livro é constituído por três conferências proferidas por Braudel na Universidade de John Hopkins, nos Estados Unidos (1977).

PUC/RS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

levi-straussiana, representou para Braudel o que a sociologia durkheimiana representou para Bloch e Febvre. A solução de Braudel para opor-se a um e outro dos vários campos de afirmação das Ciências Sociais de sua época, em especial a Antropologia, foi trazer uma consistência teórica ao que pode ser referido como uma "dialética das durações"[232]. Em um célebre artigo escrito em 1958 para a *Revista dos Annales*, mas que passou a integrar a coletânea de artigos publicada em 1969 com o título *Escritos sobre a História*, Braudel discute em maior detalhe a longa duração, o próprio conceito de duração, os modos como interagem estes diversos ritmos históricos que poderiam ser referidos como "durações". Ele pretende presentear as Ciências Sociais – é praticamente o que diz na introdução do seu artigo – com "uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor do tempo longo" (BRAUDEL, 1969: 44). Na verdade, com a tríplice crítica a cada grupo de ciências sociais ou humanas que se restringia a apenas uma das "durações" – a *longa*, na Antropologia Estrutural, a *média*, nas Ciências Econômicas, a *curta*,

232. A expressão "dialética da duração" aparece pela primeira vez com Gastón Bachelard, na obra de mesmo nome (BACHELARD, 1936). Neste livro, o objetivo de Bachelard é criticar a concepção de duração proposta por Henri Bergson. Os livros de Bergson que trataram do tempo foram *Ensaios sobre os dados imediatos da consciência* (1889) e *Duração e simultaneidade* (1922). A discussão sobre a "dialética da duração" de Bachelard, todavia, remete a aspectos que se referem aos modos de percepção do tempo pelo indivíduo, e não aos aspectos do tempo histórico propriamente dito. Fernand Braudel, em seu artigo sobre "A Longa Duração", criticará rapidamente a "dialética da duração" de Bachelard (BRAUDEL, 2011: 116). Com o historiador francês, a expressão "dialética das durações" referir-se-á às interrelações que se estabelecem entre as diferentes durações históricas, isto é, entre os diferentes padrões rítmicos a partir dos quais se processam as mudanças históricas. Na concepção de Braudel está implícita uma arquitetura de três durações (a longa, a média e a curta), através das quais a estrutura enquadra as conjunturas, e estas os eventos típicos da história política. Este é o modelo aplicado em *O Mediterrâneo* (1949).

PUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610 / 1998 E LEI 10.695/2003.

na Microssociologia Política –, Braudel lograva encetar um golpe de mestre. A História reaparece aqui, sob a concepção braudeliana e ao abrigo de sua arguta exposição no artigo "A História e as Ciências Sociais: a longa duração" (1958), como a ciência humana mais completa e mais complexa – a única que considera a interação entre estrutura, conjuntura e evento[233]. Expressa-se aqui, com rara clareza, a concepção de Braudel sobre a própria História: uma complexa ciência do geral, orientada por uma abordagem globalizante, que seria capaz de organizar as demais ciências sociais a partir da sua própria centralidade[234]. Rigorosamente falando, este texto apenas traz um maior acabamento àquela antiga obsessão de Braudel em concretizar um projeto imperialista para a História, no qual esta poderia absorver as demais ciências sociais ou, ao menos, oferecer-se a elas como uma interciência capaz de unificá-las. O sonho interdisciplinar que reunifica as ciências humanas, através da História, encontra nos textos de Braudel inúmeras oportunidades para se afirmar:

> As Ciências Sociais terminarão por fim, um dia, reunindo-se em uma só experiência (BRAUDEL. *Continuités ou discontinuités em histoire*, 1950)[235].

233. No modelo de ciências econômicas de Imbert, havia uma iniciativa análoga de considerar a interação entre distintas durações. Ciclos curtos de três a cinco anos (Kitchin) articulavam-se aos ciclos Juglar, de 6 a 11 anos, estes aos hiperciclos, de 18 a 22 anos, e estes finalmente aos ciclos Kondratieff, longos ciclos de 40 a 60 anos que corresponderiam ao limite estrutural mais amplo em termos de ciclos econômicos.

234. Cf. a análise de Aguirre Rojas em "Fazer História, saber História – entre Marx e Braudel" (2000b: 82): "Para Braudel, a História não é só a pergunta e o esforço de 'unidade de todas' as ciências sociais em uma só 'interciência', mas também um modo totalizante de estudar qualquer fenômeno social, uma abordagem necessariamente 'globalizante' dos problemas que constituem o tema de estudos das ciências sociais".

235. A visão de Braudel sobre o futuro das ciências humanas, que, sob a ação globalizadora da História, confluiriam um dia para uma "interciência" (a expressão é

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Vejamos, em seguida, a concepção braudeliana de tempo que se associa a este projeto globalizante da História. Começaremos por lembrar duas famosas metáforas de Braudel nas quais o historiador francês expressa de forma admirável o jogo das durações. Uma é a metáfora das ondas e das correntes profundas, sendo que os acontecimentos nada mais seriam do que espumas que se formam na crista das ondas, estas mesmas impulsionadas por correntes profundas. Outra é a metáfora dos vagalumes que brilham contra a escuridão noturna: os pulsos de luz por eles emitidos, chamando a atenção para si, seriam os eventos. Mas caberia aos historiadores, sobretudo, estudar a densa obscuridade que permanece para além deles. Esta obscuridade corresponderia às economias, à vida coletiva, às mentalidades, à organização social em classes, às civilizações; tudo, enfim, que permanece

---

do próprio Braudel), é explicitada na "Última entrevista do mestre da história lenta" (1985). Depois de afirmar a distinção de sua visão do futuro da História em relação ao antigo projeto interdisciplinar de Bloch e Febvre, que visavam "assimilar à História as diversas ciências do homem que a rodeavam; anexá-las, enfim, inclusive ao preço de transformarem-nas em ciências auxiliares", Braudel prossegue enunciando seu projeto, seu desejo, sua visão do futuro: "Para mim, o problema não é o de assimilar as ciências do homem à História, mas antes o de assimilar a História às Ciências Humanas. O que é mais importante, criar uma espécie de interciência que abarcará a História e todas as outras ciências" (BRAUDEL, 1985: 42). Braudel, desse modo, defende-se das acusações de imperialismo historiográfico que lhe foram voltadas por alguns críticos. Seu projeto, por outro lado, lembra-nos a predisposição humanista de alguns dos filósofos iluministas, para os quais as áreas de saber que hoje percebemos como disciplinas fechadas não seriam mais do que campos internos de um grande universo de saberes aos quais cada filósofo poderia se dedicar em separado ou em combinações diversas, conforme seus interesses, formação e habilidades. No universo unificado de saberes de Braudel, em sua "interciência", a instância que atravessaria a todos os saberes e práticas, inclusive a própria História como um de seus vários campos, seria a consciência histórica. Dito de outra forma, no futuro, o cientista social será necessariamente historiador.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

se repete e se recicla, independentemente do fugaz, embora intenso, brilho dos vagalumes. À curta existência dos fugidios pulsos de luz se sobrepõe a vida média dos vagalumes; mas para além destes se estende a longa duração da escuridão noturna. E mesmo esta terá um fim.

A obra maior em que realiza o projeto de estabelecer uma "dialética das durações" na qual adquirirá importância central o tempo estrutural é *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1949) – um livro no qual o grande personagem examinado não é Felipe II, mas sim o próprio Mediterrâneo, e que toma para seu cenário simultaneamente uma vasta espacialidade e um extenso recorte definido pelo "longo século XVI" (1450-1650)[236]. É interessante perceber nesse livro tão singular como este personagem, o Mediterrâneo, vai se desvelando a partir de um originalíssimo relato-analítico que, no primeiro momento, apresenta-o como uma realidade natural, rigorosamente descrita nos moldes da Geografia Física, e que gradualmente vai se humanizando aos olhos do leitor, na medida mesma em que a vida dos homens que interagem com o grande mar, em suas complexas relações sociais, é apresentada pelo historiador. Para realizar este intento, e expor esta história em três níveis de problematização, o tempo – um novo modelo

236. Esta obra, que contou com a orientação de Lucien Febvre, é entusiasticamente saudada pelo fundador dos *Annales* em uma resenha mais tarde inserida na coletânea *Pour une histoire à part entére* (FEBVRE, 1962: 167-179). Em 1966, a obra seria reelaborada por Braudel. Com relação à comparação do Mediterrâneo como um grande personagem, esta analogia é sugerida pelo próprio Fernand Braudel no prefácio à primeira edição (1949): "Será, portanto, difícil definir exatamente que personagem histórica poderá ser o Mediterrâneo; para tal seria necessário paciência, múltiplas diligências, e, inevitavelmente, alguns erros" (BRAUDEL, 1984: 22).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

de tempo histórico – torna-se o liame fundamental. Dividido em três grandes volumes, apresenta-se aqui um modelo articulado de "durações", no qual se percebe que as várias instâncias sociais, processos e contextos apresentam ritmos variados de mudanças[237]. No primeiro volume é examinada a longuíssima duração do relacionamento do homem mediterrânico com o espaço que, ao mesmo tempo, limita e possibilita suas ações. Relações diversas entre os vários tipos de habitantes (o montanhês, o homem do litoral, o citadino e outros) são estabelecidas com os vários ambientes internos do mundo mediterrânico: o mar, as ilhas, o litoral, o deserto, a savana, a montanha. Estas múltiplas relações são complexas e variadas, mas todas se caracterizam por uma permanência em uma duração muito longa, por uma mudança bastante lenta no padrão de relacionamento de cada tipo humano com cada tipo de ambiente. A "duração" tem menos a ver com a extensão do recorte de tempo do que com o "ritmo" de acordo com o qual as coisas mudam. No caso da longuíssima duração apresentada no estudo do espaço mediterrânico, estas mudanças são lentas, e em certo momento

237. Assim o próprio Braudel sintetiza o plano de sua obra, em uma carta à sua esposa: "A primeira [parte] trata de uma história quase imóvel, a história do homem em suas relações com o meio que o cerca [...] Por cima desta história imóvel eleva-se uma história de ritmo lento [...] que nós chamaríamos de boa vontade, se esta expressão não tivesse sido desviada de seu verdadeiro sentido, uma história social, a história dos grupos e agrupamentos [...] finalmente, a terceira parte, a da história tradicional ou, se quisermos, a da história talhada, não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos [...]. Chegamos, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se desejarmos, à distinção, dentro do tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual" (BRAUDEL, apud FONTANA, 2000: 276). No prefácio à primeira edição (1949), escrito em maio de 1946, esta síntese é retomada com mais desdobramentos e exemplificações (BRAUDEL, 1984: 25-26).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

dão a impressão de uma "história quase imóvel". Por outro lado, dentro deste grande padrão de relacionamentos entre o humano e o espacial, o mediterrâneo tem seus ritmos internos, cotidianos, sazonais: a guerra, por exemplo, apresenta um ritmo que se ajustará ao das estações do ano, em vista das barreiras e limitações naturais que as mudanças de clima impõem, inclusive ditando os ritmos possíveis de navegação no Mediterrâneo, e, portanto, repercutindo no comércio e em outras atividades.

Longuíssima duração, igualmente implicada nos limites temporais sugeridos pela obra, é também um certo padrão de relacionamento do Mediterrâneo com o mundo, e sua importância na centralização dos destinos humanos das sociedades ocidentais. Assim, o que estabelece os limites últimos da longuíssima duração e de sua passagem a uma outra estrutura é o deslocamento da centralidade histórica em direção ao Atlântico e ao Norte europeu – tal como assinalará Paul Ricoeur em sua esplêndida análise sobre *O mediterrâneo* com vistas a dar a perceber que mesmo por trás deste clássico da História Estrutural existe uma grande narrativa em forma de intriga (RICOEUR, 1983-1985: 300). Eis, portanto, a longuíssima duração do objeto histórico construído por Fernand Braudel: um padrão de centralidade mediterrânica na história econômico-social e um complexo universo de modos de relacionamento do homem mediterrânico com seu espaço.

Uma contribuição importante da análise braudeliana do Mediterrâneo é que ele procura ultrapassar os limites do ponto de vista europeu. O que o habilita para a tarefa, ou o que o levou à possibilidade de ver as coisas também de ou-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tro ângulo (ou de outra margem), foi certamente sua longa estadia na Argélia (1922-1932), no período em que exerceu atividades docentes naquele país. O geógrafo Yves Lacoste (n. 1929) lembra que Braudel começou a construir o seu Mediterrâneo em um ponto do norte da África que não estava muito distante do lugar de onde o antigo historiador islâmico Ibn Khaldoun (1332-1406) escrevera os seus *Prolegômenos*. A analogia é interessante, pois Lacoste mostra como um e outro destes pensadores refere-se explicitamente aos "tempos longos" (1989: 177). Em ambos os autores, a chave mestra para compreender as mudanças nos destinos humanos e sociais – neste vasto Mediterrâneo que em um caso é medieval, e que no outro abarca o "longo século XVI" – está em decifrar os caminhos de mar e terra, suas lentas transformações e desvios, os novos traçados comerciais que redefinem as histórias dos homens. O segundo volume de O *mediterrâneo* oferece a deixa para esta segunda análise, tão importante quanto a primeira.

Se o primeiro volume de O *mediterrâneo* aborda as relações dos homens das várias civilizações com este multifacetado meio físico constituído de terras e águas, o segundo volume encaminhará as análises estruturais e conjunturais (portanto, de longa duração, no primeiro caso, e de média duração, no segundo). A Economia, as relações bélicas e diplomáticas, as trocas culturais entre os grandes circuitos civilizacionais orquestrados pelo mundo mediterrânico, tudo impõe seu ritmo, formando estruturas e impondo conjunturas. Todos os ritmos ajustam-se, orquestrados pela articulação das grandes estruturas. Os tempos mais curtos da

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

política, examinados no livro III, são apenas vagalumes ou brilhos de vagalumes que se encaixam no tempo médio das conjunturas, da mesma forma que estas se apoiam no tempo longo das estruturas articuladas (livro II), e todas, enfim, se ajustam ou se acomodam na longuíssima duração que demarca os diversos padrões possíveis de relacionamento dos grupos humanos com o espaço físico (livro I).

É importante, neste momento, registrar um comentário com vistas ao não engessamento do modelo braudeliano. Não necessariamente a longa duração corresponde sempre a certas esferas como a da interação com o meio (ou, conforme desenvolvimento posterior da historiografia, também como a das mentalidades); e tampouco a curta duração deverá estar sempre associada ao político. Existem, obviamente, fenômenos geográficos de curta duração. Exemplo emblemático é o das tsunamis, grandes ondas que arrasam cidades no Pacífico e logo depois recuam, deixando atrás de si um rastro de destruição. As transformações impostas por estes fenômenos naturais são imediatas: seu ritmo é o mesmo dos impactantes acontecimentos da vida política. De maneira análoga, acontecimentos políticos podem apresentar um ritmo longo. A associação entre curta duração e História Política, portanto, não deve ser automática[238].

238. Em seu artigo "A História e as Ciências Sociais: a longa duração" – o texto teórico mais bem-acabado de Braudel sobre a dialética das durações –, podemos ler a seguinte passagem: "Digamos, em vez de acontecimental: o tempo curto, aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, a de nossas ilusões, nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo do cronista por excelência, o tempo do jornalista. Ora, observemos que tanto crônica como jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos qualificados como históricos, os mediocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Voltando a O *mediterrâneo*, podemos perceber que também aqui se expressa o projeto da História Total, tal como já estava proposto no programa da primeira geração dos *Annales*, mas aqui traduzido de uma nova maneira por Fernand Braudel. Com O *mediterrâneo*, tratava-se, de algum modo, de construir uma "estrutura das estruturas" – um projeto tão ambicioso que poucos se arriscaram a enfrentar o desafio de concretizá-lo em outras obras, à exceção de Pierre Chaunu com sua monumental obra *Sevilha e o Atlântico*[239], e talvez Le Roy Ladurie. Somente o mesmo Fernand Braudel teria fôlego para repetir uma empresa como a de O *mediterrâneo* uma segunda e uma terceira vez. Um novo tríptico, também organizado em três patamares como ocorrera com a obra sobre o Mediterrâneo, seria elaborado por Braudel para a sua segunda obra monumental: *Civilização material e capitalismo* (1967) – um minucioso estudo que buscava dar a perceber como a "economia-mundo" europeia fora conduzida à moderna economia mundial. Dessa forma, Braudel entrega-se a um projeto ainda mais ambicioso, agora circunscrito ao vasto ambiente planetário. Trata-se também de um empreendi-

representação teatral, uma inundação. Cada um de nós compreenderá que existe, assim, um tempo curto para todas as formas de vida: econômica, social, literária, institucional, religiosa, e até mesmo geográfica (fortes ventos, uma tempestade), tanto quanto a política" (BRAUDEL, 2011: 91).

239. Hoje, passada a novidade que representou a História Serial nas suas primeiras décadas de existência (veremos isto no próximo item), a *Sevilha e o Atlântico* de Chaunu (1960-1965) mostra-se muito distante de ter realmente sido bem-sucedida no empreendimento de construção de uma História Total. Visivelmente, Chaunu escolhe o Atlântico como uma resposta a Braudel, que estudara o *Mediterrâneo* (apenas um "grande mar"). Mas a verdade é que esta obra de Chaunu não faz muito mais do que reunir um grande conjunto de informações. Chaunu ficou longe de realizar algo próximo àquela arquitetura que foi construída por Braudel em O *mediterrâneo e o mundo mediterrânico* (1949).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mento que realiza, em níveis extraordinariamente amplos, a História Comparada que Marc Bloch postulara ainda nos primeiros tempos dos *Annales*, ou mesmo antes. Quanto ao terceiro trabalho monumental, para o qual estava prevista a mesma fórmula trinitária, este ficaria inconcluso em função do falecimento de Braudel em 1985. *Identidade da França* (1988, *post*) teria apenas um de seus volumes publicado[240].

Será oportuno discutirmos – diante destas três grandes realizações que foram *O mediterrâneo* (1949), *Civilização material* (1967) e *Identidade da França* (1985) – a própria noção de História Total. Qual o sentido específico deste conceito, que coincide com um dos itens programáticos mais característicos da Escola dos *Annales*, em realizações historiográficas singulares como as de Braudel e as de outros historiadores dos *Annales*? Será a História Total, sempre e necessariamente, uma grande arquitetura de durações que ambiciona esgotar todos os níveis de percepção da realidade? Na verdade, podemos desde já considerar que a História Total de Braudel correspondeu a apenas uma das possíveis versões inscritas em duas grandes ordens de alternativas, ambas presentes na historiografia dos *Annales* (a História Total como "história do todo", conforme a concebia Braudel, ou como "história de tudo")[241]. Há também uma terceira al-

240. Braudel chegou apenas a concluir as duas primeiras partes de *Identidade da França* – "Espaço e história" e "Os homens e as coisas" –, ficando por escrever a terceira e quarta partes, respectivamente "Estado, cultura e sociedade" e "A França fora da França". Mas na verdade, mesmo a *Identidade da França* seria apenas uma das três partes de um projeto ainda maior, que teria ainda duas outras: *O nascimento da França* e *Destino da França*.

241. Sobre esta ambiguidade do conceito de História Total, nos *Annales*, cf. o ensaio de Hexter sobre *Braudel e o mundo braudeliano* (1972).

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ternativa para o conceito, que também poderemos discutir, e que irá aparecer, por exemplo, no historiador marxista Pierre Vilar (a História Total como noção que remete ao gesto científico de "a tudo compreender historicamente").

Em Braudel, o empreendimento de atingir a História Total a partir de uma "história do todo" é claramente enunciado. Vemo-lo discorrer sobre este projeto, ao mesmo tempo em que o realiza, naquela que é a mais ambiciosa de suas obras em relação à dilatação do espaço-tempo de observação histórica. A História Total, em *Civilização material e capitalismo*, alcança as dimensões planetárias:

> Este primeiro volume oferece um ensaio para ver todos estes espetáculos no *conjunto*. [...] É isso o que dá um sentido ao meu trabalho: ver tudo ou, pelo menos, situar tudo, e na escala necessária do mundo (BRAUDEL. *Civilização material e capitalismo*, 1967: 434)[242].

Como se concretiza este projeto de entender a História Total como "História do Todo" é algo que, tal como se disse, admite variações. Braudel, em sua singular dialética das durações, na qual procura perceber na história de *O mediterrâneo* (1949) três ritmos que se enquadram – a longa, a média, a curta duração –, irá conceber esse todo como a articulação entre estas três durações. Desse modo a sua História Total,

242. É oportuno observar, aliás, que a História Total com sentido de "história do todo" ou da totalidade, pode ser aplicada a qualquer tipo de recorte. Braudel dá exemplos distintos em suas três obras monumentais. Em *O mediterrâneo*, o recorte é o grande mar e as civilizações que o cercam. Em *Civilização material*, o recorte se amplia e assume extensões planetárias. Em *Identidade da França*, reduz-se para um nível de espacialidade menor, concentrando-se em um só país.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

tal como aquela que emerge do monumental projeto que busca realizar com *O mediterrâneo*, coincide com a história destas três estruturas articuladas, e isto fica claro na maneira conforme a qual Fernand Braudel divide a obra em três grandes partes. Por outro lado, a História Total como história do todo também pode ser entendida como totalidade que articula as diversas dimensões do social (Economia, Cultura, Política, Mentalidades, e assim por diante). Este era o modelo de "história do todo" que parece predicado por Marc Bloch na *Apologia da História* (1941-1942). A fórmula para essa leitura blochiana do conceito de História Total poderia ser resumida com uma sentença simples: "Tudo se liga". Ou, consoante este pequeno trecho de *Apologia da História*:

> Reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade (BLOCH. *Apologia da História*, 1941-1942).

Marc Bloch, em *Apologia da História* e em outras obras, evoca ancestrais para este modelo de História Total que se resume no lema "tudo se liga". No século XIX, Guizot e Michelet teriam sido sensíveis a esta interconexão[243]. Por outro lado, ao "tudo se liga" podemos acrescentar uma pergunta: "Como se liga"? Tudo se liga multilateralmente, como pensava Bloch? Todas as instâncias do social exercem a mesma

243. Guizot teria se referido a um complexo "na direção do qual todos os elementos da vida do povo, todas as forças de sua existência vêm confluir". Jacques Le Goff, no "prefácio" para a edição de 1993 de *Apologia da História*, o relembra (BLOCH, 2001: 31).

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

força umas sobre as outras? Ou existe uma instância que domina outras, como propõe o Materialismo Histórico em algumas versões, ao atribuir à instância econômica um poder de determinação, ao menos em última instância? Mas será a determinação, uma vez admitida, uma via de mão única, gerando a partir da matriz econômica meros reflexos nas demais instâncias do social? Ou uma instância como a da cultura, depois de se produzir com a interferência da economia, retroage sobre esta última, produzindo-se uma interação em duas vias? Aprimoramentos da leitura do determinismo, como este, constituiriam contribuições importantes de correntes marxistas como a Escola Inglesa. O "tudo se liga", de todo modo, apresentou no decurso da história da historiografia muitas maneiras de se traduzir em História Total.

Existe outro sentido para a expressão História Total que também já havia sido empregado na primeira geração dos *Annales*, mas que posteriormente sofreria uma releitura dos terceiros *Annales*[244]. A História Total não seria propriamente a "história do todo", mas, antes, a "história de tudo". Com isso, queria-se representar o alargamento da história-conhecimento para todos os campos históricos e para o estudo de todos os objetos, evocando-se aqui aquela emblemática frase que um dia fora proferida por Marx, segundo a qual "tudo é histórico", só que agora empregada com uma sutil variação de sentido, visando a ideia de que a História pode legitimamente estudar qualquer coisa[245]. De igual modo, a ideia de História Total nes-

244. Sobre isso, cf. o artigo de Jacques Revel sobre "Os paradigmas dos *Annales*" (1979).

245. Parece ser este o sentido de História Total privilegiado por Jacques Revel em seu artigo sobre "Os paradigmas dos *Annales*", escrito para o último ano da *Revista dos Annales* de 1976.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ta acepção remete à proposta de que todo passado (todas as épocas, inclusive o presente), merece ser estudado.

A expressão "História Total", com este sentido de ampliação do campo de possibilidades dos estudos históricos, tinha também um endereço certo: a rejeição da tradicional História Política como campo privilegiado da história, tal como ocorrera com o padrão historiográfico estimulado pelos estados-nação na Europa do século XIX, e contra o qual os fundadores dos *Annales* haviam tanto se debatido. Quase temos aqui um paradoxo: a crítica dos primeiros annalistas à exclusividade da História Política ligava-se intimamente à ambição de realizar uma história total, mas a concomitante e estigmatizada recusa de qualquer História Política terminava por produzir uma história total com uma zona proibida – um território minado ao qual não era possível ou recomendável entrar sem muitos alertas de segurança. Ao menos no discurso historiográfico dos *Annales*, mesmo que não tanto nas obras específicas de seus historiadores, instalava-se uma forte desconfiança em relação ao político que só começou a ser resolvida nos anos de 1980, com o chamado "retorno do político" – verdadeira anistia para um campo histórico que se achava no ostracismo ou no exílio.

Os problemas maiores aparecem na concepção de História Total como estudo de uma determinada totalidade social. A ideia de totalidade social já vinha sendo trabalhada nas Ciências Sociais, tal como ocorre com o conceito de "fato social total" de Marcel Mauss, de acordo com o qual seria possível encontrar para cada sociedade um fato que é inerente a todas

UFGRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

as manifestações desta sociedade e que, portanto, confere-lhe uma unidade, um plano de coerência. Também o Materialismo Histórico postulava uma unidade para a compreensão de determinada sociedade no tempo, uma espécie de totalidade que correspondia ao conceito de "modo de produção". Portanto, a História Total dos primeiros *Annales* – "total" no sentido de uma totalidade sincrônica e de uma continuidade diacrônica – podia dialogar perfeitamente com algumas das concepções já disponíveis na época dos primeiros *Annales*. Tratava-se, porém, de um projeto que se mostraria menos cômodo para a terceira geração dos *Annales*, que conservou das gerações anteriores o projeto de seguir promovendo uma "história de tudo", mas rompeu com a ambição de produzir uma "História Total".

Há ainda outra concepção sobre o que deveria ser a História Total. Para este caso, teremos que evocar um historiador que se situa fora do circuito dos *Annales*, ou que pelo menos se mostra um pouco mais distanciado de seu núcleo central. Pierre Vilar, historiador marxista que colaborou na edição de *Faire de l'Histoire* (1974), já frisava em um artigo para a *Revista dos Annales* que a História Total não significa "dizer tudo sobre tudo, mas tudo pensar historicamente" (VILAR, 1973). Reedita-se aqui o sentido original da famosa expressão de Marx – "tudo é história" –, que tinha exatamente este mesmo sentido. Com a terceira geração dos *Annales*, todavia, preponderou mesmo o sentido que faria da História uma "história de tudo". A "história de tudo" desligada da "história do todo" seria o grande risco a ser enfrentado pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, conforme veremos oportunamente.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

5 Ernest Labrousse: a emergência da História Serial e da História Quantitativa

A História Quantitativa e a História Serial – e a oportuna combinação das duas modalidades, que em um primeiro momento se apresentaram juntas – constituem um capítulo particularmente importante na história do movimento dos *Annales*, e na história da historiografia como um todo. Vamos entender, a seu tempo, o que é o "serial", o que é o "quantitativo", e como estas duas instâncias convergiram para oferecer à História Econômica, e depois à História Demográfica, uma nova abordagem que por um longo e significativo momento encantou muitos dos historiadores da sua época[246].

Antes de definir cada um destes tipos de história, e de falar dos métodos que estão implicados na quantificação e na serialização, é preciso, entretanto, situar esta nova abordagem historiográfica no tempo. Precisaremos, neste momento, recuar a um tempo anterior ao período áureo dos *Annales* de Fernand Braudel, que abordamos no item anterior. De certo modo, as realizações desta nova modalidade – a "história serial-quantitativa" – acabam quebrando a habitual cronologia do movimento dos *Annales*, pois temos aqui uma contribuição que é introduzida já nos primeiros *Annales*, intensifica-se na segunda geração (a de Braudel), e segue um pouco adiante (nos terceiros *Annales*), até declinar sensivelmente, contudo sem nunca desaparecer to-

246. Alguns dos trechos deste item foram reaproveitados de uma obra anterior (*O campo da História*), que em um dos seus capítulos discute as especificidades da História Serial e da História Quantitativa (BARROS, 2004: 147-152).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

talmente[247]. Bem antes destes desdobramentos, contudo, a História Quantitativa tivera já uma história pregressa. Desde as últimas décadas do século XIX, a modalidade vinha se desenvolvendo nas mãos dos economistas, principalmente a partir de um campo temático específico que foi a História dos Preços[248]. Por outro lado, a nova Economia Histórica não teria podido se desenvolver efetivamente sem uma contribuição fundamental dos historiadores: a disponibilização de grandes massas de documentos de todos os tipos nos arquivos nacionais que foram organizados sob a sua direção. Percebe-se, deste modo, que a História Quantitativa foi um empreendimento partilhado, construído coletivamente por economistas e historiadores de vários países que interagiram em diversos momentos da história desta abordagem. Se os seus inquestionáveis pioneiros foram os ingleses e alemães, é também inegável que a nova modalidade, essencialmente interdisciplinar, apresentaria depois desdobramentos ainda mais importantes na Cliometria

247. A quantificação histórica começa a ser desenvolvida entre os economistas, desde fins do século XIX, adquirindo forte impulso em 1929 diante do impacto da quebra da Bolsa de Valores nos Estados Unidos da América, e da necessidade de enfrentar os desafios propostos pela crise. Entre os economistas, não tem muito sentido frisar a distinção que logo faremos entre o "serial" e o "quantitativo", uma vez que o serial-quantitativo será absorvido por estes economistas-historiadores como uma metodologia para a História Econômica feita a partir do viés da Economia. Quantificação e serialização, entre os economistas, estarão sempre ligadas em um único movimento. Na História é que o "serial" pode se apresentar desligado do "quantitativo", embora também frequentemente apareçam juntos.

248. Pierre Chaunu, um dos praticantes da serialização entre os historiadores dos *Annales*, assim se refere a estes primórdios, em sua monumental obra *Sevilha e o Atlântico*: "De todos os ramos da História Econômica, a História dos Preços é, sem discussão, a que obteve, no sentido de uma história da medida, no que se refere aos tempos modernos e mesmo à Idade Média, os resultados mais decisivos. Foi pioneira" (CHAUNU, 1955-1960, t. I: 28).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

dos Estados Unidos e na França dos *Annales*. É este último desdobramento o que nos interessará neste momento[249].

No interior da história da Escola dos *Annales*, a História Quantitativa terá seu próprio ritmo e suas próprias balizas cronológicas – quebrando-se a periodização pela qual se costuma historiar este movimento em três gerações bem-definidas –, isto porque, depois de emergir sob o contexto da crise econômica de 1929[250], e atravessar as duas gerações iniciais de annalistas (a de Bloch e a Braudel), a nova modalidade consolida-se entre os anos de 1945 e de 1975 (seu período áureo), para depois, a partir dos anos de 1980, perder a majestade que reteve durante tantos anos no universo de meto-

249. A expressão "história quantitativa" tem sido empregada, em alguns países, para um universo relativamente amplo de experiências que lidaram com a quantificação histórica. É o caso do Brasil, e também foi com este mesmo sentido de uma abordagem empregada em distintas correntes que Marczewski popularizou a expressão na Europa desde os anos de 1960, publicando uma *Introdução à História Quantitativa* (1965). Julio Aróstegui (2006: 165) propõe distinguir uma "História Quantitativa" – que se referiria a um modelo que "não traria outra leitura além da matemática", e que encontraria na Cliometria dos Estados Unidos sua maior realização – e a "História Quantificada", na qual a explicação histórica "pode estar igualmente baseada em modelos não matemáticos", encontrando-se aqui as experiências dos *Annales*, da *Social History* americana e da produção polonesa que se desenvolve em torno de Witold Kula. A ideia de chamar a História Econômica dos *Annales* de "História Quantificada" é boa, pois no fundo é isto o que ela é. Mas a expressão História Quantitativa já conquistou amplamente o vocabulário historiográfico, inclusive no Brasil, e é por isso que a empregaremos sem mais problemas.

250. Pierre Chaunu, em sua *História como ciência social* (1974), ressalta o papel que desempenhou o ambiente da crise de 1929 para o desenvolvimento de uma nova História Econômica no seio dos *Annales*: "As grandes obras que alimentaram toda a História Econômica depois da Segunda Guerra Mundial – desde a *Esquisse* [LABROUSSE, 1933] à *Mediterranée* [BRAUDEL, 1949], passando pela *Crise* [LABROUSSE, 1944] – são obras pensadas, concebidas, jorradas na atmosfera da crise de 1929 e na duração repleta de seus múltiplos prolongamentos" (CHAUNU, 1976: 73). Quanto ao empreendimento inicial de uma História dos Preços que introduz a quantificação histórica nos *Annales*, o marco de referência é o artigo de Henri Hauser, escrito em 1930 para a *Revista dos Annales* ("Un comité international d'enquete sur l'histoire des prix", 1930: 384-385).

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

dologias praticadas pelos historiadores dos *Annales* e também de outras correntes historiográficas. Em compensação, uma "história serial" desligada do quantitativo começa desde os anos de 1970 a se apresentar como uma das abordagens possíveis para um novo campo histórico que estava então surgindo: a História das Mentalidades. No seio deste novo campo histórico ela terá uma vida ainda bastante ativa, mas aí já estaremos na época dos terceiros *Annales*.

Para entender a História Serial-Quantitativa na história do movimento dos *Annales* devemos forçosamente nos remeter a Ernst Labrousse (1895-1988) – um historiador economista que traz em seu acorde teórico a tríade fundamental do Materialismo Histórico, o que não o impediu de se associar ativamente ao projeto de Marc Bloch e Lucien Febvre já na primeira geração dos *Annales*[251]. Sua importância, contudo,

251. Camille-Ernest Labrousse (1895-1988), historiador-economista que cedo se associou aos *Annales*, foi responsável por um dos conjuntos de obra mais consistentes no movimento, com destaques para a tese inaugural – *Esquisse du mouvement des prix et de revenus em France ao XVIII siècle* (1933) – e para *La crise de l'economie française à la fin de l'Ancien Regime et au début de la Révolution* (1944). Seu acorde historiográfico apresenta notável coerência e persistência em quatro aspectos: o Materialismo Histórico conformou desde sempre a sua perspectiva teórica, a França dos séculos XVIII e XIX constituiu a sua base espaçotemporal de estudos, a História Econômica foi a dimensão historiográfica da qual sempre partiu, e o Quantitativismo afirmou-se como o empreendimento metodológico de toda a sua vida. Em relação a este último aspecto, foi o introdutor da utilização da abordagem estatística no movimento dos *Annales*, assimilando a herança do sociólogo-economista François Simiand (1873-1975), e é a Labrousse que pode ser creditado o mérito do estabelecimento e consolidação de uma História Quantitativa dos *Annales*, que colocou o grupo a par do que vinha sendo feito em outros setores da História Econômica e da Economia Histórica. A militância política é sem dúvida uma nota importante em seu acorde historiográfico: Labrousse oscilou na juventude entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês, retornando ao primeiro em 1938, com uma participação ativa na resistência francesa durante a ocupação alemã. Entre os economistas, nele percebemos a influência de Albert Aftalion (1874-1976), e, entre os historiadores, a

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

vai ainda se redobrar na fase dos segundos *Annales*, pois nesta época, depois de Braudel, ele será o nome de maior influência, ocupando a segunda posição na hierarquia dos *Annales*[252]. O marco inicial de sua produção como historiador econômico que desenvolve a quantificação é a obra *Esboço do movimento dos preços na França do século XVIII* (1933), e sua maior realização, *A crise da economia ao fim do Antigo Regime e às vésperas da Revolução* (1944). Nosso objetivo aqui será menos o de historiar a produção historiográfica de Labrousse e de outros historiadores econômicos dos *Annales*, do que esclarecer alguns aspectos que se relacionam às histórias Serial e Quantitativa como novas modalidades historiográficas.

A possibilidade de se estabelecer uma História Serial está relacionada a um novo conceito: o de "série". Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado em seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. A série é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou espacializada), e que permitam uma "abordagem de conjun-

de François Victor Aulard (1849-1928), um dos grandes especialistas na Revolução Francesa – tema caro a Labrousse.

252. A própria longevidade de Labrousse quebra a habitual periodização dos *Annales* em três fases, pois sua trajetória historiográfica produtiva as atravessa todas, até sua morte em 1988, quando já estamos prestes a assistir à formação dos quartos *Annales*. A contribuição de Labrousse ao movimento dos *Annales* foi bem-sintetizada por Grenier e Lepetit em um artigo de 1989 para a revista dos *Annales* – um ano de grandes balanços, e também de crises anunciadas.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

" a partir de aportes metodológicos como a quantificação, análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série. O objetivo da análise de séries, nesse sentido, é perceber tanto as permanências como as oscilações e variações (por exemplo, em uma determinada sequência de tempo). Não é todo tipo de documento que se presta à quantificação ou à serialização, mas podem ser mencionadas entre as diversas fontes que se abrem a estas abordagens as listas de preços, os documentos contábeis, os documentos do fisco, os balanços financeiros, a documentação de compra e venda, os registros de alfândega, os arquivos notariais e paroquiais, os documentos do censo, a documentação judicial, as fontes cartoriais como os testamentos, certidões de nascimento e casamento, os registros de imóvel, o estabelecimento de firmas. Também os objetos de cultura material poderiam se beneficiar de uma abordagem serial (embora não quantitativa), e ainda outros tipos de fontes, como os anúncios de um periódico ou os processos criminais. Um historiador pode serializar perfeitamente imagens (pinturas, fotografias), letras de música censuradas por um regime repressivo, e assim por diante.

Quando surgiu, a História Serial chegou a ser vista por diversos autores como uma revolução nas relações do historiador com suas fontes, e alguns chegaram mesmo a pensar que este tipo de historiografia substituiria de todo o antigo fazer histórico tradicional[253]. Ao invés das fontes habituais

253. Pierre Chaunu (1923-2009), historiador que intermedeia a passagem da segunda para a terceira geração dos *Annales*, percebe a História Econômica, em sua combinação com a História Serial, como o grande advento que introduz uma nova era historiográfica: "Historicamente, no seio da nossa muito velha disciplina, que

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

que costumavam ser tomadas para uma abordagem que, em outras modalidades historiográficas, era habitualmente qualitativa, a chamada História Serial introduzia na primeira metade do século XX uma perspectiva inteiramente nova: tratava-se de constituir "séries" de fontes e de abordá-las de acordo com técnicas igualmente inéditas. Temos aqui um novo campo histórico que é definido em relação à abordagem ou ao modo de fazer a História que a perpassa, uma vez que a *História Serial* refere-se a um tipo de fontes e a um modo específico de tratamento dessas mesmas fontes[254]. Trata-se, neste caso, de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras. Em outro sentido, a História Serial também lida com a serialização de eventos ou dados, e não só com a serialização de fontes, propondo-se, neste caso, a avaliar eventos históricos de certo tipo em séries ou unidades repetitivas por determinados períodos de tempo.

justapõe tantos e tantos domínios cada vez mais heterogêneos, é à História Econômica que cabe o privilégio de mudar a História, de dar progressivamente origem a uma forma de história, a que chamamos serial, que sobrepõe suas próprias exigências, próximas das Ciências Sociais, às exigências sempre válidas da História tradicional" (CHAUNU, 1976: 69). Mais adiante, Chaunu, que escreve este texto em 1974 – no mesmo ano da publicação da primeira coletânea coletiva da *Nouvelle Histoire* –, chega a se referir à nova historiografia dos *Annales* como o advento da própria história verdadeiramente científica: "A História ainda viva, a História, cujas experiências continuam alimentando nosso trabalho de pesquisa, é posterior ao início dos anos de 1929-1933. Tudo o que é anterior a esse período tem valor de documento" (CHAUNU, 1976: 72).

254. Uma categorização dos diversos campos históricos a partir de três abordagens principais – as dimensões, as abordagens, e os domínios temáticos – foi a hipótese de trabalho de um livro anterior, *O campo da História* (BARROS, 2004: 15-22).

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Para já evocar a interconexão entre História Serial e História Econômica – que foi a combinação que alçou Ernst Labrousse a uma posição de destaque no movimento dos *Annales* –, podemos lembrar que se enquadram neste último caso os estudos dos ciclos econômicos, a partir, por exemplo, da análise das curvas de preços, tais como as empreendidas por Ernst Labrousse nos anos de 1930 e 1940. A História Serial foi de fato um campo que se abriu como nova "oportunidade de saber" a partir de uma estreita parceria com a História Econômica, e que daí se estendeu à História Demográfica e à História Social no sentido restrito, expandindo-se depois (nos terceiros *Annales*) para os estudos relacionados à História das Mentalidades.

A diferença entre História Serial e História Quantitativa deve ficar clara, embora sejam muitos comuns os casos em que as duas abordagens se superpõem para formar uma História Serial-Quantitativa[255]. A História Serial propriamente dita, conforme já foi discutido, refere-se ao uso de determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), que permitam uma forma específica de tratamento historio-

255. Com esta distinção entre o quantitativo e o serial, também concorda Michel Vovelle, que lembra, com a História dos Preços de Labrousse, "os primeiros trunfos de uma História Quantitativa que ainda não se distinguia da História Serial" (VOVELLE, 2011: 377). Cf. ainda Vovelle, 2011: 390: "[A noção mais acolhedora da História Serial] supõe a organização no tempo das imagens sucessivas fornecidas por um mesmo indicador, mas de modo algum obrigatoriamente mensuráveis em sua intensidade: séries de visões da família contidas nos pedidos de dispensa de decretos diversos; de visões do milagre segundo os ex-votos; de visões do além segundo os retábulos representando o purgatório; de gestos da recusa ou da repressão segundo os procedimentos judiciários – um ideal que, sem rejeitar a quantificação, abre-se para novos domínios da História das Mentalidades, permitindo seguir sua aventura na longa duração".

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

gráfico (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, em contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações). Já em relação à História Quantitativa, esta deve ser definida a partir de outro critério, que é o seu campo de observação. O que a História Quantitativa pretende observar da realidade está atravessado pela noção de "número", "quantidade", valores a serem medidos. As técnicas utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas, ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e curvas de variação a serem observadas de acordo com eixos de abscissas e coordenadas (BARROS, 2008: 166). Algumas análises quantitativas mais sofisticadas poderão mesmo utilizar logaritmos, assim como recursos matemáticos avançados como integrais e derivadas. O computador, ademais, oferece aqui a ajuda imprescindível. Em relação ao tipo de fontes, conforme já foi remarcado, a História Quantitativa costuma constituir fundamentalmente "fontes seriais".

É aqui que encontramos o ponto nodal para entender a nuance diferencial entre História Serial e História Quantitativa. A quantificação pressupõe a serialização, se não de fontes, ao menos de dados. O inverso é que não ocorre necessariamente, uma vez que é perfeitamente possível trabalhar com séries de fontes sem se estar necessariamente interessado no número. O historiador, neste caso, pode estar interessado em verificar recorrências, mas não quantidades. Foi assim que alguns historiadores ligados à História das Mentalidades, como Vovelle, posteriormente utilizariam sé-

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ries de fontes nas quais se buscava perceber as recorrências e variações, mas não aspectos quantitativos. É possível, por exemplo, constituir uma série para verificar padrões iconográficos. A quantidade de documentos em que se repete um determinado padrão, ou sua recorrência com variações mínimas, isto pode até ser contabilizado – mas como um recurso paralelo, e não necessariamente. A chave para definir uma prática como História Serial é, portanto, a busca de padrões recorrentes e variações ao longo de uma série de fontes ou materiais homogêneos, mas não necessariamente a quantidade, tal como ocorre com a História Quantitativa, ou pelo menos isto não é o principal. A "série" é o que conduz a análise do historiador na modalidade da História Serial; o "número" ou a medida é o que concentra a atenção do historiador no caso da História Quantitativa.

Exemplo de História Quantitativa "pura" é aquela que, nos anos de 1950, surgiria na América do Norte a partir dos trabalhos de Simon Kuznets (1901-1985); de igual maneira, teremos também outra corrente ambientada na História Quantitativa com os trabalhos de Jean Marczewski, na França dos anos de 1960[256]. Temos aqui modelos de História Econômica que se ocuparam em classificar ano a ano, para diversos períodos históricos, os *fluxos* – incluindo tanto as produções como os intercâmbios – e os *estoques*, com vistas a resumir a atividade econômica em seu conjunto (BARROS, 2008: 33). Neste caso, configurando uma modalidade de história econômica mais empreendida por economistas que

256. O mais importante desses trabalhos foi "Buts et méthods de l'histoire quantitative" (MARCZEWSKI, 1964: 125-164). Na mesma época, Marcel Gillet também publicava *Técnicas da História Econômica* (1962).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

por historiadores, o enfoque de uma e outra dessas correntes voltava-se para a apreensão de aspectos como a demanda de bens e serviços, a produção interna, a receita total familiar de uma sociedade, e vários outros fatores que, aos olhos de muitos, pareciam excluir a presença mais efetiva dos homens como agentes históricos, e por isso este modelo de história econômica quantitativista recebeu críticas vindas de diversos setores historiográficos. Nos próximos parágrafos veremos que um dos riscos que rondam certos modelos de História Econômica quantitativa é precisamente a fetichização do número, como interesse em si mesmo e por vezes desgarrado de um fundo humano e, em outros casos, de uma problematização maior.

O modelo de história econômica difundido por Ernst Labrousse na primeira geração dos *Annales* foi o de uma história quantitativa-serial que gradualmente iria ampliar seus focos temáticos. No princípio, ela conformava-se quase que exclusivamente a uma História dos Preços que, sob a motivação do contexto do craque da Bolsa em 1929, valorizava o estudo da conjuntura para identificar a ruptura, o momento da crise. Com o tempo, como assinala Michel Vovelle (2011: 277), a História Quantitativa-serial foi se dirigindo para outro campo de interesses: o de uma história da produção e do crescimento que teve um de seus marcos com a obra de René Baehrel (1961). Esse deslocamento temático no interior da História Quantitativa-serial também possibilitou um alargamento do olhar longo ao favorecer a passagem da ênfase na conjuntura à ênfase na estrutura secular. Podemos entender essa mudança de interesses como desdobramento de um

UFCRG BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI Nº 9.610/1998 E LEI Nº 9.695/2002.

novo contexto, visto que no segundo pós-guerra a economia logo passaria da crise a uma "fase de ouro", marcada por um crescimento econômico de quase três décadas. Por fim, é também neste novo período que começa a surgir uma história serial desligada do quantitativo, o que incluiu diversas das novas pesquisas ligadas à História das Mentalidades.

Neste momento, podemos iniciar a exposição de alguns dos vícios que podem ser decorrentes de um mau uso, ou de um uso limitado, da História Quantitativa. Ao empreender uma História Quantitativa, o historiador deve cuidar para não realizar uma história meramente descritiva de informações numéricas, um vício que pode ocorrer na história quantitativa aplicada à História Econômica, mas também a outras modalidades, como a História Demográfica (BARROS, 2011: 166). Quando a História Quantitativa se resume à mera exposição de quantidades ou de informações numéricas, fatalmente se transforma em uma história descritiva, não problematizada, o que vem a ser a contrapartida, para o caso da história narrativa, daquela tendência historiográfica do século XIX que ficou conhecida como História Factual (BARROS, 2011e: 166). Assim como é passível de crítica o historiador que simplesmente se dispõe a narrar os fatos, de maneira não problematizada, como se o importante fosse a mera descrição "dos fatos que aconteceram", é igualmente passível de críticas descrever simplesmente os dados econômicos de certa sociedade[257]. Este tipo de vício pode ser considerado uma espécie de fetichização da quantificação.

257. Fernand Braudel já dizia em um artigo sobre a História dos Preços: "Uma série de preços tem certamente sua própria realidade, todavia, não se estabelece como um fim em si mesmo" (BRAUDEL & SPOONER, 1967: 375).

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004

No caso, o número, a quantificação, a descrição estatística são apresentados como se valessem por si mesmos. Rigorosamente falando, contudo, é uma ilusão acreditar que até mesmo seja sequer possível expor o número como dado bruto, expressivo por si, preexistente; isto porque, na verdade, o número é sempre uma construção do historiador, mesmo que ele não o saiba. É a partir de uma certa concepção que ele o escolhe, define os limites no interior do qual o número aparecerá e terá validade, ordena-os em relação uma série de outros, e os expressa por meio de uma estratégia discursiva. Nenhuma destas operações, e tampouco outras que envolvem a construção do número, são neutras.

Um pequeno exemplo, da ordem das estratégias discursivas consoantes às quais podemos expressar uma informação numérica, servirá como uma ilustração entre tantas outras que poderiam ser dadas. Suponhamos que um certo número de eleitores, no conjunto da população de um país, tenha votado em determinado candidato. Embora todas essas formas de falar reflitam a mesma grandeza numérica, é completamente diferente dizermos que "60% dos eleitores elegeram o candidato Lula", ou que três em cada cinco eleitores brasileiros votaram em "Lula". Quando nos expressamos desta segunda maneira, deixamos de utilizar essa categoria discreta e neutra que parece ser a porcentagem, e nos aproximamos do humano. Com a segunda estratégia discursiva, essa outra maneira de expor o mesmo dado, quase imaginamos tais eleitores em sua humanidade efetiva, votando, talvez discutindo uns com os outros. Percebemo-los então como seres humanos, e não mais como um número em uma estatística.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

De igual modo, a forma escolhida para expressar um índice econômico, uma variação de preços, por exemplo, tenderá a produzir diferentes percepções naqueles que a recebem. Podemos expor o aumento percentual de um preço em relação ao mês anterior, ou inseri-lo em uma série que trará uma outra tábua de leituras, motivando concomitantemente outras possibilidades de reações nos receptores da informação.

Podemos comparar duas décadas em relação a algum problema econômico ou demográfico (o aumento de preços de imóveis, por exemplo, ou a migração populacional). Por que escolher duas décadas, os anos de 1960 e os anos de 1970, e não dois períodos recortados de maneira distinta (o período 1965-1974, e o período 1975-1984)? Posso discorrer, por exemplo, sobre a drástica redução na população indígena brasileira, e expor meus números. Mas como cheguei a esses números? A partir de que fontes eu os produzi? Que datas escolhi para a comparação, e por que elas? O número – o fato da História Quantitativa – é definitivamente uma construção, da mesma maneira que o são os fatos da História Narrativa. Há sempre um problema, uma visão de mundo, por vezes um interesse que recorta e reconstrói o fato, seja ele um fato da História Política, ou um fato "quantitativo". O fato no interior de uma série pode dizer uma coisa (chamar a atenção para determinado aspecto ou ocultá-lo, ou mesmo produzir determinadas expectativas), e, no interior de outra série, dizer uma outra coisa (iluminar outro aspecto, produzir outras expectativas). É por isso que o fato quantitativo isolado, como se fosse um "átomo de informação", não tem qualquer sentido, da mesma maneira que os fatos relativos às ações humanas não são os "átomos" da História Política.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Dois tipos de fetiches quantitativos rondam a História Econômica que se vale da quantificação. O primeiro deles, anteriormente descrito, pode ser entendido como um culto à descrição quantitativa isolada de outros aspectos (o quantitativo como algo que vale por si mesmo). O segundo fetiche quantitativo decorre de um excesso de confiança na série quantitativa como fio condutor para examinar uma totalidade de aspectos. Entre 1940 e 1970, andou muito em voga essa pretensão de alcançar a totalidade a partir do exame denso de uma série, ou da análise de algo como uma curva de preços, por exemplo. Tal como assinalam João Fragoso e Manolo Florentino em um ensaio sobre a História Econômica, constituinte do livro *Domínios da História* (FLORENTINO & FRAGOSO, 1997: 32), um exemplo pode ser dado com a já mencionada obra de Ernst Labrousse sobre o movimento dos preços – pioneira tanto no que se refere à história serial quantitativa, como no que se refere à constituição de um novo tipo de história econômica a partir do programa de ação proposto pela Escola dos *Annales*:

> Tomemos o caso de Ernst Labrousse. Nele, por exemplo, a construção de curvas de preços não é um fim em si mesmo. Pelo contrário, trata-se de um fio condutor para a apreensão das hierarquias sociais e de suas contradições. Mais do que isso, sua obra postula que o estudo conjuntural serve para desvendar a dinâmica das estruturas, o nascimento das ideologias e de crises institucionais e, por fim, na cronologia das revoluções, o seu devir.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

O igualmente fascinante e pretensioso projeto de Labrousse pode ser reverenciado como um monumental trabalho que merece ser admirado tanto por seu pioneirismo como pelo sistemático levantamento de informações a serem incorporadas em uma perspectiva de História Total. Labrousse afasta-se radicalmente do tipo de fetiche quantitativo que descrevemos antes (a mera exposição de grandezas numéricas e de informações obtidas a partir da serialização de dados). Por outro lado, recai em outro fetiche quantitativo, situado no extremo oposto. A série de preços é elevada à competência de dar a perceber não apenas certa ordem de aspectos da vida social, como também de possibilitar a reconstituição de uma história total, bem ao estilo que se confirmaria com as primeiras gerações da Escola dos *Annales*[258]. A partir dos anos de 1970, pretensões totalizantes análogas a esta passaram a ser muito criticadas pelas próprias gerações de novos annalistas, e também por nomes ligados a outras correntes, e os historiadores econômicos perceberam que, ainda que a série seja um recurso eficaz para a História Econômica, não é de modo algum uma receita que resolve todos os problemas ou justifica-se por si mesma. Desde então, surgiram outras abordagens possíveis para a História Econômica, inclusive diálogos com a Micro-história.

258. Ao contrário do quantitativismo histórico utilizado pelos economistas, que na verdade produzia uma espécie de "economia retrospectiva" (conforme expressão de VILAR, 1965), a novidade do modelo praticado e proposto por Labrousse é que ele utiliza os resultados obtidos para compor explicações não apenas referentes às instâncias econômicas, mas também relacionadas à vida social e à política. Literalmente, podemos dizer que a História Quantitativa de Labrousse é um caminho para atingir a totalidade social. A Economia e seus fatos, tratados com a abordagem quantitativa, são meios para recuperar a totalidade social.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

De todo modo, o período dos segundos *Annales*, sob a regência de Braudel e a vice-regência de Labrousse, constituiu o grande momento da história Serial-quantitativa. No âmbito da História Econômica, a História Serial-quantitativa beneficiou-se mesmo de uma expansão temática interna: da História dos Preços, da qual partira nos primeiros *Annales*, ela atinge outros patamares temáticos: as relações comerciais, a produção industrial e agrícola, o movimento dos salários – nada do que era econômico lhe era estranho. Ao mesmo tempo, o modelo serial-quantitativo expandira-se desde os anos de 1950 para fora da modalidade da História Econômica, e já se formara uma vigorosa produção de História Demográfica. Também a História Social, em sentido estrito[259], recebe como novas possibilidades as abordagens serial ou serial-quantitativa, e estas já começam a ser aplicadas a problemas históricos relacionados a ambientes temáticos específicos deste campo – as revoluções e revoltas, o banditismo, a marginalidade, o desemprego e a mendicância, apenas para mencionar alguns. Breve, nos primeiros anos da subsequente geração dos *Annales*, uma história serial (mas não mais obrigatoriamente quantitativa) alcançaria o patamar das mentalidades, conforme depois veremos. Domínios temáticos vários também a assimilariam como alternativa metodológica, tal como a História das Religiões, ou, mais propriamente ainda, a História das Práticas Religiosas[260], e ainda a História da Leitu-

259. Isto é, referimo-nos aqui à "História Social" definida como instância do social, no mesmo nível que as outras "dimensões" (História Econômica, História Política, História Cultural), e não à História Social em seu sentido abrangente, como megadisciplina que abarca as demais dimensões.

260. Alguns exemplos de articulação entre História Serial e História da Religião são apresentados por Pierre Chaunu no artigo intitulado "Une histoire religieuse sé-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ra, para a qual François Furet contribuiu com uma pesquisa serial-quantitativa sobre "a alfabetização no Antigo Regime" (FURET & SACHS, 1974).

Por fim, o modelo serial-quantitativo começa a dar sinais de esgotamento na historiografia europeia produzida no decorrer dos anos de 1980, e ao cabo desta década já teremos contra ela um edital dos *Annales* assinado por Bernard Lepetit, em nome de uma nova geração que muitos chamarão de "quartos *Annales*" (LEPETIT, 1989: 319)[261]. Em outros países teria vida mais longa, e a abordagem serial-quantitativa fez ainda sucesso durante toda a década de 1980, ou mesmo durante a década de 1990, como foi o caso do Brasil. Depois, também declina, ou ao menos perde a centralidade que antes tivera em certos domínios historiográficos. Desde então, a História Quantitativa não deixa de ter conquistado um lugar perene e reconhecido no repertório de alternativas metodológicas para a História, mas sem já conseguir sustentar as pretensões de ser o grande modelo dominante.

Na França, embora isso não explique tudo, ocorreram mudanças nas práticas historiográficas institucionais que podem ter contribuído, de algum modo, para desmotivar as pesquisas quantitativas. Jacques Revel, historiador dos terceiros *Annales* que ainda fez pesquisa quantitativa nos anos de 1980, dá-nos

---

rielle – A propos de Diocèse de la Rochelle (1648-1724) et sur quelques exemples normands" (CHAUNU, 1965).

261. Bernard Lepetit, neste editorial dos *Annales* de dezembro de 1989, parece sugerir que a História Quantitativa acabou por se perder entre procedimentos ambíguos, como o uso de indicadores "simplificados", ou, ao contrário, a mobilização de técnicas mais sofisticadas, tais como a da análise fatorial, que terminaram por recair em uma espécie de "panaceia" (LEPETIT, 1989: 319).

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

depoimento sobre dois ambientes institucionais distintos: o que perdurou na segunda geração dos *Annales*, coextensivo até fins dos anos de 1970, quando ainda eram possíveis pesquisas coletivas e no qual havia até mesmo uma certa estrutura centralizada e autoritária que impunha a discreta exploração de auxiliares de pesquisa, e o ambiente dos anos de 1980, quando isso já não parecia mais defensável:

> Naquela época, François Furet e Mona Ozouf estavam terminando uma grande pesquisa sobre a alfabetização [1978], ou melhor, sobre o ensino primário, e então tivemos a ideia de lançar uma pesquisa sobre as universidades do Antigo Regime, não só na França, mas um estudo comparativo sobre os europeus. Esse levantamento foi interessante e levou bastante tempo. É que antes, até o fim dos anos de 1970, as pesquisas se realizavam segundo um esquema bem simples: havia um ou vários diretores de pesquisa, geralmente homens, que organizavam o trabalho, e assistentes, muitas vezes mulheres, que iam para os arquivos e levantavam os dados. Essa divisão do trabalho deixou de ser possível mais ou menos na época em que começamos. Minha geração não tinha vontade de trabalhar desse jeito, e, mesmo que quisesse, as coisas depois de 1968 não aconteciam do mesmo modo. Nossa pesquisa demorou porque nós mesmos a fizemos. [Dominique] Julia e eu levantamos em arquivos todas as 24 antigas universidades do Antigo Regime, em toda a França, e isso levou tempo! Foi a minha segunda experiência com arquivos. E foi uma das últimas

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

grandes pesquisas de história quantitativa à francesa (REVEL. Entrevista à *Revista Estudos Históricos*, 1997: 25)[262].

À parte as nuances institucionais – ao lado de um ambiente institucional que permitia concretizar um modelo de trabalho em equipe que já era estimulado por Febvre desde 1936[263] –, há seguramente boas razões para o sucesso de primeira hora da História Serial, e para sua segura, embora discreta, permanência no circuito historiográfico depois do arrefecimento deste longo entusiasmo de muitas décadas. Além da potencialidade para estabelecer uma visão de conjunto na média duração – o tempo das conjunturas econômicas e de outros ciclos da vida social –, a possibilidade de trazer à tona "testemunhos involuntários" é certamente uma destas razões de sucesso. Quando um historiador, como Michel Vovelle (n. 1933), percorre uma série formada por "testamentos" para verificar quantas missas desejavam para depois da morte os homens de determinadas classes sociais

262. Nesta mesma entrevista, Revel expõe sua transição do modelo quantitativo, que ainda professava nos anos de 1970, para um modelo mais próximo da Micro-história, o qual assimilou em sua estadia na Itália: "É claro que não foi só isso. Bem antes de nós, franceses, eles [os italianos] foram sensíveis ao perigo de esgotamento do paradigma labroussiano. Foi isso que me interessou, já que eu vinha da história social de tipo labroussiano, fora essa a minha formação. Daí a importância da minha passagem pela Itália. Em meu contato com os italianos, fui levado a refletir sobre aquilo que eu fazia. Meu livro sobre as universidades, por exemplo, situa-se num meio-termo. É história Quantitativa clássica, ao mesmo tempo em que parte dele se dedica a analisar trajetórias, redes, ou seja, algo que não mais pertence à História Social clássica" (REVEL, 1997: 130).

263. Febvre discorre sobre as possibilidades de desenvolvimentos de grandes projetos historiográficos em equipe em "Pour une histoire dirigée: les recherches collectives et l'avenir de l'histoire", publicado na *Revue de Synthèse* e nos *Combates pela História* (1953a: 55-60).

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

(1978), está apreendendo simultaneamente um padrão de mentalidade e um discurso involuntário que fala aos historiadores sobre as hierarquias sociais de uma época, sobre as pressões que pesavam no indivíduo para que este assumisse as convenções que determinam os lugares sociais. Os testamentos são discursos voluntários que se dirigem aos homens de uma época, mas, tratados serialmente, também podem falar aos historiadores como "discursos involuntários" e reveladores.

Novas potencialidades e novas armadilhas, enfim, rondam a prática da História Serial. Em sua época, sob o beneplácito do próprio Lucien Febvre, foi tida por obra-prima da História Serial a monumental tese de Pierre Chaunu, publicada em 1959 em parceria com sua esposa Huguette Chaunu sob o título *Sevilha e o Atlântico* (1504-1650). Hoje se critica com maior vigor este gigantesco trabalho que, para alguns dos críticos mais mordazes, mais não fez que amealhar em escala surpreendente um grande conjunto de informações e dados, quase como um análogo da antiga história factual que parecia agora retornar para realizar uma história serial-descritiva[264]. Por um caminho inesperado, a História Quantitativa – que ofereceu à História tamanha novidade – também trazia consigo novas armadilhas e perigos historiográficos[265].

264. Josep Fontana considera a tese de Pierre Chaunu como um "monstro armadilhado", cuja "inutilidade desta confusão de cifras incontroladas e de retóricas gratuitas aparece hoje como evidente" (FONTANA, 2000: 274), e acompanha A.M. Bernal em sua implacável crítica à *Sevilha e o Atlântico*, do casal Chaunu: "Atrás das pretensiosas 7.800 páginas, em 12 volumes, de que consta a obra, havia na realidade uma modesta pesquisa, limitada à transcendência informativa dos conteúdos dos chamados *Libros registros de La Contratación*" (BERNAL, 1992: 124).

265. Para um confronto entre a História Serial e a História Factual, cf. Furet, 1976: 61-65; Furet, 1976: 73-91.

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

6 Terceira geração dos *Annales*, ou uma nova *Nouvelle Histoire*?

O ano de 1968 é habitualmente apontado como um marco de uma nova fase na história dos *Annales*. Muitos veem nesta data o fim do movimento, no sentido de que acreditam que o que se seguiu foi um outro tipo de historiografia. Outros consideram este ano como a véspera do início de uma nova fase deste mesmo movimento, e é aqui que se utiliza a expressão "terceira geração dos *Annales*", ou "terceiros *Annales*", para designar os novos historiadores franceses em ascensão e agora na direção do movimento, já que Braudel resolve, na verdade atendendo a muitas pressões, partilhar a direção institucional da *Revista dos Annales* com um comitê que inclui Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie, além de Mandrou (e depois André Burguière e Jacques Revel) na posição de secretário-geral da revista[266]. François Furet também será um nome importante, a julgar por alguns dossiês da revista que são publicados sob sua responsabilidade.

A definição de 1968 como marco que assinala uma nova fase dos *Annales* é autorizada pelo próprio Braudel, que em um editorial para um dos números da *Revista dos Annales* de 1969 (n. 3) anuncia que os *Annales* haviam "mudado de pele"[267]. Seu

266. Há controvérsias em torno de como se teria dado esta passagem de poder. Marc Ferro sustenta que um novo grupo teria conseguido "defenestrar o velho mestre" (FONTANA, 2000: 279). De todo modo, os fatos são bem conhecidos: em 1969 Braudel cede o controle editorial dos *Annales* ao novo grupo, e em 1970 demite-se da presidência da VI seção da École Pratique de Hautes Études, que logo se transformaria em universidade com o nome École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Sobre isso, cf. Wallerstein, 1989: 16.

267. "Les *Annales* font peau neuve". *Annales*, 1969, n. 3: 571.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 13.699/2003.

tom será de retirada, apesar de seguir como uma referência para o movimento, e o pouco que escreveu para a revista a partir de então denuncia que ela tomava um rumo que não era o que desejava. Ele chega a explicitar isso em algumas ocasiões, e de certo modo até abre espaço não apenas para que surja uma leitura da descontinuidade entre os terceiros *Annales* e os *Annales* anteriores, como também para que seja proposta a tese de que já não há, desde aí, uma grande unidade no movimento, "uma diretriz comum", um plano maior cuja ausência levará autores como François Dosse a analisarem como uma "história em migalhas" a exuberante multiplicação de temáticas desligadas do projeto de uma "história total"[268].

Outro indício da ruptura entre a nova geração dos terceiros *Annales* e Braudel é a nova postura adotada por este em relação à ideia de que a herança dos primeiros *Annales* estaria toda concentrada em um único movimento. Agora Braudel parecia estimular a formação de novos grupos que reivindicavam a herança de Bloch e Febvre. Motivou, por exemplo, a criação de uma nova revista, a *Review*, sediada nos Estados Unidos e comandada por Immanuel Wallerstein (1930), um sociólogo que combinava as influências do marxismo e dos primeiros *Annales*, e que estaria à testa do *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations*, criado em 1976 na Universidade de Binghamton. A *Review* colocava-se como herdeira das propostas historiográficas dos primeiros *Annales*, e Braudel

268. Diz-nos Braudel, em um revelador texto que leva o sintomático título de "à guisa de conclusão": "Donde eu não estou de acordo com meus sucessores, é em que eles não escolheram qualquer linha diretriz" (BRAUDEL, 1978: 251).

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

chega a dar uma entrevista para um de seus números na qual fala de sua trajetória nos *Annales* ("À guisa de conclusão", 1978). O ano de 1968 realmente aparece como um incontornável *limes* divisório na história da Escola dos *Annales*.

Não é apenas esta mudança institucional nos *Annales* o que dá a 1968 a posição de um marco na história do movimento. Para começar, há todo um contexto histórico mais amplo que faz do período que se segue a esta data uma nova era. O próprio ano ficou celebrizado na História Contemporânea por ter trazido uma série de movimentos sociais, políticos e contraculturais em escala mundial. Acontecimentos impactantes assinalam sua passagem, tais como o assassinato de Martin Luther King nos Estados Unidos e o movimento de Maio de 1968 em Paris, além de greves gerais e manifestações estudantis no mundo inteiro, inclusive no Brasil[269]. Muitos cientistas políticos e historiadores avaliam o conjunto de acontecimentos dramaticamente expressos por este ano, e a própria década de 1960 como um todo, como ponto de chegada de um grande processo, e estendem para

269. Em 2 de maio de 1968, na França, sob a liderança de estudantes da Universidade de Paris, ocorre um grande e emblemático movimento de protestos sociais, cuja repressão violenta termina por potencializá-lo ainda mais. Ao mesmo tempo ocorre uma greve geral na França, com a adesão de dois terços dos trabalhadores franceses. Esta greve geral adquire enormes proporções sociais, embora tenha sido desencorajada pelo Partido Comunista Francês, que então atendia à orientação stalinista. O governo De Gaulle se vê fortemente abalado, sob risco de entrar em colapso. Mas então o movimento termina por se dissipar, tão misteriosamente quanto explodira. Deixava atrás de si, todavia, questionamentos vários, tanto em relação ao governo, como no tocante às esquerdas oficiais e ortodoxas. O movimento também trouxera à baila questões inéditas como a da sexualidade, além de uma nova proposta para a educação. O filósofo italiano Antonio Negri assim sintetiza o movimento: "Havia um ar estranho; a revolução inesperada arrastara o adversário, tudo era permitido, a felicidade coletiva estava desenfreada". Cf. tb. Wallerstein, 1989. Sobre a influência do Maio de 1968 na historiografia, cf. Dosse, 1989.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

depois deste ano o período de ruptura (BENTLEY, 1999: 137). Enquanto isso, outros avaliam o ano de 1968 como ponto de partida de novos tempos, ele mesmo produtor de rupturas importantes. De todo modo, a data se tornou emblemática.

Evidencia-se também uma mudança na historiografia – o que aliás é a questão principal a ser aqui considerada – e isto não apenas no que se refere à Escola dos *Annales* ou mesmo à historiografia francesa. Os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os "retornos historiográficos", há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor. Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação – atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional – e é a esta nova postura que se passou a chamar de Micro-história[270]. Intensifica-se também o olhar do historiador sobre seu próprio discurso, e o fazer historiográfico, mais do que nunca, será ele mesmo um objeto privilegiado de estudo. De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas.

270. Estudaremos esta corrente no vol. VII desta série.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Entre as incertezas, o "giro linguístico" iniciado nos anos 1960 – que começara a discutir mais enfaticamente o estatuto da ideia de "realidade" e a apresentar a visão de que "tudo é discurso" – atinge a própria historiografia. Questiona-se a possibilidade, para o historiador, de se referir a uma realidade histórica que tenha efetivamente existido da maneira conforme o historiador a apresenta, e no limite se coloca a possibilidade de que a historiografia não seja mais do que ficção literária. Além disso, as metanarrativas – grandes discursos ou concepções que viam na história um sentido, uma finalidade, um sistema extremamente coerente ou uma caminhada inevitável regida pelo progresso – começam a perder a credibilidade, introduzindo-se com isso um novo ambiente cultural que diversos autores denominam "Pós-modernidade".

Este é o novo contexto que presidirá a chamada terceira fase da Escola dos *Annales*, se quisermos concordar com a tese da continuidade (isto é, de que, com estes novos historiadores a quem passa a direção da *Revista dos Annales*, ainda estaremos fundamentalmente tratando da mesma escola que fora a de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel). Na França, a "revolução inesperada de 1968", que eclodira de repente nas ruas, nas universidades, nas fábricas, nos teatros, e que rapidamente se dissipara, parece ter também inspirado os jovens historiadores dos *Annales* a fazerem sua própria "revolução inesperada" contra aquele que até então fora líder absoluto, o velho Braudel[271]. Algo mudava a ritmos muito

271. Mais tarde, não faltarão estudiosos do movimento dos *Annales* que discorrerão sobre os amplos poderes de Fernand Braudel, que dominam toda a segunda

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

rápidos. Não tardaria muito para que, em fins dos anos de 1970, todo um modelo historiográfico predominante apresentado pelo movimento dos *Annales* comece a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela História Serial e pelas abordagens quantitativas. De igual maneira, a ideia de uma História Total é contraposta desde inícios da década de 1970 por uma historiografia que muitos passarão a compreender como fragmentada, como uma "história em migalhas". François Dosse (1987), um dos contumazes críticos da nova geração dos *Annales*, irá centrar neste ponto sua argumentação de que a *Nouvelle Histoire* posterior a 1968 já não tem ligações com a Escola dos *Annales* de Febvre, Bloch, Labrousse ou Braudel.

É importante ressaltarmos ainda que, no caso da história da Escola dos *Annales*, ocorreu uma singular coincidência entre um ano emblemático – o "1968" da "revolução inesperada" – e a chegada à maturidade de uma nova geração. Se adotarmos as premissas geralmente aceitas de que as gerações se renovam mais ou menos de vinte em vinte anos (uma

geração dos *Annales* e que permitem seu controle inabalável da *Revista dos Annales* entre os anos de 1956 (morte de Lucien Febvre) e 1969 (período que o destrona a partir da revolução inesperada). Sobre o poder institucional de Braudel, cf. o artigo de Burguière, "L'Épopée du roi Braudel" (BURGUIÉRE, 1985). É também interessante conferir o pequeno capítulo sobre o "Maio de 1968 na França", inserido na obra *O ressentimento na História* (2009: 80-88), de Marc Ferro – ele mesmo um dos historiadores que seria alçado ao poder na nova geração dos *Annales*. Marc Ferro desenha o Maio de 1968 como um movimento contra a autoridade e o autoritarismo, no qual alunos questionam seus professores, os operários afrontam a disciplina de fábrica, os próprios atores teatrais expulsam seus diretores para rediscutir uma autogestão dos espetáculos teatrais. Em uma tal manifestação contra todas as formas de poder centralizado, podemos acrescentar, um pouco de rebelião teria de respingar também, e justamente no velho mestre Braudel, o poderoso líder do movimento dos *Annales*.

CUORS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

cronologia grosseira, mas que permite alguma aproximação do problema), o marco de 1969 realmente se destaca como uma terceira geração em relação a um movimento cujo nascimento simbólico e institucional situa-se em 1929. Pierre Chaunu (1923-2009), um dos nomes da nova geração de annalistas, reforça esta ideia, mostrando que os novos historiadores à testa dos *Annales* também se viam dessa forma, a saber, como uma nova geração historiográfica, mas que ao mesmo tempo conservava vínculos com as duas anteriores:

> Por outro lado, os homens que, no início dos anos da década de 1970, têm entre quarenta e cinquenta anos de idade, e estão colocados por este fato em cargos de responsabilidade, possuem uma memória e uma experiência que alcançam o limiar da década dos anos de 1930. A ação das gerações delimita, portanto, quase necessariamente, na aventura do espírito, essa duração de um curto meio século que é, "para os mais robustos" de nós, a duração da vida adulta no que diz respeito a um trabalho real (CHAUNU. *A História como Ciência Social*, 1974)[272].

Constituem tema para controvérsias, ainda hoje, as razões mais diretas que teriam motivado uma ruptura menos ou mais aberta entre estas duas gerações historiográficas dos *Annales*. Seria a "insurreição inesperada" dos novos annalistas uma reação contra o centralismo, ou mesmo "autoritarismo", da direção de Braudel? Ou o principal motivo das divergências estaria em um confronto de concepções historiográficas? Sabe-se que o modelo predominante nos *Annales*

272. CHAUNU, 1976: 74.

PUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

realmente mudou de uma para outra época, e que o projeto de alcançar uma História Total foi gradualmente abandonado, pelo menos nos moldes em que o definia Fernand Braudel. Mas teria ocorrido primeiro a mudança político-institucional nos quadros da revista, com a "defenestração"[273] de Braudel, e foi isto o que abriu espaço para uma renovação e mudanças de rumos no âmbito das concepções historiográficas dos *Annales*? Ou, inversamente, uma nova geração já vinha gestando uma nova concepção historiográfica, que agora relativizava o projeto de "globalidade historiográfica", e, a partir daí, ao pressionar a revista na direção de uma mudança de rumo, o embate entre estas duas posições acabou com a deposição de Braudel? Algumas críticas de Braudel a trabalhos dos historiadores da nova geração de annalistas, como os de François Furet, parecem revelar que nos anos de 1960 já começava a surgir no horizonte dos *Annales* um novo modelo historiográfico que não tardaria a se entrecho-

273. A palavra "defenestração", que literalmente significa "atirar alguém pela janela [*fenêtre*] tem sido empregada como metáfora para as deposições súbitas de indivíduos que ocupam posições de poder. O modelo para esta metáfora é o episódio político que ficou conhecido como "Defenestrações de Praga" (1619). Naquela ocasião, um grupo insatisfeito de nobres protestantes invadiu o palácio do governo, em Praga, e os insurrectos terminaram por literalmente arremessar os membros do governo imperial pelas janelas. Desde então, a palavra "defenestrar" tem sido utilizada com sentido simbólico, e é este o uso que o historiador espanhol Josep Fontana dá à palavra ao se referir à deposição de Fernand Braudel por seus antigos subordinados nos quadros hierárquicos da Escola dos *Annales* (FONTANA, 2000: 279). Simbolicamente, foi isso mesmo o que aconteceu, porque é sensível o afastamento de Braudel em relação à revista e ao grupo, mesmo que sem maior alarde. Em entrevistas ao final da vida, o líder da segunda geração dos *Annales* também dá a entender isto. Uma entrevista de Braudel intitulada "À guisa de conclusão" (1978) é esclarecedora em relação àqueles eventos.

PUC-RS: BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

car com o modelo estrutural de Braudel[274]. Posteriormente, seria a vez de ser enviado ao limbo historiográfico o outro modelo que fizera fortuna na segunda geração dos *Annales*, o serialismo-quantitativista de Ernst Labrousse.

Antes de prosseguirmos com esclarecimentos sobre a *Nouvelle Histoire* que se introduz nos anos de 1970, precisamos discutir a própria designação *História Nova*, utilizada por esta terceira geração de annalistas, ou por estes "terceiros *Annales*", como também se costuma dizer. Os historiadores da *Nouvelle Histoire* têm uma tensão a administrar. Por um lado, eles se empenham com todas as forças e habilidades em mostrar que são os herdeiros dos *Annales*. Esta é uma herança simbólica muito importante, e ela é afirmada e reafirmada

274. Braudel, a despeito do relativo ostracismo que passara a enfrentar por parte da nova geração de historiadores dos *Annales*, ainda teria muitos anos de vida historiográfica, e concluirá, em 1979, outra obra monumental: *Civilização material e capitalismo* (o primeiro volume já havia sido publicado em 1967). Nos últimos anos de vida, ainda trabalhava em outra grande obra – *Identidade da França* –, da qual foi publicada a primeira parte. Josep Fontana faz alguns comentários sobre os estranhamentos entre Braudel e o novo grupo de annalistas, no período pós-1968: "Mais tarde, já fora da revista, [Braudel] criticaria com mais dureza ainda a frivolidade e culto à moda dos sucessores, que lhe responderiam, esquecendo-se dele nos muitos anos que lhe restavam de vida. Quando da morte de Braudel, [a revista dos] *Annales* limitou-se a uma necrologia – na qual eram reconhecidas as divergências e se afirmava que suas críticas eram injustas – e a um suposto número de homenagem no qual praticamente não se falava no velho mestre. Seria necessário que se passassem alguns anos para que houvesse uma recuperação *post-mortem* de Braudel pelos próprios defenestradores, que fariam agora a sua hagiografia, por não temerem mais nenhum tipo de resposta" (FONTANA, 2000: 279). Por outro lado, é preciso lembrar que, no período pós-68, Braudel fez novas alianças com historiadores fora do circuito francês dos *Annales*. Um deles, o sociólogo americano Immanuel Wallerstein (n. 1930), fundou um "Centro Braudel" que passou a reivindicar a herança teórico-metodológica dos primeiros e segundos *Annales*. Outro deles, Ruggiero Romano (1923-2002), escreveria um livro cujo título já diz tudo – *Braudel y nosotros* (1995) –, e seria apenas um dos vários historiadores italianos fortemente conectados a Braudel, ao lado de Frederico Chabod, Armando Sapori, Franco Venturi e Alberto Tenenti.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

todo tempo, como por exemplo nos manifestos e prefácios do grupo para as suas obras coletivas. Um dos mais famosos prefácios-manifestos dos novos *Annales* é o que foi escrito em 1978 para a obra coletiva *História Nova*. Este prefácio é de autoria de Jacques Le Goff, historiador medievalista que emerge com uma privilegiada posição na rede de prestígios dos *Annales*, após 1968. Le Goff, neste prefácio-manifesto, procura pacientemente demonstrar que a *Nouvelle Histoire* é a mais legítima herança dos *Annales*, ou mesmo a continuidade dos *Annales*.

Por outro lado, sob o peso desta herança formidável que foi a de Bloch, Febvre e Braudel, os novos annalistas também querem mostrar a novidade de sua contribuição. Não querem parecer meros epígonos diante das monumentais figuras que os precederam no movimento, e por isso mesmo incorporaram, como elemento para sua identidade, a expressão *Nova História*. Mas é muito interessante observar que o uso desta expressão é ambíguo em algumas ocasiões. No já citado prefácio-manifesto de Le Goff há ocasiões em que percebemos que ele está utilizando o termo *Nova História* para designar os historiadores do seu grupo (os historiadores ligados à *Revista dos Annales*). Mas há também ocasiões em que ele utiliza a expressão *Nova História* para indicar todo o universo de historiadores novos, incorporados com o espírito de um novo tempo e dotados de um novo fazer historiográfico. Naqueles momentos, historiadores ligados a diversas outras escolas também aparecem referidos como *Nova História*. A oscilação entre estas duas posições transparecem neste trecho do prefácio-manifesto de Jacques Le Goff (1978):

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

> Penso que seja desnecessário repetir que a *História Nova* foi em grande parte forjada pelo grupo dos *Annales*, e em torno dessa revista. O que não quer dizer que, tanto no passado como hoje, eminentes historiadores que não têm elos com os *Annales* e que, às vezes, não sentem simpatia por eles, não tenham tido um lugar de primeiro plano na *História Nova* (LE GOFF. Prefácio-manifesto para *A Nova História*, 1978)[275].

Neste capítulo, utilizaremos sempre a expressão *História Nova*, quando em maiúscula, ou em francês *Histoire Nouvelle*, para designar mesmo o grupo da terceira e quarta gerações dos *Annales*, tal como eles se viam. É claro que eles não constituem a única *História Nova*. Mas vamos utilizar esta designação pela qual eles quiseram se fazer conhecidos como grupo. Nos Estados Unidos da América, aliás, uma outra escola de historiadores também utilizava para se autodesignarem a expressão *New History*. No Brasil, a expressão também foi utilizada por um grupo de historiadores marxistas que propunham um novo tipo de ensino de História no contexto da ditadura militar. E poderíamos encontrar mais outros exemplos do uso da expressão *Nova História* como nome interposto a si mesmo por um grupo. Dito isto, vamos passar em revista algumas das tendências que se afirmam com essa nova geração de historiadores annalistas, a *Nouvelle Histoire*.

A terceira fase dos *Annales* abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos até mesmo a um excesso de novos objetos e a uma certa frag-

275. Le Goff, 2011: 165-166.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

mentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos já não tem limites. Há uma história para tudo o que é humano, ou mesmo espaço para uma "história sem homens", tal como propõe Le Roy Ladurie com sua *História do clima* (1967), uma obra em relação à qual já não se sabe dizer se deve ser relacionada antes ao apogeu da história estrutural de "longa duração" braudeliana e a uma realização da Geo-história em seu mais puro estado possível – pretendendo chegar à longuíssima duração de uma história "quase imóvel" na qual pouco ou quase nada aparecerá desses elementos de dinamização que são as próprias vidas concretas dos seres humanos –, ou se, ao contrário, aqui já se constitui um prenúncio da fase pós-1969, na qual explodirão novos campos historiográficos em um novo momento do *big-bang* historiográfico, que incluirá inusitados campos como a História Ambiental e tantos outros, ainda mais específicos, como a História do Medo ou a História do Olfato, em uma profusão de domínios temáticos por vezes esdrúxulos, por vezes surpreendentes e inusitados.

É interessante observar o discreto constrangimento de alguns dos historiadores dos *Annales* que, nos anos de 1970, parecem se surpreender assaltados por uma incontornável consciência de que algo do projeto inicial dos *Annales* havia se perdido com a saída de cena do item programático que anteriormente definimos como uma ambição de "História Total" (item 11 do esquema sobre o programa dos *Annales*). Pode-se dizer que a "história total", se é que ainda era possível utilizar esta expressão, mudara irremediavelmente de sentido. De uma "história do todo", que buscava articular

UFRGS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

todas as instâncias do social, passava-se a uma "história do tudo". Do tudo que também inclui aquilo que é quase nada, diriam alguns.

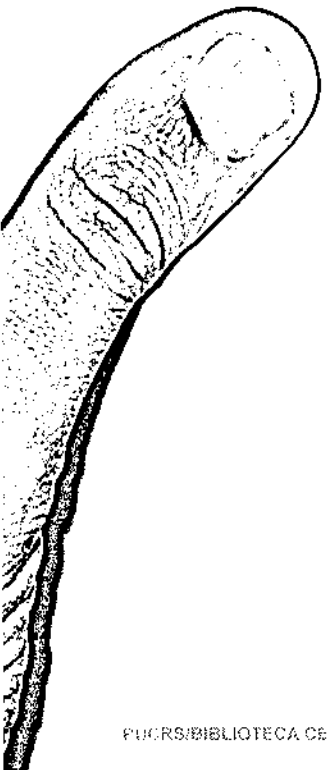
Esse constrangimento de ter se perdido um item importante do programa das duas primeiras gerações dos *Annales* está expresso em um dos textos programáticos da *Nouvelle Histoire*, o "prefácio" de Jacques Le Goff para a coletânea do grupo que foi intitulado *A Nova História* (1978). Este texto de Le Goff, este "prefácio-manifesto", de saída apresenta o constrangimento menor de ter de justificar a insistência no uso da expressão "Nova História" para um grupo que quer se conservar como "continuidade" de um movimento que estava já completando quase meio século. Como continuar justificando como novos os rebatimentos insistentes de todos aqueles itens programáticos, alguns dos quais já plenamente assimilados pelo conjunto de historiadores profissionais? Onde, nesse mundo, seria possível encontrar ainda um bom historiador factual – um Halphen, como aquele que, à maneira de agulha, Braudel encontrara em seu palheiro? Como exemplificar a História-problema, por oposição a que manual nestes novos tempos? Em que cantos historiográficos seria possível achar ainda um novo e útil Seignobos para o espetáculo da *Nouvelle Histoire*?[276]

276. Na ausência de um novo Seignobos, os historiadores dos terceiros *Annales*, na voz do prefácio-manifesto escrito por Jacques Le Goff para a coletânea *A Nova História*, de 1978 – cinquenta anos mais velha que o texto de abertura do primeiro número da *Revista dos Annales*, e setenta e oito anos afastada da conferência em que Simiand já criticava aquele mesmo historiador metódico –, voltariam a evocar o velho fantasma para dar mais um rebatimento à crítica ao factualismo e às limitações temáticas da Escola Metódica. Mais uma vez é depreciado o velho manual de Seignobos e Langlois (1898).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Mas este era apenas um constrangimento menor, uma pequena tensão que Jacques Le Goff administra com habilidade em seu prefácio-manifesto. A parte mais difícil, o constrangimento maior, era o item da "História Total". Podemos surpreender no texto o empenho de Le Goff em dar ares de história total ao conjunto de todas as diversificadas experiências produzidas pelos novos *Annales*, as mesmas que, não tardaria muito, François Dosse estaria convocando como exemplos para falar dos terceiros e quartos *Annales* como artífices de uma "história em migalhas" (1987). Vejamos uma passagem do prefácio-manifesto de Jacques Le Goff:

> Mas a história não se contentou em abrir para si mesma, aqui e acolá, novos horizontes, novos setores. Claro, um Pierre Goubert abre para a *História Nova* o campo da demografia histórica, a abordagem, do nascimento até a morte, do indivíduo, de cada família de uma região durante um século graças ao exame minucioso dos registros paroquiais. E Nathan Wachtel, com seu *La Vision des vaincus*, modelo e obra-prima da *História Nova*, dilata essa história às dimensões e fronteiras da Etno-história. Mas a própria *História Nova* não se contenta com esses avanços; ela se afirma como uma história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história. Aliás, de um modo ou de outro, as obras pioneiras num setor da *História Nova* afirmam sua ambição para além de toda a especialização. Tais obras – o *Beauvaisis* de Goubert e *La vision des vaincus* de Wachtel constituem bons exemplos – são livros de História Total em que uma sociedade é es-



PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> tudada e apresentada em seu todo. A esse propósito, o estudo *Montaillou, village occitan* (1294-1324), de Emmanuel Le Roy Ladurie, obra-prima da Antropologia Histórica, manifesta claramente o desejo de totalização da *História Nova*, que é, sem dúvida, expresso de modo mais eloquente pelo termo "antropologia histórica", substituto dilatado de "história". Toda forma de *História Nova* – que se manifesta como tal – que se abriga sob o estandarte de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial, quer se trate da história sociológica de Paul Veyne ou da história psicanalítica de Alain Besançon, é na verdade uma tentativa de história total, hipótese global de explicação das sociedades grega e romana da Antiguidade ou da Rússia do século XIX, e até mesmo do século XX (LE GOFF. *A Nova História*, 1978)[277].

Tudo certo: os exemplos que Jacques Le Goff oferece neste trecho realmente acenam para a possibilidade de conciliação do objetivo de escrever uma História Total a partir de pequenos recortes de espaço ou de estreitas fatias da vida social e humana. Os pequenos recortes de espaço que circunscrevem uma vizinhança ou uma família, ou as amplas mas finíssimas lâminas que recobrem uma prática ou um conjunto de representações, podem, de fato, serem utilizados para enxergar mais amplo, inclusive para recompor uma História Total. A possibilidade de utilizar o microrrecorte, ou a escala de observação reduzida para enxergar algo mais amplo, também já foi e vai sendo coerentemente realizada

277. Le Goff, 2011: 131-132.

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

pelos historiadores que trabalham com o campo da Micro-história. Em outras palavras, o todo também pode se projetar na parte, ou ser acessado a partir da parte, ou pode ainda se usar a parte como ponte que ao mesmo tempo ilumina e permite atravessar o abismo da totalidade. A História Total não precisa ser, certamente, a história de um grande espaço e de um tempo extenso, como a que realizou Braudel em seu *O mediterrâneo* (1949), ou mais acentuadamente ainda na *Civilização material do capitalismo* (1967), na qual a totalidade adquire proporções planetárias. Mas é verdade também que os exemplos trazidos por Jacques Le Goff foram bem-escolhidos. Sim, a História Regional de Goubert, ou a *Visão dos vencidos* de Wachtel... Mas o que fazer com alguns dos livros que o próprio Jacques Le Goff lista posteriormente em um anexo ao seu texto original, as *Notas complementares*, de 1988? Que fazer com a "história do olfato" de Alain Corbin, que se realiza no livro *Le miasme et la jonquille* (1982)?[278] Ou que fazer, para sustentar que temos ainda aqui uma história total (no sentido de história do todo), com a história da higiene do corpo, levada a cabo por Georges Vigarello em seu livro *O limpo e o sujo* (1985) ou com a *História dos quartos* de Michelle Perrot (2009)? Seria possível pensar estes temas como caminho para apreender, se não uma história total, ao menos uma história mais ampla? E, ademais, terá sido esta a concepção dos autores ao escreverem tais obras?

Existe outro texto de Le Goff – o prefácio para a edição de 1993 da *Apologia da História* de Marc Bloch – no qual

278. Em português, traduzido pelo título de *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX* (CORBIN, 1987).

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

ele procura invocar a seu favor o próprio espírito de Marc Bloch, a partir de uma citação da *Apologia da História*, quase buscando um argumento de autoridade para a nova tendência da terceira geração dos *Annales*:

> É preciso ler Marc Bloch com atenção neste ponto. Pois os ciosos guardiães de sua memória, ainda mais ciosos na medida em que não são os verdadeiros discípulos, consideram "traição" quando um historiador que invoca, com todos os motivos, a autoridade dos *Annales*, em lugar da história "global" ou "total", recorta na história um objeto particular. Ora, Marc Bloch escreve: [a partir daqui, Le Goff introduz uma transcrição de um texto da *Apologia da História*]: "Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou grupos, crises políticas" (LE GOFF. "Prefácio" para a edição de 1993 de *Apologia da História*, de Marc Bloch)[279].

Nesta época já havia sido publicado o famoso texto no qual François Dosse elabora uma impiedosa crítica contra os terceiros *Annales*, explicitada no próprio título da obra: *Uma História em migalhas* (1987). Os constrangimentos dos novos *Annales* em relação a este item programático, a História Total, não são incontornáveis, e sempre se pode conclamar a metáfora da "mudança de pele", evocada tanto por Febvre

279. Bloch, 2001: 30.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

como por Braudel, para sugerir, aliás corretamente, que a historiografia, por ser também histórica, está sempre aberta a mudanças. Mas a questão, aqui, é a tênue tensão com que os novos annalistas precisam lidar, invocando uma herança em relação aos *Annales* ancestrais, mas ao mesmo tempo impulsionados por mudanças que os obrigariam a rever itens do programa. Mas, neste caso, ainda seriam a mesma escola? Às vezes vemos os responsáveis pela consolidação da imagem do novo grupo patinarem no traiçoeiro gelo das velhas definições, já cristalizadas por certa sacralidade. No prefácio-manifesto, este já um texto da primeira fase de atuação dos historiadores da *Nouvelle Histoire*, Le Goff deixa escapar este conselho para aqueles que buscam contribuir para a História do Imaginário – um conselho que nem todos poderiam cumprir:

> Por isso, o historiador deve escolher como tema de pesquisa o que Pierre Toubert e eu chamamos de estruturas globalizantes. E evocamos o fenômeno do *incastellamento*, forma original de *habitat* rural, constituída entre os séculos X e XIII, a noção de trabalho, a guerra, a deserção rural, a marginalidade" (LE GOFF. Prefácio-manifesto para *A Nova História*, 1978)[280].

Os terceiros e quartos *Annales* enfrentam com criatividade as tensões geradas por este desejo de evocarem para si mesmos a herança de um grupo e de seu programa, mas já em um contexto que levou seus temas a se diversificarem

280. Le Goff, 2011: 169.

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

extraordinariamente, em alguns casos ditados por modas editoriais que discutiremos oportunamente[281]. Não tardará muito a serem constantemente confrontados com pequenas alfinetadas neste calcanhar de Aquiles, a começar pela obra *A história em migalhas* (1987), escrita nove anos depois do prefácio-manifesto de Jacques Le Goff (1978). Por outro lado, este grupo razoavelmente grande de novos annalistas também desenvolve outras formas de reagir às tensões geradas pelo peso da herança original dos *Annales*. Já há aqueles que ousam criticar, com alguma delicadeza e por vezes com secreta ironia, os dois ancestrais sagrados, e que discretamente se esmeram em profanar os velhos ídolos da tribo dos *Annales*. Georges Duby (1919-1996), que atingiu notoriedade como medievalista, já se refere à bíblia dos primeiros *Annales* – a *Apologia da História*, de Marc Bloch – como um texto que envelheceu (DUMOULIN, 2000: 23)[282], e de Lucien Febvre observa que "retirava sua informação mais das obras literárias do que dos documentos, e muito mais daquelas do que das estatísticas" (DUBY, 1991: 118)[283]. Jacques Le Goff, com a

281. Este tema será tratado em um capítulo sobre a Pós-modernidade (último capítulo do vol. VII da série *Teoria da História*).

282. As duas passagens são mencionadas por Josep Fontana em *História dos homens* (2000: 362, 363). De todo modo, em seus *Diálogos* com G. Lardreau (1980: 40), Duby se refere a Bloch como um de seus "mestres".

283. Georges Duby (1919-1996) foi um dos medievalistas de maior destaque no grupo formado por historiadores da terceira geração dos *Annales*, especializando-se no período situado entre os séculos X e XIII. Sua tese de doutorado (1953) versou sobre *A sociedade nos séculos XI e XII na região maconnaise*. Nas primeiras obras, como *Economia Rural e vida dos camponeses no Ocidente Medieval* (1962), *Homens e estruturas na Idade Média* (1973) e *Guerreiros e camponeses – séculos VII-IX* (1973), Duby ainda pratica visivelmente uma História Social e Econômica ligada aos modelos da segunda geração dos *Annales*. Depois, assume cada vez mais a perspectiva de diversidade temática da nova geração de historiadores que assumiu o controle da revista

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

elegância e diplomacia que exige seu cargo de porta-voz dos terceiros *Annales*, e com alguma admiração sincera por Bloch, e mesmo por Braudel, assim se expressa em seu prefácio para uma das edições da *Apologia da História* de Bloch, com um texto cheio de polidas arestas:

> Esforçando-me por ser o discípulo póstumo deste grande historiador que infelizmente não pude conhecer, mas cuja obra e ideias foram para mim, e continuam sendo, as mais importantes em minha formação e minha prática de historiador, e honrado por ter me tornado em 1969 – graças a Fernand Braudel, grande herdeiro de Lucien Febvre e de Marc Bloch – codiretor dos *Annales*, tentarei simplesmente, nas páginas que vão se seguir, ex-

dos *Annales*. Os novos temas de seus livros, desde então, serão relacionados à cultura, ao imaginário, às mentalidades, a começar *por O tempo das catedrais* (1976) e *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* (1978), e seguindo por outras obras como *O cavaleiro, a mulher e o padre* (1981), *Idade Média, idade dos homens* (1988) e *Damas do século XII* (1995-1996). Em 1973, aceitou também o projeto de escrever um livro sobre *A Batalha de Bouvines* (1973), que assinala, com outras iniciativas análogas, uma revalorização do estudo dos grandes acontecimentos históricos – uma prática francamente depreciada pelas duas primeiras gerações dos *Annales* –, e que agora retornava ao cenário historiográfico de uma nova maneira, constituindo o que alguns historiógrafos denominaram "retorno do acontecimento" (tratava-se, no entanto, de utilizar o acontecimento como caminho para a apreensão de realidades e processos históricos mais amplos). De algum modo, *O ano mil* (1980) adota a mesma abordagem. A obra *Guilherme Marechal* (1984) também se articula a uma nova onda historiográfica das últimas décadas do século XX, o "retorno da biografia". Uma leitura do conjunto de obras de Georges Duby permite afirmar que ele alternou obras mais voltadas para o ambiente acadêmico com obras voltadas para o grande público interessado em História, o que lhe assegurou uma posição de destaque na mídia. Também foi visando o grande público, atendendo a uma preocupação da terceira geração dos *Annales* em sua fase mais avançada, que organizou as coleções *História da vida privada* (1985-1987) e *História das mulheres no Ocidente* (1990-1992). Com *A história continua* (1991), elaborou um relato sobre sua própria trajetória como historiador, desde seus anos de formação.

PUC RS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> primir as reações de um historiador de hoje, um historiador que se situa na tradição de Marc Bloch e dos *Annales* e que se empenha em praticar, no que lhes diz respeito, a fidelidade definida por este último ao assinalar, na nota acima evocada, que a fidelidade não exclui a crítica (LE GOFF. "Prefácio" para a *Apologia da História*, de Marc Bloch, edição de 1993)[284].

Reaparece aqui, como tantas vezes entre os novos annalistas, o esforço em conectar as três gerações (os terceiros *Annales* a Marc Bloch e Lucien Febvre, mas também a Fernand Braudel, o "elo necessário"); tudo isso levemente temperado, contudo, com a tensão que se afirma logo em seguida com a prometida "fidelidade crítica"[285]. Retornando ao contexto intelectual do final dos anos de 1960, devemos lembrar que, além das temáticas e dimensões de estudo, diversificam-se naquele momento, no planeta historiográfico que recobre a Europa e as Américas (e não apenas na França dos *Annales*), as abordagens. Após a década de 1970, a História Quantita-

---

284. Le Goff (1993), "Prefácio". In: Bloch, 2001: 16.

285. Essa passagem de Jacques Le Goff na verdade se refere à primeira nota escrita por Bloch para a *Apologia da História* (BLOCH, 2001: 41). Nesta nota, Bloch se refere a Langlois e Seignobos – autores do famoso manual que foi tão criticado por Febvre, Braudel e outros annalistas, além de Marc Bloch, e que haviam sido professores deste último na etapa de sua formação. Prometendo com polidez e elegância uma impiedosa crítica, Marc Bloch registra estas palavras ao final da nota: "Deram-me ambos [Langlois e Seignobos] preciosas demonstrações de sua boa vontade. Meus primeiros estudos deveram muito ao seu ensino e à sua obra. Mas ambos não nos ensinaram apenas que o historiador tem como primeiro dever ser sincero; tampouco dissimulavam que o próprio progresso de nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores. Permanecerei, portanto, fiel às suas lições criticando-as, ali onde julgo ser útil, bastante livremente, como desejo que um dia meus alunos, por sua vez, me critiquem" (2001: 41).

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

tiva, antes senhora quase suprema nos espaços institucionais dominados pelos *Annales* – sempre sob a bem-ritmada batuta de Ernst Labrousse, segundo nome na hierarquia braudeliana –, começará também a ser questionada, até mesmo na legitimidade de seu orgulho de ter pretensamente trazido à História o máximo de cientificidade possível com as análises seriais e com o controle do que se repete o do que varia em uma duração mais longa. É sintomático que tenha surgido em 1975, encravada neste divisor de águas, uma nova obra de Le Roy Ladurie – tradicional defensor do quantitativo, da longa duração, das análises demográficas neomalthusianas. Tratava-se de um surpreendente livro intitulado *Montaillou: uma aldeia occitânica* (1975), no qual o historiador francês trará a inovação de tratar em uma perspectiva antropológica fontes relacionadas aos processos de Inquisição. Aqui, os depoimentos de acusados e testemunhas incluídos nos registros dos processos inquisitoriais, em uma pequena aldeia francesa do século XIV chamada Montaillou, serão abordados à maneira de depoimentos do tipo que são recolhidos pelos antropólogos, de modo que Le Roy Ladurie pretenderá examinar estes registros históricos de maneira análoga ao que se faz com depoimentos gravados. Abre-se aqui uma via de tratamento antropológico das fontes dialógicas que também já começava a ser explorada, ainda com maior esmero, pelo micro-historiador italiano Ginzburg, o qual registrou o essencial de suas experiências e propostas metodológicas neste novo âmbito de estudos no célebre artigo "O inquisidor como antropólogo" (1989)[286].

286. Em relação a Le Roy Ladurie, depois o veremos trabalhar com textos que indicam, no seio de sua própria obra, essa virada epistemológica, verificável a partir de

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

De fato, entre os diversos diálogos interdisciplinares – sempre considerando que a interdisciplinaridade é o principal traço de unidade entre as três gerações de annalistas – será a Antropologia a interlocutora que ocupará o principal lugar de destaque nesses novos tempos. Alguns chegam a falar em uma "virada antropológica" a partir dos anos de 1970. Em vista disso, nas últimas décadas do século XX a História Cultural passa a assumir uma posição de bastante destaque entre as diversas modalidades historiográficas, mas sem que outras sejam menosprezadas. A História Econômica já não é mais a senhora absoluta, ou pelo menos a déspota esclarecida, das preferências historiográficas, e despontam nestas novas décadas historiográficas, para além da já mencionada História Cultural, outras modalidades como a História das Mentalidades, em mencionar o reavivamento de uma nova História Política, concebida em novas bases e já livre da factualidade ingênua de sua ancestral oitocentista.

Um destaque interdisciplinar é também trazido pela Linguística, campo de conhecimentos e práticas que não apenas passa a ser utilizado pelos historiadores como apoio para a análise de seus diversificados objetos históricos, como também começa a ser empregado para uma autoanálise de seu próprio campo de produção de conhecimentos: a historiografia profissional. Para muitos destes historiadores que analisam a própria historiografia, os diálogos com a

1975. Após *Montaillou*, publicará em 1979 *Le carnaval de romans*. Em 1987 publicará *L'état royal*, uma obra que já denuncia as ressonâncias do retorno do "político", esta nova abertura que nos *Annales* já se anuncia discretamente com as obras de Maurice Agulhon nos anos de 1970, mas que impõe se com maior intensidade entre os annalistas nos anos de 1980.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.753/2003

Linguística os levarão a considerar a História como um discurso dotado de estilo, de padrões literários, de singularidades a serem investigadas. A *Nouvelle Histoire* não ficará insensível a este movimento que, na verdade, também se processa em outras correntes historiográficas. Paul Veyne, um colaborador frequente da *Revista dos Annales*, publicará em 1971 um ensaio cujo título indaga: "Como se escreve a História?" (1971), e a historiografia será vista por ele como um texto em forma de intriga. Três anos depois, Michel de Certeau terá incluído em um dos volumes da obra coletiva *Faire de l'histoire* (LE GOFF & NORA, 1974) o seu célebre texto "A operação historiográfica" (1974), de certa maneira uma resposta a Veyne, buscando estabelecer mais sistematicamente o lugar da História e as especificidades de seu texto, sem confundi-lo com simples literatura imaginativa. Entre estes dois textos, Hayden White, autor inglês e exterior ao circuito dos *Annales*, começará a tratar a História como artefato literato na obra *Meta-história* (WHITE, 1973). A história seria algo mais do que um discurso, ou mesmo do que uma peça de literatura? Estas perguntas, que já introduzem um debate que seria logo configurado como "pós-moderno", demarcam um ponto de embate que seria típico das gerações posteriores.

Os terceiros *Annales* deram sequência, enfim, à ampliação de temáticas e problemas históricos que um dia os primeiros annalistas haviam indicado em seu programa – e esta ampliação de temáticas, para muitos dos espíritos mais críticos, já extrapolava uma perigosa zona para além da qual a História-problema poderia se ver comprometida (Como pro-

PUC-RIO/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E AO DECRETO 1.825/2003

blematizar a História das Nádegas?)[287]. Mas, de todo modo, pode-se dizer que os novos *Annales* apenas levaram adiante, até as suas últimas consequências, um item do programa dos velhos *Annales*. A liberdade temática, e a escolha de problemas, era explorada pelos historiadores dos terceiros *Annales* com liberdade inigualável. Contudo, havia um outro aspecto que retrocedera: o item silencioso, mas sempre presente, da criatividade teórica. Braudel consolidara um novo conceito de tempo: o das temporalidades diferenciadas que traziam, em posição de destaque, a "longa duração". Também criara conceitos como o de "economias-mundo". Lucien Febvre criara noções como a de "utensilhagem mental", depois "mentalidades", aprofundara reflexões teóricas sobre o "anacronismo". Na *Sociedade feudal*, de Marc Bloch (1939), encaminha-se toda uma discussão de categorias, submete-se a própria expressão "feudalismo" a uma análise não apenas teórica, como também histórica, quase antecipando o que mais tarde, com Reinhart Koselleck (1923-2006), ficaria conhecido como "história conceitual". A antiga geração também inovara em metodologias, e Ernst Labrousse (1895-1988) estivera à testa da invenção da História Serial e Quantitativa. Quando olhamos para esta fase anterior dos dois *Annales*, salta à vista a ousadia de experimentação, tanto teórica como metodológica. Os terceiros *Annales*, entretanto, eram audaciosos na experimentação temática – fizeram uma história do medo, uma história da morte, uma história do olfato, e estas audácias até motivaram outros escritores, mesmo não

287. *Breve história das nádegas* (1995) é o nome de um livro de Jean-Luc Hennig (n. 1945).

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

historiadores, a surpreenderem o mercado editorial com inusitados temas, tal como a *Histoire de la merde* (1978)[288]. Essa audácia temática, contudo, não era acompanhada nem por uma audácia teórica nem por uma criatividade metodológica. Alguns autores insistem na ideia de que teria ocorrido mesmo um retrocesso teórico-metodológico com a *Nouvelle Histoire* dos anos de 1970[289]. Se a crítica procede, ou não, é uma questão a discutir. Mas sensivelmente se percebe que os novos annalistas se ressentem disso, e que muitos parecem reagir minimizando a importância do conceitual.

Por fim, é importante lembrar que a própria crítica dos terceiros *Annales* seria encaminhada a partir de 1989, inclusive vinda do próprio interior dos *Annales* – e é neste sentido que muitos historiógrafos já acham oportuno falar nos "quartos *Annales*". Esta faceta do movimento, contudo, será objeto de outro volume desta série, que abordará as correntes mais recentes da historiografia.

7 História das Mentalidades: um campo de projeção para os terceiros *Annales*

Abordaremos a seguir uma linha de investigações que adquiriu grande projeção entre os historiadores da terceira geração dos *Annales*. A História das Mentalidades é, na verdade, um "campo histórico" – uma modalidade historiográ-

288. *Histoire de la merde* é o título de um livro de Dominique Laporte.

289. Esta é a opinião de Aguirre Rojas, historiador mexicano que tem estudado os *Annales* (ROJAS, 2000: 193).

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

fica tal como o é a História Política, a História Econômica ou a História Cultural[290]. Não é em absoluto uma corrente da historiografia francesa, nem é uma escola historiográfica à parte, e muito menos é um paradigma teórico ou metodológico. Podemos definir este campo histórico como aquele que estuda as "formas coletivas de pensar e de sentir". O campo se diferencia, neste sentido, da História das Ideias – mesmo que possa haver eventuais imbricamentos entre os dois –, sobretudo porque os historiadores das ideias também costumam estudar as ideias produzidas individualmente por intelectuais de diversos tipos, que não têm necessariamente ligação com modos de sentir coletivos (este "sentir coletivo", em contrapartida, é traço obrigatório da História das Mentalidades). O campo das mentalidades também se diferencia da História do Imaginário, modalidade que estuda a produção, circulação, recepção e apropriação de imagens – mas não só as imagens no sentido iconográfico, como também as imagens verbais, as imagens oníricas, as imagens mentais, e também os modos de imaginação. É claro que, ao examinarem o imaginário coletivo, os historiadores do imaginário terão muito em comum com os das mentalidades. Mais adiante esclareceremos, todavia, a distinção entre estes dois campos históricos, a História das Mentalidades e a História do Imaginário.

Ocorre que, algumas vezes, a História das Mentalidades foi ou tem sido tratada como corrente teórica, o que em nossa opinião é uma posição bastante equivocada. Tampouco

290. Este item retoma, com algumas alterações, o conjunto de considerações sobre a "História das Mentalidades" já encaminhado em livro anterior – *O Campo da história* (BARROS, 2004).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

temos aqui uma corrente historiográfica interna ao movimento dos *Annales*, e considerar isso seria um erro análogo ao de se dizer que a Micro-história, outra modalidade historiográfica bem-conhecida, é uma corrente da historiografia italiana. Podemos dizer, sim, que existe uma escola micro-historiográfica italiana, e oportunamente falaremos disso[291]; da mesma maneira que é notório que os estudos das mentalidades – à parte alguns precursores – iniciaram-se precisamente com alguns dos historiadores dos *Annales*. É visível também que, particularmente no período da terceira geração dos *Annales*, os objetos de estudo e perspectivas relacionados à História das Mentalidades começaram a ser trazidos para o centro do palco historiográfico pela historiografia francesa ligada à *Nouvelle Histoire*[292]. Os estudos de mentalidades – ao lado de outra área que ficaria conhecida como Antropologia Histórica – tornar-se-iam de fato os dois carros-chefe neste trem de inúmeros vagões que foi a *Nouvelle Histoire*[293].

---

291. Vol. VII da série *Teoria da História*.

292. Constitui objeto de polêmica a origem ou a genealogia deste novo campo histórico que foi a História das Mentalidades. Teria esta se desdobrado da História Cultural, e neste caso deveríamos remeter suas primeiras antecipações a algumas das obras de Huizinga (1872-1945) na primeira metade do século XX? Ou teria a História das Mentalidades derivado da História Demográfica, como propõe Philippe Ariès, ao observar que pesquisas demográficas sobre a mortalidade acabaram abrindo caminho para uma reflexão sobre os modos de sentir a morte, da mesma maneira que os dados levantados sobre a família acabaram por dar origem a investigações sobre os modos de conceber a infância e as relações familiares? (2011: 275-277). Eis uma questão em aberto.

293. A Antropologia Histórica espraia-se através de muitos domínios temáticos, entre os quais os domínios relacionados à história do cotidiano – envolvendo temas como os hábitos, comportamentos, alimentação, vestimentas, células familiares – e também outros campos históricos como a história do corpo, a história da sexualidade, a história das enfermidades, a história das estruturas de parentesco, ou os

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

A noção de "mentalidades" (ou conceitos correlatos como "estruturas mentais" ou "utensilhagem mental"), já havia sido enunciada por Lucien Febvre e Marc Bloch em algumas oportunidades, mas foi somente com alguns dos historiadores da terceira geração dos *Annales* – como Robert Mandrou, Philippe Ariès, Michel Vovelle e Georges Duby – que a expressão adquiriu uma centralidade, capaz de configurar um novo campo de estudos no espaço intradisciplinar da História[294]. Este novo campo encontrou um desenvolvimento tão acentuado nesta nova fase do movimento dos *Annales* que discorrer sobre a História das Mentalidades se impõe como uma consequência lógica nesta parte do nosso estudo sobre a *Nouvelle Histoire*. Existem muitos outros campos que poderíamos discutir ainda, pois também foram bem percorridos pelos historiadores dos *Annales* (e, aliás, já discutimos alguns, como a História Econômica e a Geo-história). Discorrer exaustivamente sobre todos os campos históricos importantes para os *Annales*, no entanto, faria com que nos desviássemos do foco do estudo mais específico sobre este

estudos historiográficos sobre o folclore. Sobre isso, cf. o artigo de André Burguière sobre a "Antropologia Histórica" (1978) para a coletânea *La Novelle Histoire* (BURGUIÈRE, 2011: 297-326). É bom lembrar, ainda, que em alguns casos a Antropologia Histórica interage com a História da Cultura Material.

294. Vale lembrar que o conceito de "mentalidades" – como indicativo de um fenômeno coletivo – já havia aparecido no campo da Etnologia com a publicação do livro *A mentalidade primitiva*, do antropólogo Lévy-Bruhl (1922), e também com o psicólogo social Charles Blondel (1926), ambos influências importantes no acorde teórico de Lucien Febvre. Este último, que utiliza a palavra várias vezes, mas sem dar-lhe o compromisso de um conceito, e que a alterna com outras expressões como "estruturas mentais", discorrerá em um artigo de 1938 sobre a necessidade de abertura de uma via historiográfica que estudaria a "psicologia coletiva" (FEBVRE, 1978: 103-121). Por fim, Georges Duby será o primeiro historiador encarregado de escrever um artigo já delimitando este novo campo histórico (1961), logo seguido por Mandrou (1968). Depois viriam os artigos de Le Goff (1974) e Ariès (1978).

PUCRS. BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

movimento, e também repetiria um trabalho anterior, no qual procuramos discutir a diversidade de campos históricos ao longo de todo o século XX (BARROS, 2004). Por isso, escolhemos a História das Mentalidades como um campo significativo para representar a expansão temática que se dá com a terceira geração dos *Annales*.

Embora a História das Mentalidades tenha tido precursores já na primeira metade do século XX, é apenas a partir da década de 1960 que ela começa a se delinear como um novo espaço de ação para os historiadores que propunham um atento exame da dimensão da vida social que se relaciona ao mundo mental e aos modos de sentir. A designação deste novo campo histórico, por outro lado, e o próprio conceito de "mentalidades" que o fundamenta, têm dado margem a grandes debates que não poderão ser todos pormenorizados aqui[295]. Há autores que sustentam mesmo que teria sido "o próprio caráter fluido da noção [de mentalidades] o que lhe assegurou o êxito por meio de possibilidades indefinidas de adaptação" (REVEL, 1993: 529)[296].

295. Alguns artigos podem ser esclarecedores a respeito deste campo histórico: (1) Le Goff, "As mentalidades: uma história ambígua" (LE GOFF & NORA, 1988: 68-83); (2) Ariès, "A História das Mentalidades" (LE GOFF (org.), 1990: 154-176); (3) Darnton, "A História das Mentalidades – o caso do olho errante" (1990: 225-255).

296. Jacques Revel, no verbete "História das Mentalidades" do *Dicionário das Ciências Históricas*, coordenado por Andrés Burguière (1986), acrescenta: "Essa resistência da noção que passou a ser aproximativa de mentalidades deixa bem claro, ainda uma vez, que ela aponta menos para um objeto rigoroso do que manifesta uma sensibilidade de historiadores. Ela é por isso seguramente mais vulnerável, mas de seu estatuto "ambíguo", de sua plasticidade metodológica, ela extrai capacidades indefinidas de adaptação" (REVEL, 1993: 535). De igual maneira, diz-nos Jacques Le Goff em seu artigo "As mentalidades – uma história ambígua": "Ao mesmo tempo em que se trata de um terreno pioneiro, de um domínio a ser desbravado, pergunta-se se a expressão recobre uma realidade científica, se possui uma coerência

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Certamente contribuiu para a polêmica em torno da História das Mentalidades o fato de que os historiadores filiados a este campo foram os primeiros a se interessarem por determinados temas não convencionais, desbravando certos domínios da História que os historiadores ainda não haviam pensado em investigar. Assim, Robert Mandrou propôs-se a estudar a longa persistência de modos de sentir que motivaram a prática da feitiçaria e sua repressão no livro *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII* (1979); Jean Delumeau impôs a si a tarefa de examinar um complexo de medos de longa duração que havia estruturado o modo de sentir do homem europeu durante muito tempo, e cuja lenta superação permitiu precisamente a passagem para o mundo moderno (1978); e Philippe Ariès (1977) e Michel Vovelle (1982) empenharam-se em analisar os sentimentos do homem diante da morte.

De certo modo, por força dos novos e imprevisíveis objetos que traziam à tona com bastante audácia – e em virtude de sua tendência a dedicarem anos de um exaustivo trabalho intelectual a temas que deles fizeram verdadeiros especialistas em objetos historiográficos até então considerados insólitos –, os historiadores das mentalidades vieram a constituir uma espécie de vanguarda da tendência da Nova História das sétima e oitava décadas do século XX em se pulverizar em uma espécie de "história em migalhas", para utilizar aqui a famosa expressão de Pierre Nora que deu título ao livro de François Dosse (1987) sobre a passagem dos *Annales* para a

conceitual, se é epistemologicamente operacional. Tragada pela moda, parece, no entanto, já passada de moda. É necessária ajudá-la a permanecer ou a desaparecer?" (LE GOFF, 1988: 68).

PUC/RS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Nova História[297]. Um pouco devido à sua exploração ousada destes temas até então incomuns, a História das Mentalidades produziu em seu nascedouro uma forte estranheza que logo despertaria acirradas polêmicas. Mas é muito importante ter em vista que a História das Mentalidades não pode ser definida essencialmente com base nestes novos domínios temáticos que ela passou a privilegiar em um primeiro momento. Mesmo porque, posteriormente, esses mesmos domínios também foram retomados por outros campos da História que pouco ou nada têm a ver com a História das Mentalidades. Rigorosamente, qualquer tema pode ser trabalhado a partir dos vários enfoques que classificaremos aqui como relacionados às "dimensões" sociais (a Política, a Economia, a Cultura, as Mentalidades, o Imaginário, e assim por diante)[298]. Assim, uma História da Morte pode ser trabalhada pela História Demográfica, pela História Política, pela História da Cultura Material, e não apenas pela História das Mentalidades. Em contrapartida, temas já tradicionais como o do "nacionalismo" ou o da "religião" – respectivamente

297. Na verdade, a expressão "história em migalhas" chegou a ser referida de maneira afirmativa por Pierre Nora – organizador de uma coletânea de artigos da Nova História francesa. Pierre Nora enunciou a expressão em uma entrevista concedida a um jornal francês em 1974, e com ela anunciava a consolidação de uma moda que passava a privilegiar as curiosidades, os temas exóticos, ou pelo menos o estudo de objetos muito particularizados em contraste com os antigos projetos de produzir uma grande História Total.

298. Em *O campo da História* (2004), propus um esclarecimento acerca dos critérios a partir dos quais devem ser repensados os vários campos e modalidades da História. Ao lado das *abordagens*, que se referem aos métodos e modos de fazer, e dos *domínios*, que dizem respeito a campos temáticos privilegiados pelos historiadores, as *dimensões* correspondem àquilo que o historiador traz para primeiro plano em seu exame de certa sociedade: Política, Cultura, Economia, Demografia, e assim por diante. Esta conceituação também foi discutida no terceiro capítulo do vol. I da série *Teoria da História* (BARROS, 2011a: 193-222).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.753/2003.

tratados como territórios preferenciais da "história política" e da "história cultural" – podem ser perfeitamente examinados sob a perspectiva de uma História das Mentalidades. Não são, portanto, os domínios privilegiados pelos historiadores das mentalidades que definem o tipo de história que fazem, mas sim a dimensão da vida social para a qual seus olhares se dirigem: o universo mental, os modos de sentir, o âmbito mais espontâneo das representações coletivas e, para alguns, o inconsciente coletivo[299].

A maior polêmica em torno da História das Mentalidades é teórica e metodológica. Apenas para registrar alguns problemas pertinentes a este campo historiográfico que se consolida a partir da década de 1960, mencionaremos aqui as questões fundamentais que devem ser refletidas pelo historiador que ambiciona trilhar estes caminhos de investigação. Existirá efetivamente uma *mentalidade coletiva*? Será possível identificar uma base comum presente nos "modos de pensar e de sentir" dos homens de certa sociedade – algo que una "César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava as suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas"? Estas imagens, extremamente oportunas, foram celebrizadas por Lucien Febvre, e colocam o problema das mentalidades em sua devida proporção[300].

299. Neste último caso, referimo-nos à proposta de Philippe Ariès na última seção de seu artigo sobre "A História das Mentalidades" (ARIÈS, 2011: 294-295).

300. Johannes Huizinga (1872-1945), historiador da cultura que passa a ser um dos antecipadores da História das Mentalidades, dá-nos o exemplo do que seria uma mentalidade medieval em sua obra *O declínio da Idade Média* (1919). Para ele, a capacidade, ou mesmo a necessidade de vivenciar simultaneamente emoções inteiramente contraditórias, e de expressá-las com grande intensidade, eram traços

REPRODUÇÃO PROIBIDA. USO EXCLUSIVO PARA FINS DIDÁTICOS.

Abraçando a perspectiva teórica de que existem de fato mentalidades coletivas, o historiador que se dedica a esta linha de investigação deve ampliar necessariamente sua concepção documental. Conforme assinala François Furet (1991: 93), se o historiador das mentalidades pretende alcançar níveis médios de comportamento, não pode mais se satisfazer com a literatura tradicional do testemunho histórico – subjetiva, não representativa, ambígua. Assim, como veremos adiante, ocorreu um feliz casamento entre a História das Mentalidades (campo histórico que se refere a uma "dimensão") e a História Serial (campo histórico que se refere a uma "abordagem"). A revalidação dos estudos de natureza qualitativa, ao lado da abordagem serial, não esteve, contudo, alheia a outros historiadores das mentalidades – como é o caso de Michel Vovelle, historiador marxista das mentalidades que defende o uso das duas abordagens como igualmente válidas para captar a dimensão mental de uma sociedade (1987: 31)[301].

Para resumir três ordens de tratamentos metodológicos que os historiadores das mentalidades têm empregado em sua ânsia de captar os modos coletivos de pensar e de sentir,

comuns ao ambiente mental de *todos* os homens medievais. Para investigar o que seria esta mentalidade medieval (embora sem falar nestes termos), Huizinga constituiu um *corpus* que incluiu tanto "fontes textuais" – como os romances de cavalaria, a poesia mundana e pastoral – como também as "fontes iconográficas", neste caso desde pinturas destinadas a circularem em ambiente aristocrático até gravuras em madeira voltadas para os ambientes populares. Seu objetivo era precisamente o de investigar o que todos os homens medievais teriam em comum em termos de atitudes mentais relativas à honra, à morte e a outras questões – e isso independentemente de suas classes sociais e posições políticas. Nesse sentido, estava no encalço de sentimentos coletivos, partilhados por todos, sem exceção. Em uma palavra, o que hoje chamaríamos de "mentalidades".

301. Sobre Michel Vovelle, cf. nota 131.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

poderemos registrar (1) a abordagem serial, (2) a eleição de um recorte privilegiado que funcione como lugar de projeção das atitudes coletivas (uma aldeia, uma prática cultural, uma vida), ou finalmente (3) uma abordagem extensiva de fontes de naturezas diversas. Neste último caso enquadra-se *O homem diante da morte*, de Philippe Ariès (1977)[302]. Nesta ambiciosa obra lança-se mão dos mais diversos tipos de fontes – desde escritos de todos os tipos (literatura, hagiografias, poemas, canções, crônicas, testemunhos anônimos) até as fontes iconográficas e os objetos da cultura material. Vovelle considera esta utilização de um universo de fontes tão heterogêneo, percorrido mais ou menos livremente por Ariès nesta obra, como uma técnica "impressionista" (1987: 51).

302. Philippe Ariès (1914-1984) foi um historiador que se deslocou da Demografia Histórica à História das Mentalidades, o que já se podia entrever em sua *História das populações francesas e de suas atitudes diante da vida depois do século XVII* (1948). Adquiriu destaque, não apenas na História, como também na Psicologia e na Educação, com a *A criança e a família no Antigo Regime* (1960) – obra que, embora em sua primeira edição tenha tido uma discreta acolhida na França, alcançou enorme sucesso em sua tradução para o inglês. Em seguida, destacou-se com *O homem diante da morte* (1977). Este tema o acompanhou em outras obras, como *Imagens do homem diante da morte* (1983), o que assinala outra linha de contribuições pela qual será lembrado: a iconografia. Elaborou alguns textos sobre Teoria da História, como os reunidos em *O tempo da História* (1986). Em seu acorde teórico, é sensível a influência do Durkheim dos "fatos sociais", mas sem incorporar a crença positivista no progresso espiritual. Entre outras realizações, Ariès coordenou a coleção *História da vida privada*, com Georges Duby (2001). Na juventude, atuou na 'Ação Francesa', grupo monarquista e contrarrevolucionário, tendente à extrema-direita, do qual se afastou progressivamente, e o qual terminaria por se dissolver após a Segunda Guerra. Em *Historiador de domingo* (1980), Ariès defende-se deste passado afirmando ter sido apenas um "tradicionalista". A expressão "historiador de domingo" foi utilizada por Ariès para autodefinir sua prática historiográfica, já que alternou com outras atividades profissionais o trabalho como historiador. Característico de sua historiografia foi seu trânsito através de épocas históricas diversas, rompendo com a tendência historiográfica ainda hoje vigente de concentração do trabalho em um período histórico mais específico.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

O próprio Michel Vovelle, de sua parte, já utiliza a primeira ordem de procedimentos a que atrás nos referíamos: de um modo geral, prefere a abordagem serial. Em sua tese sobre a *Piedade barroca e descristianização* (1978), Vovelle examinou com precisão e método milhares de testamentos provençais – sempre de forma maciça e procurando enxergar serialmente padrões e deslocamentos de padrões que denunciassem as variações das atitudes diante da morte na longa duração por ele escolhida. Quando examina fontes iconográficas, afasta-se da abordagem qualitativa livre para avaliar topicamente a recorrência e a ruptura de certos modos de representar, às vezes medindo espaços no interior da representação iconográfica e quantificando elementos figurativos. Se vai às fontes da cultura material, à arquitetura funerária por exemplo, faz medições das distâncias que separam túmulos e altares. Sua abordagem é, portanto, sistemática, cuidadosamente preocupada com a homogeneidade das fontes e com seu lugar preciso dentro da série.

A derradeira ordem de tratamentos metodológicos corresponde à já mencionada eleição de um recorte privilegiado que funcione como lugar de projeção das atitudes coletivas ou de padrões de sensibilidade. Pode ser um microcosmos localizado ou uma vida, desde que o autor os considere significativos para a percepção de uma mentalidade coletiva mais ampla. Lucien Febvre, precursor distante dos estudos de mentalidade, havia tentado precisamente esta via. Em sua famosa obra sobre *Rabelais*, o historiador francês se propõe – a partir da investigação de um único indivíduo – identificar as coordenadas de toda uma era (FEBVRE, 1942). A aborda-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

gem é criticada por Carlo Ginzburg – historiador mais habitualmente classificado na interconexão entre uma História Cultural (dimensão) e uma Micro-história (abordagem)[303]. Ao contrário de Febvre, Ginzburg opta por instrumentalizar o conceito de "mentalidade de classe" em sua obra *O queijo e os vermes* (1989: 34). Neste último caso – para cujo estudo toma como documentação principal os "registros inquisitoriais" do processo de um moleiro italiano perseguido pela Inquisição no século XVI –, Ginzburg mantém-se atento à questão da "intertextualidade", isto é, ao diálogo que o discurso do moleiro Menocchio estabelece implicitamente com outros textos e discursos. Dessa forma, embora ambos os historiadores partam de um estudo de caso individual, a abordagem tornou-se distinta. Ressalte-se, no tratamento historiográfico levado adiante por Ginzburg, a preocupação em identificar os vários registros dialógicos presentes em uma mesma fonte – preocupação que se coaduna muito intimamente com um dos setores da chamada nova História Cultural. Assim, para além do discurso externo do próprio Menocchio, visível na superfície de suas fontes, o historiador italiano toma por objeto a multiplicidade de discursos que o constituem; e, além disso, evita a pretensão de reconstituir uma "mentalidade de época". Sua metodologia funda-se em

303. A Micro-história corresponde a uma modalidade da História que procura empregar uma nova escala de observação no exame das sociedades históricas. Elegendo como campo de observação um determinado *locus* bem circunscrito – uma vida anônima, uma prática social localizada, uma comunidade –, a Micro-história almeja conhecer através da gota d'água algo do oceano inteiro. Para utilizar uma metáfora comum entre os micro-historiadores, abandona-se aqui o "telescópio" em favor do "microscópio", o olhar panorâmico e distanciado em favor do olhar detalhista e aproximador. Examinaremos esta abordagem no vol. VII da série *Teoria da História*.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004

uma análise dialógica e intensiva da documentação. Seu enfoque, como se disse, é mais propriamente cultural.

Uma nova História Cultural, aliás, desde os anos de 1990 começaria a fortalecer cada vez mais uma alternativa para o tratamento de certos temas que até então haviam sido campos privilegiados pelos historiadores das mentalidades. Ainda assim, é preciso reconhecer que a História das Mentalidades, sobretudo com os historiadores franceses da *Nouvelle Histoire*, proporcionou uma significativa abertura aos novos modos de fazer a história, inclusive deixando sua margem de influência na historiografia brasileira da década de 1980. É verdade que, para o caso da maioria dos nossos historiadores, ela raramente foi uma influência única e linear, aparecendo habitualmente combinada a outras influências e entrelaçada com outras subespecialidades da História. Apenas como um exemplo, podemos citar o caso de Laura de Melo e Souza – autora de obras que vão de *Desclassificados do ouro* (1993) até *Inferno atlântico* (1982) –, que reconhece em seu acorde historiográfico uma influência importante advinda de historiadores das mentalidades como Geremek e Mandrou[304], mas que acrescenta que suas influências ou inserções mais importantes referem-se à Etno-história e à História da Cultura, neste último caso a partir das obras de Carlo Ginzburg (MORAES & REGO, 2001: 377). Já João José Reis – autor do já clássico *A morte é uma festa* (1991) – reconhece a importância para o amadurecimento de seu trabalho da leitura

304. O historiador polonês Bronislaw Geremek é autor de *Os marginais parisienses nos séculos XIV e XV*, de *A piedade e a forca* (1995), e de outras obras importantes. Mandrou foi autor de *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII* (1979), um marco da História das Mentalidades escrito já em 1968.

UFCE/SIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

dos historiadores franceses das mentalidades que estudaram as atitudes diante da morte (Ariès, Vovelle), mas situa sua principal coordenada em uma História Social da Cultura inspirada no historiador marxista E. Thompson (MORAES & REGO, 2001: 329).

Os novos objetos que audaciosamente os historiadores das últimas décadas do século XX passariam a explorar, tal como se disse, não se tornaram de modo algum monopólios da historiografia das mentalidades. Além disso, há outros campos históricos que apresentam zonas de porosidade em relação ao campo da História das Mentalidades. Ainda explorando os caminhos da cultura, e também o universo mental das sociedades, poderemos lembrar outro campo que encontrou grande desenvolvimento com a terceira geração dos *Annales*, e que pode ser definido como uma *História do Imaginário* – investimento historiográfico que começa por abrir mais uma alternativa à investigação de alguns daqueles mesmos objetos historiográficos que até então haviam conformado uma seara praticamente exclusiva da História das Mentalidades.

A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de "vida concreta". Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz. Assim, basta lembrar como um exemplo entre outros que, na Idade Média, muitos

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004

se engajaram nas Cruzadas menos por razões econômicas ou políticas (embora estas sejam sempre evidentes) do que em virtude de um imaginário cristão e cavalheiresco. O imaginário mostra-se, dessa forma, uma dimensão tão significativa das sociedades humanas como aquilo que corriqueiramente é encarado como a realidade efetiva.

A elaboração de um conceito (ou de uma noção) de imaginário para as Ciências Humanas deve muito a Cornelius Castoriadis, cuja obra de referência é *A instituição imaginária da sociedade* (1982), e a historiadores como Jacques Le Goff e Georges Duby. Tampouco devem ser desprezadas as contribuições antropológicas, como o minucioso panorama elaborado por Gilbert Durand em *As estruturas antropológicas do imaginário* (1989), no qual são inventariadas as mais diversas imagens criadas nos vários campos de criação humana – embora, neste caso, o historiador deva estar atento a um tratamento por vezes a-histórico que transparece neste belo livro. Todavia, como recolha de um repertório milenar de imagens, devidamente classificadas e interconectadas, esta obra é imprescindível.

A noção de imaginário é polêmica. Por um lado ela conserva interfaces com a noção de "representação", e em algumas situações os campos originados por esses dois conceitos se invadem reciprocamente. Jacques Le Goff destacava que "o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra" (1995: 12). Para o historiador francês, como aliás para Castoriadis em sua obra

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

pioneira sobre *A instituição imaginária da sociedade*, o imaginário não pode ser examinado como algo estático. De certo modo, demarca-se aqui uma distância entre a maior fluidez do imaginário e a maior de imobilidade das "mentalidades", noção que tende a evocar mais enfaticamente uma ideia de maior permanência em uma duração mais longa. Alguns autores chegam a entender as mentalidades, com algum equívoco, como uma zona de certa inércia, a última a se mover na história[305]. Mas a isto voltaremos oportunamente.

Por ora, consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. De acordo com essa definição, existe uma interface possível do imaginário não apenas com o campo das "representações", mas também com o âmbito dos "símbolos". Nesse sentido, deveremos lembrar que é possível se falar em "simbólico" apenas quando um objeto, imagem ou representação são remetidos a uma dada realidade, ideia ou sistema de valores que se quer tornar presente (a espada como símbolo da justiça). Uma imagem, portanto,

305. Jacques Le Goff, historiador que nitidamente prefere a História do Imaginário à História das Mentalidades, é um dos autores que tendem a enxergar as mentalidades como uma zona de inércia: "A inércia, força capital na história, fato mais referente ao espírito que à matéria, uma vez que esta evolui frequentemente mais rápido que aquele. Os homens servem-se das máquinas que inventam conservando as mentalidades anteriores a essas máquinas. Os automobilistas têm um vocabulário de cavaleiros; os operários das fábricas do século XIX, a mentalidade dos camponeses, seus pais e avós. A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na História" (LE GOFF, 1988: 72). Historiadores mais constantes na linha de investigação relacionada às mentalidades, como Philippe Ariès e Michel Vovelle, tendem a se opor às leituras que exageram a "força de inércia" no âmbito das mentalidades (VOVELLE, 2011: 383).

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

pode se ver revestida de significado simbólico, conforme veremos adiante com o exame de algumas imagens apropriadas politicamente.

A noção de imaginário, de qualquer modo, é complexa e aberta a sentidos diferenciados, o que não impediu que tenha gerado uma dimensão historiográfica importante. Para encontrar uma obra precursora no campo da historiografia, devemos voltar mais uma vez ao clássico de Johannes Huizinga, escrito em princípios do século XX e traduzido para o português com o título *Declínio da Idade Média* (1919). Nesta obra, que também prenuncia a ideia de uma mentalidade coletiva, o historiador holandês circula livremente entre as imagens visuais e verbais perceptíveis através da produção cultural das sociedades franco-flamengas de fins da Idade Média, antecipando em décadas um campo histórico que só passaria a receber uma atenção mais sistemática dos historiadores a partir da década de 1960. Suas fontes são constituídas tanto de textos literários como de iconografias. Adicionalmente, Huizinga também toca na questão de certos modos de sentir que seriam comuns a todos os homens medievais, o que o coloca também, como já fizemos notar, como um precursor da História das Mentalidades.

Tal como se disse, os primeiros domínios temáticos a serem percorridos pela moderna História do Imaginário coincidiram de alguma forma com aqueles que começaram a ser desbravados pelos primeiros historiadores das mentalidades na década de 1960 – a história da morte e as práticas mágicas são exemplos típicos. O micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, por exemplo, ocupou-se em recuperar um ima-

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

ginário das práticas de feitiçaria em *Os andarilhos do bem* (1991). Todavia, embora existam alguns objetos em comum, a História do Imaginário guarda certa distância a ser bem-compreendida em relação à História das Mentalidades[306]. Esta última está muito associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma "mentalidade coletiva", que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem se operar rapidamente nos planos econômico e político).

A História do Imaginário não se ocupa propriamente (ou pelo menos não necessariamente) dessas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade. Foi o que Jacques Le Goff pretendeu fazer em sua obra *O nascimento do purgatório* (1981), em que busca investigar a mútua interação entre

306. Estas zonas de imbricamento e de partilhas temáticas entre as histórias do imaginário e das mentalidades podem ser percebidas em certas hesitações de Evelyne Patlagean, encarregada de elaborar o ensaio sobre "História do Imaginário" para a coletânea *A Nova História*, de 1978 – a mesma que também possui um ensaio de Philippe Ariès sobre a "História das Mentalidades". No artigo de Patlagean (1990: 291-312), acham-se corretamente inventariados certos temas típicos do imaginário – como os bestiários medievais, as imagens do fabulário, os horizontes oníricos de cada sociedade, as visões do purgatório e do paraíso, as imagens plasmadas em iconografia. Mas então vemo-la citar as "atitudes diante da morte", em perspectivas e autores que já tipicamente se relacionam à História das Mentalidades (como os trabalhos de Vovelle e de Mandrou, que inclusive são reivindicados como obras de História das Mentalidades no ensaio de Philippe Ariès, no mesmo livro). Claro, há também as zonas partilhadas entre os dois campos históricos, como a temática da "loucura", entre outras. De todo modo, o importante não são tanto os temas, mas as perspectivas, que se apresentam diferenciadas em cada um destes campos.

PUCPR BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

o imaginário religioso medieval e a sociedade que o produziu. Por outro lado, nota-se que em geral os historiadores das mentalidades estão sempre no encalço de algo que, grosso modo, é bem mais abstrato do que as imagens bem-definidas investigadas pelos historiadores do imaginário. A História das Mentalidades busca captar modos coletivos de sentir (a história de um sentimento como o "medo"), padrões de comportamento e atitudes recorrentes (os complexos mentais e emocionais que estão por trás das crenças e práticas da feitiçaria, as atitudes do homem diante da morte). Já a História do Imaginário volta-se para objetos mais definidos: um certo padrão de representações, um repertório de símbolos e imagens com a sua correspondente interação na vida social e política, o papel político ou social de certas cerimônias ou rituais, a recorrência de determinadas temáticas na literatura, a incorporação de hierarquias e interditos sociais nos modos de vestir, a teatralização do poder.

Uma pequena comparação de casos poderá contribuir para clarificar a questão. Na *História do medo no Ocidente*, de Jean Delumeau (1978), procura-se captar um complexo de medos que faziam parte da constituição da mentalidade coletiva do homem ocidental, considerando-se um período de longa duração que tem seus primórdios na Idade Média e que o autor examina até o século XVIII. Habituados a um mundo rural fechado em redes senhoriais e controles privados, que só conheceria uma reintensificação do comércio a partir do século XII e que, mesmo neste processo de reurbanização, será um mundo de cidades muradas e de castelos fortificados; ou acostumados desde a mais tenra infância a

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

partilhar a vida diária entre as permanências pagãs e um sobrenatural religioso cristão; assaltados outras vezes pela peste e pelas invasões de povos que lhes pareciam bárbaros... os homens medievais desenvolveram uma série de medos que eram partilhados pela totalidade social. Apesar das transformações políticas e sociais a partir do século XIII, os homens da Baixa Idade Média e do princípio do período moderno haviam herdado permanências seculares, que só poderiam ser alteradas em ritmos muito lentos ou então sob estímulo de alguns dos acontecimentos traumáticos do começo dos tempos modernos.

Para resumir o complexo de medos ocidentais rastreado por Delumeau, poderemos mencionar o medo do mar, o medo do desconhecido, o medo da noite, o medo das florestas não desbravadas que constituíram fronteiras internas ainda nos tempos feudais, o medo dos leprosos e da Peste Negra, e sobretudo o medo do "outro" – que podia se voltar contra os judeus, contra os muçulmanos, contra as bruxas, ou contra os simples forasteiros. Medo, por fim, do diabo – a quem os vários "outros" eram constantemente assimilados. Estes medos só a custo foram sendo vencidos quando o homem ocidental começou e continuou a desbravar suas florestas internas, quando se lançou às grandes viagens oceânicas, ou à aventura do intercâmbio com povos os mais diversos, ou mesmo quando começou a decifrar racionalmente uma natureza que até então lhe parecera enigmática e até assustadora. Os desbravadores que se lançavam a outras terras, como Marco Polo, como os alquimistas que queriam decifrar o mundo natural e sobrenatural, como os novos

PUC-RS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

comerciantes de longo curso, como os cruzados ou como os missionários... eram pessoas que enfrentavam e lutavam contra esses vários medos coletivos. A caminhada para a Modernidade aparece assim como uma trajetória de superação desses medos seculares, talvez em direção a novos medos a serem inventados de acordo com as circunstâncias histórico-sociais. Essas longas permanências no âmbito dos modos de sentir – produtoras de medos coletivos que em algumas ocasiões eram manipulados pelos donos do poder – são tratadas por Jean Delumeau como mentalidades.

Em que objetos está interessado o historiador neste caso? Busca compreender os medos coletivos que aparecem aqui como "modos de sentir" partilhados por todos, e que, além de ocuparem uma longa duração, estendem-se por todos os espaços – não uma pequena aldeia, ou sequer a França, mas o Ocidente Cristão. Mais ainda, estes modos de sentir atravessam as classes, passam a se insinuar na análise do historiador como elementos constituintes da estrutura mental dos homens de toda uma época. Um historiador do imaginário estaria menos interessado nesses modos coletivos de sentir do que nas imagens socialmente produzidas, mesmo que em alguns casos tais imagens sejam produzidas por padrões coletivos de sentimento e de sensibilidade. Quando um autor como Claude Kappler escreve a sua obra sobre *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média* (1994) – portanto, abordando um recorte análogo e objetos muito próximos ao de Jean Delumeau –, está muito particularmente interessado nas imagens e em seus usos, no inventário de fenômenos prodigiosos que assaltam a imaginação dos ho-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

mens medievais, na tipologia de monstros que se espalha pelos seus bestiários e que têm algo a dizer sobre o contexto social em que foram produzidas. Está interessado também nas visões cosmográficas a partir das quais eram estabelecidas representações da Terra e do Universo, trazendo o paraíso para um ponto qualquer no Oriente ou no topo do mundo.

É verdade que Kappler trabalha também com a perspectiva de uma longa permanência medieval, e por isso dialoga em um de seus capítulos com a História das Mentalidades. Mas isso é circunstancial ao seu objeto – já que, conforme veremos, as imagens, as cosmovisões e os símbolos podem ser produzidos também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou podem mesmo ser ocasionadas por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo imaginário foi construído em poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo deste imaginário político – um imaginário que repentinamente aflora, mesmo que recolhendo materiais seculares como as ideias pangermanistas e as hostilidades antissemitas.

Mas deixemos por ora os demônios do século XX e voltemos aos de Claude Kappler – ao seu imaginário de monstros, demônios e encantamentos da Idade Média. Que este historiador está embriagado de imagens em suas motivações historiográficas fica bem claro nas primeiras frases de seu trabalho. Ele nos conta que a ideia de seu livro germinou

PUC-RS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/98 E LEI 10.973/2004

da contemplação das pinturas de Hieronymus Bosch (1450-1516) – pintor renascentista (ou gótico tardio) que muitas vezes contrasta com seus contemporâneos pela profusão em seus quadros de um imaginário iconográfico riquíssimo no qual abundam os monstros, os seres fantásticos, os prodígios, as referências a um sobrenatural mágico. Enquanto a curiosidade historiográfica de Delumeau é atraída pela persistência de um modo de sentir, Kappler está fascinado pelos modos de imaginar, de representar, de viver entre imagens visuais e verbais construídas pelos homens medievais.

Alguns talvez considerem a obra de Kappler sobre os monstros medievais um tanto descritiva, como se o seu objetivo principal fosse apenas o de inventariar um vasto universo de imagens que hoje causam estranhamento ou curiosidade. Descrever a imagem pela imagem é uma das tentações da História do Imaginário. Mas convenhamos que uma história descritiva pode ser elaborada em qualquer uma das dimensões que estamos estudando: um historiador econômico pode se limitar a descrever os ciclos e as flutuações de preços em um determinado período, e um historiador demográfico pode reduzir seu trabalho à apresentação de curvas demográficas e de dados sobre uma população de determinado local e época. A História Descritiva (como a História Factual, que é a sua contrapartida entre os historiadores que se comprazem em narrar uma sequência de eventos) pode ser sempre confrontada com uma História-problema. Problematizações interessantes podem ser elaboradas em todas as dimensões e domínios historiográficos, com os mais diversificados métodos e abordagens. O historiador do imagi-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

nário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, símbolos, mitos, visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Le Goff mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório, ou de Georges Duby compreendendo a visão tripartida da sociedade através do imaginário do feudalismo. Este contraste entre a busca de modos de sentir mais abstratos (medo, pavor da morte, afetos) e a intenção de decifrar a profusão de imagens visuais, verbais e mentais pode esclarecer algumas das fronteiras e pontos de contato entre a História das Mentalidades e a História do Imaginário.

Com base no que até aqui discutimos (pois a questão não se resume a isso), postulamos que a já discutida obra em que Marc Bloch estuda *Os reis taumaturgos* (1924) é muito mais uma precursora da História do Imaginário do que de uma História das Mentalidades. O que Bloch está examinando neste caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de certa crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis franceses e ingleses de duas dinastias medievais curarem com um simples toque as "escrófulas" (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do "rei taumaturgo" e sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam re-

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

lacionados. Não é, portanto, um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, mas a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

De um modo geral, a diferença entre a História das Mentalidades e a História do Imaginário acaba por produzir uma tendência a abordagens distintas. Não raro, chega-se às mentalidades de maneira indireta, frequentemente a partir de indícios, de detalhes que são reveladores de atitudes coletivas e de modos de sentir comuns a toda uma sociedade. Já o imaginário pode ser apreendido por uma análise mais direta do discurso, seja este um discurso verbal ou visual, empregando para tal desde análises topológicas até recursos semióticos (e também métodos iconográficos e iconológicos para o caso das imagens visuais). A independência de uma História do Imaginário em relação a uma História das Mentalidades propriamente dita não impede que alguns historiadores tenham atuado na articulação entre essas duas dimensões, como foi o caso do historiador das mentalidades Michel Vovelle, que em um mesmo trabalho historiográfico buscou perceber tanto os padrões de sensibilidade do homem diante da morte como as formas simbólicas que os acompanham. Vale a pena registrar esta interconexão entre mentalidades e imaginário percorrida com sucesso pelo historiador francês. O ponto de partida é uma hipótese que se sustenta no conceito de mentalidade como estrutura de longa duração: teria ocorrido no Ocidente Europeu do século XVIII (entre 1730 e

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

1770) uma mudança radical na sensibilidade coletiva diante da morte, e, na verdade, na sensibilidade religiosa em sentido mais amplo, uma vez que a partir daquele período assiste-se ao que o historiador francês chama de uma "descristianização" (VOVELLE, 1978).

Partindo de uma História das Mentalidades calcada em uma hipótese que encara a sensibilidade religiosa e mortuária do homem ocidental como uma estrutura de longa duração que se desgasta mais aceleradamente a partir do século XVIII, Vovelle chega a uma História do Imaginário tanto pelo seu enfoque nas imagens, símbolos e representações, como pelo tipo de fontes iconográficas que postula serem indispensáveis para a percepção de certos aspectos das representações coletivas. Dessa forma, abordando tanto a iconografia dos cemitérios (imagens visuais) como as comunicações fúnebres (imagens produzidas no âmbito da escrita), Michel Vovelle revela o caminho percorrido:

> Todo um trabalho de decifração se impõe a partir de indícios frágeis. Escrutinando os ex-votos, o pesquisador medirá pacientemente a superfície, respectivamente do espaço celeste de aparição e da cena terrestre; analisará, também, o gestual e o jogo dos olhares pelo qual se estabelece a ligação entre os dois universos. Analisando as representações do purgatório em sua evolução, sublinhará as mutações características de um panteão de intercessores que, paulatinamente, vai se despovoando do século XVII ao XVIII (VOVELLE, 1987: 42).

PUC/SP BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Vovelle revela-se um mestre em suas investigações sobre a religiosidade e a morte – um exímio analista capaz de perceber o imaginário seja em objetos materiais, seja em iconografias, seja em documentação escrita como os testamentos. Examina altares e retábulos, mede o tamanho de velas! Avalia imagens verbais registradas nos epitáfios, seja para perceber as fórmulas estereotipadas que indicam permanências, seja para surpreender aquele detalhe revelador, aquela lenta emergência de novas imagens verbais a denunciar simultaneamente a presença de um novo imaginário e de nova sensibilidade diante da morte.

8 À guisa de conclusão

A *Nouvelle Histoire*, e a Escola dos *Annales*, como um todo, foram espaços para o desenvolvimento de trabalhos historiográficos em muitos campos. A História Cultural, uma nova História Política, a já examinada História Econômica, a História Regional e a Geo-história e muitos outros campos históricos foram importantes para a Escola dos *Annales*. A História das Mentalidades e a História do Imaginário são apenas dois desses campos. Como não podemos falar de todos, para não fugir do principal enfoque deste livro, remetemos a uma obra anterior, que se dedicou precisamente a discorrer sobre as diversas modalidades historiográficas que se configuraram em *O campo da História* (BARROS, 2004)[307].

307. Barros, 2004. Livro também publicado pela Vozes.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Vamos concluir este livro com outro assunto importante. Se a História Total é o ponto de discordância maior entre as primeiras gerações dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, a interdisciplinaridade é o aspecto maior que as une, e que nos permitiria falar de toda esta contribuição que envolve quatro gerações de historiadores franceses em um único movimento. Todos os estudiosos da Escola dos *Annales* são unânimes em apontar a interdisciplinaridade como o grande traço de identidade que de alguma maneira unifica todo o movimento dos *Annales*, sincrônica e diacronicamente. A interdisciplinaridade, de certo modo, assegura ainda a possibilidade de unir os vários aspectos anteriormente referidos: a História-problema, o caráter construtivo (e não reconstitutivo) da História, a ampliação de fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem), e, por fim, a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador. Naturalmente que a interdisciplinaridade não foi exclusiva dos *Annales*, pois os novos tempos a requeriam em alguma medida e historiadores diversos não deixaram de dialogar com outros campos disciplinares mesmo fora dos *Annales*, particularmente no âmbito do Materialismo Histórico. Mas a questão é que o movimento historiográfico dos *Annales* insistiu ostensivamente neste aspecto como um traço constituinte de sua própria identidade, e isto é o que mais importa aqui. O fato de que todos os historiadores das primeiras gerações dos *Annales* praticaram a interdisciplinaridade, e também boa parte de seus herdeiros, é de grande relevância; mas mais relevante ainda é que os fundadores dos *Annales*, e também as gerações posteriores,

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

procuraram chamar a atenção para este aspecto como uma instância definidora de sua identidade. Não bastava praticar a interdisciplinaridade; era preciso, para os *Annales*, fazer da interdisciplinaridade um elemento imprescindível e característico de sua identidade: algo que pudesse ser contraposto como uma "marca" dos *Annales*, ainda que a interdisciplinaridade também estivesse "fora" dos *Annales*. Assim, para a Escola dos *Annales*, a interdisciplinaridade foi uma "prática", mas também assumiu um lugar importante no âmbito da "representação" de sua própria imagem.

Henry Berr, no projeto interdisciplinar proposto pela *Revue de Synthése*, fundava sua noção de interdisciplinaridade basicamente na busca de um método em comum, contrastando aqui com o padrão de interdisciplinaridade que seria proposto pelos *Annales*, este estabelecido principalmente em torno de um objeto de análise em comum. Para Lucien Febvre, esse objeto em comum – com a Economia, a Geografia, a Sociologia, em um primeiro momento – implicaria uma espécie de "troca de serviços" entre as diversas Ciências Sociais. Sobre esta questão, ver o artigo de Jacques Revel sobre "Os paradigmas dos *Annales*" (REVEL, 1989).

Ao eleger como sua preocupação fundamental o Homem enquanto "ser social" (e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais), a Escola dos *Annales* estabeleceria sua dimensão interdisciplinar como um dos itens mais fortes e característicos do seu programa de ação. A expansão dos campos históricos para além da tradicional História (da) Política na qual se concentrava o historicismo tradicional torna-se

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a História Econômica, a História Social, a Geo-história. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiriam de um lado a História Antropológica e a História Cultural, e de outro lado a História Demográfica. Estes novos espaços intradisciplinares são os sintomas mais claros de uma historiografia que agora se afastava da Filosofia – principal espaço de diálogo para o Historicismo – e que se tornava uma ciência social, como as outras[308].

Já vimos que a interdisciplinaridade é de fato um inquestionável elo entre os historiadores da primeira geração dos *Annales* e os historiadores da *Nouvelle Histoire*, aos quais muitos se referem como terceiros e quartos *Annales*. A interdisciplinaridade, de fato, tornou-se a característica mais saliente da Escola dos *Annales*, em todas as suas gerações. Por outro lado, o fenômeno da interdisciplinaridade impõe que recoloquemos a questão em maior nível de abrangência. Se os *Annales* se conformaram em uma espécie de vanguarda para a instituição da interdisciplinaridade como um ambiente fundamental para o desenvolvimento da historiografia contemporânea, sobretudo nos países do sul da Europa, além da França, é preciso ter consciência de que essa nova instância do saber histórico terminou por ser uma conquista de todos. Em distintas correntes que in-

308. Esta questão é examinada por Marc Ferro em "*Des Annales* à la *Nouvelle Histoire*" (FERRO, 1987).

PUC/PR-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

cluem as novas escolas do Materialismo Histórico, os *Annales* e a Micro-história Italiana, apenas para mencionar três das mais importantes, pode-se dizer que toda a historiografia do século XX abriu os olhos para os benefícios da interdisciplinaridade.

Ao lado disso, sabemos que outra das marcas da historiografia do século XX foi a gradual ampliação do universo de tipos de fontes disponíveis aos historiadores. Essa ampliação, que podemos entender como uma "expansão documental" (se tomarmos "documento" como sinônimo de "fonte histórica"), foi também uma conquista de todos. Devemos tratá-la desse modo, como um movimento geral da historiografia. Por outro lado, nestes últimos parágrafos em que falaremos mais especificamente dos *Annales*, será importante lembrar que os historiadores da *Nouvelle Histoire*, representados por Jacques Le Goff no prefácio que preludia a obra coletiva *A História Nova* (1978), deixaram entrever a ideia de que o aspecto da metodologia de tratamento de fontes históricas era um item do programa dos *Annales* que ainda precisaria ter mais desenvolvimento, o que se faria precisamente a partir da nova geração dos *Annales* que assumira a direção do movimento em 1969. No texto em questão, no qual Le Goff faz simultaneamente um balanço do movimento e a confirmação do programa dos *Annales*, há um desfecho bastante interessante. Depois de apontar todas as conquistas dos *Annales* a partir dos vários itens de seu programa, Le Goff indica três itens que ainda mereceriam maior desenvolvimento:

PUC SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

a concretização efetiva de condições para incluir na pauta dos historiadores uma correta história comparada[309], a exploração de novas e mais criativas formas de lidar historiograficamente com o tempo, e o desenvolvimento de uma metodologia mais consciente para a análise de fontes históricas. São como que três promessas que não haviam sido cumpridas pelas duas primeiras gerações do movimento, e que, agora, caberia à terceira geração dos *Annales* cuidar para que recebesse o desenvolvimento adequado. A primeira delas é precisamente o item que se refere à metodologia das fontes. Jacques Le Goff chega a falar, aqui, em uma nova concepção de documento, uma temática na qual Febvre insistira algumas vezes, mas que, no entender de Le Goff, não havia sido alcançada com uma distância significativa em relação às concepções que já eram trazidas pelos historicistas da antiga escola alemã:

309. Marc Bloch fora, depois de Henri Pirenne (1923), um dos primeiros historiadores do século XX a discorrer sobre a possibilidade de um novo campo de estudos, a História Comparada (1928, 1930). Inspirado por uma palestra proferida por Pirenne sobre as possibilidades de uma história comparada (*La méthode comparative en histoire*, abril de 1923), e no contexto de um entreguerras que levara alguns historiadores a questionar os malefícios de uma história nacionalista, Bloch escreve *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio (Inglaterra e França)* (1924), uma obra na qual pretende investir no modelo de história comparada. Depois, em 1928 e 1930, escreve dois importantes artigos teóricos sobre o assunto. Na época da *História Nova*, nos anos de 1970, ficaria claro, contudo, que algumas questões ainda precisavam ser mais bem-colocadas tanto na teoria como na prática da História Comparada. A principal delas pode ser resumida no lema "comparar o comparável", que Marc Bloch postulara e que Le Goff menciona em seu prefácio-manifesto (2011: 168). O uso indiscriminado da comparação, sem uma maior consciência e sistematização teórica, poderia levar a anacronismos. Le Goff menciona este problema em seu texto, e dá mostras de crer que a atenção ao lema de "comparar apenas o comparável" ainda apresentava desenvolvimentos insuficientes na historiografia dos *Annales*. Sobre esta questão, cf. o ensaio *Comparar o incomparável*, do historiador belga Marcel Detienne (2000).

FUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

> Uma nova concepção do documento, acompanhada por uma nova crítica deste. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a "verdade". A crítica tradicional dos documentos forjados (e Marc Bloch quase não a superou em *Apologia da História*) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para entrever suas condições de produção. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história? É a partir da noção de documento/monumento, proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, que a questão precisa ser considerada. Ao mesmo tempo, é preciso localizar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e fundamentá-la tanto nesses seus vazios como na densidade daquilo que sobreviveu (LE GOFF. Prefácio-manifesto para *A Nova História*, 1978)[310].

Entre as conquistas dos *Annales* que se universalizaram, existe ainda uma outra: a percepção de que não apenas o tempo é vital para a historiografia, mas também o espaço, constituiu um aspecto para o qual colaboraram os três maiores nomes dos *Annales* – Febvre, Bloch e Braudel –, mas também muitos dos novos historiadores dos terceiros *Annales*.

310. Le Goff, 2011: 168.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

O surgimento da História Regional, por exemplo, ao propor uma nova possibilidade de recorte do espaço para a historiografia, foi uma dessas contribuições. Como dissemos antes, os progressos em termos de uma maior elaboração historiográfica do espaço não foram obra apenas dos annalistas, mas também de inúmeras outras correntes contemporâneas. Em outra oportunidade voltaremos a este tema, ao abordar as experiências historiográficas que deram ao espaço uma centralidade fundamental.

PUCPSBIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Referências

PUC RS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Fontes citadas

ANKERSMIT, F. (2001). *Historiografia e Pós-modernismo* – Topoi. Vol. 2. Rio de Janeiro: UFRJ [original: 1989].

ARIÈS, P. (1990). "História das Mentalidades". In: LE GOFF, J. (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, p. 154-176 [Incluído em NOVAIS, F. & SILVA, R. (org.). *A História Nova*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p. 169-195 – Original: 1978].

_____ (1989). *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves [original: 1954].

_____ (1981a). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1964].

_____ (1981b). *O homem diante da morte*. 2 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves [original: 1977].

ARNOLD, M.A. (org.). (1953). *Vingt annés d'histoire économique et sociale*. Paris: Armand Colin [coletânea de artigos dos *Annales*].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

BACHELARD, G. (1993). *A dialética da duração*. São Paulo: Ática [original: 1936].

BAEHREL, R. (1961). *Une croissance*: La Basse Provence depuis la fin du XV siècle jusque à la veille de la Révolution. Paris: Sevpen.

BAKHTIN, M. (1985). *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec [original: 1941/1965].

BEARD, C.A. & VAGTS, A. (1937). "A Currents of Thought in Historiography". *American History Review*, vol. XLII, n. 3.

BENJAMIN, W. (2008). "Teses sobre o conceito de História". In: *Walter Benjamin: obras escolhidas* – Magia e técnica; arte e política. São Paulo: Brasiliense, p. 222-231 [original: 1940].

BERGSON, H. (2006). *Duração e simultaneidade*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1922].

_____ (1988). *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Ed. 70 [original: 1889].

BERNHEIM, E. (1937). *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Labor [original: 1889].

BERR, H. (1911). *La synthese en histoire* – Essai critique et théorique. Paris: Félix Alcan.

_____ (1898). *La synthese des connaissances et l'histoire* – Essai sur l'avenir de la philosophie. Paris: Hachette.

BESANÇON, A. (1988). "O inconsciente". In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves [original: 1974].

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

BLOCH, M. (2011). *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1946].

_____ (2001). *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1941/1942].

_____ (1998). "Quelques notes de lectures". *Revista Storica Italiana*, fasc. II, p. 1.003-1.025.

_____ (1993). *Os reis taumaturgos* – O caráter sobrenatural do Poder Régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1924].

_____ (1990). *A sociedade feudal*: Lisboa: Ed. 70 [original: 1939].

_____ (1952). *Les caracteres originaux le l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin [original: 1931].

_____ (1930). "Comparaison". *Bulletin du Centre Internacional de Synthèse*, n. 9, jun. Paris.

_____ (1928). "Pour une histoire comparée des sociétés européenes". *Revue de Synthèse Historique*, vol. XLVI, p. 15-50. Paris: La Renaissance du Livre.

BLOCH, M. & FEBVRE, L. (1994). *Correspondance* – Vol. 1: La naissance des *Annales* (1928-1933). Paris: Fayard [org. por B. Müller].

BLONDEL, C. (1926). *La mentalité primitive*. Paris: Stock.

BOIS, P. (1970). *Paysans de l'Ouest*: des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire. Paris/Haia: Mouton.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

BOUCHARD, G. (1972). *Le village immobile* – Sennely en Sologne au XVIII siècle. Paris: Plon.

BOURDIEU, P. (1986). "L'illusion biographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, p. 62-69. Paris.

BRAUDEL, F. (2011). "História e Ciências Sociais: a longa duração". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 87-127 [original: 1958].

_____ (2009). *A civilização material do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1967, revisto em 1979].

_____ (1987). *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1963].

_____ (1985a). *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema [original: 1977].

_____ (1985b). "Le dernière entreviste du mâitre de l'histoire lente". *Le Nouvel Observateur*, n. 1.070, mai. Paris.

_____ (1984). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1949, revisto em 1965].

_____ (1982). "Sul mare della 'lunga durata'". *Corriere della Sera*, dez.

_____ (1978a). *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva [original: 1969].

_____ (1978b). "A História das Civilizações – O passado explica o presente". *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, p. 235-288 [original: 1959].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

_____ (1978c). "En guise de conclusion". *Review*, vol. 1, n. 3-4. Nova York.

_____ (1972). "Personal Testimony". *The Journal of Modern History*, n. 4, vol. 44, dez. Chicago: University of Chicago Press.

_____ (1969). "Les *Annales* font peau neuve". *Annales*, n. 3, jul.-set. Paris: A. Colin.

_____ (1959a). "Les *Annales* ont trente ans (1929-1959)". *Annales ESC*, vol. 14, n. 1, jan.-mar. Paris: A. Colin.

_____ (1959b). "Dans les Brèsil bahianais: le présent explique le passé". *Annales ESC*, n. 2, abr.-jun., p. 325-336. Paris: Colin.

_____ (1953). "Chez les sociologiques – Georges Gurvitch ou la discontinuitée du social". *Annales ESC*, vol. 8, n. 3, jul.-set. Paris: A. Colin.

_____ (1952). "La géographie face aux Sciences Humaines". *Annales ESC*, vol. 6, n. 4, out.-dez. Paris: A. Colin.

_____ (1950). "Continuités ou discontinuités en histoire". *Annales ESC*, vol. 5, n. 1, jan-mar. Paris: A. Colin.

_____ (1943). "À travers un continent d'histoire: le Brésil et l'oeuvre de Gilberto Freyre". *Mélanges d'Histoire Sociale*, 4, p. 3-20. Paris: Annales d'Histoire Sociale.

_____ (s.d.). *A identidade da França*: espaço e história. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo [original: 1988, post].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

BRAUDEL, F. & LABROUSSE, E. (orgs). (1970-1992). *Histoire économic et sociale de la France*. Paris: PUF.

BRAUDEL, F. & SPOONER, F.C. (1967). *Prices in Europe from 1450 to 1750* – The Cambridge Economic History of Europe. Tomo IV. Cambridge: Rich & Wilson.

BURGUIÈRE, A. (2011). "História antropológica". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 297-326 [original: 1978].

_____ (1993). "Annales". *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago [original: 1986].

_____ (1985). "L'épopée du Roi Braudel". *Le Nouvel Observateur*, n. 1.100, dez. Paris.

_____ (1983). "La notion de 'mentalités' chez M. Bloch et L. Febvre: deux conceptions, deux filiations". *Revue de Synthèse*, n. 111/112, jul.-dez. Paris: CIS/CNRS.

_____ (1979). "Histoire d'une Histoire: la naissance des *Annales*". *Annales ESC*, n. 6, nov.-dez. Paris: A. Colin.

_____ (1971). "Histoire et structure". *Annales ESC*, n. 3, mai.-jun. Paris: A. Colin.

CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [original: 1975].

CERTEAU, M. (1982). "A operação historiográfica". In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 65-119 [original: 1974].

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

CHARTIER, R. (2002). À *beira da falésia* – A história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS.

_____ (1990). "Formação social e *habitus*: uma leitura de Norbert Elias". In: *A história cultural*. Lisboa: Difel, p. 91-119 [original: 1985].

CHAUNU, P. (2011). "Economia: ultrapassagem e prospectiva". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 212-235 [original: 1974].

_____ (1976a). *História, Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1974].

_____ (1976b). "Os novos domínios da história serial". In: SILVA, M.B.N. (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, p. 66-72.

_____ (1965). "Une histoire religieuse sérielle: a propos de Diocèse de la Rochelle (1648-1724)". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. VII, jan.-mar. Paris.

CHAUNU, P. & CHAUNU, H. (1960-1965). *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris: [s.l.].

CHEVALIER, J-C. (1988). "A língua: linguística e história". In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 84-98 [original: 1974).

COBB, R. (1969). "Nous des *Annales*". *A second identity*. Londres: Oxford University Press, p. 76-86 [original: 1966].

CORBIN, A. (1987). *Saberes e odores* – O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1982].

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

DARNTON, R. (1990). "A história das mentalidades – O caso do olho errante". *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 225-255.

DELUMEAU, J. (1989). *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1978].

DILTHEY, W. (1948). *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madri: Espasa-Calpe [original: 1883].

DROYSEN, J.G. (2009). *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes [original: 1858].

DUBY, G. (1993). *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ [original: 1991].

_____ (1991). *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Ed. 70 [original: 1978].

_____ (1988). *Guilherme Marechal* – Ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal [original: 1984].

_____ (1961). "L'histoire des mentalités". *Le histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard/La Pléiade.

DUBY, G. & LARDREAU, G. (1980). *Dialogues*. Paris: Flammarion.

DURAND, G. (1989). *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença [original: 1960].

ELIAS, N. (1990). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1939].

_____ (1986). *A sociedade da corte*. Lisboa: Estampa [original: 1933].

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

FEBVRE, L. (2011). "Face ao vento: manifesto dos novos *Annales*". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 75-85 [original: 1946].

_____ (1997). *De La Revue de Synthèse à La Revue des Annales* – Lettres à Henri Berr (1911-1954). Paris: Fayard [org. por G. Candar e J. Pluet-Despatin.

_____ (1992). *Michelet et la Renaissance*. Paris: Flammarion.

_____ (1991). *A Terra e a evolução humana*. Lisboa: Cosmos [original: 1922].

_____ (1978a). "História e psicologia". In: MOTA, C.G. & FERNANDES, F. *Febvre*. São Paulo: Ática, p. 68-83 [original: 1938].

_____ (1978b). "Duas filosofias oportunistas da história: de Spengler a Toynbee". In: MOTA, C.G. & FERNANDES, F. *Febvre*. São Paulo: Ática, p. 130-155 [original: 1936].

_____ (1978c). "Sobre uma forma de história que não é a nossa – A história historizante". In: MOTA, C.G. & FERNANDES, F. *Febvre*. São Paulo: Ática, p. 103-107 [original: 1947].

_____ (1978d). "Lembranças de uma grande história: Marc Bloch e Estrasburgo". In: MOTA, C.G. & FERNANDES, F. *Febvre*. São Paulo: Ática, p. 156-182 [original: 1953].

_____ (1968). *Le problème de l'incroyance au XVI siècle* – La religion de Rabelais. Paris: A. Michel [original: 1942].

_____ (1962). *Pour une histoire à part entière*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales [coletânea post].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (1953a). "Pour une histoire dirigée – Les recherches collectives et l'avenir de l'histoire". *Combats pour l'Histoire.* Paris: A. Colin, p. 55-60 [original: 1936].

_____ (1953b). "Vive l'histoire". *Combats pour l'Histoire.* Paris: A. Colin, p. 18-33 [original: 1941].

_____ (1953c). *Combats pour l'histoire.* Paris: A. Colin.

_____ (1946). "Sur le livre *La paix armee*, de Roubaud". *Annales ESC*, vol. 1, n. 3, p. 282-284. Paris.

_____ (1941). "Comment reconstituer la vie affective d'outre fois". *Annales d'Histoire Sociale*, III. Paris: [s.e.].

_____ (1928). *Martin Luther*: un destin. Paris: PUF.

_____ (1912). *Philippe II et Le Franche-Comté.* Paris: Champion [original: 1911].

FERRO, M. (2009). *O ressentimento na história.* Rio de Janeiro: Agir.

_____ (1987). "Des *Annales* à la *Nouvelle Histoire*". *Philosophie et histoire.* Paris: Centre Georges Pompidou.

FOUCAULT, M. (2000). "Sobre as maneiras de escrever a história". *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (1996). *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola [original: 1971].

_____ (1995). *Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [original: 1969].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

FRANCASTEL, P. (1990). *Pintura e sociedade* – Nascimento e destruição de um espaço plástico. São Paulo: Martins Fontes [original: 1951].

FREYRE, G. (1988). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Brasiliana [original: 1963].

_____ (1979). *Tempo de aprendiz*. São Paulo: Ibrasa.

_____ (1937). *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____ (1936). *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (1933). *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maya e Schmidt.

FURET, F. (1995). *O passado de uma ilusão*. Lisboa: Presença, 1996.

_____ (1991). *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva [original: 1982].

_____ (1976a). "História 'eventual' e história 'serial'". In: SILVA, M.B.N. (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, p. 61-65.

_____ (1976b). "A história quantitativa e a construção do fato histórico". In: SILVA, M.B.N. (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, p. 73-91.

_____ (1974). "Le quantitatif en histoire". In: NORA, P. & LE GOFF, J. *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, p. 46-61.

FURET, F. & OZOUF, J. (1978). *Lire et écrire* – L'Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry. Paris: Gallimard.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

FURET, F. & SACHS, W. (1974). "La croissance da l'alphabétisation en France (XVIII-XX siècles)". *Annales ESC*, n. 3, mai.-jun.

GADAMER, H.-G. (2008). *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes [original: 1960].

_____ (2006). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV [original: 1957].

GÓRGIAS (2001). "Encomium of Helen". In: LEITCH, V. (org.). *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. Nova York: Norton & Company, p. 30-33.

GOUBERT, P. (1992). "História Local". *História & Perspectivas*, 6, jan.-jun, p. 45-47. Uberlândia.

GRAS, N.S.B. (1927). "The rise and development of Economic History". *Economic History Review*, vol. 1.

GEREMEK, B. (1995a). *A piedade e a forca* – História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar [original: 1987].

_____ (1995b). *Os filhos de Caim* – Vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras.

GILLET, M. (1962). *Techniques de l'histoire économique*. Paris: CDU.

GINZBURG, C. (2002). "Sobre Aristóteles e a História, mais uma vez". *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1999].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (1991). *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras [original: 1966].

_____ (1989a). *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras [original: 1976].

_____ (1989b) "Provas e possibilidades". *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, p. 179-202 [original: 1979].

_____ (1989c). "O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico". *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, p. 169-178.

_____ (1989d). "O inquisidor como antropólogo". *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel [original: 1989].

GOUBERT, P. (1968). *Beauvais et le beauvaisis, de 1600 à 1730*. Paris: Flammarion.

GURVITCH, G. (1968). *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro: Forense [original: 1955].

HALBWACHS, M (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice [original: 1925].

HALPHEN, L. (1946). *Introduction à l'histoire*. Paris: PUF.

HAUSER, H. (1930). "Un comite international d'enquete sur l'histoire des prix". *Annales ESC*, n. 2, mar.-abr.

HILL, C. (2001). *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1970].

HOBSBAWM, E. (1998). *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1997].

PUCRS.BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (1997). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra [original: 1983].

HUIZINGA, J. (1978). *O declínio da Idade Média*. São Paulo: Verbo [original: 1919].

KANTOROWICZ, E. (1998). *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Cia. das Letras [original: 1957].

KAPPLER, C. (1994). *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1980].

KOSELLECK, R. (2006). *Futuro passado* – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto [original: 1979].

LABROUSSE, E. (1944). *La crise de l'économie française à la fin d'Ancient Régime et au début de la Revolution*. Paris: PUF.

_____ (1933). *Esquisse du mouvement de prix et de revenus en France au XVIII siècle*. Paris: Librarie Dalloz.

LAMPRECHT, K. (1905). *What is history?* – Five lectures on the modern science of history. Nova York: Macmillan.

_____ (1894). *Deutsche Geschichte*. 12 vol. Leipzig: R.Gaertners Verlagsbuchhandlung.

LANGLOIS, C.-V. & SEIGNOBOS, C. (1946). *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença [original: 1898].

LE GOFF, J. (2011). "A *História Nova*". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify [original: 1978].

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (2001). "Prefácio". In: BLOCH, M. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-34 [original: 1941-1942].

_____ (1999). *São Luís*. Rio de Janeiro: Record [original: 1996].

_____ (1996). "Entrevista concedida a Hughe Salord e Anne Rapin". *Ciências Humanas*, 24.

_____ (1995). *O imaginário medieval*. Lisboa: Ed. 70 [original: 1985].

_____ (1992). *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1980].

_____ (1990). *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Ed. 70 [original: 1981].

_____ (1988). "As mentalidades: uma história ambígua". In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 68-83 [original: 1974].

_____ (1975). "A política: será ainda a ossatura da história?" *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Ed. 70, p. 221-242 [original: 1972].

LE GOFF, J. (1990). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1978].

LE GOFF, J. & WACHTEL, N. (1996). *Une école pour les Sciences Sociales*: de la VI section a l'Ecole de Hautes Etudes en Sciences Scoliales. Paris: Cerf.

LEPETIT, B. (1989). "Tentons l'experience". *Annales ESC*, vol. 44, n. 6, nov.-dez. Paris.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

_____ (1988). "Histoire et Sciences Sociales: un tournant critique?" *Annales ESC*, vol. 43, n. 2, mar.-abr. Paris.

LE ROY LADURIE, E. (2011). "Acontecimento e longa duração na História Social: o exemplo dos chouans". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 248-267 [original: 1972].

_____ (1987a). *L'état royal*. Paris: Hachette.

_____ (1987b). "Quelques orientations de la *Nouvelle Histoire*". In: GADOFFRE, G. *Certitudes et incertitudes de l'histoire*. Paris: PUF.

_____ (1983). *Montaillou*: cátaros e católicos em uma aldeia francesa. Lisboa: Ed. 70 [original: 1975].

_____ (1979). *Le carnaval de romans*. Paris: Gallimard.

_____(1978). "L'Histoire immobile". In: *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard [aula inaugural do Collège de France].

_____ (1974). L'Histoire immobile. *Annales ESC*, n. 3, mai.-jun. Paris: A. Colin.

_____ (1973). "Un concept: l'unification microbienne du monde". *Revue d'Histoire Suisse*, vol. 23, n. 4.

_____ (1967). *Histoire du climat*. Paris: Flammarion.

_____ (1966). *Les paysans de Languedoc*. Paris: Sevpen.

LÉVI-STRAUSS, C. (2003a). "História e etnologia". *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro [original: 1949; republicação: 1958].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

_____ (2003b). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes [original: 1949].

LÉVY-BRUHL, L. (2008). *Mentalidade primitiva*. São Paulo: Paulus [original: 1922].

MANDROU, R. (1979). *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva [original: 1968].

_____ (1975). *De la culture populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: Stock.

_____ (1968). "L'histoire des mentalités". *Encyclopaedia Universalis*. Vol. VIII. Paris: [s.e.], p. 436-438.

MARCUSE, H. (2002). *Razão e revolução* – Hegel e o advento da Teoria Social. Rio de Janeiro: Paz e Terra [original: 1941].

MARCZEWSKI, J. (1965). *Introduction à l'Histoire Quantitative*. Genebra: Droz.

MATTOSO, J. (1985). *Identificação de um país* – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Estampa.

MICHELET, J. (1990). *A feiticeira*. São Paulo: Círculo do Livro [original: 1862].

_____ (1988). *O povo*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1846].

MORAZÉ, C. (1967). *La logique de l'histoire*. Paris: Gallimard.

NIETZSCHE, F. (2005). "Da utilidade e desvantagem da história para a vida". *Escritos sobre a História*. São Paulo: Loyola [original: 1874].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

NORA, P. (1988). "O retorno do acontecimento". In: NORA, P. & LE GOFF, J. (orgs.). *História*: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. 3 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 179-183 [original: 1974].

NORA, P. & LE GOFF, J. (orgs.). (1988). *História*: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. 3 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves [original: 1974].

PERROT, M. (2011). *História dos quartos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [original: 2009].

PIRENNE, H. (1923). "De La méthode comparative en histoire". In: DES MAREZ, G. & GANSHOF, F.-L. (orgs.). *Compte-rendu du V^e Congrès des Sciences Historiques*. Bruxelas: [s.e.], p. 19-32.

PLATAGEAN, E. (1990). "A história do imaginário". In: LE GOFF, J. (org.). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, p. 291-312 [original: 1978].

POMIAN, K. (1990). "A história das estruturas". In: LE GOFF, J. (org.). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1978].

_____ (1984). *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard.

PRICE, R. (1990). *Alabi's World*. Baltimore: John Hopkins University Press.

RANKE, L. (2004). *History of the Latin and Teutonic Nations from 1494 to 1514*. Londres: Kessinger [original: 1824].

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

REIS, J.J. (1991). *A morte é uma festa* – Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras.

REMOND, R. (org.) (1996). *Por uma nova história política.* Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

REVEL, J. (1999). *Fernand Braudel et l'histoire.* Paris: Hachette.

_____ (1997). "Entrevista". *Estudos Históricos*, n. 19, p. 121-140.

_____ (1993). "História das mentalidades". In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago [original: 1986].

_____ (1989). "Les paradigmes des *Annales*". In: *Annales ESC*, n. 6, nov.-dez. Paris: A. Colin.

_____ (1978). "The *Annales*: continuities et discontinuities". *Review*, vol. 1, n. 3-4. Nova York.

RICOEUR, P. (2011). *Tempo e narrativa.* São Paulo: Martins Fontes [original: 1983-1985].

ROGERS, J.E.T. (1888). *The Economical Interpretation of History.* Londres: G.P. Putnam's Sons.

_____ (1866-1902). *History of Agriculture and Prices in England (1259 to 1793).* Oxford: Clarendon Press.

ROBINSON, J.H (1912). *The New History.* Nova York: The Free Press [em português: "A Nova História". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva.* São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p. 519-533].

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

ROUBAUD, A. (1946). *La paix armee (1871-1914)*. Paris: Armand Colin.

RÜSEN, J. (2007). *História viva* – Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB [original: 1989].

SIMIAND, F. (2003). *Método histórico e Ciência Social*. Bauru: Edusc [original: 1903].

_____ (1937). *La psychologie sociale des crises et les fluctuations économiques de courte durée*. Paris: Félix Alcan.

_____ (1932a). *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI au XIX siècle*. Paris: Domat-Montclirctien.

_____ (1932b). *Le salaire*: l'evolution sociale et la monnaie. 3 vols. Paris: Felix Alcan.

_____ (1911). *La methode positive en Science Economique* – Critique sociologique de l'économie, VI. Paris: PUF.

_____ (1904). *Le salaire des ouvriers des mines de charbon en France*. Paris: Societe Nouvelle de Librarie et d'Édition.

SIMÕES DE PAULA, E. (1950). "O nosso programa". *Revista de História*, vol. I, n. 1, jan.-mar. São Paulo.

SOBOUL, A. (2004). *Les sans-culottes parisiens en l'an II*. Paris: Seuil [original: 1958].

SOROKIM, P. & MERTON, R. (1937). "Social time: methodological and functional analysis". *The American Journal of Sociology*, n. 5, mar. Chicago: University of Chicago Press.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

SOUZA, L.M. (1993). *Inferno atlântico*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____ (1982). *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal.

SPENGLER, O. (1920). *The Decline of the West*. Munique: Beck.

TENENTI, B.A. (org.). (1972). *Vingt annés d'histoire et des Sciences Humaines*. Paris: A. Colin [coletânea dos *Annales*].

THIERRY, A. (1820). *Lettres sur le histoire de France*. Paris: Le Courrier Français.

THOMPSON, E.P. (1981). *Miséria da teoria ou Um planetário de erros* – Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar [original: 1978].

TOYNBEE, A. (1987). *Um estudo da história*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1934-1961].

VEYNE, P. (1982a). *Como se escreve a história*. Brasília: UnB [original: 1971].

_____ (1982b). "Foucault revoluciona a história". *Como se escreve a história*. Brasília: UnB [original: 1978].

VIGARELLO, G. (1996). *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1985].

VILAR, P. (1982). "Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores: história quantitativa ou economia retrospectiva?" *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Presença [original: 1965].

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (1973). "Histoire marxiste – Histoire en construction: essay de dialogue avec Althusser". *Annales ESC*, n. 1, p. 165-198.

VOVELLE, M. (2011). "História e longa duração". In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 371-407 [original: 1978].

_____ (1987). "A história das mentalidades na encruzilhada de fontes". *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, p. 27-102.

_____ (1982). *Le mort et l'Occident de 1300 à nous jours*. Paris: Gallimard.

_____ (1978). *Piété baroque et déchristianisation*: les atitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle. Paris: Seuil.

WACHTEL, N. (1971). *La vision des vaincus*. Paris: Gallimard.

WEBER, M. (2006). *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, p. 79-127 [original: 1904].

_____ (1999). *Economia e sociedade*. 2 vols. Brasília: UnB [original: post, 1925].

WIRTH, J. (1977). "Libertins et epicuriens: aspects de l'irréligion au XVI siècle". *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, vol. 39, n. 3, p. 601-627. Paris.

WHITE, H. (1992). *A meta-história* – A imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Edusp [original: 1973].

PUC-SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Bibliografia citada

ACKERMAN, J. (1952). "Cycle et estructure". *Revue Economique*, n. 1, jan. Paris: A. Colin.

ALIBERTI, G. (1979). "*Annales* e storiografia italiana". *Clio*, p. 381-398.

ARÓSTEGUI, J. (2006). *A pesquisa histórica*: teoria e método. Bauru: Edusc [original: 1995].

AYMARD, M. (1978). "Impact of the *Annales* School in Mediterranean countries". *Review of the Fernand Braudel Center*, vol. I, n. 3-4, p. 53-64. Nova York.

_____ (1929-1972). "The *Annales* and French Historiography". *Journal of European Economic History*, vol. I, n. 2. Roma: Banco di Roma.

BARROS, J.D'A. (2011a). *Teoria da História* – Vol. I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes.

_____ (2011b). *Teoria da História* – Vol. II: Os primeiros paradigmas – Positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (2011c). *Teoria da História* – Vol. III: Paradigmas revolucionários. Petrópolis: Vozes.

_____ (2011d). *Teoria da História* – Vol. IV: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a Teoria da História. Petrópolis: Vozes.

_____ (2004). *O campo da História*: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes.

BECKER, A. (2003). *Maurice Halbwachs*: un intellectuel en guerres mondiales: 1914-1945. Paris: Agnès Viénot.

BENTLEY, M. (1999). *Modern Historiography*: An Introduction. Londres: Routledge.

BERNAL, A.-M. (1992). *La financiación de la carrera de las Indias (1492-1824)* – Dinero y crédito en el comercio colonial español con América. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos.

BIARD, A.; BOUREL, D. & BRIAN, E. (orgs.) (1997). *Henri Berr et la culture du XX^e siècle*. Paris: A. Michel.

BOUDON, R. (1968). *A quoi sert la notion de "structure"?* Paris: Gallimard.

BOURDÉ, G. & MARTIN, H. (2003). "Michelet e a apreensão 'total' do passado". In: *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América.

BROWN, E.A.R. (1976). "Henri Pirenne: A Biographical and Intellectual Study". *History and Theory*, vol. 15, n. 1, p. 66-76.

BURKE, P. (1997). "Gilberto Freyre e a Nova História". *Tempo Social*, vol. 9, n. 2, out., p. 1-12. São Paulo.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____(1991). *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp [original: 1990].

BURRIN, P. (1995). *La France à l'heure allemande (1940-1944)*. Paris: Seuil.

CAPELATO, M.H.R. & PRADO, M.L.C. (1989). "L'origine de la collaboration universitaire franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo". *Prefaces*, n. 14, jul.-set.

CARBONELL, C. (1978). "L'histoire dite positivista em France". *Romantisme* – Revue de La Société des Études Romantiques, n. 21-22. Paris.

CARBONELL, C. & LIVET, G. (1983). *Au berceau des Annales*. Toulouse: Presses de l'Institut d'Etudes Politiques.

CARDOSO, C.F. (1997). "História e paradigmas rivais". In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, p. 1-23.

_____ (1979). *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.

CHARTIER, R. & REVEL, J. (1979). "Febvre et les Sciences Sociales". *Historiens et Géographes* – Revue de l'Association des Professeurs d'Histoire et Géographie de l'Einsegnement Public, n. 272, fev. Paris.

CHESNEAUX, J. (1995). "Desencavar o território do historiador: que pluridisciplinaridade?" *Devemos fazer da história* tabula rasa *do passado*? São Paulo: Ática [original: 1976].

PUC/SP/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

COBB, R. (1969). "Nous des *Annales*". *A second identity*. Londres: [s.e.], p. 76-86 [original: 1966].

COUTEAU-BEGARIE, H. (1983). *Le phenoméne "Nouvelle Histoire"* – Stratégie et ideologie des nouveaux historiens. Paris: Economica.

DAIX, P. (1995). *Braudel*. Paris: Flammarion.

DETIENNE, M. (2000). *Comparer l'incomparable*. Paris: Seuil.

DOMINGUES, I. (1996). *O fio e a trama* – Reflexões sobre o tempo em História. Belo Horizonte: UFMG.

DOSSE, F. (2001). *A História à prova do tempo*: da *História em migalhas* ao resgate do sentido. São Paulo: Unesp.

_____ (1994). *A história em migalhas*. São Paulo: Unicamp [original: 1987].

_____ (1989a). "Mai 68: les effects de l'histoire sur l'histoire". *Les cahiers de l'IHTP*, n. 11. Paris.

_____ (1989b). "Os herdeiros divididos". In: LACOSTE, Y. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, p. 161-173.

_____ (1986). "Les habits neufs du Président Braudel". *Espaces Temps*, n. 34-35. Paris.

_____ (1985). "De l'histoire em miettes des *Annales militantes* aux *Annales triomphantes*". *Espaces Temps*, n. 29. Paris.

DUMOULIN, O. (2000). *Marc Bloch*. Paris: Presses des Sciences.

EHRARD, J. & PALMADE, G.P. (1964). *L'Histoire*. Paris: Armand Colin.

FUC/RS-BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

FINK, C. (1989). *Marc Bloch*: a life in history. Cambridge: Cambridge University Press.

FLANDRIN, J.-L. (1987). "De l'histoire-problème à l'approache historique des problèmes". In: GADOFFRE, G. (org.). *Certitudes et incertitudes de l'Histoire*. Paris: PUF.

FLORENTINO, M. & FRAGOSO, J. (1997). "A História Econômica: balanço e perspectivas recentes". In: CARDOSO, C.F. *Domínios da História* – Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.

FONTANA, J. (2000). *História dos homens*. Bauru: Edusc.

_____ (1982). *Historia, análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Critica.

_____ (1976). "Ascenso y decadencia de la Escuela de los *Annales*". In: PARAIN, C. (org.). *Hacia una Nueva Historia*. Madri: Akal.

FOUCAULT, M. (1969). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária [original: 1995].

FOURQUET, F. (1989). "Um novo espaço-tempo". In: LACOSTE, Y. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, p. 79-96.

GEMELLI, G. (1987). "Les *Annales* nel segondo dopoguerra: uno paradigma?" In: ROSSI, P. (org.). *La storiografia contemporanea*: indirizzi e problemi. Milão: A. Mandadori.

GOOCH, G.P. (1968). *History and Historians in the Nineteenth Century*. Boston: Beacon Press.

UFRGS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.994/2004.

GRANGER, G.G. (1957). "Événemment et structure dans les Sciences de l'Homme". *Cahier de l'Institut de Science Economique*, n. 55, mai.-dez. Paris: Isea/CNRS.

GRENIER, J. & LEPETIT, B. (1989). "L'experience historique: a popos de E. Labrousse". *Annales ESC*, n. 6. Paris: A. Colin.

GRESPAN, J. (2005). "Considerações sobre o método". In: PINSKY, C.B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 291-300.

GUERREAU, A. (1990). "Reflexões sobre a atividade historiográfica no século XX". *O feudalismo*: um horizonte teórico. Lisboa: Ed. 70, p. 145-177 [original: 1980].

HARTOG, F. (2005). "Michelet, a história e a verdadeira vida". *Ágora*, vol. 11, n. 1, jan.-jun., p. 13-29.

HEXTER, J.F. (1972). "Braudel and the Monde Braudelien". *Journal of Modern History*, n. 4, dez. Chicago: University of Chicago Press.

IGGERS, G. (1971). *New Directions in European Historiography*. Londres: Methuen.

KINSER, S. (1981). "Annalist paradigm? – The geo-historical structuralism of F. Braudel". *The American Historical Review*, fev. Washington: Historical American Association.

KUHN, T. (2006). *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva [original: 1962].

LACOSTE, Y. (1989). "Braudel geógrafo". In: LACOSTE, Y. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, p. 175-219.

PUCRSBIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (1976). *La géographie ça sert d'abord à faire la guerre.* Paris: Maspéro.

LEFEBVRE, G. (1971). *La naissance de l'Historiographie moderne.* Paris: Flammarion.

LEFEBVRE, J.-P. (s.d.). "Le professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944)". *Cahier du Brésil Contemporain*, n. 12.

LEUILLIOT, P. (1973). "Aux origines des *Annales* d'Histoire Économique et Sociale" (1928). In: *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel* – Méthodologie d'Histoire et des Sciences Humaines. Toulouse: Privat.

MANN, H.-D. (1971). *Febvre, la pensée vivante d'une historien.* Paris: A. Colin.

MASSICOTTE, G. (1981). *L'Histoire-probleme*: la mèthode de Lucien Febvre. Paris: Maloine.

MASTROGREGORI, M. (2011). "Existe uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre?" In: NOVAIS, F. & SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva.* São Paulo: Cosac & Naify, p. 409-432 [original: 1987].

_____ (1989). "Le manuscript interrompu: metier d'historien de Marc Bloch". *Annales ESC*, vol. 4, n. 1, jan.-fev. Paris: A. Colin.

MAZON, B. (1988). *Aux origines de l'Ehess*: la role du mécénait americain. Paris: Du Cerf.

MORAES, J.G.V. & REGO, J.M. (2002). *Conversas com historiadores brasileiros.* São Paulo: Ed. 34.

PODE SER MEIO DE DIVULGAÇÃO PIRATA – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

MÜLLER, B. (1997). "Lucien Febvre et Henri Berr: de la synthèse à l'histoire problème". In: BIARD, A.; BOUREL, D. & BRIAN, E. (orgs.). *Henri Berr et la culture du XX^e siècle*. Paris: Albin Michel, p. 39-59.

_____ (1994). "Introduction". In: BLOCH, M. & FEBVRE, L. *Correspondence I*: 1928-1933. Paris: Fayard.

NOIRIEL, G. (1996). *Sur la crise de l'histoire*. Paris: Belin.

NOVAIS, F. (1994). "Depoimento – Fernando Novais: Braudel e a 'missão francesa'". *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 22.

PALLARES-BURKE, M.L.G. (2000). *As muitas faces da História*. São Paulo: Unesp.

POINCARÉ, H. (1988). *A ciência e a hipótese*. Brasília: UnB [original: 1902].

REIS, J.C. (2000a). "Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde?" *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 177-208.

_____ (2000b). *Escola dos Annales*: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2000c). "O surgimento da Escola dos *Annales* e o seu programa". *Escola dos Annales*: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65-90.

_____ (1994a). *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática.

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

_____ (1994b). *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus.

RHODES, E.C. (1978). "Durkheim and the Historical Thought of Marc Bloch". *Theory and Society*, n. 1. Amsterdam: Elsevier.

RODRIGUES, H.E. (2009). "Lévis-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores". *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n. 57.

ROJAS, C.A. (2000a). "Convergências e divergências entre os *Annales* de 1929 a 1968 e o marxismo: ensaio de balanço geral". *Os* Annales *e a historiografia francesa*. Maringá: UEM, p. 137-177 [original: 1993].

_____ (2000b). "Fazer a História, saber a História: entre Marx e Braudel". *Os* Annales *e a historiografia francesa*. Maringá: UEM, p. 79-135 [original: 1986].

_____ (2000c). "Dos *Annales* revolucionários aos *Annales* marxistas". *Os* Annales *e a historiografia francesa*. Maringá: UEM, p. 51-77 [original: 1992].

_____ (2000d). "Dos *Annales*, marxismo e outras histórias: uma perspectiva comparada sob o ponto de vista da longa duração". *Os* Annales *e a historiografia francesa*. Maringá: UEM, p. 36-44 [original: 1993].

_____ (2000e). "Os *Annales* e a historiografia latino-americana". *Os* Annales *e a historiografia francesa*. Maringá: UEM, p. 9-22 [original: 1993].

_____ (2000f). *Os Annales e a historiografia francesa* – Tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: UEM.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

_____ (1999). *La Escuela de los Annales*: ayer, hoy, mañana. Barcelona: Montesinos.

_____ (1996). *Braudel y las Ciencias Humanas*. Barcelona: Montesinos.

ROMANO, R. (1997). *Braudel y nosotros*. México: Fondo de Cultura Económica [original: 1995].

ROSANVALLON, P. (1983). *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard.

STOIANOVITCH, T. (1976). *The French Historical Method*: The Annales paradigm. Londres: Cornell University Press.

WALLERSTEIN, I. (2004). *World-Systems Analysis*: An Introduction. Durham: Duke University Press.

_____ (1991). "The Invention of Time-space Realities: Towards an Understanding of our Historical Systems". *Unthinking Social Science*. Cambridge: Polity Press.

_____ (1989a). "1968: Revolution in the Word-system – Theses and Queries". *Theory and Society*, vol. 18, n. 4.

_____ (1989b). "O homem da conjuntura". In: LACOSTE, Y. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, p. 13-29.

_____ (1983). "Braudel, los *Annales* y la historiografía contemporánea". *Historias*, n. 3, jan.-mar. México.

_____ (1974). *The Modern World System* – Vol. 1: Capitalist Agriculture and Origins of European World-Economy in Sixteenth Century. Nova York: Academic Press.

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Índice onomástico

Adorno, T. 21

Althusser, L. 32, 260

Ariès, P. 168, 176, 189, 333, 337

Aristóteles. 24

Bastide, R. 9

Beard, C. 88

Benjamin, W. 250

Bergson, H. 221, 236

Bernheim, E. 70, 71, 135

Berr, H. 83, 84-85

Besançon, A. 204, 317

Bloch, M. 41, 42-43, 112, 116, 144, 146-149, 150, 182, 196, 235-256

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Bois, P. 158-159

Bouchard, G. 182

Bourdieu, G. 130

Bourgeois, E. 74

Braudel, F. 22, 31, 41, 81, 115, 137, 151, 155, 157, 163-164, 177, 184, 256-281, 309-311

Bremond, H. 221

Burckhardt, J. 83, 223

Burguière, A. 126, 188, 203

Burke, P. 57, 77, 223

Carlyle, T. 128

Certeau, M. 326

Chateaubriand, F.-R. 110

Chaunu, P. 142, 217, 275, 283, 287-288, 302, 309

Corbin, A. 318

Coulanges, F. 113-114, 226

Croce, B. 83, 100, 184

Delumeau, J. 346-348

Dilthey, W. 68, 70, 83, 100, 189, 243

Dosse, F. 58, 81, 90, 210-212, 319, 321

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Droysen, J.G. 27, 28, 68, 70, 100, 203, 244

Duby, G. 321-322

Durkheim, É. 86, 93-94, 145, 221, 236, 265

Engels, F. 62

Febvre, L. 32, 41, 42-43, 92, 117, 119, 135, 190, 197, 222-235

Ferguson, A. 27

Ferro, M. 204

Foucault, M. 153-154

Freud, S. 20

Freyre, G. 48-49, 74

Fromm, E. 21

Furet, F. 259, 310, 336

Gadamer, H.-G. 68, 70, 189

Ginzburg, C. 324, 339, 340

Górgias. 25

Goubert, P. 316, 318

Gramsci, A. 51

Guizot, F. 278

Gurvitch, G. 263-264

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Halbwachs, M. 221, 236

Halphen, L. 115-116, 117, 118

Hauser, H. 262

Heidegger, M. 189

Hexter, J.H. 213

Hill, C. 31, 130

Hobsbawm, E. 31, 161

Huizinga, J. 335-336, 344

Hume. D. 27

Iggers, G. 55

Jaurès, J. 227

Kappler, C. 348-349

Koselleck, R. 188, 234, 241, 327

Kuhn, T. 149

La Blache, V. 86, 205, 231, 262

Labrousse, P. 36, 63, 221, 282-298

Lamprecht, K. 85

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Langlois, C.-V. 87, 135

Lavisse, E. 22, 80

Lefebvre, G. 222

Le Goff, J. 46, 72, 74-75, 124, 126, 131-133, 136, 197, 343

Lepetit, B. 299

Le Roy Ladurie, E. 160-161, 180-181, 182, 259, 314, 324-325

Lévi-Strauss, C. 9, 261, 263, 265

Lévy-Bruhl, L. 223, 331

Mandrou, R. 174-176, 333

Maquiavel, N. 177

Marcuse, H. 20

Marczewski, J. 284, 291

Marx, K. 139, 258, 259, 266

Mauus, M. 280

Meillet, A. 223

Michelet, J. 82-83, 103, 223, 225-226

Milar, J. 27

Monod, G. 22, 79-80

Morazé, C. 196

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Niebuhr, B.G. 65

Nietzsche, F. 76, 114, 211, 243, 244

Nora, P. 128, 137, 138, 210, 333

Ozouf, M. 204, 300

Perrot, M. 318

Piganiol. 222

Pirenne, H. 223, 237, 261

Pitágoras. 21

Platão. 24

Pomian, K. 161

Protágoras. 25

Ranger, T. 160

Ranke, L. 28, 30, 64, 65, 66, 99, 111, 112, 203

Ratzel, F. 86

Renan, E. 205

Revel, J. 90, 299, 301, 332, 356

Ricoeur, P. 70, 272

Rickert, H. 72

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Robinson, J.H. 88

Rojas, A. 51, 203, 262, 268

Roubaud, A. 124

Seignobos, C. 72, 87, 135

Simiand, F. 72, 86, 173, 221

Stoianovich, T. 57

Taine, H. 62

Thierry, A. 115

Thompson, E.P. 31, 32, 36

Toynbee, A. 136, 138

Veyne, P. 317

Vigarello, G. 318

Vilar, P. 277

Voltaire, F.-M.A. 110

Vovelle, M. 35, 153, 159, 166-167, 235, 338, 352-353

Wallerstein, I. 152; 200

Watchel, N. 318

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Weber, M. 28, 72, 200

Wirth, J. 233

PUC-RIO - BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Índice remissivo

Anacronismo 231, 242

Antropologia 266-267

Antropologia histórica 330

Arquitetura de durações 155

Biografia 129-133, 228-229

Catarismo 181

Cidade 200

Ciências Sociais 60-61, 85-87, 89, 106

Cientificidade (da História) 142-145, 246

Civilização 168

Cliometria 283-284

Compreensão 100

PUCRS-BIBLIOTECA CENTRAL - COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Conjectura 138
Crítica documental 135
Cultura popular 235

Desenraizamento 190-191
Determinismo 204, 250
Determinismo econômico 204
Determinismo geográfico 205
Dialética das durações 267
Discurso historiográfico 247
Dominação masculina 176
Duração 164, 267, 271

École des Hautes Études 46-47
Economia 75, 106, 107-108, 162-163, 273
Economia-mundo 200
Engajamento político 202-203
Erudição 222, 243
Escola 13
Escola de Frankfurt 20, 21, 38
Escola dos *Annales* 22, 40, 207
Escola Histórica Alemã 28, 62, 64

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Escola Histórica Escocesa 27

Escola Inglesa (do marxismo) 31, 32, 38, 75

Escola Metódica 30, 71, 79, 87

Escola Pitagórica 22

Espaço 108, 150-151

Estética (no texto histórico)

Estrasburgo (Universidade de) 104, 221

Estrutura 157, 158, 178, 261

Estruturalismo 261

Estruturas mentais 168

Etnologia 263

Evento 178

Fato histórico 134-135, 137

Fontes históricas 140, 251

França ocupada 245

Geografia 85-87, 106, 230, 270

Gerações 214-215, 217

Giro lingüístico 307

Hermenêutica 100

História (definição de) 248

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

História comparada 276, 359

História cultural 36, 125, 339, 340

História da feitiçaria 174-176

História da morte 168-169, 171-172

História das idéias 329

História das mentalidades 168, 176, 285, 328

História das religiões 298

História demográfica 98, 108

História diplomática 74

História do clima 314

História do imaginário 329, 341

História dos conceitos 327

História dos grandes homens 44, 128

História dos preços 283

História do tempo presente 183

História econômica 75, 108, 172

História em migalhas 90, 319, 321, 334

História estrutural 149

História eventual 59

História factual 69, 92, 110, 112-114, 119-121, 134-135, 194-195

História historizante 91, 99, 117

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

História imóvel 180-181
História oral 251
História política 98, 107, 123, 125, 128
História-problema 109, 133-134
História quantitativa 282, 289-292
História serial 275, 282
História serial-quantitativa 282
História social 37, 108
História total 191-192, 275-281, 308
Historicismo 61-75

Ídolo das origens 248
Imaginário 344
Indivíduo 149
Interdisciplinaridade 84-85, 104-105, 268, 357

Julgar (na História) 111-112

Linguística 106, 233, 325
Longa duração 152, 155-157, 270-272
Luta de classes 224

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL – COPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Marxismo 16, 51, 52, 203, 224, 258
Materialismo histórico 17, 51, 107, 205
Memória 221, 251
Mentalidades 331
Metódica (escola) 30, 71, 79
Metodologia 37
Método regressivo 239
Micro-história 38, 297, 306, 339
Música 165

Nazismo 245
Nouvelle Histoire 42, 107, 303
Nova História 49, 54-55, 88, 313

Parcelamento do saber 94
Positivismo 77, 86, 92-96
Pós-modernismo 38
Possibilismo geográfico 205, 230
Práxis 16, 202
Presentismo 184
Problema 133-134
Programa 32, 102, 194

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

Região 237

Representação coletiva 236

Retrodição 249

Revista dos Annales 45-46, 216

Série documental 288

Sociologia 63

Sofistas 25-26

Tecnologia 158

Tempo 146, 152

Tempo histórico 146, 152, 270

Temporalidades 187-188, 211, 263

Teoria. 17, 195-201

Terceiros *Annales* 303

Testemunhos involuntários 252-253

Utensilhagem mental 179, 228

PUCRS BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL - CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

PUC/RS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003

Catálogo

CULTURAL

Administração
Antropologia
Biografias
Comunicação
Dinâmicas e Jogos
Ecologia e Meio Ambiente
Educação e Pedagogia
Filosofia
História
Letras e Literatura
Obras de referência
Política
Psicologia
Saúde e Nutrição
Serviço Social e Trabalho
Sociologia

CATEQUÉTICO PASTORAL

Catequese
Geral
Crisma
Primeira Eucaristia

Pastoral
Geral
Sacramental
Familiar
Social
Ensino Religioso Escolar

TEOLÓGICO ESPIRITUAL

Biografias
Devocionários
Espiritualidade e Mística
Espiritualidade Mariana
Franciscanismo
Autoconhecimento
Liturgia
Obras de referência
Sagrada Escritura e Livros Apócrifos

Teologia
Bíblica
Histórica
Prática
Sistemática

REVISTAS

Concilium
Estudos Bíblicos
Grande Sinal
REB (Revista Eclesiástica Brasileira)
SEDOC (Serviço de Documentação)

VOZES NOBILIS

Uma linha editorial especial, com importantes autores, alto valor agregado e qualidade superior.

VOZES DE BOLSO

Obras clássicas de Ciências Humanas em formato de bolso.

PRODUTOS SAZONAIS

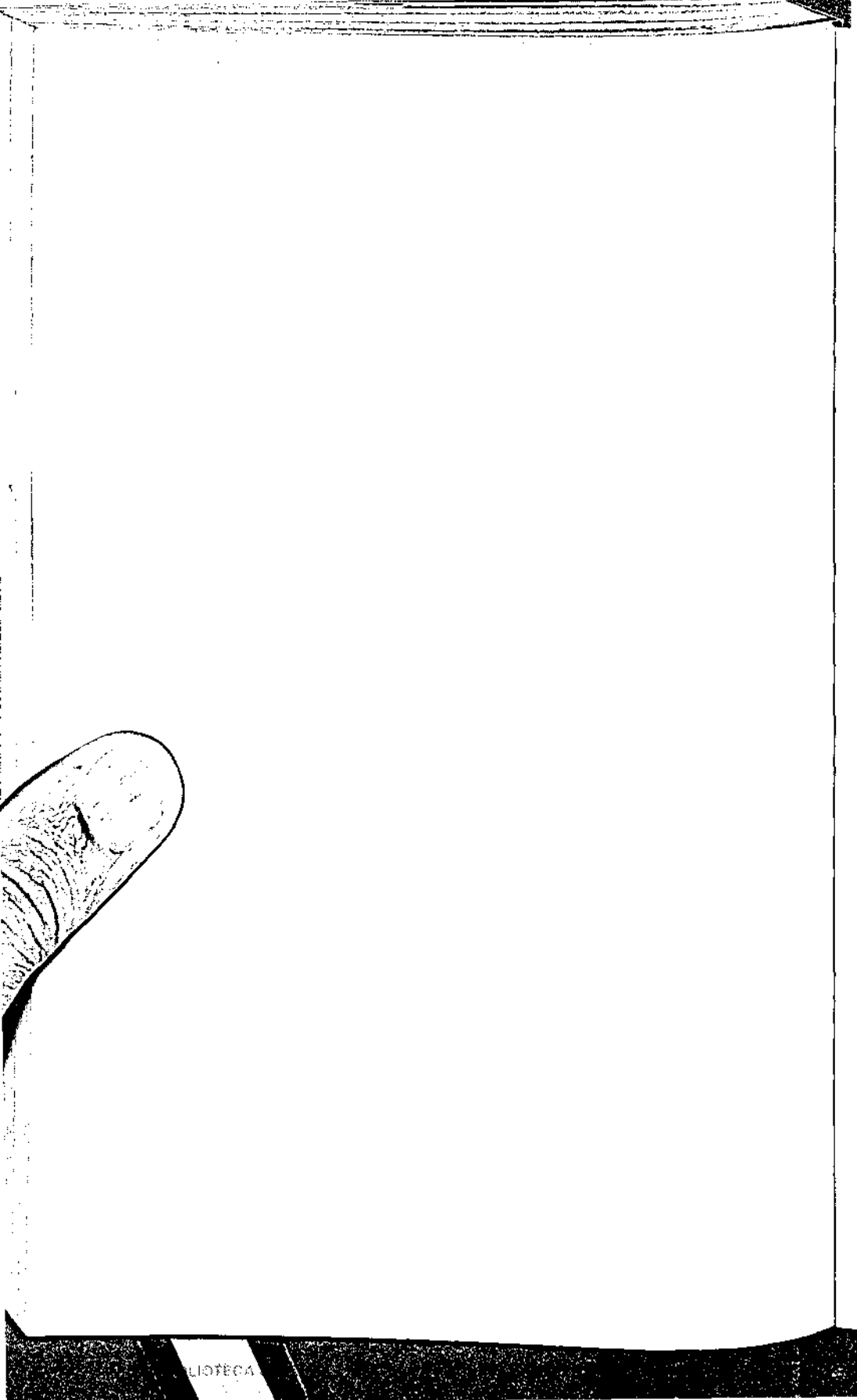
Folhinha do Sagrado Coração de Jesus
Calendário de Mesa do Sagrado Coração de Jesus
Folhinha do Sagrado Coração de Jesus (Livro de Bolso)
Agenda do Sagrado Coração de Jesus
Almanaque Santo Antônio
Agendinha
Diário Vozes
Meditações para o dia a dia
Guia do Dizimista
Guia Litúrgico

CADASTRE-SE
www.vozes.com.br

EDITORA VOZES LTDA.
Rua Frei Luís, 100 – Centro – Cep 25689-900 – Petrópolis, RJ – Tel.: (24) 2233-9000 – Fax: (24) 2231-4676
E-mail: vendas@vozes.com.br

UNIDADES NO BRASIL: Aparecida, SP – Belo Horizonte, MG – Boa Vista, RR – Brasília, DF – Campinas, SP
Campos dos Goytacazes, RJ – Cuiabá, MT – Curitiba, PR – Florianópolis, SC – Fortaleza, CE – Goiânia, GO
Juiz de Fora, MG – Londrina, PR – Manaus, AM – Natal, RN – Petrópolis, RJ – Porto Alegre, RS – Recife, PE
Rio de Janeiro, RJ – Salvador, BA – São Luís, MA – São Paulo, SP
UNIDADE NO EXTERIOR: Lisboa – Portugal

PUC-RS/BIBLIOTECA CENTRAL - Lei 10.994 de 14/12/2004 e Lei 10.753 de 30/10/2003.



A Escola dos *Annales* foi um dos mais importantes movimentos historiográficos do século XX, e até hoje vemos suas claras influências não apenas na historiografia francesa – de onde o movimento partiu –, mas também na historiografia de diversos países que acolheram o programa renovador dessa escola. No Brasil, particularmente este movimento e suas realizações têm conservado uma enorme e importante influência, o que se expressa tanto nas obras de nossos historiadores como no sucesso editorial, junto ao grande público, de historiadores ligados aos *Annales*. Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Michel Vovelle, Jacques Le Goff, Georges Duby e Marc Ferro são apenas alguns dos nomes de destaque entre esses historiadores, cujas realizações foram vistas por muitos como uma verdadeira revolução historiográfica.

Quais foram as contribuições efetivas das quatro gerações de historiadores que partilham ou reivindicam a herança dos *Annales*? Quais as suas contribuições para a Teoria da História, para a metodologia, para os novos modos de abordar o tempo histórico, para a extraordinária expansão de novos temas na pesquisa historiográfica? Qual o papel, na renovação proposta por essa escola histórica, da Interdisciplinaridade – aqui entendida como o diálogo que pode ser estabelecido entre diferentes saberes como a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística e outros âmbitos de estudo? O que é História Serial, História das Mentalidades, Geo-história, para apenas citar algumas das modalidades historiográficas que foram constituídas pelos historiadores dos *Annales*? Este livro – quinto volume da coleção *Teoria da História* – procura responder a algumas destas perguntas, e também inclui uma aprofundada discussão sobre o conceito de "escola" na Historiografia, na Filosofia e em outros campos de saber.

www.vozes.com.br

EDITORA VOZES

Uma vida pelo bom livro

vendas@vozes.com.br

ISBN 978-85-326-4402-2

9 788532 644022